

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Maria Aparecida T. Estacia

**Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo:
trajetórias, percepções/sentimentos
e aproveitamento acadêmico**

**Porto Alegre
2009**

Maria Aparecida T. Estacia

**Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo:
trajetórias, percepções/sentimentos
e aproveitamento acadêmico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Arabela Campos Oliven

Linha de Pesquisa: Universidade, Teoria e Prática

Porto Alegre

2009

Maria Aparecida T. Estacia

**Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo:
trajetórias, percepções/sentimentos
e aproveitamento acadêmico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Arabela Campos Oliven – (UFRGS – Orientadora)

Profa. Dra. Elisabeth Krahe (UFRGS)

Profa. Dra. Maria Helena Menna Barreto Abrahão (PUC-RS)

Profa. Dra. Solange Maria Longhi (UPF)

*Ao meu marido Paulo, paixão da minha vida, toda vida!
As minhas filhas Carolina e Carime, frutos desta paixão!*

Aos **professores do programa** que marcaram com seu conhecimento e incentivo esta minha trajetória pessoal e profissional.

À minha orientadora **Profa. Dra. Arabela Campos Oliven**, que muito me estimulou e prestou apoio com disponibilidade e atenção, fornecendo subsídios em todos os momentos.

À **Universidade de Passo Fundo**, acreditando que em cada professor e no conjunto de todos que compõem esta instituição de ensino superior vai renascer uma nova universidade, que quer conhecer cientificamente a realidade, refletindo, analisando e criando proposições que levem à construção de uma sociedade mais humana, meu agradecimento especial.

Aos **alunos universitários** entrevistados que socializaram seus sentimentos, rotinas acadêmicas, perspectivas futuras, meu sincero agradecimento.

À **banca examinadora** pela sua valiosa contribuição.

RESUMO

O tema focalizado nesta tese refere-se às ações afirmativas, políticas de inclusão social especiais e temporárias. Entre estas políticas destaca-se o ProUni (Programa Universidade para Todos), criado pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, a isenção de alguns impostos e contribuições no período de vigência. Foram estudados os alunos bolsistas do ProUni da Universidade de Passo Fundo que entraram no ano de 2005 pelo programa. O problema de pesquisa visa conhecer qual é esse novo perfil de aluno que habita agora os espaços acadêmicos, qual a sua trajetória até a universidade, seus sentimentos/percepções, aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras, que constituíram as categorias de análise da pesquisa. As hipóteses indicavam dificuldades diversas para este aluno bolsista. Este estudo foi de natureza qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada com 14 alunos bolsistas do programa (cursos mais procurados: Medicina e Agronomia e menos procurados: Filosofia e Geografia) e quatro não bolsistas (dois da Medicina e dois da Filosofia), que constituíram um grupo para contraponto. Os fundamentos teóricos da tese foram a teoria da igualdade de Aristóteles, a teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio, os princípios elencados na Constituição Federal de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Com relação aos resultados, observaram-se nas trajetórias dos alunos grandes influências do grupo familiar para a realização de um curso superior; os aspectos motivacionais pessoais intrínsecos, contribuindo de forma significativa para esta conquista; os sentimentos de aceitação, integração e a ausência de qualquer situação de diferenciação com professores, colegas e funcionários caracterizaram a percepção de todo o grupo de bolsistas estudado; sentimentos de solidão pela mudança de cidade, estado, hábitos culturais e regionais, a vinda do meio rural para o urbano, o nível de exigência das tarefas acadêmicas e as questões financeiras foram citados como dificuldades. O aproveitamento acadêmico está ocorrendo pela maioria do grupo e o índice de desistências e reprovações em disciplinas é baixo. As perspectivas futuras de quase todos apontam para a continuidade dos estudos em áreas profissionais específicas; para outros o curso superior realizado serviu como um processo de ascensão de vida apenas pessoal. Conclui-se que o ProUni, como uma ferramenta de ação afirmativa, está atingindo seus objetivos na busca da redução de desigualdades sociais em prol de alunos universitários desfavorecidos economicamente.

Palavras-chave: 1. ProUni. 2. Aluno bolsista. 3. Ensino superior. 4. Universidade de Passo Fundo. 5. Ações afirmativas.

ABSTRACT

The focus theme of this thesis concerns the affirmative actions and special and temporary social inclusion policies. Among these policies the ProUni (Program University for Everybody) created through the Federal Bill number 11.096. on January 13th 2005 by the Ministry of Education, which aims at the concession of full and partial grants to low-income students in graduation courses in private educational institutions, offering, as a counter part, some exempt in taxes and contributions during that length of time. This study focuses the students who received grants from the ProUni of the University of Passo Fundo (UPF) who started in 2005 through the program. The research aims at knowing the new profile of students in the academic environment, their history on their way to university, their feelings/impressions, academic outcome and future perspectives which comprehend the research's categories of analysis. The hypotheses indicated several difficulties for the student using the grant. This study had a qualitative nature and used a semi-structured interview with 14 student's grant users of the program and 04 students who did not use grants which were the control group. The theoretical foundations of this thesis were based on The Aristoteles Theory of Equality, the Theory of the Juridical Ordering by Norberto Bobbio, the principles stated in the Federal Constitution from 1988 and the Declaration of Human Rights. Regarding the results, it was observed that throughout the students' background and history there was strong influence from the family for graduating at university. Also, personal intrinsic motivational aspects were significant for this achievement; feelings of acceptance, integration and the absence of any situation of prejudice from professors, classmates or employees characterized the perception of the whole group of students who were given grants; feelings of loneliness for moving to a different city or state, change of cultural and regional habits, the fact of moving to an urban area from the countryside, the level of demands in the academic tasks and the financial issues were all mentioned as difficulties by these students. The expected academic outcome has been achieved by most students in the group, and the level of ceases and failures is low. The future perspectives of almost all students show their will to continue their studies in specific professional areas, for some students the university course was seen as a process of life improvement at a personal level. It may be concluded that ProUni, as a positive action tool, has achieved its aims of fighting social inequality in favor of economically constrained university students.

Key words: 1. ProUni. 2. Student grant user. 3. University Courses. 4. University of Passo Fundo. 5. Affirmative Actions.

LISTA DE ABREVIATURAS

AA – Ações Afirmativas
ABRUC – Associação Brasileira de Universidades Comunitárias
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF – Constituição da República Federativa do Brasil, 1988
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EEUU – Estados Unidos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FAPLAN – Faculdade do Planalto
FIES – Financiamento Estudantil
FUPF – Fundação Universidade de Passo Fundo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Educação Superior
IMED – Instituto Meridional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JB – Jornal do Brasil
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC – Ministério de Educação e Cultura.
ME – Ministério da Educação
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDE – Plano de Desenvolvimento de Educação
PIS – Programa de Integração Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPET – Projeto Parceria Educação e Trabalho da UPF
ProUni – Programa Universidade para Todos
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Serviço Único de Saúde
UPF – Universidade de Passo Fundo
UN – Nações Unidas
URSS – União da República Socialista Soviética
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relatório geral de bolsistas da Instituição de Ensino Superior.....	33
Figura 2: Organização acadêmica no Brasil.....	81
Figura 3: Categoria da IES no Brasil	81
Figura 4: Subcategoria da IES no Brasil	81
Figura 5: Organização acadêmica no RS	82
Figura 6: Categorias de IES no Rio Grande do Sul.....	82
Figura 7: Distribuição das IES em Passo Fundo – 2008	84
Figura 8: Bolsas ProUni ofertadas por ano	94
Figura 9: Tipos de bolsas ofertadas por ano.....	92
Figura 10: Bolsistas por etnia.....	94
Figura 11: Inscritos por processo seletivo.....	92
Figura 12: Distribuição de bolsas por região.....	95
Figura 13: Distribuição de bolsas na região Sul.....	93
Figura 14: Bolsistas por sexo	95
Figura 15: Portadores de deficiência.....	93
Figura 16: Distribuição dos <i>campi</i> da UPF no Rio Grande do Sul (Palmeira da Missões, Casca, Passo Fundo, Carazinho, Soledade, Lagoa Vermelha e Sarandi).....	98
Figura 17: Vista aérea do Campus Universitário UPF – Passo Fundo.....	99
Figura 18: Núcleos temáticos da entrevista.....	118
Figura 19: Sujeitos bolsistas entrevistados.....	123
Figura 20: Categorias de sustentação	125
Figura 21: Entrevistas realizadas com os alunos bolsistas do ProUni.....	164
Figura 22: Sujeitos não bolsistas entrevistados.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese da história da educação universitária brasileira	69
Quadro 2: Universidades comunitárias do Rio Grande do Sul.....	72
Quadro 3: Estrutura do sistema educativo brasileiro.....	75
Quadro 4: Instituições ensino superior públicas e privadas	77
Quadro 5: Instituições de ensino superior privadas.....	78
Quadro 6: Histórico dos processos seletivos no ensino superior do país	86
Quadro 7.....	183
Quadro 8.....	184
Quadro 9.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição do número de instituições de educação superior por organização acadêmica – Inep 2007.....	28
Tabela 2: Número de IES por organização acadêmica e localização segundo a unidade da federação (RS) - Inep – Censo Educação Superior 2007	29
Tabela 3: Distribuição da população por raça/cor - RS - IBGE 2007	30
Tabela 4: Distribuição da população por cor/raça na cidade de Passo Fundo /RS – IBGE 2000	31
Tabela 5: Alunos bolsistas do ProUni – UPF – 2005/2008.....	96
Tabela 6: Número de alunos matriculados nos cursos da UPF – 2007	100
Tabela 7: Concurso vestibular verão – UPF - 2005/I.....	114
Tabela 8: Cursos dos mais e cursos dos menos procurados - UPF 2005/1	115
Tabela 9: Alunos ProUni – UPF – 2005/1 dos cursos mais e dos menos procurados (sujeitos da pesquisa)	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TESE	20
1.1 A TEORIA DA IGUALDADE DE ARISTÓTELES: CONCEITOS DE IGUALDADE	20
1.2 A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO DE NORBERTO BOBBIO 4.....	34
1.3 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (DUDH).....	40
1.4 PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	42
2 DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ESTRUTURA E MOBILIDADE	43
2.1 A POBREZA NO BRASIL.....	43
2.2 EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA	47
2.3 ECONOMIA E DESIGUALDADE SOCIAL	48
2.4 ALTERNATIVAS PARA A DESIGUALDADE SOCIAL.....	50
3 AÇÕES AFIRMATIVAS	51
3.1 CONCEITOS DE AÇÃO AFIRMATIVA.....	51
3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS NO MUNDO.....	55
3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL.....	57
3.4 A POLÍTICA DE COTAS E OS DEBATES.....	60
4 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	66
4.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	66
4.2 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS	70
4.3 A ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	74
4.4 TIPOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	77
4.5 DADOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	79
4.6 A HISTÓRIA DO VESTIBULAR.....	84
4.7 FORMAS ATUAIS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	87
5 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI	90
5.1 HISTÓRICO	90
5.2 FUNCIONAMENTO DO PROUNI	92
5.3 DISTRIBUIÇÃO GRÁFICA	93
6 A UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	97
6.1 HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	97
6.2 OS CAMPI DA UPF E SUAS CARACTERÍSTICAS	101
7 METODOLOGIA	108
7.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	108

7.2 A NATUREZA DA PESQUISA.....	111
7.3 GRUPO DE SUJEITOS	113
7.4 A ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	116
7.5 A PESQUISA DOCUMENTAL.....	119
7.6 QUESTÕES ÉTICAS	120
8 RESULTADOS DA PESQUISA	121
8.1 MÉTODOS UTILIZADOS PARA A PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	
GERADOS: AS CATEGORIAS	121
8.2 CATEGORIA I: TRAJETÓRIA DOS ALUNOS BOLSISTAS ATÉ A UNIVERSIDADE	127
8.2.1 Redes familiares: os pais e os estudos.....	127
8.2.2 Experiências escolares e de processos grupais.....	130
8.2.3 A escolha do curso superior.....	133
8.2.4 O esforço pessoal	139
8.2.5 Experiências de trabalho	141
8.3 CATEGORIA II: SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DA VIDA ACADÊMICA	142
8.3.1 Dificuldades e oportunidades	144
8.3.2 Relacionamento com colegas, professores e funcionários.....	148
8.3.3 O mérito e o esforço pessoal	150
8.3.4 A questão financeira e a rotina acadêmica	152
8.3.5 A questão cultural e a mudança de região	154
8.3.6 O curso desejado	155
8.4 CATEGORIA III: APROVEITAMENTO ACADÊMICO E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	159
8.4.1 O aproveitamento acadêmico.....	159
8.4.2 Atividades profissionais concomitantes.....	164
8.4.3 O significado da bolsa	165
8.4.4 Comparações entre alunos bolsistas e não	166
8.4.5 Percepções sobre o programa.....	167
8.4.6 Perspectivas profissionais futuras.....	169
8.5 GRUPO DE ALUNOS NÃO BOLSISTAS: CONTRAPONTO	173
8.5.1 Categoria I: Trajetória dos alunos não bolsistas até a universidade.....	174
8.5.2 Categoria II: Sentimentos e percepções sobre os alunos do ProUni.....	177
8.5.3 Categoria III: Aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras	181
8.6 SÍNTESE DOS DADOS DIRECIONADOS PARA A CONCLUSÃO DO ESTUDO.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	201
ANEXOS	209

INTRODUÇÃO

A temática a ser desenvolvida nessa tese aborda o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O foco da investigação foi os alunos bolsistas da Universidade de Passo Fundo (UPF), que faz parte do programa dispondo de vagas aos alunos que se enquadram em situação de baixa renda.

Ao iniciar a apresentação do tema, compreende-se como importante situar alguns tópicos sobre a atual sociedade, que vive uma situação de intenso dinamismo, o qual se expressa na economia, na cultura, na tecnologia. A universidade deste novo século não pode se constituir em uma instituição inerte em relação ao processo de constantes transformações. Os desafios desta sociedade do conhecimento influenciam de forma direta e diversa a universidade na sua estrutura administrativa, curricular, financeira, de pesquisa e extensão, seus convênios e parcerias, as formas de entrada e de saída de seus acadêmicos, bem como o próprio perfil deste acadêmico. A universidade passa a reconhecer e a aceitar, de certa forma tardiamente, o seu papel inovador e transformador, próprio da sociedade que se organiza em grupos, redes e parcerias.

Clark (2006) afirma que a universidade tradicional ainda evita que se mencionem algumas conhecidas limitações, como sua histórica discriminação contra mulheres, alunos de classes sociais menos privilegiadas e minorias, sua oposição a novos campos de estudo e sua tendência a se tornar distanciada de importantes necessidades sociais.

Observando-se a importância que uma universidade tem num contexto social, a relação universidade/sociedade, mais do que nunca, desafia a capacidade desta instituição de responder, ativa e dinamicamente, por meio do conhecimento, às demandas e às carências da sociedade; desafia o seu poder e o seu papel para fazer avançar o modelo social, cultural e político e para promover o desenvolvimento em todas as direções; desafia, em última instância, a universidade na sua pertinência.

Cabe à universidade hoje o grande papel de modificar a sociedade, pois é com esta etapa do processo educacional – o ensino superior – que o jovem acadêmico se torna profissional e, ao mesmo tempo, cidadão, com conhecimentos instrumentais para transformar a atual realidade social. A função da universidade passa a ser a formação de sujeitos. Mas o que tem acontecido com a universidade? Quais os problemas que enfrenta? Como mudar seu modelo tradicional, que não atende mais às atuais necessidades? Como assumir uma atitude

inovadora? Como reformar a sua configuração? Como atuar num cenário de constantes crises? Como entrar no mundo acadêmico? Diante de tantas indagações, pode-se afirmar que a própria universidade está passando por uma profunda crise.

Para Souza Santos (2005) existem três crises nas universidades hoje: a crise da hegemonia (contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que o novo século impõe), a crise da legitimidade (restrições do acesso e reivindicações da igualdade de oportunidades) e a crise institucional (autonomia na definição de objetivos da universidade), com a pressão segundo critérios de produtividade de natureza empresarial.

De acordo com Panizzi (2006), a tarefa é pensar e construir a universidade que os tempos de hoje estão a exigir, por ser definida como um importante patrimônio social que se caracteriza precisamente pela sua dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. A universidade é, por excelência, agente constitutivo de um processo estratégico de construção de uma identidade social e de um projeto de nação.

Quanto aos investimentos em educação, o continente sul-americano é a região do planeta que menos investe em educação superior, de modo que os reflexos dessas políticas de formação educacional – condição para alcançar o desenvolvimento – são evidentes e as perspectivas, preocupantes. (PANIZZI, 2006). A realidade mostra que não existe coerência na sua configuração – em termos de atendimento da demanda social por educação superior – com a difundida valorização do conhecimento como condição para o desenvolvimento econômico e social.

Neste início de século, a humanidade conta com a maior população jovem, entre 15 e 24 anos, de toda a sua história. Os dados do Fundo de População das Nações Unidas mostram que nesse período até 2010 ingressarão no mercado de trabalho, nos países em desenvolvimento, 700 milhões de jovens, número superior ao conjunto da mão-de-obra dos países desenvolvidos, em 1990. Sem dúvida, isso significa um enorme desafio aos Estados e seus governantes, aos sistemas educacionais e a sociedade. (PANIZZI, 2006, p. 12).

Contextualizando o tema, entende-se que, com a prevalência do conhecimento, com o grande aumento da demanda dos jovens por educação superior, com a necessidade de expansão do seu alcance no espaço e no tempo, já não se pode continuar pensando a universidade como se pensava até ontem. É necessário que se faça a sua reestruturação, pois é inadiável a necessidade de sua transformação de maneira orgânica e nas suas bases constitutivas: acadêmicas e institucionais.

Citando Buarque (2003), o mundo, no início do século XXI, passou por uma imensa desarticulação ideológica, que incluiu uma enorme dissociação política e uma desigualdade social maciça. Diante dessas transformações radicais, a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social. Ela também precisa mudar, não apenas se ajustando, mas se transformando para atender à nova realidade técnica e às novas exigências que o mundo impõe às ideias. O desafio da universidade para as próximas décadas é maior do que mudar: é evoluir e ser diferente.

A universidade não pode ser autônoma em relação ao futuro, tampouco em relação ao povo, à sociedade, à civilização. As tendências e as modificações do atual cenário social, num mundo cujo ritmo de mudança se acelera a cada dia, levam a que a universidade tenha de responder à necessidade de melhorar a qualidade do ensino, aumentar o número de vagas, incentivar a pesquisa em todos os níveis educacionais, estimular a inovação tecnológica, promover atitudes empreendedoras, aumentar a produtividade institucional e oferecer maiores e melhores serviços à sociedade. Essas são algumas das questões que desafiam a universidade, ou seja, não são poucas nem pequenas as tarefas a serem resolvidas.

Este estudo se fundamentou numa nova categoria de análise: o aluno universitário bolsista do ProUni da UPF, analisando sua trajetória pessoal até a universidade, o processo de entrada, a sua integração à vida acadêmica e sua perspectiva de vida futura.

Alguns dados são importantes para consideração: segundo o MEC/Inep, no conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável em comparação ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%).

Segundo dados do Inep, hoje (2008) 70% das universidades brasileiras são privadas e o restante, 30%, públicas. No Brasil, o ensino universitário do setor privado funciona, na sua maioria, no período da noite. Na faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual é muito baixo: de apenas 12,1% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão matriculados em algum curso superior. Este número mantém o país distante da meta do Plano Nacional de Educação de chegar a, pelo menos, 30% em 2011. Integrantes do próprio governo admitem que será muito difícil o país chegar a esse patamar na data fixada.

No Brasil, a pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. A criação de políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, e o acesso à educação superior, por meio de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, dessa forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino, parecem ser fundamentais.

Segundo o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, esse número ficou estagnado no patamar de 9% durante muito tempo e só começou a se mover recentemente. De 2005 para 2006, as matrículas de jovens no ensino superior cresceram 1,2 pontos percentuais, pois o índice era de 10,9 há dois anos (2005/2006) e havia sido de 10,4 em 2004. Uma das razões para esse baixo valor é a repetência ou mesmo a entrada tardia do aluno na educação básica, que leva a que ele ingresse na universidade com mais de 24 anos. Há também o fato de os alunos do ensino a distância, que correspondem a 4,4% do presencial, serem, em média, seis anos mais velhos do que os estudantes da educação presencial. Ainda assim, porém, se todos os matriculados no ensino superior tivessem entre 18 e 24 anos – faixa considerada adequada para esse nível –, a taxa de matrícula ficaria em 20,1%.

Diante dessa situação fica evidente a necessidade de novas formas de inclusão ao ensino superior, de novos programas de acesso, por meio de políticas públicas que promovam o aumento de vagas nas universidades. Interrogar-se sobre por que determinado fenômeno existe é uma das mais importantes perguntas que qualquer esforço científico se coloca. Vivenciar esse fenômeno no dia a dia conduz à vontade de pesquisá-lo. A curiosidade a respeito das origens e das causas dos fenômenos foi o mais instigante estímulo para este estudo.

O contexto deste estudo situa-se na educação superior, mais precisamente, na necessidade de demanda por educação superior no Brasil, que vem crescendo de forma intensa. Entretanto, observa-se que as universidades públicas não estão assumindo sua responsabilidade em atender a essa demanda, que, nos últimos tempos, tem sido satisfeita essencialmente pelas universidades privadas.

Nesse cenário, é necessário aumentar o número de estudantes no ensino. É muito provável que existam inúmeros jovens, sobretudo nas classes menos favorecidas, com talento e disposição para realizar estudos de nível superior, mas que atualmente são barrados pelo sistema de ingresso. Muitos jovens estão concluindo o ensino médio e precisando ingressar na universidade. Não o fazem porque não dispõem de recursos para enfrentar o ensino superior

pago, uma vez que, de um lado, a universidade pública limita o número de vagas e, de outro, as particulares estão cobrando mensalidades que muitas vezes não podem pagar, pois a renda familiar é baixa. Para proporcionar a esses jovens mais pobres e carentes a possibilidade de ingresso na universidade, o governo federal criou o ProUni, cujo objetivo é conceder bolsas de estudos, integrais e parciais (50% e 25%) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A convivência com essa problemática há muito anos, como professora universitária de cursos de graduação, pós-graduação, supervisora de estágios, orientadora de trabalhos de conclusão de curso e monografias de especialização, bem como a experiência adquirida em diversos cargos administrativos no contexto acadêmico, possibilitou-me a visualização, sob vários ângulos e focos, das dificuldades, necessidades e anseios desses alunos universitários para vencerem esta etapa em suas vidas. É esse um período constituído de muitos significados pessoais e sonhos profissionais, que são construídos durante a sua permanência na universidade.

A eleição da linha de pesquisa Universidade: teoria e prática está ligada a toda uma trajetória pessoal e profissional, vinculada ao contato diário com alunos universitários em sala de aula e nos demais contextos acadêmicos. A escolha de estudar o ProUni deveu-se a percepção, como professora, da obtenção de sucesso de vários alunos bolsistas em alguns cursos e o sentido entusiasmado de comprometimento, participação, interesse e motivação dos mesmos, os quais foram fatores fundamentais para o incentivo a esse estudo. Outra variável que contribuiu significativamente são os vínculos feitos com os alunos pelo fato de ministrar várias disciplinas, supervisões, orientações e conviver intensamente com as rotinas do campus universitário, sendo professora de tempo integral e com dedicação exclusiva, o que gera uma maior convivência, conhecimento e acompanhamento de forma mais intensa a cada aluno, de sua história de vida ou seja, onde moram, de onde vem, como vivem, suas dificuldades, seus interesses e perspectivas futuras, gerando uma grande responsabilidade e comprometimento no papel de professora universitária, sendo também motivo de prazer, orgulho e intensa satisfação.

Com relação às dificuldades, são inúmeras, mas pontuam-se de forma constante e predominante as questões econômicas, tais como o atraso do pagamento das mensalidades ou as dificuldades para se manter. Como estratégias de enfrentamento eles apelam para a mudança para cursos noturnos, a fim de poderem trabalhar de dia; a redução do número de créditos por semestre, o que implica mais anos na universidade; a realização de trabalhos informais paralelos (venda de roupas, artesanato, produtos de beleza, doces) como uma forma

de remuneração e contribuição aos custos acadêmicos. Recorrem ainda à realização de empréstimos e planos bancários com a opção de pagamentos após a formatura. Outras dificuldades existem, mas observa-se que o aluno vai encontrando alternativas e soluções criativas para conseguir concluir o seu curso em uma universidade particular.

Nesse contexto, a nova política possibilita medidas concretas que viabilizam a perspectiva de cursar o ensino superior, favorecendo o ingresso de alunos para os quais, em razão de sua condição econômica, entrar em uma universidade particular era uma possibilidade remota. Com a convivência com alunos bolsistas do ProUni foram surgindo indagações tais como: Em que situação se encontram esses alunos? De onde eles vêm? Como estão acompanhando seus cursos? O que significou para eles ter entrado em uma universidade particular? Como foi a sua adaptação às atividades universitárias? Como está o seu aproveitamento acadêmico? Quais são as suas dificuldades? Quais são os seus sentimentos e as suas percepções? O que costumam fazer nas horas de lazer? Como é a convivência com os outros acadêmicos não bolsistas?

Diante de tantos questionamentos, definiu-se como pergunta de pesquisa: “Quais são as trajetórias, os sentimentos/percepções e aproveitamento acadêmico dos alunos do ProUni da UPF desde seu ingresso em 2005?”. Por meio deste estudo e das reflexões atuais que o tema vem despertando no cenário da educação superior, buscaram-se junto a esses estudantes respostas ao problema de pesquisa, que delineou algumas características desse novo aluno universitário.

O **objetivo principal** desta pesquisa foi verificar como se constituem as experiências de vida desses sujeitos até a chegada à universidade, descrever e analisar como esses alunos vêm se adaptando a essa nova situação em universidades particulares, seus sentimentos/percepções, seu aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras.

Como **objetivos específicos** foram elaborados os seguintes:

- Analisar trajetórias dos alunos pertencentes ao ProUni que entraram na UPF em 2005.
- Identificar quais são as estratégias que os alunos estão encontrando para se adaptar à atual realidade universitária.
- Identificar as facilidades e as fragilidades que o aluno ProUni/2005/UPF encontrou no processo acadêmico até o presente momento.
- Relacionar que tipos de sistemas de apoio a instituição de ensino está oferecendo e/ou precisa fornecer a estes estudantes.

- Verificar o aproveitamento acadêmico desses alunos (evasão, repetência, retenção/permanência).
- Identificar como ocorreram as relações com os demais colegas, professores e funcionários.

A justificativa para a necessidade social desta investigação fundamentou-se em observações que permeiam o universo acadêmico com a nova forma de ingresso, que veio aumentar a oferta de vagas no ensino superior privado, proporcionando o acesso dos grupos mais desfavorecidos ao mundo universitário. Ao mesmo tempo, ainda há poucas pesquisas que mostrem o aproveitamento desses novos alunos na universidade. Este estudo pode contribuir esclarecendo como se encontram esses alunos, como percebem essa nova realidade, os sentimentos que afloram pela convivência com a comunidade universitária e suas perspectivas futuras.

Desta forma o Programa Universidade Para Todos (ProUni), como uma política de Ação Afirmativa, objetiva facilitar o acesso as universidades visando diminuir as desigualdades, particularmente em relação as instituições de ensino superior.

É um fato importante perceber que as universidades começaram a tratar e discutir mais profundamente estas questões sociais, abrindo espaços reais para a temática das desigualdades sociais. Sabe-se que o caminho é longo, mas já está sendo percorrido e os debates e questionamentos surgem com mais frequência e estão evidenciando efeitos que dentro do contexto de inclusão social nos aproxima um pouco mais de situações que envolvem justiça social. O filósofo grego Aristóteles foi o primeiro a propor uma teoria sistemática de justiça e, o capítulo a seguir contribui com definições e conceitos sobre este tema que de uma forma ampla regula práticas sociais complexas e diz respeito mais precisamente a este reconhecimento da sociedade, pensando o direito a partir da justiça.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TESE

Neste capítulo se apresentam os resultados da pesquisa bibliográfica desenvolvida em busca de teorias que ofereçam subsídios para as questões sobre igualdade e inclusão social. Foi-se em busca de teorias convencionais sobre direito e justiça para nelas se encontrar referenciais e contribuições para obter meios de alcançar uma sociedade mais justa. Pesquisam-se também algumas legislações, fazendo-se uma leitura da realidade brasileira e do atual contexto do prisma social e educacional, este último especificamente quanto à educação superior no Brasil, bem como das complexas dificuldades do cenário e medidas que vêm sendo tomadas. As ações afirmativas passam a ser apontadas, então, como políticas para combater a desigualdade social, entre elas o ProUni, foco deste estudo.

A base conceitual deste estudo parte da seguinte fundamentação teórica:

- a teoria da igualdade de Aristóteles;
- a teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio;
- Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH);
- princípios da Constituição Federal de 1988:

1.1 A TEORIA DA IGUALDADE DE ARISTÓTELES: CONCEITOS DE IGUALDADE

A igualdade sempre esteve no centro do pensamento humano. No caso do Brasil, a história pode ser lida como uma história que foi, desde o início, constituída pelas diferenças multiculturais e multiétnicas. Essas diferenças foram ora se mesclando, ora se cristalizando e, no momento atual, também se refletem em disparidades sociais e econômicas, gerando uma grande desigualdade social.

Segundo Rodrigues (2005), na Antiguidade Clássica, mais especificamente na Grécia e em Roma, que constituem a base do pensamento jurídico, político e filosófico do Ocidente, a igualdade sempre esteve no centro do pensamento humano. Assinala o autor:

Na Grécia Antiga, apesar de todo o ideal democrático existente, podemos perceber que, sob um ponto de vista moderno, não havia uma real igualdade entre os homens. Em Atenas, principal centro político da época, somente aqueles considerados cidadãos é que poderiam participar da vida política na *polis*, ou seja, apenas os homens atenienses livres e maiores de 20 anos possuíam a cidadania ativa. Estavam excluídos os estrangeiros, os escravos, as mulheres e as crianças. (RODRIGUES, 2005, p. 1).

Aristóteles foi um filósofo grego que nasceu em 384 a.C. e morreu em 322 a.C., cujos pensamentos filosóficos e ideias sobre a humanidade têm influência significativa na educação e no pensamento ocidental contemporâneo. Na obra *Política* (p. 236), Aristóteles refere que “a primeira espécie de democracia é aquela que tem a igualdade por fundamento. Nos termos da lei que regula essa democracia, a igualdade significa que os ricos e os pobres não têm privilégios políticos, que tanto uns como outros não são soberanos de um modo exclusivo, e sim que todos o são exatamente na mesma proporção”.

Elucidando o conceito de justiça de Aristóteles – “faz parte da essência do direito tratar iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, de acordo com o grau e a intensidade de suas diferenças” – faz sentido lembrar que as políticas de ações afirmativas pressupõem um tratamento diferenciado para aqueles que estão em desvantagem na sociedade. Com base nesse pressuposto, essas políticas visam promover a igualdade de oportunidades e diminuir as desigualdades que as políticas universais não resolvem. O Programa Universidade para Todos tem na sua essência este objetivo: corrigir as históricas desigualdades de acesso ao ensino superior.

Aristóteles destaca dois sentidos de justiça e injustiça: o justo pelo respeito à lei e o justo por respeito à igualdade. Aristóteles formulou a teoria da justiça da “equidade”. A noção de equidade foi exposta como uma correção da lei quando é deficiente em razão de sua universalidade, ou seja, um complemento da justiça que permite adaptá-la aos casos particulares. A justiça equitativa permite dar a cada um o que lhe é de direito.

A igualdade que se declara não é formal e negativa, no pressuposto de que a lei não deve estabelecer nenhuma diferença entre os indivíduos, tratando todos igualmente, mas material (real ou substancial), que reconhece as diferenças entre os indivíduos nas hipóteses de ações reproduzíveis no dia a dia. A igualdade que discrimina para não excluir, que tece uma lei neutra sem privilégios para os poucos, busca a generalidade da lei positiva e abstrata; por isso, realça-se o conceito realista: a proporcionalidade da igualdade, ou seja, tratar iguais os substancialmente iguais.

Para Aristóteles, a igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Esse pensamento do celebre filósofo não quis disseminar o preconceito entre as diferenças, mas considera que, como essas diferenças existem, que sejam tratadas como tais com a finalidade de integrar a sociedade. A igualdade na *polis* foi retratada por Aristóteles de duas formas muito claras: a igualdade geométrica e a igualdade aritmética. Contudo, antes de se analisar a igualdade na filosofia aristotélica, é importante refletir sobre a ideia de justiça

que permeou o pensamento de Aristóteles, pois é por meio desta que temos o entendimento da concepção de igualdade para os atenienses.

Da justiça distributiva é que se compreende a igualdade geométrica, que, conforme Galuppo (2002, p. 48), "seria, da ótica moderna, um critério de exclusão social", pois confere diferentes valores e direitos às pessoas, tratando-as de maneira diversificada, o que foi, assim, essencial para a existência da pólis grega. Neste tipo de igualdade os homens se distinguem, proporcionalmente, uns dos outros pelo valor de cada um.

A igualdade aritmética é aquela que advém da justiça corretiva e que era a menos importante em Atenas, mas, mesmo assim, existia dentro da igualdade geométrica, ou seja, formava a igualdade entre os diferentes na pólis. Dessa forma, entre os cidadãos atenienses havia um tratamento igualitário, o que não percebemos entre estes e os outros grupos. "Para o ateniense, o homem só podia exercer a política em liberdade e só podia ser livre entre seus pares". (VILANI, 2000, p. 19).

Isso tudo faz que a Antiguidade e a Idade Média, por influência de Aristóteles, tomem a palavra "igualdade", primariamente, como igualdade geométrica (se bem que sem excluir, dentro da igualdade geométrica, uma igualdade aritmética, pois entre os integrantes da demos (unidade política na Grécia Antiga) em especial entre os melhores, é possível concebê-la, assim como entre os escravos também é possível concebermos uma igualdade aritmética). Então, a polis é concebida como a harmonia de desiguais. (GALUPPO, 2002, p. 48).

Esta última forma, a igualdade aritmética, seria a preponderante e a determinante para com os ideais de igualdade que estiveram presentes na Idade Moderna e que influenciaram as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. Segundo Aristóteles,

a justiça é aquela disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, que as faz agir justamente e a desejar o que é justo. A justiça é a maior das virtudes e pode ser dividida em duas modalidades: a justiça distributiva e a corretiva. Para a primeira, agir com justiça é dar a cada um segundo o seu valor, o seu mérito, ou seja, utiliza-se de critérios de proporcionalidade e é uma forma de se manter uma sociedade totalmente hierarquizada. Já a justiça corretiva será o meio-termo entre perda e ganho sendo um fator intermediário, equânime. (2003, p. 111).

A principal teoria sobre a justiça proposta por Aristóteles diz que a justiça é o principal fundamento da ordem do mundo. Todas as virtudes estão subordinadas à justiça. A justiça é indissociável da pólis, ou seja, da vida em comunidade, e realiza-se na prática constante da relação com o outro. A ética e a justiça não são adquiridas nos livros ou através

do pensamento, mas, sim, na vida prática. A justiça considerada como virtude moral consiste, essencialmente, em dois fatores: a obediência às leis da pólis e o bom relacionamento com os cidadãos. A teoria aristotélica, no livro V, permite fundamentar a existência de juristas e do direito como uma entidade autônoma. Aristóteles destacava dois sentidos de justiça e injustiça: o justo pelo respeito à lei e o justo por respeito à igualdade. Aristóteles formulou a teoria da justiça da “equidade”.

A noção de equidade foi exposta como uma correção da lei quando é deficiente em razão de sua universalidade, **ou seja, um complemento da justiça que permite adaptá-la aos casos particulares**. A justiça equitativa permite dar a cada um o que lhe é devido, levando-se em consideração seus dotes naturais, sua dignidade, as funções que desempenha e o grau hierárquico que ocupa na sociedade. Ao estudar a questão da justiça, Aristóteles identifica vários tipos: a justiça como virtude denomina-se “justiça geral”, ao passo que à justiça mais específica se chama de “justiça particular”, que é o objeto próprio do direito, da ciência jurídica. Com essa distinção, Aristóteles estabelece já aí a divisão entre a justiça natural e positiva. Da justiça política, uma parte é natural; a outra é legal. A natural tem em qualquer lugar a mesma eficácia e não depende das nossas opiniões; para a legal é, em sua origem, indiferente que se faça assim ou de outro modo, mas, uma vez estabelecida, deixa de ser indiferente. (Cap. 7, Livro V, *Ética a Nicômaco*).

Há, desse modo, segundo Aristóteles, uma justiça geral e uma justiça particular. A justiça geral é a observância da lei, o respeito à legislação ou às normas convencionais instituídas pela pólis; tem como objetivo o bem comum, a felicidade individual e coletiva. A justiça geral é também chamada de “justiça legal”. Para os gregos, a justiça legal compreendia não somente a justiça sob a forma do ordenamento jurídico positivo, mas principalmente as leis não escritas, universais e não derogáveis do direito natural. As leis civis são uma garantia contra a injustiça, mas não têm poder para fazer os indivíduos justos e bons. A justiça particular tem por objetivo realizar a igualdade entre o sujeito que age e o sujeito que sofre a ação.

Para Ferreira (2005) a busca da igualdade entre as pessoas é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, livre e justa. As reivindicações pela igualdade estão apoiadas na ideia de que todos os indivíduos são portadores dos mesmos direitos fundamentais e são alimentadas pela contradição entre essa ideia e as desigualdades verificadas cotidianamente nos campos da educação, trabalho, saúde, moradia, lazer, alimentação. Igualdade é a qualidade de igual, é um nivelamento de coisas. Ser igual é ter elementos idênticos ao outro, é estar no nível do outro, ter os mesmos direitos do outro.

A igualdade se caracteriza como uma categoria relacional. Não se pode ser igual se não em relação a alguma coisa. Na matemática, a igualdade corresponde a partes iguais, a um membro que é igual ao outro. O próprio símbolo da igualdade, duas retas paralelas, mantém a mesma distância até o infinito. Qualquer alteração nessas medidas recai em um outro símbolo, maior, menor, diferente. É o conceito de diferença que rompe com a lógica do maior ou do menor. A transversalidade do traço sobre o símbolo da igualdade (\neq) significa dizer que não se trata de algo que não é nem menor, nem maior, mas diferente. (FERREIRA, 2005, p. 2).

Nesse contexto, é importante lembrar que o ProUni é um programa do governo federal que tem como objetivo principal inserir estudantes de baixa renda na universidade por meio de bolsas de estudo (parciais e integrais) em instituições privadas de ensino superior (que recebem isenção de alguns impostos). A seleção é feita com base nos resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essa política pública tem como função a promoção da inclusão social, mostrando que é possível atrair alunos vindos de escolas públicas e por méritos cursar o ensino superior (notas do Enem). Dessa forma, a sociedade torna-se mais democrática, aumentando a inclusão de pessoas capazes, mas pobres, no curso superior. O fato de o programa oferecer uma bolsa fixa (a Bolsa Permanência é um benefício, no valor de até R\$ 300,00 mensais, concedida a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com, no mínimo, seis semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a seis horas diárias de aula) contribui para que este aluno atenda às necessidades acadêmicas principais. Como ação de caráter temporário, o ProUni pretende cobrir um vácuo e introduzir mais jovens de baixa renda na educação superior.

Em suas reflexões sobre ética, Aristóteles afirma que o propósito da vida humana é a obtenção do que ele chama de “vida boa”. Isso significa ao mesmo tempo “vida do bem” e “vida harmoniosa”, ou seja, para ele, ser feliz e ser útil à comunidade são dois objetivos sobrepostos, ambos presentes na atividade pública. O melhor governo, dizia ele, seria “aquele em que cada um encontra o que necessita para ser feliz”.

A imitação é o princípio do aprendizado. Aristóteles, ao contrário de Platão, não era um crítico da sociedade e da democracia de Atenas; considerava a família, como se constituía na época, o núcleo inicial da organização das cidades e a primeira instância da educação das crianças. Atribuía, no entanto, aos governantes e aos legisladores o dever de regular e vigiar o funcionamento das famílias para garantir que as crianças crescessem com saúde e obrigações cívicas. Por isso, o Estado deveria também ser o único responsável pelo ensino. Na escola, o princípio do aprendizado seria a imitação. Segundo ele, os bons hábitos se formariam nas crianças pelo exemplo dos adultos.

Relata Rodrigues (2005) que o fim da Idade Média foi marcado pelo ressurgimento do comércio, pela migração do homem para as cidades, pelo impulso das grandes navegações e pela emergência dos valores individuais. Todos esses fatores acarretaram a queda do feudalismo e o enfraquecimento do poder da Igreja Católica, com a consequente formação dos Estados nacionais na Europa Ocidental e o surgimento de um novo conceito de igualdade, que pôde romper com as tradições e com os valores feudais, não mais condizentes com os anseios do homem moderno.

Assinala Galuppo (2002) que a modernidade é uma época marcada pelos descentramentos, os quais foram causados por uma série de fatores, como o valor do indivíduo, o ressurgimento do comércio e das navegações, a formação dos Estados nacionais, o Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Científica. Todos foram essenciais para a eclosão de um novo conceito de igualdade, que começou a se formar na Modernidade e se consolidou com a Revolução Francesa e o início da Idade Contemporânea.

De acordo com Rodrigues (2005), os valores individuais foram determinantes na Idade Moderna. O sujeito adquiriu importância no meio social, diferentemente do que ocorria na Antiguidade e na Idade Média, quando predominavam os valores coletivos. Na Modernidade, primeiro se pensa o sujeito com suas particularidades e anseios para depois se pensar na sociedade, que nada mais é do que a junção dos interesses de cada indivíduo. O privado supera o público e o indivíduo prevalece sobre o corpo social. Se, para os antigos, "a virtude cívica significava subordinação dos interesses pessoais aos ideais coletivos, entre os modernos, o ordenamento das questões públicas deve respeitar e refletir as preferências individuais". (VILANI, 2000, p. 20).

Entretanto, mesmo diante de tantas transformações e de rupturas, a sociedade moderna ainda permanecia com as marcas da Idade Média, ou seja, a igualdade geométrica ainda se fazia presente e a divisão social entre clero, nobreza e povo era uma clara demonstração de que mudanças deveriam ocorrer para a afirmação da igualdade e do fim dos privilégios da nobreza.

O início da Idade Contemporânea foi marcado pela eclosão da Revolução Francesa de 1789, que propiciou mudanças no conceito de igualdade, juntamente com a derrota do feudalismo e do absolutismo monárquico. Após a proclamação dos ideais burgueses na Europa, a burguesia pôde, finalmente, promover a Revolução Industrial, que permitiu um grande crescimento econômico e a proclamação da igualdade formal. (RODRIGUES, 2005). Contudo, como afirma Magalhães (2000, p. 44), "esse individualismo dos séculos XVII e XVIII corporificado no Estado Liberal e a atitude de omissão do Estado diante dos problemas

sociais e econômicos conduziram os homens a um capitalismo desumano e escravizador. O século XIX conheceu desajustamentos e misérias sociais que a Revolução Industrial agravou e que o Liberalismo deixou alastrar em proporções crescentes e incontroláveis”.

Todas essas variáveis e a incessante busca por novos mercados levaram os países europeus à corrida imperialista, buscando cada vez mais a expansão do capitalismo industrial. A realização da igualdade ficou cada vez mais distante, pois o que se viu foi a exploração, a miséria, a fome e profundas desigualdades. A partir desses fatos e injustiças surgiram várias teorias e doutrinas que buscaram a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Destaca Rodrigues (2005) que os Estados totalitários produziram grandes desigualdades e uma enorme repressão ao povo, sendo a causa decisiva para a eclosão do maior conflito militar ocorrido até hoje: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nunca se viu, em toda a Europa, tanta perseguição às minorias, principalmente aos judeus, como nesse período, tanto que se estima que seis milhões deles foram mortos em campos de concentração. No final do conflito foram criadas as Nações Unidas (UN), em substituição à Liga das Nações, que havia fracassado como instituição responsável pela manutenção da paz e dos direitos. Assim, diante do desrespeito aos direitos humanos, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o mais importante documento internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que já em seu art. 1º consagra a igualdade entre todos.

"O período pós-guerra trouxe o renascimento do Estado Social, assim como a expansão do Estado Socialista". (MAGALHÃES, 2000, p. 67). A igualdade adquiriu uma nova forma, a igualdade material, possibilitadora da realização máxima do bem-estar social, diferentemente da igualdade formal dos liberais até então prevalecente. Contudo, esse Estado social e essa igualdade material não foram realidades no Brasil e nos outros países latino-americanos, que viveram longos períodos de ditaduras. A desigualdade, a opressão e a miséria continuaram a prevalecer incondicionalmente. Com a queda do muro de Berlim, em 1989, o fim do socialismo como sistema político e a redemocratização em alguns países europeus e na América Latina, o princípio da igualdade adquiriu uma nova feição com o Estado Democrático de Direito, que veio para ampliar o espaço de discussão e participação democrática, possibilitando o pleno exercício da autonomia política dos cidadãos, os quais, agora, são considerados co-autores dos processos políticos do Estado.

No dizer de Canotilho (1999, p. 94), o Estado Democrático de Direito deve ser visto "como uma ordem de domínio legitimada pelo povo". Daí a necessária participação de todos nos processos democráticos, tendo em vista a legitimidade do direito. Portanto, "a cidadania ativa no Estado democrático de direito pressupõe um cidadão político, apto a fazer valer suas

reivindicações perante os governantes, que devem arcar com as responsabilidades de seus atos". (SOARES, 2004, p. 222). Assim, "a igualdade procedimental do período contemporâneo deve ser entendida como uma igualdade aritmeticamente inclusiva para viabilizar que um número crescente de cidadãos possa simetricamente participar da produção de políticas públicas do Estado e da sociedade". (CRUZ, 2003, p. 16).

Um pressuposto básico para a existência de um Estado que se diga "democrático de direito" é a real igualdade entre os seus cidadãos e a vedação de práticas excludentes, pois "só garantindo a igualdade é que uma sociedade pluralista pode se compreender também como uma sociedade democrática", justa e solidária. (GALUPPO, 2002, p. 210).

Conforme Rodrigues (2005), a grande questão, portanto, é promover o acesso com participação democrática nos mais diversos setores da sociedade e do Estado. E esta deve ser função das ações afirmativas na educação, criando espaço plural e inclusivo nas condições de uma democracia participativa e plural. Assim, podem-se conceituar as ações afirmativas como uma espécie de ação positiva que tem em vista a promoção de minorias socialmente discriminadas e a efetivação do princípio da igualdade no Estado Democrático de Direito, visto que não se pode falar em igualdade sem a necessária participação e inclusão de todos nos processos democráticos, pois cada cidadão é intérprete da Constituição e coautor das leis através de formações discursivas e democráticas.

Nos últimos anos, verifica-se o aumento de ações e debates em torno de políticas educacionais direcionadas à superação das desigualdades sociais, para permitir que os indivíduos sejam tratados como iguais, podendo ter acesso à plena realização dos direitos individuais e possibilitando a participação de todos em todas as etapas educacionais. Torna-se algo muito complexo a conquista da igualdade num país capitalista multicultural, onde a diferença passou a ter um espaço maior e as esperanças por transformações sociais passam a ser mais significativas. O desafio é educar as crianças e os jovens, propiciando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo. Esse desafio precisa ser prioridade das políticas educacionais de governo, entre as quais destacamos o foco deste estudo: o Programa Universidade para Todos.

Marques (2008) assinala que é possível observar que os programas de ações afirmativas consistem num ajuste parcial, embora necessário, de desigualdades sociais e raciais pregressas. Constata-se ainda que é indispensável democratizar efetivamente a educação básica pública, oferecendo um ensino de qualidade a todos os que, em virtude da cor da pele e de seu estrato social, não costumam ter acesso a ela. O ProUni possibilita, como

medida emergencial, o sonho da graduação, o que era muito difícil a um grande número de jovens brasileiros. Talvez num futuro bem próximo possamos avaliar com mais precisão “essa primeira geração de bolsistas do ProUni”, que poderão, em razão da sua qualificação educacional de nível superior, contribuir positivamente para um futuro melhor deste país.

A Tabela 1 mostra o número de instituições de educação superior do país, por organização acadêmica, permitindo observar o reduzido número de instituições públicas, perfazendo um total de 249, e um elevado número de instituições privadas, 2.032. Portanto, esses dados explicam as dificuldades impostas aos jovens para frequentar um curso superior.

Tabela 1: Distribuição do número de instituições de educação superior por organização acadêmica – Inep 2007

Unidade da Federação/Categoria	Total geral			
	Administrativa	Total	Capital	Interior
Brasil		2.281	825	1.456
Pública		249	83	166
Federal		106	55	51
Estadual		82	28	54
Municipal		61	-	61
Privada		2.032	742	1.290
Particular		1.594	590	1.004
Comun/Confes/Filant		438	152	286

Fonte: Ministério da Educação, Inep, Censo Educação Superior 2007. Consulta em: mar. 2009.

O ProUni fez um recorte social e incluiu uma parcela de alunos que teriam dificuldades de acesso às vagas na universidade pública e também restrições nas instituições privadas pelo valor das mensalidades. Muitos jovens, agora com idade mais avançada, já haviam perdido a expectativa de concluir uma graduação, mas agora podem voltar aos bancos universitários retomando antigos sonhos e resgatando direitos. Ainda, as instituições privadas que aderem ao programa são beneficiadas com algumas isenções fiscais e parcelamento de dívidas com a União, se as possuírem.

O ProUni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2008, cerca de 385 mil estudantes, sendo 270 mil com bolsas integrais. Desde 2007, o ProUni – e sua articulação com o FIES – é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (BRASIL).

Tabela 2: Número de IES por organização acadêmica e localização segundo a unidade da federação (RS) - Inep – Censo Educação Superior 2007

Estado do Rio Grande do Sul			
Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Total	Capital	Interior
Rio Grande do Sul	100	29	71
Pública	11	3	8
Federal	10	2	8
Estadual	1	1	-
Municipal	-	-	-
Privada	89	26	63
Particular	53	21	32
Comun/Confes/Filan	36	5	31

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação, Inep, Censo Educação Superior 2007. Acesso em: mar. 2009.

Na Tabela 2 pode-se observar a distribuição dos estabelecimentos de ensino superior no Rio Grande do Sul, que são, em sua maioria, de origem privada, perfazendo um total de 89 instituições, com um baixo número de públicas, 11 apenas, observando-se que existe maior capilaridade no oferecimento de vagas no interior do estado da parte do setor privado. Esses dados, mais uma vez, evidenciam a necessidade de políticas de expansão do ensino superior para as classes economicamente desfavorecidas.

De acordo com Mello (2005), a lei que distingue é a mesma que protege os cidadãos em seus direitos e deveres; ela elege requisitos de diferenciação sem que isso se faça de maneira desproporcional. Percebe-se, então, que para se estabelecer critérios discriminatórios deve haver uma correlação lógica entre o fator de discriminação e a desequiparação procedida – ser igual não significa que somos iguais em número e grau, tampouco que somos absolutamente diferentes. Igualdade é ser coerente com o que nos satisfaz e faz bem para todo um grupo de pessoas (comunidade, sociedade). A lei não pode conceder tratamento específico, vantajoso ou desvantajoso em atenção a traços e circunstâncias peculiarizadoras de uma categoria de indivíduos se não houver adequação racional entre o elemento diferencial e o regime dispensado aos que se inserem na categoria diferenciada.

Com relação às características do povo brasileiro, pode-se dizer que uma das principais é a miscigenação racial, além da grande desigualdade social, visto que os estados do Brasil apresentam muitas diferenças étnicas, culturais, sociais e educacionais, em especial o estado do Rio Grande do Sul, onde se realizou esta pesquisa, historicamente colonizado por imigrantes europeus. Neste estudo observa-se a influência das colonizações alemãs e italianas, pois de 1875 a 1914 cerca de cem mil italianos imigraram para o Rio Grande do Sul. A colonização italiana foi efetuada no alto das serras, porque as terras baixas já haviam sido ocupadas pelos alemães. Neste espaço geográfico nascia um Brasil peculiar, com pessoas que falavam alto, com grandes famílias em busca de terras para plantar e sobreviver. Nas regiões

altas do sul do Brasil surgiu um Brasil altamente italianizado, com características peculiares e bem diferentes das do restante do país, com índices de escolaridade e saúde mais elevados que outros estados e uma população caracteristicamente de cor branca, o que é observado nas estatísticas populacionais.

Esses dados históricos possibilitam compreender hoje o baixo percentual de negros na região, uma vez que o Rio Grande do Sul foi escolhido pelos imigrantes por possuir características geográficas e climáticas semelhantes às do seu país de origem. No estado, a população negra tem, historicamente, um percentual pequeno de representantes, o que os dados do IBGE mostram ao identificar que, atualmente (2009), o contingente populacional de pretos e pardos é de 17,21%, ou seja, 5,86% de negros e 11,35% de pardos. Veja-se a Tabela 3, sobre a distribuição da população segundo a cor no estado do Rio Grande do Sul:

Tabela 3: Distribuição da população por raça/cor - RS - IBGE 2007

Unidade da Federação = Rio Grande do Sul		
Ano = 2007		
Cor ou raça	Variável	
	População residente (Mil pessoas)	População residente (Percentual)
Branca	9.140	82,32
Preta	651	5,86
Amarela	4	0,04
Parda	1.260	11,35
Indígena	40	0,36
Sem declaração	7	0,06

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio/ IBGE, Passo Fundo.

Segundo o estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, que foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o IBGE em setembro de 2008, a maior proporção de brancos no Brasil foi registrada na região Sul, com 89,4%. A região também apresentou a menor proporção de pretos (6%) e pardos (4,3%) do país. Em 2000, a região Sul manteve a proporção elevada de brancos (83,6%), com Santa Catarina (94,4%) e Rio Grande do Sul (88,7%) evidenciando o censo com o percentual de brancos em razão da imigração, especialmente de alemães e italianos.

Na cidade de Passo Fundo - RS, onde foi realizada esta pesquisa com alunos do ProUni da UPF, o mesmo perfil é observado, pois a maioria de alunos revelou descendência de italianos e alemães. Na universidade estudada procuraram-se dados sobre o número de alunos de cor negra, porém praticamente inexistem essas informações na instituição. Veja-se a Tabela 4, sobre a distribuição da população segundo cor/raça no município.

Tabela 4: Distribuição da população por cor/raça na cidade de Passo Fundo /RS – IBGE 2000

Município = Passo Fundo – RS		
Sexo = Total		
Situação do domicílio = Total		
Grupos de idade = Total		
Ano = 2000		
Cor ou raça	Variável	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Branca	149.589	88,80
Preta	3.543	2,10
Amarela	121	0,07
Parda	14.387	8,54
Indígena	393	0,23

Fonte: IBGE – Passo Fundo: Censo Demográfico de 2000.

Observa-se na Tabela 4 um reduzido número de negros em Passo Fundo, com apenas 2,1%; se somados aos pardos, esse número sobe para 10,64%, percentual semelhante aos baixos índices do estado. Neste trabalho, considerando a amostra de sujeitos estudada (total de 18), foram encontrados apenas um aluno descendente de negros e um de índios, o que mais uma vez reforça os dados citados.

Quanto ao ProUni, este programa tem na sua essência as questões econômicas (alunos de baixa renda) e os requisitos básicos conforme a lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que estabelece no parágrafo primeiro do artigo 1º: “A bolsa de estudo integral será concedida para brasileiros cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 (um) salário-mínimo e ½ (meio) e a bolsa parcial de 50% para renda familiar per capita não exceda ao valor de até 3 (três) salários-mínimos”. No artigo 2º “prevê que a bolsa será destinada a estudantes que tenham feito o ensino médio em escola pública, a estudantes portadores de deficiência e a professores da rede pública que ainda não tenham curso superior”. Por sua vez, o artigo 7º, inciso II, estabelece que deverá existir um percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados pretos, pardos ou índios, mas que deverão também se enquadrar nos demais critérios (chamados de “critérios básicos”) de seleção do programa. Portanto, fica evidente o enquadre com base no perfil socioeconômico, pois o que vai permitir a entrada no programa é, num primeiro momento, a nota do Enem e, após, a renda familiar.

A discriminação motivada por pertencimento a um grupo social encontra-se disseminada em diversos campos. Se o sistema educacional é o campo no qual são reproduzidos muitos dos estereótipos existentes em nossa sociedade, no caso da questão socioeconômica, esta ainda se constitui numa esfera marcada por fortíssimas desigualdades. Essa é uma característica muito importante na medida em que o acesso à escolaridade é uma

das formas por excelência de ascensão social e de potencialização do acesso a muitas etapas. Dessa forma, enquanto as desigualdades se perpetuarem no campo educacional, também estará garantida a perpetuação de seus mecanismos de reprodução. Nesse sentido, os indicadores educacionais se convertem num importante instrumento de percepção do quão desiguais são as possibilidades de construção de oportunidades sociais para os diferentes grupos sociais.

Na universidade pesquisada buscaram-se informações sobre percentual de alunos bolsistas do programa hoje (2009). Segundo o relatório fornecido pelo MEC, a UPF tem 2.928 alunos bolsistas do ProUni matriculados no primeiro semestre de 2009, dos quais 1.584 possuem bolsa integral e 1.344, bolsa parcial de 50%, conforme a tabela elaborada pelo Ministério da Educação. Quanto a dados de alunos portadores de deficiência, negros, pardos e índios, constatou-se que inexistem dados e estatísticas dessa natureza como universidade, nem como universidade que faz parte do programa ProUni, pois esses critérios servem apenas como critérios de entrada; posteriormente, nem aparecem mais nas tabelas de controle de aluno, visto que todos passam a ser alunos da mesma forma. (Figura 1).

Ministério da Educação
ProUni

Informações Gerais

Informações Gerais :: Cadastros :: Adesão/Aditivo :: Processo Seletivo :: Manutenção de Bolsas :: Relatórios

Formulário: Relatório Geral de Bolsistas

Usuário: TIAGO PARNOW
Perfil: Coordenador / Representante
Validade do Certificado: 17/6/2011 20:59:59

Relatório IES

Mantenedora: 20 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Legenda: **I**=Bolsista Ingressante | **U**=Bolsa em Utilização | **S**=Bolsa Suspensa | **E**=Bolsa Encerrada | **P**=Bolsa Pendente

Os relatórios refletem as informações gravadas até o dia 30/03/2009.

IES <small>Clique sobre a IES para gerar o relatório da Unidade/Campus.</small>	Tipo de Bolsa														
	Integral					Parcial 50%					Parcial 25%				
	I	U	S	E	P	I	U	S	E	P	I	U	S	E	P
Ingresso no Processo Seletivo 1º/2005															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	350	233	1	116	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	350	233	1	116	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 2º/2005															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	34	25	2	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	34	25	2	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 1º/2006															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	316	234	9	73	0	5	4	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	316	234	9	73	0	5	4	1	0	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 2º/2006															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	168	136	5	27	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	168	136	5	27	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 1º/2007															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	299	252	8	39	0	427	251	56	120	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	299	252	8	39	0	427	251	56	120	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 2º/2007															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	141	116	10	15	0	185	108	31	46	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	141	116	10	15	0	185	108	31	46	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 1º/2008															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	162	139	11	12	0	559	410	37	112	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	162	139	11	12	0	559	410	37	112	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 2º/2008															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	153	151	2	0	0	251	182	17	52	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	153	151	2	0	0	251	182	17	52	0	0	0	0	0	0
Ingresso no Processo Seletivo 1º/2009															
20 - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	304	298	0	6	0	434	385	0	49	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	304	298	0	6	0	434	385	0	49	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL:	1927	1584	48	295	0	1865	1344	142	379	0	0	0	0	0	0

Legenda: **I**=Bolsista Ingressante | **U**=Bolsa em Utilização | **S**=Bolsa Suspensa | **E**=Bolsa Encerrada | **P**=Bolsa Pendente

Fonte: Ministério da Educação, ProUni.

Figura 1: Relatório geral de bolsistas da Instituição de Ensino Superior

1.2 A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO DE NORBERTO BOBBIO 4

Estudar o termo “igualdade” num país capitalista e detentor de tantas diferenças sociais parece ser algo complexo, acrescido ainda de ser um país composto por uma sociedade multicultural. Atualmente, a diferença passou a ter maior visibilidade e as questões relacionadas à igualdade parecem ser possíveis a partir de determinadas atitudes, como o que se pretende estudar nesta pesquisa, ou seja, as questões relacionadas a programas inovadores educacionais, mais especificamente o ProUni, na educação superior. O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural, visto que o sujeito se torna capaz de desenvolver conhecimentos que lhe darão maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar com a sua transformação.

Rastreando ideias sobre igualdade, recorre-se às contribuições de Norberto Bobbio, considerado um dos maiores filósofos políticos contemporâneos. Bobbio foi senador vitalício da Itália, nascido em Turim, onde estudou direito e filosofia, foi professor universitário e jornalista. É conhecido como filósofo que se aplicou ao estudo dos direitos humanos, da filosofia e da política; dedicou-se, ainda, às questões centrais da democracia, da liberdade, da igualdade, da república e dos direitos humanos, que foram os elementos básicos de sua atividade intelectual e política. Dessa maneira, Bobbio contribuiu para aproximar as pessoas pelo debate, colaborando para o exercício da cidadania e o avanço dos direitos humanos nas democracias ocidentais. Por isso, Norberto Bobbio é considerado um dos maiores filósofos contemporâneos.

O ordenamento jurídico é caracterizado por Bobbio (1999) como complexo, por ter múltiplas fontes geradoras de normas:

A complexidade de um ordenamento jurídico deriva do fato de que a necessidade de regras de conduta numa sociedade é tão grande que não existe nenhum poder (ou órgão) em condições de satisfazê-la sozinho. Para vir ao encontro dessa exigência, o poder supremo recorre geralmente a duas situações:

1. A recepção de normas já feitas, produzidas por ordenamentos diversos e precedentes.
- 2 .A delegação do poder de produzir normas jurídicas a poderes ou órgãos inferiores.

Por essas razões, em cada ordenamento, ao lado da fonte direta temos fontes indiretas que podem ser distinguidas nestas duas classes: fontes reconhecidas e fontes delegadas. A

complexidade de um ordenamento jurídico deriva, portanto, da multiplicidade das fontes das quais afluem regras de conduta, em última análise, do fato de que essas regras são de proveniências diversas e chegam à existência (adquirem validade) partindo de pontos os mais diferentes.

Bobbio (2003) emprega o termo “política”, normalmente, para designar a esfera das ações que têm relação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder último sobre uma comunidade de indivíduos em um território.

Para determinar o que o âmbito da política abrange, não se pode prescindir de especificar as relações de poder que em toda a sociedade se estabelecem entre indivíduos e grupos, entendendo-se poder como a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo. O vínculo entre governantes e governados, no qual se dissolve a relação política principal, é uma relação típica de poder. Desde a antiguidade, o tema da política esteve vinculado com o tema das diversas formas de poder do homem. (BOBBIO, 2003. p. 137).

O autor questiona: Qual é a finalidade da ação política? Remontando-se à Antiguidade, e transmitida durante séculos até chegar aos nossos dias, afirma que a finalidade da política é o bem comum, entendido como bem da comunidade, diferentemente do bem pessoal dos indivíduos que a formam. A distinção entre o bem comum e o bem dos indivíduos é a mesma que, entre outras coisas, é empregada desde Aristóteles para distinguir as boas e as más formas de governo: o bom governo é o que se preocupa com o bem comum; o mau inclina-se ao bem próprio, vale-se do poder para satisfazer a interesses pessoais. Portanto, toda ação política é uma ação social em duplo sentido: interindividual e grupal.

Bobbio compreende a ideia democrática como progressivo e continuado alargamento do repertório de direitos individuais e coletivos. Dessa forma, democracia é método. Como defende Norberto Bobbio, historicamente os direitos nascem e se desenvolvem não por nossa disponibilidade pedagógica, mas, essencialmente, por conjunturas históricas de formações sociais concretamente dadas.

Conforme Boto (2005), a ideia de direitos humanos, derivada do conceito histórico de humanidade, contempla uma dimensão de totalidade histórica, sendo, portanto, de aparência mais valorosa, mais democrática, mais generosa, mais ampla e mais fraterna. Sem a significação de humanidade, perder-se-iam referências imprescindíveis à própria defesa da condição humana. No pensamento de Bobbio,

do ponto de vista da filosofia da história, o atual debate sobre os direitos do homem – cada vez mais amplo, cada vez mais intenso, tão amplo que agora envolveu todos os povos da terra, tão intenso que foi posto na ordem do dia pelas mais autorizadas assembléias internacionais, pode ser interpretado como um “sinal premonitório” do progresso moral da humanidade. Ainda diz que os direitos sociais, como se sabe, são mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade e sobre o tema dos direitos do homem, parece poder dizer que ele indica um sinal do progresso moral da humanidade. (1992, p. 52).

Boto (2005, p. 784) traz uma visão da atualidade dizendo

que viver na sociedade contemporânea – protegido e/ou punido pela mesma legislação; todos iguais – requererá o firmamento de uma igualdade matricial quanto ao acesso às oportunidades de formação. No território pedagógico, a escola é alçada a dispositivo de ruptura com o Antigo Regime – o que a Revolução Francesa fizera no sentido da materialidade objetiva deveria se firmar subjetivamente no coração e nas almas de um povo a ser instruído. A escola desenhada pelos revolucionários franceses era tida por universal e única para todos, de maneira que os mais talentosos pudessem “naturalmente” expressar o seu mérito e o seu destaque. Surge como bandeira de luta da escola moderna de Estado o sonho republicano por um sistema de ensino público, gratuito, laico, universal, único e obrigatório. Seria universal por pretender colocar na mesma classe todas as crianças, todos os jovens [...] seria único porque o ensino ministrado, no conjunto, deveria ser o mesmo quanto a seus conteúdos e a seus métodos, para todos os estudantes, independentemente de quaisquer identidades e pertenças comunitárias por eles abraçadas.

A teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio é muito importante no debate jurídico contemporâneo, especialmente no Brasil, por ser considerado um dos grandes positivistas da atualidade. Essa vinculação de Bobbio ao positivismo significa, em síntese, que defende:

- 1) uma abordagem científica do direito, o que implica – para o positivismo – uma abordagem avaliativa, na qual se prioriza o aspecto formal, não o material, do fenômeno jurídico, sendo este o único caminho para a construção de uma genuína ciência do direito;
- 2) uma definição do direito centrada no seu aspecto coativo, como meio de fundamentar o conhecimento jurídico numa base empírica;
- 3) a preponderância da legislação sobre as demais fontes do direito (característica do Estado liberal);
- 4) a norma jurídica como imperativo.

O caráter original do pensamento de Norberto Bobbio está na sua compreensão do direito não mais centrada na norma, conforme defende o normativismo, mas no ordenamento, entendido como o sistema, o conjunto das normas de uma determinada ordem jurídica, ou

seja, a importância da lei não reconhecida como instrumento linear ou mecânico de realização de direitos sociais, mas contextualizada e com dimensões contraditórias.

Segundo Bobbio, “a existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a ‘existência’ de um sistema normativo, onde por ‘existência’ deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação.” (1992, p. 79-80). Acrescenta o autor: “O problema mais difícil para uma teoria racional (ou que pretende ser racional) do Estado é o de conciliar dois bens a que ninguém está disposto a renunciar e que são (como todos os bens últimos) incompatíveis: a obediência e a liberdade”. (1986, p. 83).

Oliveira (2007) analisa a teoria de Bobbio e diz que a dignidade do ser humano como membro vivente de uma sociedade está situada num contexto político atualmente marcado por grandes injustiças sociais, profundas diferenças econômicas e pelas não menos trágicas disparidades de distribuição de renda. Para que um ser humano tenha direitos e possa exercê-los, é indispensável que seja reconhecido e tratado como pessoa, o que vale para todos os seres humanos. Reconhecer e tratar alguém como pessoa é respeitar sua vida, mas exige que também seja respeitada a dignidade, própria de todos os seres humanos. Nenhum homem deve ser humilhado ou agredido por outro, ninguém deve ser obrigado a viver em situação de que se envergonhe perante os demais, ou que os outros considerem indigna ou imoral.

Bobbio também refere que

os homens podem ser considerados de fato mais iguais em relação à quantidade e em relação à qualidade das necessidades do que em relação à quantidade e à qualidade da capacidade demonstrada nesta ou naquela atividade ou trabalho prestado nesta ou naquela obra: o critério da necessidade parece mais justo, a natureza fez os homens mais iguais em relação às necessidades do que em relação às capacidades e a possibilidade que, segundo as diferentes capacidades, têm de cumprir este ou aquele trabalho na sociedade. (2000, p. 301).

Ainda sobre conceitos de igualdade, um dos temas recorrentes nos escritos dos iguais é o reconhecimento de “que todos tenham o bastante e ninguém tenha demais”. Duas possibilidades são vistas por Bobbio para se conseguir uma maior igualdade entre os membros de uma sociedade: a primeira é estender as vantagens de uma categoria a outra categoria que dessas vantagens esteja privada, de que é exemplo a extensão dos direitos políticos de quem sabe ler e escrever aos analfabetos, procedimento típico das doutrinas não igualitárias, pois, além de ser utilizado pelas doutrinas liberais, nada tira dos que detêm o

poder ou o direito em questão: a segunda possibilidade é tirar de uma categoria que detém privilégios vantagens de que goza, de modo que possam deles obter os benefícios também os não privilegiados. (BOBBIO, 2000, p. 302).

Defende Bobbio (2000) que a igualdade econômica é a adequada para se instituir uma sociedade mais igualitária ou menos desigual. Não se consegue fazer uma distribuição de renda sem que ninguém tenha renda superior a um certo máximo e uma renda inferior a um certo mínimo, sem que se tire de alguém para passar a outro. As teorias políticas que tentam desafiar o problema da igualdade terminam por se confrontar com as diferenças entre as desigualdades naturais e as desigualdades sociais. Aí se encontram, de um lado, quem defende a maioria das desigualdades que caracterizam a vida social como sendo naturais e, do outro, aqueles que as atribuem ao social. Sabemos que a diferença fundamental entre as desigualdades naturais e as desigualdades sociais é que as últimas podem ser alteradas e, até, eliminadas. Não restam dúvidas de que muitas das desigualdades sociais são construções sociais em que há o predomínio de uns sobre os outros e o estabelecimento de poder de poucos sobre muitos.

Num país com tantas diferenças sociais, políticas, econômicas, culturais, não é difícil encontrar quem lute pelo resgate da igualdade entre as pessoas. Ferreira (2005) afirma que a América Latina e o Caribe constituem uma região onde predomina a desigualdade, pois desde a década de 1980 a pobreza e a desigualdade social dispararam. Nem mesmo com a expansão econômica da década de 1990, a América Latina conseguiu melhorar a distribuição de renda. Dados Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) de 2001 apontam que de 1980 a 1999 a porcentagem da população em situação de pobreza ficou na casa dos 43,8%, chegando a 48,3% em 1990. O Brasil é o campeão em concentração de renda em mãos de uma minoria, é uma das mais injustas. Em nosso país foi se criando uma distância cada vez maior entre os que, de um lado, têm uma boa educação e uma boa situação econômica e, de outro, os que correm um duplo risco: ter uma educação deficiente e viver na pobreza. A lógica parece insistir em oferecer menos a quem ganha menos ou nada tem.

Uma política que vise à igualdade é uma política que procura igualar o acesso à educação e que busca a igualdade nos resultados. As políticas atuais parecem insistir nesse caminho, porém os resultados não seguem a mesma lógica. Além de terem acessos diferentes, os resultados também não são os esperados, na medida em que uma parte dos pobres termina o ensino fundamental, uma parte menor termina o ensino médio e uma porcentagem muito pequena chega à universidade.

A superação das diversas desigualdades é, na verdade, o pano de fundo de muitas ações desenvolvidas pela educação. Que sentido tem a luta pela democratização da educação, do acesso às novas tecnologias, às novas formas de avaliação, a conteúdos que representem a própria história dos educandos, se não é a de oferecer a quem tem menos ou quase nada uma educação igual? Muito mais do que apenas conseguir um determinado direito está a sua aplicabilidade. Seja no campo formal da educação, seja na esfera do não formal, a educação, em suas várias manifestações, objetiva a igualdade. Boto (2005, p. 791) refere que ao lado da condição de igual estão também múltiplas particularidade possíveis:

O direito civil do indivíduo na sua condição de agente político: a liberdade do voto, mas também a liberdade de opinião; a necessidade de ancorar os direitos dessa *liberdade* primeira em condições de políticas públicas adequadas para o bem-estar da maioria onde o Estado deve intervir em setores sociais diretamente – critério imprescindível para materializar nas condições objetivas a *igualdade* de todos (ações afirmativas) e a percepção de que ser livre e ser igual não elimina o desejo de marcar identidades variadas e distintas especificidades humanas – o que solicita, como contrapartida, a integração da diferença no veio da cultura comum, o reconhecimento do outro pela aceitação, pelo respeito e pela fraterna *inclusão*.

De fato, o estudo dos direitos humanos conduz, necessariamente, à análise de sua relação com o próprio homem, seu destinatário. Dessa maneira, no plano histórico busca-se a justificação dos valores naquilo que representam ao homem, que lhe possibilitem o desenvolvimento da personalidade, da convivência pacífica e da solidariedade social. No tocante à definição de direitos humanos, constata-se que isso vem sendo feito de modo vago e insatisfatório, ainda mais quando se busca um fundamento absoluto, único. Nesse sentido, cabe considerar as seguintes definições de Bobbio:

1. tautológicas – estabelecem que direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem. Não indicam qualquer elemento que os caracterize;
2. formais – desprovidas de conteúdo e meramente portadoras do estatuto proposto para esses direitos. Assim, direitos do homem são aqueles que pertencem, ou deveriam pertencer, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado;
3. teleológicas – embora tragam alguma menção ao conteúdo, pecam pela introdução de termos avaliativos, ao sabor ideologia do intérprete, como “direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização etc. (1992, p. 17).

Afirma Ferreira (2005) que, se tomarmos a educação como uma referência para entender a igualdade, algumas questões precisam ser elaboradas: A que tipo de educação

estamos a nos referir? É o direito de todos irem à escola? De permanecer nela e de lá sair para a universidade? Como equiparar as forças para que o filho ou a filha do trabalhador possam ter as mesmas condições para chegar ao objetivo desejado em relação aos filhos e filhas das famílias mais abastadas? Parece, então, que reconhecer que há desigualdade na concentração de renda, notadamente influente no padrão de vida, já é um dado de que a igualdade ao acesso e à permanência na escola é aparente.

O acesso aos bens culturais só é possível de forma igualitária para todos no plano da realização formal, da lei como regra da justiça, pois, mesmo que todos tenham acesso aos diversos bens, nem todos o terão em igual quantidade e qualidade. O princípio aristotélico da igualdade numérica – “serem iguais e identicamente tratados no número e volume das coisas recebidas” – não se consolida numa sociedade de classes e capitalista. Almejar, portanto, uma sociedade mais justa, igual para todos, significa entender as diferenças existentes e considerar o acesso em partes desiguais, desde que todos tenham parte na distribuição.

Muitas polêmicas da atualidade – o processo de entrada nas universidades, os temas relativos a questões ecológicas, à bioética, à ação afirmativa, aos direitos das minorias, aos direitos das crianças – situam-se, possivelmente, como prognósticos de que nossa contemporaneidade não concebe ainda, sem alguma hesitação, a aceção do direito à diferença como contraponto da própria igualdade não cumprida.

Hoje já avançamos em direção à demarcação do aceite e do respeito a diferenças – percebe-se a preocupação com um leque mais ampliado, que contempla reivindicações específicas de camadas da sociedade: negros, índios, mulheres, jovens, crianças, idosos, homossexuais, portadores de deficiências – enfim, sujeitos que (sendo iguais) requerem da história do tempo presente a observação e o reconhecimento de suas particularidades. (BOTO, 2005, p. 792).

Portanto, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma sociedade mais igual e humana.

1.3 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (DUDH)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948 (A/RES/217). Esboçada principalmente por John Peters Humphrey, do

Canadá, mas também com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo – Estados Unidos, França, China, Líbano, entre outros – delinea os direitos humanos básicos.

Abalados pela barbárie recente e ensejados de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por URSS e Estados Unidos, estabeleceram na Conferência de Yalta, na Inglaterra, em 1945, as bases de uma futura “paz”, definindo áreas de influência das potências e acertando a criação de uma organização multilateral que promova negociações sobre conflitos internacionais, objetivando evitar guerras, promover a paz e a democracia e fortalecer os direitos humanos.

Embora não seja um documento que representa obrigatoriedade legal, serviu como base para os dois tratados sobre direitos humanos da ONU, de força legal, o Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Tratado Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que continua a ser amplamente citado por acadêmicos, advogados e cortes constitucionais. Especialistas em direito internacional discutem com frequência quais de seus artigos representam o direito internacional usual.

A Assembleia Geral proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta declaração, se esforce, **por meio do ensino e da educação**, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e por adotar de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva tanto entre os povos dos próprios Estados-membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Segundo o *Guinness Book of World Records*, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento traduzido no maior número de línguas (337 em 2008).

Destaca-se da DUDH para este estudo, sobretudo, a importância atribuída ao direito à educação (artigo XXVI), à igualdade (artigo I) e à liberdade (artigo III), entre outros. A partir da data de sua publicação, os direitos humanos se formaram e firmaram, sendo considerados uma conquista histórica dos homens. Assim, ganham força as reivindicações específicas por direitos característicos de cada grupo social, com direito a aspirar a sua identidade na diversidade. A declaração de 1948 serve de ancoradouro teórico para dar sustentação a esta pesquisa, cuja ideia central gira em torno de maior igualdade nas questões educacionais, como também busca nos direitos humanos, pilares de sustentação para que estabeleça uma maior igualdade social.

A seguir transcreve-se os Artigo 1, 2, 7 e 26 da Declaração dos Direitos Humanos e na íntegra (Anexo K):

Artigo 1

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

I) Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 26

I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

1.4 PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

- Princípio da dignidade: artigo 1º
- Princípio da igualdade: *caput* do artigo 5º
- Direito social a educação: artigo 6º
- A educação é direito de todos e dever do Estado: artigo 205 (Anexo L)

2 DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ESTRUTURA E MOBILIDADE

2.1 A POBREZA NO BRASIL

A desigualdade social é um problema histórico no Brasil. Embora se tenha tido uma pequena melhora na distribuição de renda da população brasileira nos últimos anos, o quadro permanece extremamente ruim. Segundo Ianni (2004, p. 153), “[...] a história do Brasil pode ser lida como a história de um experimento multicultural e multi-étnico”. Ainda para o autor, é a história de uma formação social em que diferentes civilizações se encontram, se acomodam, se combinam, se dissolvem e se recriam, ao mesmo tempo em que se tensionam e se reafirmam. É um experimento que se desenvolve desde o descobrimento e a conquista, passando pelo colonialismo e pelo imperialismo e entrando pelo globalismo, sempre marcado por nativismos, localismos, provincianismos e nacionalismos.

Desde os primórdios do processo de desenvolvimento brasileiro, o crescimento econômico tem gerado condições extremas de desigualdades espaciais e sociais, que se manifestam entre regiões, estados, meio rural e meio urbano, entre centro e periferia e entre as etnias. Essa disparidade econômica se reflete especialmente sobre a qualidade de vida da população: expectativa de vida, mortalidade infantil e analfabetismo, dentre outros aspectos. Oliven (2007) refere que, ao contrário da nação norte-americana, que já nasceu república, o Brasil foi Império a partir da independência até quase o início do século XX, e parece que os brasileiros são mais seduzidos por valores elitistas do que os norte-americanos. Até bem pouco tempo os analfabetos não tinham direito de votar, sendo, na realidade, os pobres, principalmente negros, os que, não tendo tido acesso à escola pública, se constituíam no maior contingente de analfabetos.

De acordo com Costa (1997, p. 76),

[...] as condições econômicas do país, bem como das pessoas individualmente consideradas, estão geralmente associadas à situação da educação, da saúde, da segurança, da habitação, da política e assim por diante. Por isso é que o estudo das desigualdades econômicas e sociais se reveste de grande importância.

Nesse sentido, Escorel (1999, p. 24) afirma que a “[...] desigualdade parece ser inerente a qualquer sociedade, tradicional ou moderna, hierárquica ou democrática, feudal ou

capitalista”. O autor relata o modo como é realizada a distribuição de riquezas num determinado contexto histórico-social e, desse modo, possibilita-nos identificar os valores sociais que orientam essa distribuição.

Do prisma da sociologia, o Brasil abriga, ao mesmo tempo, traços de um país rico, convivendo também em áreas de pobreza. Essa desigualdade explica em grande parte os problemas sociais que tanto afetam a sociedade, como violência, baixa escolaridade, corrupção, etc. Ianni (2004, p. 106) afirma que a “[...] característica fundamental da sociedade brasileira é o seu profundo dualismo”¹: de um lado, encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é uma das maiores economias do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo¹; de outro, uma sociedade vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.

Vários questionamentos e reflexões surgem atualmente na tentativa de entender por que no Brasil existe tanta desigualdade social, produto de uma herança de injustiças e de exclusão que afetam grande parte da população brasileira, negando seu acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Ressalta Scalón (1999) que uma sociedade pode ser definida como aberta ou fechada, justa ou injusta, igual ou desigual, de acordo com o grau de fluidez de sua estrutura de estratificação social, ou seja, do modo como são distribuídas as oportunidades de alcançar posições sociais. O estudo da mobilidade ocupacional mede o grau de abertura pela quantificação da associação entre a origem e destino ocupacionais. Acrescenta o autor:

[...] no caso da mobilidade ocupacional ou da mobilidade de classes, o foco de análises é a associação entre a posição social de origem, representada pela ocupação do pai, e a posição social de destino, que pode ser a ocupação atual ou a primeira ocupação do indivíduo. (SCALÓN, 1999, p. 18).

O objetivo da mensuração da mobilidade social é apontar as diferenças na estrutura social, as quais expõem as desigualdades nas oportunidades de aquisição de bens e valores e as estratégias de manutenção e reprodução das posições sociais. Na atual sociedade as oportunidades de aquisição de riqueza e poder são diferentes e dependem de condições sociais que não se restringem a qualidades pessoais.

¹ JB, 2007 O Brasil é a sexta economia do mundo (artigo referenciado), último dado conhecido sobre a posição brasileira no *ranking* internacional.

O Brasil, ao completar quinhentos anos, talvez esteja descobrindo seu principal desafio, a desigualdade, que é o maior problema estrutural do país, e a pobreza, o seu mais agudo problema econômico. Assim, erradicar a pobreza e combater a desigualdade é um binômio complexo que sustenta o projeto de uma nova sociedade. Conforme Ianni (2004, p. 105), “[...] a questão social continua a ser um desafio para a Nova República inaugurada em 1985, os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas”.

A desigualdade social, para Escorel (1999), tem sido uma das características predominantes no desenvolvimento histórico do Brasil, mesmo considerando apenas o período republicano. “Os âmbitos regionais e rurais da desigualdade social nunca foram superados e o desenvolvimento industrial concentrador não conseguiu relegá-la a um passado.” (1999, p. 26).

De acordo com Henriques (2000), o Brasil, nas últimas décadas, confirma, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. É um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Para Ianni (2004), no curso dessa história formam-se grupos e classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos; desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos, revoltas. Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania, um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em cidadãos. Assim,

[...] a sociedade em movimento apresenta-se como uma fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna [...]. (IANNI, 2004, p. 107).

De acordo com Escorel (1999, p. 26), “[...] a situação agravou-se enormemente a partir das crises econômicas dos anos 70 e 80 e, na década de 90, o Brasil foi classificado por organismos das Nações Unidas como um dos países de maior desigualdade social”.

A economia brasileira não parece exibir um problema de carência de recursos, pois o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto com muitos pobres. É possível enfrentar a

pobreza, mas, para isso, é necessário que os recursos cheguem aos pobres. A desigualdade tornou-se a marca maior da sociedade brasileira. Conforme Abranches (1998, p. 22), pobreza e desigualdade são fenômenos ética e socialmente similares, mas econômica e politicamente diversos. Eticamente, referem-se à justiça social e à integridade da cidadania; socialmente, constituem a face histórica de um mesmo movimento, o dilema das distâncias sociais extremadas; da frustração de expectativas individuais e grupais de ascensão social ou da insatisfação de grupos sociais, acentuada pela percepção de barreiras intransponíveis à mobilidade social e pela consciência crescente da existência de privilégios e discriminações de todo o tipo.

[...] o Brasil, nas últimas décadas, confirma, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. (HENRIQUES, 2000, p. 22).

Quando indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com uma sobrevivência digna, como diz Henriques (2000, p. 23), com “[...] as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”, é porque se encontram na pobreza como situação de extrema carência. Os resultados de pesquisas do autor revelaram que em 1999 “[...] cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza”. Na década de 1990, o Brasil convivia com duas formas de pobreza: “Aquela de natureza estrutural, mais arraigada e persistente, associada ao desdobramento histórico de nosso padrão de desenvolvimento, e a pobreza cíclica, que se agravou com a crise de desemprego, a queda da renda, sua concentração crescente e a aceleração inflacionária.” (ABRANCHES, 1998, p. 26).

Pobreza diz respeito à destituição de meios de subsistência satisfatória e tem como parâmetro estruturador intrínseco à sua lógica de formação a privação absoluta. Esta se define pela carência extremada de quaisquer meios para satisfação das necessidades primárias ligadas à sobrevivência física e à sanidade da pessoa e dos familiares dela dependentes. Segundo Escorel (1999, p. 25), pobreza “[...] é a falta de recursos ou de consumo em relação a padrões usuais ou aprovados do que é considerado essencial, pela sociedade, para uma vida digna”. Acrescenta o autor que, mesmo que os discursos governamentais enfatizassem a ideia de que a desigualdade é residual e transitória, ou apelassem para sacrifícios temporários, ao

longo das últimas décadas sempre foram as camadas mais pobres que viram seu futuro de renda e consumo cada vez mais restringido.

Portanto, combater a desigualdade se impõe por óbvias razões de ordem moral, mas, além disso, esse combate representa o caminho estratégico para a erradicação da pobreza no país. Desse modo, redistribuir a renda e a riqueza no Brasil emerge como elemento central para erradicar a pobreza e criar as bases sólidas para um desenvolvimento sustentado e solidário.

2.2 EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA

As relações entre educação e desigualdade, evidentemente, remetem a múltiplas e complexas dimensões sociais, econômicas e culturais. De acordo com Costa (1997, p. 21), a consolidação da nação brasileira só pode ser concretizada pela democratização das oportunidades sociais, ou seja, pela universalização de uma educação fundamental de boa qualidade, que dê a cada cidadão o instrumental básico necessário para funcionar adequadamente na sociedade moderna, complexa e pluralista.

Costa (1997) afirma que a nação que não dá a devida atenção à educação de seu povo é uma nação sem futuro. Logo, um esforço sério e continuado de universalização do ensino fundamental de qualidade, bem como iniciativas de formação de recursos humanos de alto nível, voltados para os interesses do país, são elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e social e para a garantia da soberania nacional.

Nesse sentido, Pimenta (2002, p. 97) relata que a educação é um processo de humanização pelo qual se possibilita que os seres humanos se insiram na sociedade humana, historicamente construída e em construção. Nossa sociedade é hoje rica em avanços civilizatórios, mas, paralelamente, apresenta imensos problemas de desigualdade social, econômica e cultural, de valores e de finalidades. A educação, como reflexo, retrata e reproduz a sociedade, mas também projeta a sociedade que se quer; por isso, vincula-se profundamente ao processo civilizatório e humano, como prática histórica que tem o desafio de responder às demandas que o contexto lhe apresenta.

No que se refere à educação universitária, temática deste estudo, a universidade, como instituição responsável por mudanças sociais, passou e passa na sua trajetória histórica por situações paradoxais. Dias sobrinho afirma:

A universidade de todas as instituições é a mais duradoura e contínua em seus nove séculos de existência. Deve a duas características contraditórias, tendência a resistir às mudanças e grande flexibilidade, capacidade de adaptação às demandas, de se transformar e de pensar o futuro. [...] além dessa instituição não mais corresponder a muitas necessidades dos tempos atuais, tendo em conta a complexidade dos conhecimentos e as grandes alterações na vida dos indivíduos e das sociedades, é também preciso ter em mente que ela ao menos em parte também correspondia, em cada tempo aos ideais de preservação dos privilégios das elites sociais dos respectivos períodos histórico. (2005, p. 29-32).

Sem dúvida, a educação universitária contribui de forma significativa para o crescimento de uma nação. A respeito, Valdemar Sguissardi (2005, p. 7) esclarece:

[...] seria ingenuidade pensar que a globalização ficaria restrita ao âmbito econômico-financeiro; que não envolvesse de modo abrangente e incisivo os campos sociais, da cultura, da ciência, do conhecimento. Uma das características da fase atual do modo de produção, sabe-se, é a transformação do saber científico em mercadoria capital, justificando o epíteto para a sociedade moderna de sociedade do conhecimento.

A instituição de ensino superior coloca-se como instituição chave na economia globalizada. “As instituições de educação superior têm tido historicamente um papel destacado no desenvolvimento dos países, no avanço dos conhecimentos e no fortalecimento da economia.” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 78).

A importância da educação superior deveria ser considerada fundamental para o desenvolvimento sociocultural e econômico, o que implica grandes desafios e dificuldades. Isso se deve, em grande parte, a um mundo em permanente mutação e a uma sociedade que tende, cada vez mais, a transformar-se em sociedade do conhecimento. Por isso, as nações que investiram em educação tiveram um progresso muito maior do que as que não o fizeram.

2.3 ECONOMIA E DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade social pode travar a expansão econômica e tornar mais difícil para os pobres serem beneficiados pelo crescimento. Altos níveis de desigualdade de renda são negativos para o crescimento, enfraquecem a taxa em que o crescimento se converte em redução de pobreza e reduzem o tamanho do montante econômico.

Ao alertar sobre a gravidade e a minimização das diferenças sociais no mundo, o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ricardo

Fuentes (2005), afirmou que em uma hora cerca de 1,2 mil crianças morrem no mundo, o que equivale a três tsunamis por mês. Segundo o autor, os progressos não têm sido suficientes, e visto que a extrema desigualdade limita até mesmo a legitimidade política de alguns governos e deve ser objeto de políticas públicas específicas.

Educação universal de qualidade, redistribuição de rendas e de riquezas, acesso a crédito são pilares de uma política estrutural de erradicação da pobreza pela redução da desigualdade. É evidente que, do ponto de vista do tamanho do desafio, ainda se sabe muito pouco. Resta atuar com persistência, criatividade, rigor e muita dedicação nos diagnósticos, nas formulações de políticas e no debate com a sociedade como um todo.

A experiência brasileira é vasta em programas e projetos para atenuar as desigualdades regionais e sociais. Mesmo que a maioria destes não tenha obtido os resultados esperados, há exemplos de políticas sociais que estão tendo impacto favorável, como o salário mínimo, a aposentadoria rural, a do Bolsa-Escola, a renda mínima, e outras. No entanto, essas iniciativas não têm sido suficientes para resolver os problemas das desigualdades no Brasil.

Entretanto, observa-se um avanço institucional no país, que vem despontando no cenário internacional pelo volume de exportações diversificadas que comercializa. Por outro lado, as dicotomias são também marcantes, como a produção tecnológica e a presença de dificuldades nas áreas da saúde, da educação e da economia. O atual cenário mundial vem proporcionando ao Brasil uma situação benéfica pelo aumento da demanda de produtos e dependência de outros países em relação ao seu celeiro, que faz crescer sua balança comercial, mesmo que para manter esse ritmo de crescimento seja necessário poupar mais. Fundamental, afirmam Pastore, Pinotti e Almeida (2008), será não regredir nas conquistas macroeconômicas obtidas até aqui e preservar o tripé de combate à inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal primário.

Com relação ao acesso à educação pública superior, havia um senso comum de que os alunos de famílias abastadas é que frequentavam, gratuitamente, a universidade pública (REALE, 2002). Porém, dados atuais questionam essa afirmação ao relatar que a “[...] rede pública de ensino superior, no Brasil, abrigaria os estudantes mais ricos, enquanto os pobres só teriam acesso, nesse nível, ao ensino privado. [o mesmo estudo] demonstra que o estudantado do ensino superior privado apresenta renda familiar superior a do estudantado da rede pública”. (NOGUEIRA, 2004, p. 137).

2.4 ALTERNATIVAS PARA A DESIGUALDADE SOCIAL

Nos últimos anos, tem se debatido sobre alternativas reais para diminuir o problema da desigualdade social no Brasil. De uma forma geral, existe um consenso sobre a necessidade de construção de um projeto brasileiro de desenvolvimento para o país.

Refere Valladares (1995) que a extrema desigualdade e injustiça social não terão solução automática para os hoje excluídos, o que requer a continuação de políticas fiscais voltadas para a garantia de mínimos de sobrevivência. Projetos de integração e de geração de emprego poderão, progressivamente, caso sejam combinados com mudanças profundas no sistema educacional brasileiro, levar a uma situação na qual a política social possa partir da maior igualdade *a priori* entre os cidadãos. Segue o autor afirmando:

[...] nestes novos tempos de revolução tecnológica, globalização de mercados, de volatilização da produção e de crise fiscal permanente, colocar-se-ia aos governantes a dramática escolha entre eficácia e justiça social, à substituição da idéia de planejamento pela de gestão. [...] As dificuldades para implantar as reformas nessa direção impedem que o governo seja capaz de implantar e gerir políticas focalizadas e compensatórias que aliviem a pobreza. É necessário reformar os aparatos de gestão pública, descentralizando o processo decisório, simplificando a normatividade, aumentando a capacidade gerencial dos técnicos. É igualmente necessário reformar o sistema político para dotá-lo de mecanismos que quebrem a dinâmica clientelista, reprodutora de práticas políticas descomprometidas com a eficiência. É necessário reinventar o governo e implantar a política de resultados. (VALADARES, 1995, p. 108).

No plano internacional, destaca Valadares, recomenda-se a adoção de políticas urbanas que aumentem a produtividade da cidade como o único caminho para enfrentar a pobreza. Tornar as cidades competitivas em termos econômicos é apresentada como a única solução para enfrentar as dramáticas consequências sociais do ajuste estrutural. Para tanto, recomendam-se o abandono das políticas urbanas redistributivas e a sua substituição por políticas focalizadas e compensatórias.

A atual sociedade brasileira pode ser denominada de complexa, global e desigual. A busca de uma sociedade justa e diferenciada deve considerar e observar o princípio da igualdade no respeito às diferenças. Através de estudos sobre essas desigualdades observa-se que há uma busca pelo respeito às diferenças, instituindo-se então as chamadas Ações Afirmativas que tem como objetivo alcançar uma sociedade mais consciente, que permita a grupos diferentes, direitos a uma parcela proporcional de recursos e oportunidades.

3 AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas têm se revelado como uma nova maneira de refletir sobre as situações de desigualdade enfrentadas pela sociedade. As discussões sobre ações afirmativas são relativamente recentes no Brasil e possuem características peculiares. Assim, este tema ainda é pouco conhecido nos diversos meios sociais.

Ações afirmativas são políticas de inclusão especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, sociais, econômicos, de gênero e outros. Em quase todo o mundo alguns grupos sociais continuam a ser desproporcionalmente afetados pelo desemprego e são menos escolarizados que os grupos dominantes; estão sub-representados nas estruturas políticas, têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e menor expectativa de vida.

Aproximadamente cinquenta anos depois de os americanos terem posto em prática políticas de ações afirmativas, o Estado brasileiro começa a dar seus primeiros passos tentando lidar com as dificuldades impostas por sua decisão tardia, mesmo tendo o país participado oficialmente de vários fóruns das Nações Unidas visando à superação das desigualdades raciais, desde a década de 1960. Relata Santana (2001, p. 1) que já no século XX a sociedade brasileira apresentava a nascente de tais questões, com "[...] um importante debate desencadeado pelo movimento negro contemporâneo referente à problematização da formal democracia racial brasileira, denunciando a hierarquia das raças que se cristalizou em nosso país e que se instituiu como reguladora das relações sociais".

3.1 CONCEITOS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Ações afirmativas significam a implementação ou incremento de políticas de inclusão social buscando corrigir desigualdades; têm por objetivo central revisar o conteúdo sociológico e jurídico, vislumbrando colocá-lo num patamar de aplicabilidade real. Ação afirmativa é um gênero do qual a política de cotas faz parte. O termo “ação afirmativa”

[...] refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. (OLIVEN, 2007, p. 30).

Para Moehlecke (2002), o conceito de “ação afirmativa” chega ao Brasil com uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que essas políticas foram implementadas. A expressão tem origem nos Estados Unidos, que ainda hoje se constituem em importante referência no assunto. Na década de 1960, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. Na visão da autora,

[...] neste período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, [...] unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. (MOEHLECKE, 2002, p. 198).

Uma definição ampla de ação afirmativa, de acordo com Barbara Bergman (1996), seria de planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos ou escolas.

As ações afirmativas têm origem em alternativas sociais. Conforme o conceito, “[...] ação afirmativa é uma expressão que se refere às tentativas de trazer membros de grupos sub-representados, normalmente grupos que sofrem discriminação, a um grau mais alto de participação em algum programa de benefício”. (MENEZES, 2001, p. 28).

Registra Gomes (2004) que as ações afirmativas seriam

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso aos bens fundamentais como a educação e o emprego.

Segundo Barbosa (2001), atualmente as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou

voluntário, concebidas com vista ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. As ações afirmativas têm natureza multifacetária e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas, isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou por meio de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo.

As ações afirmativas, também conhecidas como "discriminação positiva" ou "ação positiva", segundo Joaquim B. Barbosa Gomes (2001), podem ser definidas como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta também o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, aptas a inculcar nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Por outro lado, constituem, por assim dizer, a mais eloquente manifestação da moderna ideia de Estado promotivo, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí se incluindo o Poder Judiciário. Este se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo e, especialmente, dos direitos fundamentais, como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação.

Piovesan (2006) esclarece que a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial prevê, no artigo 1º, parágrafo 4º, a possibilidade de "discriminação positiva" (a chamada "ação afirmativa"), mediante a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, com vistas a promover a ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais. As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente

vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, dentre outros grupos. Assim, "as ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade". Prossegue afirmando que "o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação." (PIOVESAN, 2006).

As ações afirmativas, portanto, vão ao encontro da concepção de que os direitos humanos são "o resultado provisório dos processos culturais, acrescentando às conquistas mais e mais garantias, num procedimento dialético e histórico, mas sempre com a manutenção da unicidade da categoria", como afirma Luciana Caplan (2007). Em verdade, todos os seres humanos, independentemente de sua condição social, necessitam de determinados bens materiais e imateriais para viver com dignidade. Ocorre que o acesso a esses bens, a cada dia, é restrito a um pequeno grupo de pessoas: aqueles que, efetivamente, se beneficiam de um sistema que lhes permite a manutenção de seus privilégios. Nasce, em contrapartida, grandes grupos de pessoas marginalizadas de qualquer direito social, que, em resposta, procuram desenvolver mecanismos que sejam aptos a garantir uma condição social de vida digna.

Uma visão sintética do conceito de ação afirmativa seria o aproveitamento de oportunidades para criar estruturas de apoio às minorias, ou grupos subjugados, em decorrência de sua cor, religião, origem, sexo, etc.

Outra dimensão do conceito, trazida por Bergman (1996), é a da diversidade, tema que tem recebido atenção especial na área educacional. De acordo com a autora, existiriam três ideias por trás da ação afirmativa. As duas primeiras seriam o combate à discriminação e à desigualdade, e uma terceira proposta envolveria a busca da integração dos diferentes grupos sociais existentes por meio da valorização da diversidade cultural que formariam. Nesse contexto, Oliven (1996), referindo-se à realidade norte-americana, diz que uma das formas de tornar mais aceitável a política de ação afirmativa é a de apresentá-la não como uma política de discriminação positiva, mas como uma forma de respeitar as diferenças culturais numa sociedade que se torna cada vez mais multicultural.

Ainda para a autora, é importante salientar que as políticas de ação afirmativa favorecem a mobilidade social de certos segmentos da população negra e de outros grupos discriminados, como abrir portas da universidade para minorias até então praticamente excluídas. Mais que isso, o debate sobre a ação afirmativa traz à discussão a questão da discriminação social e do ônus que isso representa para determinados grupos. Nos Estados

Unidos a sociedade é menos ambígua, pois tanto brancos quanto negros e outros grupos assumem de forma mais clara a sua identidade étnica e, inclusive, seus preconceitos. Isso faz com que o debate sobre a discriminação e as formas de combatê-la atinja um público muito grande e faça parte do cotidiano da universidade.

3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS NO MUNDO

A Índia é o país de mais longa experiência histórica com políticas de ação afirmativa, as quais começaram a ser implantadas ainda sob o domínio colonial inglês, muitas vezes com o desígnio de dividir os colonizados e enfraquecê-los. Contudo, com o advento da independência, a nova comunidade política que se fundava optou por ratificar tais iniciativas em sua constituição, homologada em 1950. (FERES JUNIOR, 2006, p. 46). No contexto indiano, quatro princípios de justificação das políticas de ação afirmativa podem ser identificados:

- a) reparação por injustiças cometidas no passado contra um determinado grupo social;
- b) proteção dos segmentos mais fracos da sociedade;
- c) igualdade proporcional ao tamanho relativo de cada grupo na sociedade total;
- d) justiça social.

O termo “ação afirmativa” nasceu nos Estados Unidos, país que completa meio século de experiências, o que oferece boa oportunidade para uma análise de longo prazo no desenvolvimento e impacto dessa política. Relata Oliven (1996, p. 72):

[...] pode-se dizer que as políticas de Ação Afirmativa têm início em 1941, quando o presidente Roosevelt estabeleceu uma medida exigindo um tratamento não discriminatório no emprego, em todas as indústrias que recebessem contrato para as atividades de defesa. O termo *Affirmative Action* foi usado pela primeira vez, em 1961, pelo então presidente Kennedy, que estabeleceu um comitê presidencial sobre oportunidades iguais no emprego. Em 1965, Lyndon Johnson passa a exigir não discriminação no emprego, de todas as empresas com contratos federais e uma Ação Afirmativa no sentido de combater os efeitos da discriminação passada. Em 1967, o mesmo presidente acrescentou sexo entre as categorias protegidas pela Ação Afirmativa e, em 1972, houve uma emenda no sentido de que a mesma orientação se aplicasse também a instituições educacionais.

Oliven (1996, p. 78) informa que a repercussão dessa medida chegou ao sistema de ensino superior, que percebeu as mudanças ocorridas na sociedade norte-americana no campo

legal e no campo das relações sociais. A partir da década de 1970, com a crescente presença nas universidades de clientela feminina, afro-americana e de outros americanos hifenizados (asiáticos-americanos, nativo-americanos, etc.) o currículo das universidades passou a ser questionado, na medida em que se exigem maior diversidade e abrangência, incluindo temas relevantes aos novos grupos e questionando a orientação eurocêntrica da história americana.

Oliven acrescenta:

[...] muitas universidades bastante ciosas de seu padrão acadêmico, não querem ser “contaminadas” nos seus cursos mais seletivos com a presença de grupos menos bem preparados. Forma-se uma segmentação interna com a criação de novos departamentos voltados para atender, predominantemente, o interesse dos novos estudantes, ou seja, estudos de gênero, de chicanos, estudos africanos etc. (1996, p. 87).

Na primeira metade da década de 1960, época em que a ação afirmativa começou a ser implantada nos EUA, dois argumentos dominavam sua justificação: a reparação e a justiça social, os quais sofreram ao longo do tempo muitas críticas. Essa curta história de cerceamento das políticas de ação afirmativa, principalmente na forma de cotas, por parte dos poderes constituídos da sociedade norte-americana expõe um elemento muito relevante para o tema, que é o aparecimento do terceiro argumento de justificação das políticas de ação afirmativa: a diversidade. Esta na sala de aula é interessante, pois contribui para a qualidade da experiência universitária na graduação e na pós-graduação. A etnia não deve ser o único critério usado para se produzir diversidade; há de se considerar outros, como, por exemplo, origem social, geográfica, aptidões, etc. (FERES JUNIOR, 2006).

Conforme Moehlecke (2002, p. 199), a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, assim como em países sul-americanos, como Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se frequentemente a expressão “ação ou discriminação positiva”.

Moehlecke (2002) refere que em diferentes contextos a ação afirmativa assume formas como ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados, leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Seu público-alvo variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. As principais áreas contempladas

são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior, e a representação política.

Esclarece Oliven:

A Ação Afirmativa, como forma de discriminação positiva, é uma política de aplicação prática. Ela considera um reflexo da discriminação a sub-representação de minorias em instituições e posições de maior prestígio e poder na sociedade. Ela visa, nem que seja por um período provisório, a criação de incentivos aos grupos minoritários, que busquem o equilíbrio entre os percentuais de cada minoria na população e os percentuais dessas minorias na composição dos grupos de poder nas diversas instituições. (1996, p. 78).

3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

A implantação de programa de ação afirmativa no Brasil é recente, ainda que a discriminação racial seja tão antiga como o próprio país, ou melhor, mais antiga que o Estado-nação, pois constituía o fundamento jurídico da divisão de trabalho que estruturava o sistema colonial e, por décadas, a economia da nação independente. (FERES JUNIOR, 2006).

Seguindo o pensamento deste mesmo autor, a justificção da ação afirmativa atualmente em operação no país possui dois argumentos em destaque, que são o da reparação e o da diversidade, ao passo que a questão da justiça social muitas vezes deixa de ser considerada. A reparação é um argumento de grande apelo moral que justifica medidas compensatórias tanto para descendentes de africanos, os quais foram trazidos para este país à força e escravizados, como para indígenas e seus descendentes, que foram em grande parte dizimados ou, às vezes, escravizados. Existe hoje certo grau de consenso sobre a existência de desigualdade e discriminação racial no país e que essa realidade se perpetua desde os tempos da colônia, razão por que algo deve ser feito para remediar esse problema.

Segundo dados do IBGE² citados por Feres Junior (2006), as políticas de ação afirmativa no Brasil sustentam-se em três fatos sociológicos muito claros:

- a) o perfil socioeconômico daqueles que se identificam como pretos e pardos é similar;
- b) é significativamente inferior ao dos brancos;
- c) juntas, essas frações totalizam quase 50% da população brasileira. Há uma forte linha divisória entre brancos e não brancos no país.

² Pelo censo de 2000, 44,66% é a soma da porcentagem de pretos (6,21%) e pardos (38,45%).

Não é uma tarefa fácil determinar as políticas públicas dirigidas a grupos discriminados. Muitos estudos socioantropológicos devem ser incentivados para que, em primeiro lugar, haja realmente uma conscientização sobre a igualdade de oportunidades e que essas distinções não impeçam o ser humano do merecido crescimento em todas as áreas da sociedade.

Seguindo os dados citados por Feres Jr (2006), podem-se utilizar alguns exemplos brasileiros das medidas inclusivas genéricas de ações afirmativas, partindo do período pós-ditadura:

a) quanto à reparação por injustiças cometidas no passado:

- anistia política – com reparação moral e socioeconômica;
- reorganização dos movimentos sociais.

b) proteção dos segmentos mais fracos da sociedade:

- Estatuto do Idoso;
- Estatuto da Criança e do Adolescente.

c) igualdade proporcional ao tamanho relativo de cada grupo na sociedade:

- criação das ONGs.

d) justiça social:

- LDB mais abrangente;
- SUS – acesso à saúde.

Os exemplos citados, à primeira vista, podem não ser reconhecidos como ações afirmativas na essência conceitual, no entanto, na medida em que minimizam os sofrimentos sociais, apresentam o significado de afirmações positivas aos grupos que não tinham acesso à saúde pública ou à escola desde a mais tenra idade até o grau universitário, que hoje se abre em direção a uma educação gratuita em todos os níveis. A partir daí, gradualmente, outras necessidades vão sendo atendidas, pois com conhecimento e saúde o indivíduo tem condições de aproveitar oportunidades para viver melhor.

As medidas protetivas são também ações afirmativas conquistadas no âmbito do aspecto moral para com as pessoas que já cumpriram seus anos de serviço e merecem dedicação e respeito, assim como a criança e o adolescente.

A literatura é rica no tema ações afirmativas voltadas para as questões raciais, mas, ao se trabalhar com dados do ProUni, foco desta tese, vê-se que isso pode ser bem mais

abrangente por envolver microssociedades como a família, a escola, a profissão, a igreja e outras que se formam destes, as quais se instalam na macrossociedade, onde os valores, ética, moral são comuns para todos. No parecer de Moses (1976), “os conceitos de igualdade e igualdade de oportunidades podem ser interpretados como significando uma variedade de coisas bastante diferentes”.

Oliven (2007, p. 45-46) afirma que alguns autores apontam como a maior problemática brasileira a desigualdade de renda, porém no Brasil já existem projetos de lei que procuram aliar os fatores renda/raça-etnia, como, por exemplo, “[...] conjugar os dois fatores, origem social, através da reserva de vagas nos cursos superiores a estudantes oriundos de escolas públicas, e identificação étnico racial”.

Numa visão jurídica, Piovesan (2005, p. 49) explica: “Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação como políticas compensatórias que acelerem a igualdade como processo. [...] São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais”. Quanto a isso, podem-se relatar os estudos de Silvério (2002, p. 229), para o qual “[...] durante todo o século XX os escravos, ex-colonos e as mulheres em vários países ocidentais travaram e continuam travando verdadeiras batalhas pela inclusão e pelo tratamento igualitário em todas as esferas da vida social”. Portanto, a luta pela igualdade precisa de atitudes e medidas governamentais executivas e legislativas, mas não exclui em nenhum momento o recurso jurídico, pois nele se apoiam os reivindicantes.

Essa busca ansiosa por melhorias no âmbito da sociedade, o que é sinal de maturidade, é assim vista por Neves:

O interesse atual em torno das teorias do reconhecimento pode ser inserido no longo processo histórico da modernidade que, desde os seus primórdios, elegeu a liberdade e a igualdade como alicerces da vida política. A hipótese de Tocqueville (1981), de que as sociedades modernas caminhavam de forma inelutável para o igualitarismo e para a democracia, parece assim servir de fio condutor das transformações sociais, políticas e culturais dos últimos séculos. (2005, p. 82).

Apresentada em 2001 e aprovada em 2002, no Rio de Janeiro, a Lei 3.542 reservou 40% de vagas das universidades estaduais como cotas raciais. Os primeiros vestibulares ocorreram em 2002, mas a lei foi revogada em 2003. (BRANDÃO, 2007). No debate sobre a criação de cotas para alunos universitários da Universidade de Brasília, em 2003, foram

muitos e diferentes pensamentos discutidos e midiaticamente transferidos ao senso comum, como até hoje se observa:

É interessante notar que, quando certos atores sociais (incluindo os políticos) envolvidos nos debates sobre cotas e ações afirmativas são indagados quanto às notórias dificuldades de classificação racial no Brasil, com frequência buscam a “mão da ciência”. Nessa linha discursiva, a identificação dos potenciais beneficiários das cotas não é apontada como uma barreira, pois haveria “formas científicas” de determinar “quem é negro no Brasil.” (MAIO, 2005, p. 197).

Bortolini (2004, p. 31) traz uma visão histórica sobre esse tema:

De acordo com o sonho de Martin Luther King, uma sociedade justa deveria tratar todos os cidadãos igualmente, independente da cor da pele. Isto significaria a extinção do racismo com todas as suas perversas conseqüências: discriminação, exploração, opressão, exclusão social. A genética moderna já endossou essa postura ao mostrar que raças humanas simplesmente não existem do ponto de vista biológico.

Ainda no contexto histórico, o caso brasileiro nem sempre pode ser colocado como similar ao de outros países, mesmo que se manifestem ações afirmativas tanto aqui quanto lá. Isso pode ser verificado nas palavras de Kaufmann:

A par deste aspecto, é importante destacar que no Brasil a abolição da escravatura não foi precedida de guerras nem conflitos. Do contrário, foi permeada por sentimentos de exaltação nacionalista. Decretou-se no País feriado por cinco dias e a Princesa Isabel foi agraciada com o título de “A Redentora”. Já nos Estados Unidos, a abolição da escravatura foi precedida da mais violenta Guerra Civil que se tem notícia, que resultou na morte de 600.000 pessoas. Os negros foram considerados os verdadeiros culpados do conflito, o que acirrou a violência praticada contra eles. (2008, p. 4).

3.4 A POLÍTICA DE COTAS E OS DEBATES

Brandão (2007) analisa a política de cotas dizendo que a discussão deste tema, inicialmente, ficou a portas cerradas, o que gerou alguma dificuldade no sentido de haver uma velada “exclusão” popular no debate. Em 13 de maio de 2002, o governo federal, com o Decreto 4.228, criou o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da administração federal e, em 2003, a Lei 10.678 criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial. A crítica de Brandão se deve ao fato de deixar a sociedade fora da discussão, inclusive a própria universidade.

O debate sobre o sistema de cotas nas universidades com o caráter de promover a inserção social das minorias tem vindo, nitidamente, dos grupos que o entendem como necessário e dos grupos que o entendem como um tipo de marcador da discriminação.

Para Goss (2007) as políticas de ação afirmativa ganharam visibilidade no Brasil principalmente a partir do fato da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), através de uma lei estadual, ter destinado 40% de suas vagas a estudantes negros no vestibular de 2003. O acontecimento ganhou evidência nos meios de comunicação. Antropólogos e sociólogos, principalmente, mas também juristas, economistas, historiadores, entre outros representantes do campo acadêmico, divulgaram argumentos favoráveis e contrários a aplicação de políticas de ação afirmativa. Pode-se observar uma explícita polarização no campo acadêmico brasileiro em relação ao assunto, entre os intelectuais favoráveis e os contrários à implementação de políticas de ação afirmativa.

Tal fato resultou, entre tantas interpretações e mobilizações, no Manifesto dos “Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais”, publicado em 23/04/2008 (113 auto proclamados “cidadãos antirracistas” endereçaram uma carta ao presidente do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes para fazer *lobby* contra o Programa ProUni e a instituição de cotas raciais compensatórias em vestibulares para universidades estaduais), e em outro, em 13/05/2008, denominado “120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil, manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas” (o movimento negro entregou ao presidente do Supremo Tribunal Federal o manifesto em favor das cotas: o Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas).

O primeiro, assinado por intelectuais e participantes de movimentos sociais, foi dirigido ao ministro do Supremo Tribunal Federal e dizia:

Nós, intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, dirigimo-nos respeitosamente aos Juízes da corte mais alta, que recebeu do povo constituinte a prerrogativa de guardião da Constituição, para oferecer argumentos contrários à admissão de cotas raciais na ordem política e jurídica da República. (MANIFESTO 1, 2008).

Os autores do documento reforçam seus argumentos com base nos preceitos constitucionais, imputando a iniciativa como contrária ao que preconiza a Constituição federativa:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”. O Artigo 208 dispõe que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Alinhada com os princípios e garantias da Constituição Federal, a Constituição Estadual do Rio de Janeiro, no seu Artigo 9, § 1º, determina que: “Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena nem por qualquer particularidade ou condição. (MANIFESTO 1, 2008).

O segundo manifesto, “120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil” (manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas), de 13/05/2008, dirigido ao julgamento do ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, analisa o fato de verem aumentadas as oportunidades de acesso ao ensino superior, afirmando:

As avaliações realizadas até o momento mostram que, sem sombra de dúvida, apenas nos últimos cinco anos houve um índice de ingresso de estudantes negros no ensino superior maior do que jamais foi alcançado em todo o século XX. A caracterização desse avanço sem precedentes em nossa história como um privilégio de raça, menospreza o fato de que as medidas responsáveis por esse cenário trouxeram um conjunto novo de oportunidades que estava vedada a milhões de pessoas que ocupam os estratos mais baixos de nossa sociedade. (MANIFESTO 2, 2008).

Além de responder ao manifesto dos “Cem”, esclarecia que a política de cotas é historicamente reivindicada, apontando os seguintes dados:

A primeira apresentação formal de uma proposta por ações afirmativas surgiu justamente na Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada em 1945 e 1946, no Rio de Janeiro. Um dos resultados desse evento foi o documento denominado “Manifesto à Nação Brasileira”. As reivindicações ali apresentadas foram publicadas no primeiro número do jornal *Quilombo*, dirigido pelo extraordinário intelectual, artista e político brasileiro Abdias do Nascimento, juntamente com o também grande intelectual e acadêmico Guerreiro Ramos. Um dos tópicos do “Manifesto” determinava como parte do programa definido pela Convenção “trabalhar pela valorização (*sic*) e valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico”. (MANIFESTO 2, 2008).

Prazeres (2008), comentando o sistema de cotas, afirma que no Brasil sempre havia uma expectativa de que as questões de acesso ao ensino superior seriam, entre outros temas sociais, resolvidas quando o país chegasse ao desenvolvimento e ao progresso, que promoveriam a superação dessa problemática. “A evolução faria de per si com que as desigualdades fossem suplantadas, sem que, para tal, fizesse-se necessária qualquer outra

medida ou esforço por parte de quem quer que fosse.” No entanto, continua, o progresso veio e a “[...] conjuntura não se alterou. O sistema mostrou-se moldado para que se perpetuasse a situação de subjugação racial. Foi preciso uma nova análise para buscar o real motivo da desigualdade”.

Machado da Silva (2008) entende que se poderia evitar a necessidade de cotas por meio da “[...] garantia de vagas em universidades para todos os estudantes que forem aprovados num exame de saída do ensino médio”, o que já é de forma semelhante ao Enem. Acrescenta: “Na França é assim. Pode-se fazer isso com ensino público e gratuito para todo mundo ou com um sistema misto como o nosso, concedendo-se bolsas em instituições privadas para o excedente das públicas.”

Ainda dentro de uma perspectiva contrária as cotas, Goss (2007) relata que inúmeros intelectuais brasileiros escreveram e se pronunciaram sobre esse tema, porém alguns nomes se destacam, especialmente na antropologia brasileira, em oposição as ações afirmativas e ou pelo menos na forma como essas vem sendo encaminhadas no país, entre os autores pode se citar: os antropólogos Peter Fry (UFRJ) e Yvone Maggie (UFRJ), esses autores dizem que as cotas em vez de contribuir para a eliminação do racismo, vão incitá-lo mais ainda, porque institui o racismo para combater o racismo. Conforme afirmam Maggie e Fry:

[...] ao proporem ações afirmativas em prol da “população negra”, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que define o Brasil como país da mistura, ou, como preferia Gilberto Freire, do hibridismo. Ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinita misturas, mas de grupos estanques: os que tem e os que não tem direito a ação afirmativa, no caso em questão, “negros” e “brancos” [...] (MAGGIE; FRY, p. 68, 2004).

Para Maggie (2004) professora da UERJ e uma das intelectuais que entregou a carta ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o fim das políticas de cotas, a reserva de vagas para negros nas universidades públicas ou em qualquer outra instituição é uma medida errônea e perigosa porque parte do princípio da crença em raças, o que segundo ela é inexistente. Ela diz que essa divisão contribui para a segregação. As pessoas dizem que a sociedade brasileira já é dividida, mas ela não é dividida legalmente em negros e brancos, as leis são universais para todos. As políticas de cotas é que fazem essa segregação. Ainda aponta que essa política é de auto risco, porque irá instituir no âmbito federal o negro como figura jurídica. Com isso ao invés de se ignorar a raça como critério de classificação e de concessão de direitos, o estado vai “entronizar” a raça como forma de definição social, provocando a divisão do país

em grupos raciais distintos. Conforme a autora, esse tipo de ação traz mais dor do que alívio aos problemas que pretende resolver.

Para Durhan (2003), conforme pode-se observar na citação a seguir:

[...] um novo *apartheid* mesmo que mais favorável aos afro-descendentes do que a situação atual, pode perfeitamente incentivar o preconceito e criar situações de conflito étnico. Não creio que essa seja uma solução factível e nem aceita pelo conjunto a população que reconhece sua ascendência africana. (DURAN, p. 7, 2003).

Segundo Sowell (2004), apesar de terem se tornado comuns, os programas de ação afirmativa são vistos como algo indesejável pelas próprias pessoas que os promovem. Apesar de essas pessoas aprigoarem que tais programas são temporários, essas políticas não só tem persistido como aumentado. Mostra que mesmo onde há dados estatísticos adequados sobre o progresso de grupos que receberam tratamento preferencial, determinar o quanto tal progresso resultou de políticas preferenciais e não de outros fatores, continua sendo um desafio, (exemplos de Bombaim, na Malásia, no Sri Lanka, na Polônia, na Checoslováquia, na Lituânia, na Nigéria, na Indonésia, em Quebec e em grande parte dos países ao sul do Saara e ainda nos Estados Unidos).

Outro aspecto merecedor da análise de Sowell (2004), foram os custos das políticas de ação afirmativa, que segundo ele são raramente analisados. Baixam-se os padrões de desempenho visando obter resultados numéricos. Às vezes o padrão torna-se mais baixo para todos, para se evitar embaraços políticos ou responsabilidade legal. Além de exacerbar as hostilidades entre grupos, a ação afirmativa nos EUA também fez com que os negros parecessem dever sua ascensão às políticas de ação afirmativa do governo, e esta idéia está também arraigada na própria comunidade negra. Se as pessoas observassem as consequências reais destas políticas, certamente não encontrariam nenhum argumento a favor delas, a não ser que considerem que qualquer reparação social, mesmo pequena, compense quaisquer custos ou perigo, mesmo grandes. Demonstra que as ações afirmativas não tem surtido o efeito esperado nos diversos países que as adotaram, e seu custo benefício está muito aquém do desejado. Mostra-se contra a sua adoção, sobretudo quando a esfera política ignora as suas consequências e os seus resultados práticos, preocupando-se mais em somente justificar as políticas preferenciais e a enaltecer seus benefícios, ficando em evidência o fato de que a medida tem gerado mais discriminação, tanto nos EUA como nos demais países pesquisados.

De qualquer forma, as opiniões giram em torno dos prós e contra o sistema de cotas por diversas razões, sendo este um debate de difícil conclusão tal a sua complexidade. Para Carvalho (2005/2006) o episódio das cotas traz para as ciências sociais brasileira, um desafio inédito marcado por uma crise de representação, para esse autor as ciências sociais estão vivenciando a “crise da desneutralização racial no campo acadêmico”, os cientistas sociais brasileiros sempre expressaram forte rejeição ao racismo existente na sociedade, mas nunca questionaram o ambiente acadêmico de “confinamento racial”, no qual eles próprios estavam inseridos.

O mesmo autor conclui que “a principal consequência da discussão sobre a implementação de cotas nas universidades federais do país ‘é a inevitabilidade dos posicionamentos, de cientistas sociais a partir de seus locais de produção do conhecimento’”. (CARVALHO, p. 102, 2005/2006).

Para Goss (2007), o debate travado entre os intelectuais brasileiros com respeito as ações afirmativas tem ocorrido em diversas instâncias. Um dos aspectos importantes a sublinhar neste caso é justamente o fato da discussão ter ultrapassado os limites da academia e das universidades, e ter adentrado na esfera pública, especialmente nos meios de comunicação, além de audiências públicas na câmara dos deputados e no senado federal. É possível concluir que o debate instalado nas ciências sociais brasileiras a partir do episódio das cotas, não deixa de representar uma espécie de continuidade de discussões sempre presentes no cenário nacional a respeito do futuro do país, de quais as melhores soluções para a resolução das desigualdades sociais e se determinados grupos devem ter ou não seus direitos específicos respeitados.

4 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

4.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Atualmente, já se estabeleceu certo consenso, aceitando-se Bolonha como sendo a primeira universidade a surgir no final do século XI; pouco depois, em meados do século XII, foi fundada a Universidade de Paris. Esses dois estabelecimentos deram, então, a largada para o surgimento de inúmeros outros na Europa. Bolonha e Paris foram as primeiras na Europa a constituir, verdadeiramente, uma universidade: a primeira, a mais antiga; a segunda, a mais importante, pois se tornaria o modelo para outras instituições. (ROSSATO, 1998, p. 21). Mesmo que fossem desvinculados da Igreja, dependiam do aval do clero ou do governo para funcionar e dedicavam-se ao ensino das leis, da medicina, da astronomia e da lógica.

De acordo com Rossato (1998), a universidade é fruto do Ocidente cristão, onde se inspirou nos programas das escolas da Idade Média, que deixaram alguns traços no mundo monástico, cuja base é a teologia. As primeiras universidades nasceram, assim, sob a proteção da Igreja, que tomou a iniciativa e chegou a ponto de, mais tarde, criar universidades com objetivos bem precisos, ou seja, de preservar a unidade e a fé católica.

Paviani e Pozenato (1980), ao estudarem a origem das universidades, salientam que, durante a fase de surgimento das primeiras universidades na Europa, não houve a preocupação de conceituá-la. Para os autores, a reflexão sistemática sobre ela começou a partir do século XIX, com a criação da Universidade de Berlim e da Universidade Católica da Irlanda.

Na Europa e nas Américas a história das universidades mais antigas se conta por séculos; no Brasil ainda se conta por décadas. O surgimento de cursos superiores no Brasil deu-se com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, 308 anos após a chegada dos portugueses. Esse fato, por si só, já evidencia a estruturação do ensino superior no Brasil. A educação no Brasil nasceu sob o signo da distinção social, visto que os portugueses proibiram a instalação das universidades na Colônia, formando, assim, uma resistência à ideia de um projeto de ensino no país. Naquele período, os portugueses mandavam seus filhos estudar em Coimbra.

Segundo Oliven (2002), o desenvolvimento do sistema de educação superior no Brasil pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano. O Brasil Colônia não criou instituições de ensino superior em seu território até o início do século XIX, ou seja,

quase três séculos mais tarde. Assim, para se graduar, os estudantes da elite colonial portuguesa considerados portugueses nascidos no Brasil tinham de se deslocar até a Metrópole para poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal; nela se graduavam em teologia, direito, medicina e filosofia durante os três primeiros séculos da história do Brasil. Essa possibilidade de poder mandar os filhos estudar na Europa criou, de início, uma resistência à criação de um projeto de educação superior na Colônia.

A educação superior no Brasil iniciou-se com a criação do embrião de duas escolas de medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia. A primeira instituição a ser chamada de “universidade” foi a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920. Na verdade, durante muito tempo as universidades brasileiras eram associações de escolas isoladas, com uma administração central superposta, em que as faculdades de medicina, engenharia, direito e filosofia eram essenciais. (HARDY, 2000).

As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – eram independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático, “lente proprietário”, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica toda a sua vida. (OLIVEN, 2002, p. 32).

Observa-se, então, que o conhecimento praticamente era centralizado em “donos do saber”, que se perpetuavam no comando das escolas, dominando o acesso de forma elitista e gerenciando a aprendizagem.

No período imperial, apesar de várias propostas apresentadas não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade. (OLIVEN, 2002, p. 32).

Mesmo que houvesse latente interesse e condições de criar uma universidade no Brasil, os portugueses temiam uma concorrência com as suas históricas universidades.

A universidade já estava implantada em todos os países mais importantes do mundo, quer seja do ponto de vista econômico, demográfico ou geográfico, quando foi criada no Brasil no início da década de 1920. Dado esse caráter recente, os historiadores classificam a instituição como temporã ou tardia. (ROSSATO, 1998, p. 105).

Rossato é complementado por Oliven, o qual confirma que a universidade brasileira surgiu muito tempo depois de vários países já a terem implantado.

A universidade surge no Brasil tardiamente e sem oferecer novas alternativas aos objetivos e à forma de funcionamento do ensino superior: ela conservou a orientação meramente profissional dos cursos e o caráter elitista do ensino, manteve-se alheia às necessidades da maior parte da população brasileira e não incentivava o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. (OLIVEN, 1990, p. 60).

Para Rossato (1998), a segunda universidade foi criada em 1927 em Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte. Com outras características, em 1934, foram criadas a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo. Nesse período foi fundada a Universidade Rural do Rio de Janeiro, de forma que, ao final do Estado Novo, o Brasil contava somente com cinco universidades. A partir desse período, o país viveu uma expressiva expansão do ensino superior, tanto que em 1937 já havia 86 instituições de ensino superior e, em 1945, esse número aumentou para 181, ou seja, nessa época 95 novas IES foram criadas.

Em 1961 foi criada a Universidade de Brasília, como que se retomou a ideia de universidade com a convicção de que ensino superior requer instituições integradas, orgânicas e atuantes, onde a cultura científica é traço fundamental, integrando-se à profissionalização.

De acordo com Hardy (2000), a Reforma Universitária de 1968 estabeleceu a base para que o que se pretendeu com a universidade brasileira após tal data. Buscou-se a expansão da educação em nível de graduação e praticamente a criação da pós-graduação. O desenvolvimento da pesquisa e o “milagre econômico” da época exigiram a pretendida reforma da universidade por meio de condições estruturais e conceituais para que o pessoal qualificado fosse agente de impulso ao desenvolvimento econômico.

O final da década de 1980 e a primeira parte da década de 1990 tendem a apresentar uma continuidade das etapas anteriores, porém mudou o ritmo de expansão tanto de matrículas quanto da própria criação das instituições de ensino, observando-se o seu maior crescimento no setor privado, além de haver uma forte interiorização do ensino superior.

Quadro 1: Síntese da história da educação universitária brasileira

Períodos	Fatos
Pré-Colonial (antes de 1500)	<ul style="list-style-type: none"> • Povoamentos indígenas
Colônia (1500 – 1822)	<ul style="list-style-type: none"> • Jesuítas: ensino superior nos colégios jesuítas (seminários), foco na formação religiosa e depois na educação • Proibição das instituições ensino superior: forma de controle sobre a colônia • 1808: transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro e abertura das primeiras escolas.
Império (1822 – 1889)	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens vão estudar em Portugal (Universidade de Coimbra) • Estímulo do próprio rei da vinda de missões francesas; foram criadas cadeiras isoladas de ensino superior • Criação das primeiras escolas superiores brasileiras: Escola Medicina do Rio de Janeiro, Escola Medicina da Bahia; Escola Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro • 1827: Curso de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda
República Velha (1889 – 1929)	<ul style="list-style-type: none"> • A república se desenvolve com a criação de 14 escolas superiores • Início do século XX: Escola Politécnica do Rio de Janeiro • 1915: criação do vestibular (Decr. 11.530). • 1916: fundação da Academia Brasileira de Ciências (pesquisa e ensino) • 1924: criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) • 1920: criação da primeira universidade brasileira: a Universidade do Rio de Janeiro; mais voltada ao ensino do que a pesquisa • 1927: Universidade de Minas Gerais
Segunda República (1930 – 1936)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério da Educação e Saúde • 1931: aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras • 1934: criação da Universidade de São Paulo: representou um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior, contou com professores pesquisadores estrangeiros e tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil • 1935: Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal, que foi extinta em 1939 por decreto presidencial
Estado Novo (1937 – 1945)	<ul style="list-style-type: none"> • Nova constituição: ensino pré-vocacional e profissional • A Universidade do Rio de Janeiro passa a ser chamada de Universidade do Brasil: que serviria como modelo único de ensino superior em todo o território nacional • 11/08/1937 - Criação da União Estadual dos Estudantes a UNE
República nova (1946 – 1963)	<ul style="list-style-type: none"> • Nova constituição: obrigatoriedade do ensino primário • 1946: surgiu a primeira universidade católica do Brasil com o objetivo de ressocializar as elites brasileiras com base nos princípios ético-religiosos da moral católica • 1961: criação da Universidade de Brasília • Período populista (1945-1964): surgimento de muitas universidades • Durante a República Nova foram criadas 22 universidades federais, 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana • Período de expressiva expansão das matrículas e mobilização de universitários • 1961: promulgada a lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior no país

Cont.

Regime Militar (1964 – 1985)	<ul style="list-style-type: none"> • Golpe militar: universidades passaram a ser controladas visando ao combate à subversão. • 1968: Período de Reforma Universitária. Criação de inúmeras faculdades isoladas • 1968: o exame vestibular deixou de ser eliminatório, assumindo a função classificatória • 1981: o Brasil contava com 65 universidades e 800 estabelecimentos isolados de ensino superior
República Nova (1986 – 2002)	<ul style="list-style-type: none"> • Redemocratização política: nova dinâmica do sistema de educação superior • Constituição Federal de 1988: 18% da receita anual dos impostos da União para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, artigo 207: autonomia das universidades • 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96: introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e reconhecimentos ao desempenho mensurado por essa avaliação • A mesma lei reafirma que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis nas universidades. Nas instituições de ensino superior não universitárias não são consideradas indissociáveis • Também a nova LDB diz que para ser considerada uma universidade e gozar autonomia para abrir e fechar cursos, estabelecer números de vagas, planejar atividades, ela deve ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com titulação de mestre ou doutor e um terço contratado em tempo integral • Ministério da Educação cria o “Provão” (prova realizada aos universitários finalistas para receber o diploma)

Fonte: OLIVEN (2002).

O ensino superior no Brasil retomou seu crescimento durante o governo de Fernando Henrique (1995 a 2002), quando houve um sensível aumento de vagas nas universidades privadas, reflexo da estagnação de oferta do setor público. Essa expansão se deu sobretudo em razão de uma legislação que facilitou a abertura de cursos e instituições, de faculdades, centros universitários e universidades. Assim, a percentagem de vagas oferecidas pelas universidades públicas inverteu-se em relação às privadas, ou seja, o polo de expansão do ensino universitário brasileiro passou a ser a rede privada. A universidade pública conservou-se ainda, durante esse tempo, como centro de produção da pós-graduação.

4.2 AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Esse estudo foi realizado em uma universidade comunitária, portanto elucidar alguns conceitos sobre esta forma de funcionamento de uma instituição de ensino superior torna-se importante.

Entre as características do sistema de educação superior se encontram as chamadas “universidades comunitárias”, que são instituições sem fins lucrativos e cujos bens não são propriedade de ninguém em particular. Podem ser caracterizadas como instituições privadas que apresentam uma especial dimensão pública; geralmente, possuem uma mantenedora, não estando subordinadas a interesses empresariais, mas, principalmente, a um objetivo social. Confirma este pensamento Morais (1989, p. 202):

Parece que o traço comum a tais escolas particulares (que poderíamos chamar aqui de escolas privadas) – designadas como comunitárias, confessionais ou filantrópicas – é o de terem por finalidade a prestação de um serviço público de interesse coletivo, a ela consagrando-se inteiramente, sem fins lucrativos. Esse caráter as distancia das escolas estritamente particulares e as aproxima das públicas, cabendo-lhes a caracterização de públicas não-estatais.

Para Morais (1989), as universidades estritamente comunitárias têm como traço marcante: a sua vinculação à comunidade, ou seja, é patrimônio de uma comunidade; administrativamente, subordinam-se ao Conselho de representantes da comunidade. Neves (1995, p. 203) destaca que a universidade comunitária surgiu durante a década de 1980 e que seu caráter “[...] foi transformado em distinção conceitual e argumento político na luta por um tratamento diferenciado por parte dos órgãos encarregados da política de ensino superior e mesmo do fomento científico e tecnológico, tanto estadual como nacional”.

Morais (1989) salienta que um traço sempre distinguiu as universidades comunitárias e confessionais no interior do grupo das instituições privadas, mesmo antes de a atual legislação ser aprovada (CF, LDB), que foi a finalidade de seu serviço. Além disso, define-as como sendo um serviço público, de interesse coletivo, sem fins lucrativos. Isso as distancia das escolas estritamente particulares, organizadas como empresas capitalistas, e as aproxima mais do grupo das universidades públicas, cabendo-lhes, pois, a caracterização de “públicas não estatais”.

As universidades comunitárias estão filiadas à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc)³, criada em 1994 e composta hoje (2008) por 54 universidades e centros universitários, a maioria situada em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, em número de 14, representam uma rede de instituições de ensino superior incrustadas em suas comunidades, articuladas por meio de um forte movimento

³ ABRUC. Disponível em: www.abruc.org.br

associativo: o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung). (LONGHI, 1998).

De acordo com Longhi (1998), no Rio Grande do Sul concentra-se quase a metade das universidades entendidas como comunitárias, as quais se encontram em Porto Alegre, em suas redondezas; estendem-se aos campos do sul, às planícies do centro; sobem as encostas da serra; chegam quase ao litoral gaúcho; concentram-se no Planalto e alcançam as barrancas do rio Uruguai em decorrência de seu acentuado processo de regionalização.

Quadro 2: Universidades comunitárias do Rio Grande do Sul

N.	Sigla	Nome	Localização
01	Feevale	Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior	Novo Hamburgo
02	PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Porto Alegre
03	Ucepel	Universidade Católica de Pelotas	Pelotas
04	Unijuí	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Ijuí
05	Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	São Leopoldo
06	Univates	Universidade do Vale do Taquari	Lajeado
07	Urcamp	Universidade da Região da Campanha	Bagé
08	UCS	Universidade de Caxias do Sul	Caxias do Sul
09	Unicruz	Universidade de Cruz Alta	Cruz Alta
10	Unifra	Centro Universitário Franciscano	Santa Maria
11	Unilasalle	Universidade La Salle	Canoas
12	Unisc	Universidade de Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul
13	UPF	Universidade de Passo Fundo	Passo Fundo
14	URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Erechim

Fonte: Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. www.comung.org.br.

Longhi (1998) faz uma reflexão sobre questionamentos que surgem quando se aborda o tema universidades comunitárias, levantando questões como: Elas lideram, comprometem-se em suas comunidades com a educação numa perspectiva comunitária? Como a universidade identifica o que é comunidade e quais são as suas necessidades mais tangentes? Como elas conseguem derrubar a separação entre escola e comunidade? Como formam seus professores e demais profissionais de nível superior? No pensamento da autora, essas interrogações merecem aprofundamento no sentido de verificar como dada instituição comunitária articula suas estratégias ao movimento mais global da sociedade, qual a sua metodologia de pesquisar a realidade, de entender a comunidade, de situar-se próxima a ela, de comprometer-se com o seu desenvolvimento regional, de atender as suas necessidades e de se tornarem sustentáveis. São indagações pertinentes ao tema gerador deste estudo e que foram guias na elaboração da pergunta de pesquisa deste projeto.

Entre as características da universidade está a sua função como uma instituição social e, como tal, exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade. Tanto é assim que se vê no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes, que exprimem divisões e contradições da própria sociedade. Essa relação interna entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde o seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, sendo estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUI, 2003, p. 2).

Buarque (1994, p. 150) afirma que o que está em jogo nos próximos anos não é apenas fazer funcionar a universidade, mas ter a consciência da necessidade de sua constante reinvenção. A reinvenção de cada universidade pela modificação de seus paradigmas torna-se mais necessária nas universidades de países mais pobres, com projetos sociais inadequados em momentos de rupturas como é o caso do Brasil.

Acentua-se aqui a importância da aplicabilidade do conhecimento produzido pelas universidades e a necessidade de projetos universitários de extensão que assumam metas de transferência desse conhecimento qualificando a sociedade. O maior papel da universidade é a transformação social. Para a sociedade em geral a universidade se resume à mera formação de alunos, mas cabe mostrar que ela é muito mais que isso: é também pesquisa, extensão e mudança, necessitando, por isso, de maiores investimentos e mais harmonia no sistema educacional.

Buarque (1994) destaca que nos momentos de crise as receitas desaparecem e cada universidade deve descobrir a melhor maneira de se lançar na aventura de encontrar novos caminhos para si e, como instituição pensante, para o conjunto da sociedade. Constrange-se a universidade ao fazê-la funcionar dentro de objetivos e normas em rápido processo de obsolescência. Contudo, deve lutar pelo exercício de sua autonomia, a qual não pode significar comportamento isolado, pois a universidade deve ser autônoma, mas não autista.

Para poder exercer sua autonomia com vínculos externos, o caminho é formular alianças e chamar para os órgãos deliberativos representantes externos empresariais, governamentais, líderes comunitários e personalidades da comunidade acadêmica, científica e intelectual.

Essas parcerias vão fortalecer esses novos caminhos de transformação, que poderão ser usados como elementos para dar sustentabilidade às mudanças das universidades, evitando a sua estagnação e, ao mesmo tempo, remetendo-a a novos estágios necessários em tempos de globalização.

4.3 A ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Na Constituição Federal (em seu art. 5º) está estabelecido que a educação – um direito de todos e dever do Estado e da família – será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. O ensino, por sua vez, deverá ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com coexistência de instituições públicas e privadas, sendo garantidas a gratuidade e a gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso I a VII).

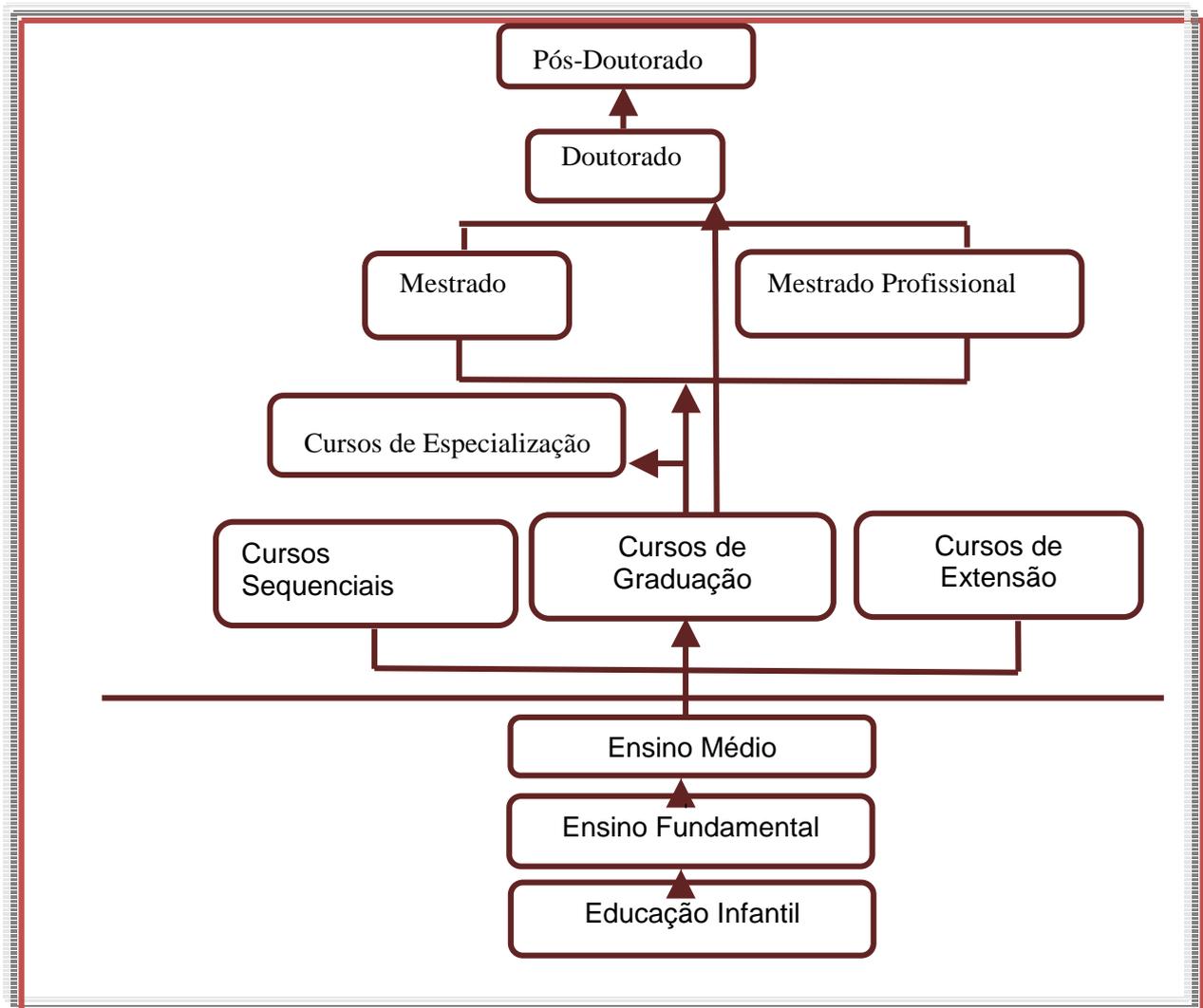
Os sistemas de ensino no Brasil são organizados em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art.211,§ 1 a 4): à União cabe a organização do sistema de ensino federal, dos estados e do Distrito Federal, financiando as instituições públicas federais e exercendo, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; aos Municípios cabe a responsabilidade de atuarem, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil; quanto aos Estados e ao distrito Federal, atuam principalmente no ensino fundamental e médio, definindo formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Nos últimos anos, Estados e Municípios passaram a atuar também no nível superior.

Os níveis escolares, como pode ser visto no Quadro 3, dividem-se em: *educação básica*, cuja finalidade é desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores; é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e *educação superior*, ministrada em instituições de ensino superior (públicas ou

privadas), com variados graus de abrangência ou especializações, abertas a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e aprovados em respectivo processo seletivo. As modalidades de educação e ensino complementam o processo de educação formal por meio de educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, ensino presencial, ensino semipresencial, educação a distância e educação continuada.

Além dos princípios gerais estabelecidos pela Constituição, o sistema educativo brasileiro foi redefinido pela nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional, Lei nº 9.394/96, na qual ficaram estabelecidos os níveis escolares e as modalidades educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades, conforme o ilustrado no Quadro 3:

Quadro 3: Estrutura do sistema educativo brasileiro



Fonte: NEVES (2002).

A educação superior no Brasil abarca hoje um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas, com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, desde a graduação até a pós-graduação *lato e stricto sensu*.

A base da atual estrutura e funcionamento da educação superior brasileira teve a sua definição com a aprovação da Lei nº. 540/68, da Reforma Universitária. Muitas das medidas adotadas pela reforma de 1968 continuam ainda hoje a orientar e conformar a organização deste nível de ensino. Os dispositivos mais importantes por ela implementados são:

- a) organização das universidades passou a atender às seguintes características: extinção do antigo sistema de cátedras e introdução da estrutura fundada em departamentos; unidade de patrimônio e administração; estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; unidades de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e estabelecida a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos; flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa;
- b) a gestão passou a ser assumida por um diretor (em cada unidade) e os cursos passaram a ter coordenadores para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, devendo englobar as disciplinas afins;
- c) a introdução da matrícula semestral por disciplinas e do sistema de créditos;
- d) a institucionalização da pós-graduação *stricto sensu*, por meio dos cursos de mestrado e doutorado no país;
- e) a instituição do vestibular unificado e classificatório, como forma de racionalizar a oferta de vagas.

A Reforma Universitária preconizava que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. As universidades deveriam oferecer ensino, pesquisa e extensão. No entanto, o que ocorreu na década de 1970 foi a expansão do sistema de ensino superior, em razão do aumento do número de instituições privadas e estabelecimentos isolados.

A partir dessa reforma as universidades deveriam ter autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida conforme a lei e seus estatutos. Entretanto, as universidades públicas federais, até o presente momento, ainda não gozam a autonomia financeira e de gestão de pessoal.

4.4 TIPOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A tipologia das IES no Brasil foi redefinida pela LDBN, que trouxe inovações no sistema de ensino superior, principalmente quanto à natureza e dependência administrativa. No que concerne à natureza acadêmica, constata-se que foi definida por decretos complementares, tais como os decretos nº 3.860/01 e 2.406/97. Na LDBN, bem como nos decretos posteriores específicos, estão definidas as atribuições de cada instituição universitária e não universitária que oferece educação superior.

Quadro 4: Instituições ensino superior públicas e privadas

Sistema federal de ensino (art. 16, Lei 9.394/96)	As IES públicas são subordinadas à União, podendo se organizar como autarquias ou fundações públicas.	As <u>IES privadas</u> são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.	Segundo a organização acadêmica
I – as instituições de ensino mantidas pela União;	Universidades federais	Universidades particulares	Universidades
II – as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada;	Universidades estaduais	Universidades filantrópicas	Centros Universitários
III – os órgãos federais de educação.	Universidades municipais	Universidades confessionais Universidades comunitárias	Escolas, institutos ou faculdades isoladas Centros tecnológicos

Fonte: ARROSA (2002).

Quadro 5: Instituições de ensino superior privadas

Particulares	Instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, não tendo as características das demais, apresentadas a seguir
Comunitárias	Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos. Devem incluir na sua entidade mantenedora representante da comunidade.
Confessionais	Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específica e ao disposto no item anterior.
Filantrópicas	Na forma de lei, são instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para os quais instituídas, colocando-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (art 20, Lei 9.394/96).

Fonte: ARROSA (2002).

Observa-se nos quadros 4 e 5 a tipologia das instituições ensino superior públicas e privadas, estas últimas subdivididas em particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Nas federais, a predominância de funcionamento ocorre durante o dia; a concorrência é maior; são relativamente mais presentes em todos os estados da federação; desenvolvem pesquisa e pós-graduação. Nas privadas, a maioria funciona no turno noturno; os cursos são menos seletivos; atendem mais o interior; estão concentradas nas regiões mais desenvolvidas, onde o poder aquisitivo da população é maior; oferecem, predominantemente, o ensino.

As universidades públicas ocupam posição fundamental no cenário acadêmico nacional, detendo papel estratégico no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país; surgiram antes da década de 1970. As Instituições Federais de Ensino Superior são, atualmente, consideradas multifuncionais, mesmo com diferenças entre elas. Desenvolvem atividades de ensino e extensão, além de, principalmente, estarem concentrando parte substancial da capacidade de pesquisa instalada no país. As universidades estaduais, ao contrário das federais e particulares, encontram-se fora da alçada do MEC, uma vez que são financiadas e supervisionadas pelos respectivos estados.

A diversidade institucional, entretanto, está presente especialmente no campo das instituições privadas, integradas pelas instituições comunitárias, confessionais e pelos estabelecimentos de perfil mais empresarial. As universidades comunitárias autodenominam-se “públicas não estatais” e caracterizam-se por manter um elevado grau de interação no contexto social; criadas e mantidas por conselhos integrados por membros da comunidade municipal e estadual.

Outro perfil marcante no campo privado é constituído pelas IES laicas, gerenciadas por uma lógica de mercado e um acentuado *éthos* empresarial. Não se pode lançar um acurado olhar sobre o sistema de instituições de ensino superior brasileiro sem ressaltar alguns aspectos fundamentais. O sistema é formado, em sua maioria, por instituições privadas e algumas poucas públicas. Grande parte das IES estaduais e federais é universidade, ao passo que as faculdades, escolas e institutos constituem a maioria das instituições municipais. No conjunto, as universidades representam um percentual muito pequeno total. Entretanto, trata-se de instituições que concentram o ensino de melhor qualidade, além de parte substancial de pesquisa e pós-graduação.

Alguns dados são importantes para consideração: segundo o MEC/Inep, no conjunto da América Latina o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Hoje (2008), 70% das universidades brasileiras são privadas e o restante, 30%, públicas, e o ensino universitário funciona, na sua maioria, no período da noite.

4.5 DADOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Segundo o Inep, o censo de 2006 das IES indicou que mais de um milhão de vagas oferecidas ficaram ociosas, ou seja, não foram preenchidas pelos estudantes que participaram do vestibular nas mais diversas instituições de ensino no país. Esse número representa 49% das vagas oferecidas em todo o país, sendo maior do que em 2005, quando foi de 43%. Segundo ainda o mesmo censo, 97,3% das vagas ociosas foram oferecidas por faculdades privadas, tendência que vem se acentuando. Observou-se também que nas universidades públicas, onde os vestibulares são mais disputados, 271.499 vagas foram preenchidas, o que significa quase a totalidade das 298.191 vagas oferecidas por essas instituições. Portanto, o percentual considerado ocioso foi de apenas 8,9% (26.692 vagas).

O mesmo censo verificou que a taxa de jovens matriculados no ensino superior brasileiro subiu de 11% para 12%, o que significa o percentual da população com idade entre 18 a 24 anos que está matriculada num curso superior. Ainda que de forma lenta, esse fato vem ao encontro do objetivo do Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso, que prevê, até 2011, 30% dos jovens com essas idades, na universidade. Em proporção, o índice de expansão dos alunos matriculados no ensino superior continua em queda, se considerados anos anteriores. Apesar do salto de 4,9 milhões de matrículas em 2005 para 5,3 milhões em

2006, o aumento foi de 6,4%, inferior aos 6,9% de 2005 e aos 7,1% de 2004. Em 2003, essa taxa foi de 11,6% e, em 2002, de 14,8%.

Outra constatação do censo é que, das 2.398 instituições de ensino superior no país, 2.141 são privadas; as outras 257 são públicas. Há, portanto, 10,71% de IES públicas e 89,28% de privadas, porém pouquíssimas são universidades. O censo mostrou que prevalece no país a pequena instituição de ensino superior (centros universitários, faculdades e centros de educação tecnológica).

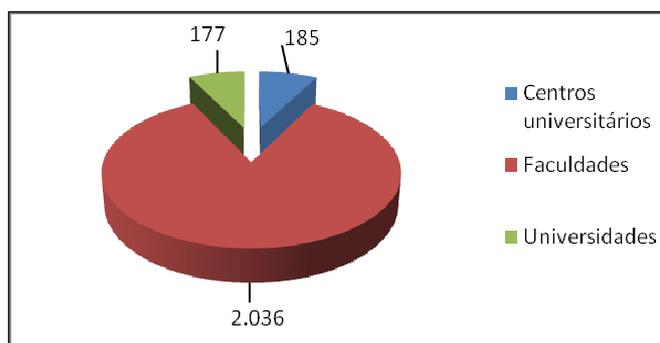
Atualmente, num grande número de instituições do ensino superior existentes com curso único o corpo docente é predominantemente de tempo parcial e tem outros encargos. Diante disso, o atual governo propôs uma reforma no ensino superior que prevê a reestruturação das universidades públicas e um controle do crescimento e qualidade das privadas.

A situação atual é preocupante, visto que se observam um baixo número de matrículas em geral, principalmente se compararmos a meta governamental a ser atingida, uma tendência de privatização cada vez maior e um corpo docente, embora com relativa melhora registrada nos últimos anos, ainda necessitando de qualificação. Esses dados ilustram a atual crise que passa a universidade brasileira. A história da educação universitária brasileira é feita de rupturas e continuidades marcantes, pois cada período determinado teve características próprias, observando-se ainda que ela tem muito a evoluir nas questões referentes à qualidade.

Com informações gráficas do Inep mostra-se, a seguir, a atual disposição das instituições de ensino superior no Brasil.

Tabela 1: Organização acadêmica no Brasil

Centros universitários	185
Faculdades	2.036
Universidades	177
Total	2398

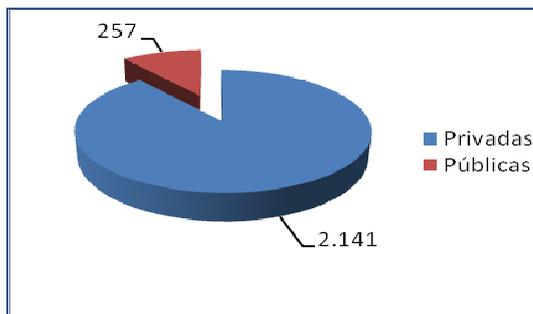


Fonte: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>

Figura 2: Organização acadêmica no Brasil

Tabela 2: Categoria da IES no Brasil

IES	N.
Privada	2.141
Pública	257
Total	2.398

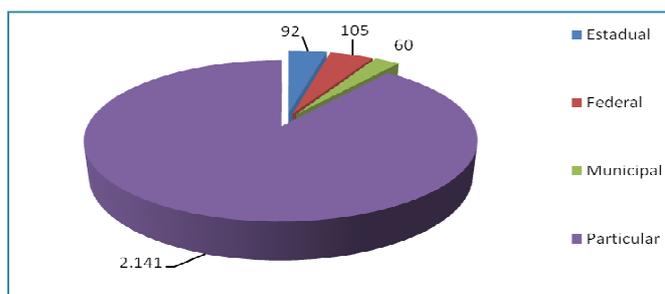


Fonte: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>

Figura 3: Categoria da IES no Brasil

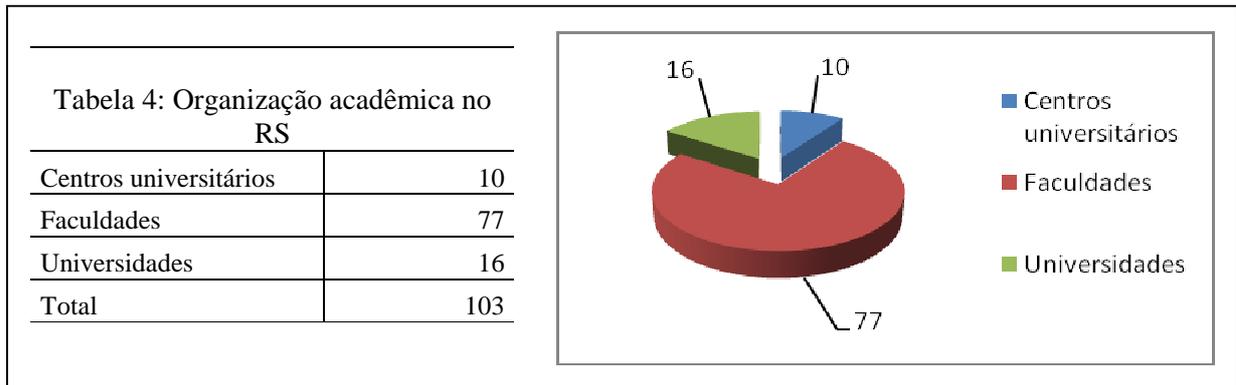
Tabela 3: Subcategoria da IES no Brasil

Estadual	92
Federal	105
Municipal	60
Particular	2.141
Total	2.398



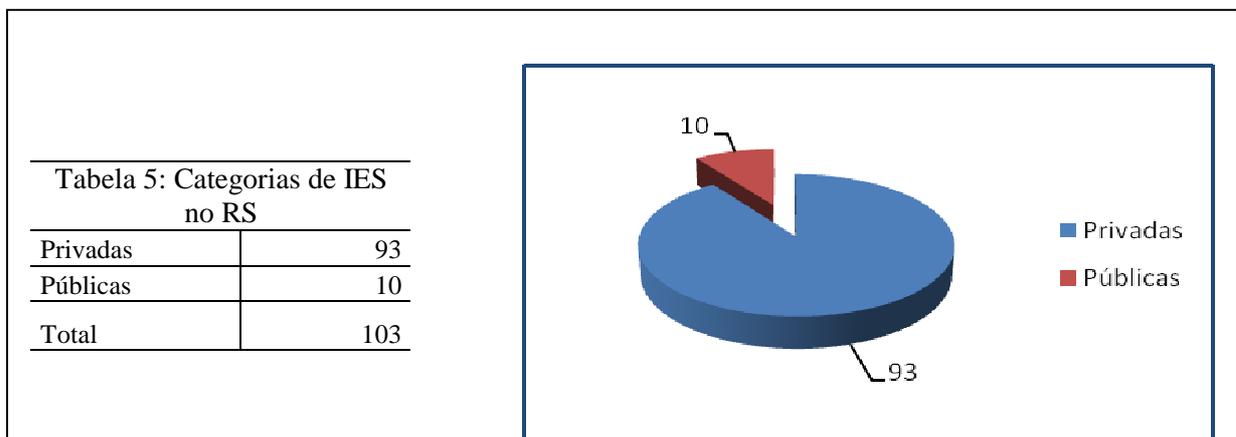
Fonte: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>

Figura 4: Subcategoria da IES no Brasil



Fonte: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>

Figura 5: Organização acadêmica no RS



Fonte: <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>

Figura 6: Categorias de IES no Rio Grande do Sul

Segundo Neves (1995), a universidade brasileira exerceu importante papel na construção do Brasil moderno, pelo ensino de assuntos políticos, econômicos e técnicos, buscando gerar desenvolvimento e possibilitando o acesso do Brasil ao conhecimento e a tecnologia mundial.

Durante esse tempo muitos desafios e dificuldades vêm sendo enfrentadas por essas instituições, desde a década de 1920, quando as primeiras foram fundadas. No entanto, espera-se que as próximas etapas sejam capazes de corresponder às necessidades sociais do século XXI, criando as bases para um salto qualitativo nos próximos anos. Os desafios da universidade brasileira são diversificados e numerosos, mas o seu papel central no desenvolvimento do Brasil deve ser sempre ressaltado e as prioridades, estabelecidas, para

que o país possa superar a sua fase atual e passar para um novo patamar de justiça social e prosperidade. (NEVES, 1995).

O ensino superior no Rio Grande do Sul surgiu tardiamente, como aconteceu em todo o país. As IES começaram com a criação da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, na cidade de Pelotas, em 1883.⁴ No final do século XIX e início do século XX a expansão do ensino superior no Rio Grande do Sul se deu pela criação de várias escolas e faculdades. Cabe destacar a criação da Faculdade de Direito, que começou a funcionar em 1903. Em 1927 foi instituída a Escola Superior de Comércio, em Porto Alegre, que mais tarde originaria a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1948. Em 1950 pode-se dizer que o ensino superior estava centrado em Porto Alegre, com a PUC e a UFRGS. Entre 1950 e 1960 atingiu-se certa interiorização, expandindo-se o ensino superior para as cidades de São Leopoldo, Bagé, Rio Grande, Passo Fundo, Caxias do Sul, Ijuí, Viamão e Uruguaiana. Na década de 1970 instalaram-se em muitos municípios por meio de extensões. (ROSSATO, 1995).

Atualmente, existem muitas instituições de ensino superior no estado, número que se multiplica com as faculdades isoladas e a criação dos *campi*. Ao mesmo tempo, algumas questões tornam-se preocupantes, como o processo de privatização do ensino superior no Rio Grande do Sul; a inadequada distribuição geográfica das universidades; o grande número de vagas ociosas em alguns cursos, especialmente nas licenciaturas; a necessidade de maior qualificação dos professores universitários e o grande número de professores em regime parcial.

A Figura 7 ilustra as IES da cidade de Passo Fundo, observando-se que todas são de caráter privado, as quais atendiam em 2008, aproximadamente, 25 mil universitários estudantes. A maioria desses se encontra na UPF, que é a instituição de maior estrutura no município e na região.

⁴ Implanta-se o ensino superior no Rio Grande do Sul; posteriormente, a Universidade Rural do Rio Grande do Sul mais tarde passa a se chamar de Universidade Federal de Pelotas.

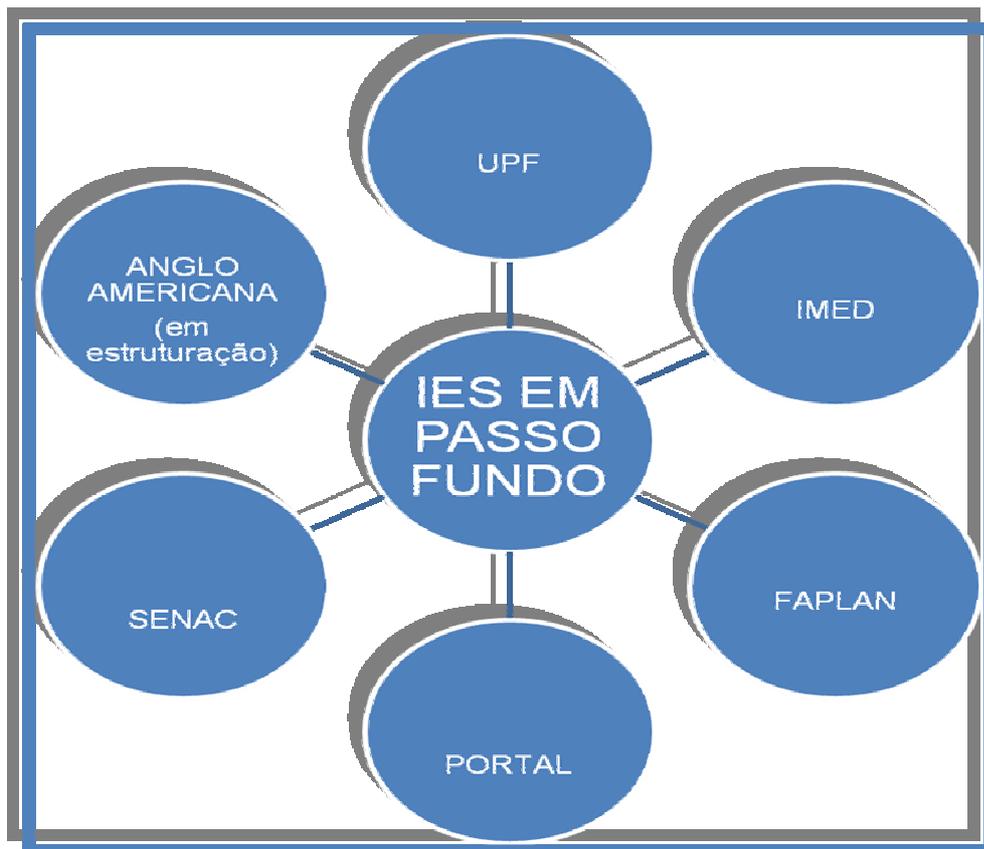


Figura 7: Distribuição das IES em Passo Fundo – 2008

4.6 A HISTÓRIA DO VESTIBULAR

O vestibular no Brasil é quase centenário, tendo sido instituído para a seleção de ingresso ao ensino superior, obrigatório por lei desde 1911. Até então, entravam nas faculdades somente aqueles alunos que haviam frequentado as escolas tradicionalmente elitizadas. Algumas faculdades tinham cursos preparatórios e os alunos que fossem aprovados no curso tinham a vaga garantida. Quando o número de candidatos se tornou muito grande para esse sistema restrito, o governo brasileiro instituiu o vestibular.

Demorou alguns anos para que o vestibular tomasse a forma de hoje, com provas de testes, questões discursivas, redação e relação de livros de leitura obrigatória. Até o começo da década de 1960, as escolas realizavam seus testes em duas etapas: a primeira era escrita e dissertativa; a segunda, oral, exigindo o sorteio de temas na hora de sua realização.

Anualmente, são feitas cerca de 2,5 milhões de inscrições para o vestibular em todo o Brasil⁵. Símbolo das dificuldades dos estudantes na entrada da fase adulta, o exame vestibular continua seguindo o mesmo ritual. Parte tão presente da vida de quem sonha ingressar na faculdade, o vestibular, como se conhece hoje, tem uma história curta. O nome vestibular, aplicado à prova, vem de *vestíbulo* ou *antessala*, segundo o decreto de 1915. Se as vagas oferecidas não fossem preenchidas, havia nova convocação. Esse formato foi usado até meados da década de 1960, quando surgiram as questões de múltipla escolha. Processados em computadores, os testes facilitaram a correção, cada vez mais complexa pelo volume crescente de candidatos. A novidade começou no curso de Medicina da Universidade de São Paulo. (BRASIL, 2008).

O critério de nota mínima liberava aprovados acima do limite de vagas, destinadas aos primeiros colocados. O restante aguardava expansão de oferta. Esses candidatos excedentes organizaram um movimento nacional. O governo resolveu o problema criando através da Lei nº 5540, de 1968, instituindo o sistema classificatório, que eliminou a figura do excedente.

Para solucionar o problema da demanda, concentrada na rede pública, o Ministério da Educação permitiu a abertura de numerosas escolas privadas. Hoje são cerca de novecentas unidades de ensino superior particulares; e o sistema de ingresso pode voltar a mudar. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 permite que cada escola opte por critérios próprios, sendo a tendência de se valorizar a prova dissertativa. Depois da virada do milênio, com quase três milhões de inscritos ao ano, o vestibular recupera traços do modelo do início do século, como se pode observar no Quadro 6.

⁵ Segundo o site do Ministério da Educação (2008), à disposição na internet.

Quadro 6: Histórico dos processos seletivos no ensino superior do país

Anos	Acontecimentos
1808	São instituídos os exames preparatórios para os cursos superiores no Brasil, mas o ingresso torna-se privilégio de colégios de elite a partir de 1837.
1911	Lei obriga a fazer o exame de admissão, definindo critérios das provas, existência de bancas, calendário e taxas de inscrição.
1915	De acordo com o Decreto nº 11530, as provas passam a chamar-se vestibulares, constando de duas provas: uma escrita e dissertativa e outra oral.
1960	A partir da década de 1960 houve a primeira mudança. Com a adoção de questões de múltipla escolha: o popular “vestibular de cruzinha”, até hoje o mais utilizado.
1964	É criada a Fundação Carlos Chagas, para seleção dos candidatos a vestibulares, em São Paulo. Os exames ganham questões de múltipla escolha, processadas em computador, foi facilitada a fase de correção, atendendo à necessidade do número crescente de candidatos. A inovação começou no curso de Medicina da Universidade de São Paulo e logo foi estendida para todo o país.
1968	Chega ao auge o movimento de excedentes, candidatos aprovados com média mínima, mas sem vagas, estancado pela lei nº 5540, que substituiu o critério de habilitação pelo de classificação.
1970	Criada a Comissão Nacional do Vestibular Unificado, para organizar o sistema no país. Seis anos depois, a USP unifica seu vestibular com a criação da Funvest, que realiza sua primeira prova em 1977, avaliando também candidatos das duas outras universidades estaduais, a Unicamp e a Unesp. Na década seguinte, ambas decidem realizar exames separados.
1994	A Funvest altera suas provas, ampliando a fase de Conhecimentos Gerais. A primeira é eliminatória.
1996	Aprovada a nova lei de Diretrizes e Bases, na qual consta que o ingresso no ensino superior pode ser feito via processo seletivo a critério de cada escola. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “Art. 51”: as instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.”

Fonte: Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/vestibular.htm>. Acesso em: mar. 2008

A educação é dever do Estado e um direito do cidadão. Contudo, infelizmente, não é o que se verifica no Brasil. Os pesquisadores têm informado que cresce dia a dia a evasão escolar tanto no ensino fundamental como no ensino médio. Os poucos que conseguem concluir o ensino fundamental e médio precisam ainda enfrentar o tão temido vestibular para terem o direito de ingressar em uma universidade. (GOULART; SAMPAIO; NESPOLI, 2006).

Entrar em um curso superior é um processo complexo. As universidades públicas não comportam o grande número de candidatos, tornando o seu vestibular uma verdadeira arena de competição. As faculdades particulares, por sua vez, estão proliferando por todo o país, porém o alto custo das suas mensalidades não encontra aporte financeiro na maioria da população. Quanto ao governo, procura suprir a falta de vagas e a desigualdade gerada por tal criando políticas e medidas que buscam garantir maior igualdade de oportunidades, como é o caso do ProUni.

4.7 FORMAS ATUAIS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Atualmente existem distintas formas de ingresso nas instituições de ensino superior. Algumas instituições procedem à seleção de candidatos segundo a avaliação dos conteúdos estudados no ensino médio (INEP, 2008):

- Vestibular – é o processo seletivo tradicionalmente utilizado para ingresso no ensino superior brasileiro. Compreende provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio (língua portuguesa e literatura brasileira, matemática, biologia, física, química, história e geografia), uma língua estrangeira moderna (inglês, francês, espanhol, alemão) e uma prova de redação. Os alunos são convocados por meio de edital e os exames podem ser realizados pela própria IES ou por instituição especializada em realização de concursos ou processos seletivos.
- Enem – é o Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pelo Inep, ao qual os alunos concluintes ou egressos do ensino médio poderão se submeter voluntariamente. Cobre o conteúdo estudado em todo o ensino médio, por meio de questões objetivas que procuram integrar as várias disciplinas do currículo escolar e de uma redação, tentando identificar processos de reflexão e habilidades intelectuais adquiridas pelos alunos. Mais de 300 IES do país estão utilizando os resultados do Enem como parte do processo seletivo de acesso ao ensino superior.
- Avaliação Seriada no Ensino Médio – é uma modalidade de acesso ao ensino superior que abre para o estudante do ensino médio o acesso à universidade de forma gradual e progressiva, compreendendo avaliações realizadas ao término de cada uma das três séries. O participante do programa não está impedido de concorrer também ao vestibular tradicional ao concluir a terceira etapa do processo.
- Teste/Prova/Avaliação de Conhecimentos – é o processo seletivo utilizado por algumas IES para avaliar o conhecimento dos alunos que pretendem ingressar nos seus cursos de graduação. As questões, que podem ser objetivas ou subjetivas, e o conteúdo ficam a critério da própria instituição, em função do curso pretendido.

- Avaliação de dados pessoais/profissionais – processo seletivo para ingresso na educação superior que substitui a realização de provas e testes pelo exame dos dados pessoais (escolarização, cursos, histórico escolar) e ou profissionais (experiências/desempenho profissional).

Além da avaliação de dados pessoais/profissionais dos candidatos, outras seleções se baseiam em entrevistas e exame curricular do histórico escolar.

Realizado desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio busca avaliar, com questões objetivas e redação, os desempenhos dos alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio. A nota do Enem é usada para conceder bolsas de estudo e no processo seletivo de diversas universidades no país. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, responsável pela aplicação da prova, deu visibilidade a um teste que surgiu tímido há uma década, mas hoje é encarado como um importante termômetro de avaliação do desempenho de instituições públicas e privadas.

A prova do Enem se consolidou como um instrumento de avaliação respeitado por todos graças ao seu formato. Ao contrário do vestibular, essencialmente conteudista, o exame valoriza a capacidade de interpretação e o raciocínio lógico do aluno. Pelo aspecto técnico e didático, passou a ser reconhecida por universidades de todo o país, que hoje aproveitam o desempenho dos alunos no exame como parte do processo seletivo. Hoje, o exame é o principal critério de seleção usado pelo governo federal na concessão de bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos.

Segundo pesquisa do Ministério da Educação, o objetivo da maioria (72%) dos quase três milhões de participantes que realizaram a prova no ano passado foi garantir uma vaga num curso superior. A maior adesão dos estudantes aumentou a importância do Enem como instrumento de avaliação do ensino básico. O desempenho de uma escola no Enem é uma fotografia da qualidade do ensino da escola num determinado momento, por isso não deve ser encarada como algo definitivo. Além disso, em algumas escolas apenas uma minoria adere ao exame, o que pode não configurar uma mostra representativa.

No Brasil, as políticas de Ações Afirmativas com a adesão das universidades ao ProUni estão sendo vistas como uma das promotoras da democratização do acesso e permanência na educação superior em universidades particulares.

Na área da educação superior, o ProUni aparece como uma das principais iniciativas. Considerado como um dos principais focos de expressão de desigualdades, o ensino superior revela-se como exemplo marcante de disparidades, tornando-se fundamental para os defensores das Ações Afirmativas, enquanto em outros países essas políticas de inclusão

começaram principalmente no mercado de trabalho e no nosso país iniciaram com mais intensidade pelo campo da educação.

Parece complexo creditar às Ações Afirmativas a responsabilidade pela mudança do ensino superior brasileiro, construído historicamente sobre bases desiguais, outras ações devem ser incorporadas no sentido de ampliar ainda mais o seu acesso, promover a melhoria da qualidade, as condições de permanência, as reformas curriculares, dando um novo significado a todo processo educacional, desde o ensino fundamental ao ensino superior.

5 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

5.1 HISTÓRICO

Ainda não há muitos estudos sobre o ProUni, mesmo porque sua história é recente. Sua criação se deu por meio do Programa Universidade para Todos, do Ministério da Educação, visando ao desenvolvimento do país ao possibilitar o ingresso de milhares de estudantes de baixa renda, que poderão oferecer, em retorno, os conhecimentos adquiridos na prática social. O Ministério da Educação criou o Programa Universidade para Todos. As informações descritas a seguir foram coletadas no *site* do programa.

Esta política foi criada pela Medida Provisória nº 213/2004 (Anexo A) e institucionalizada pela Lei nº 11.096 (Anexo B), de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos do MEC, o Decreto nº 5.493. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção daquelas instituições, como:

- a) as instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos ficam isentas do pagamento do imposto de renda de pessoa jurídica, da contribuição social sobre lucro líquido, do PIS e da Cofins;
- b) as instituições privadas que aderirem deverão oferecer 10% de suas vagas em bolsas de estudo;
- c) as instituições filantrópicas deverão oferecer 20% de gratuidade, já exigidos pela lei, exclusivamente em bolsas de estudo, não mais em outros tipos de atendimento, de difícil controle e contabilização.

No seu primeiro processo seletivo, em 2005, o ProUni ofereceu 112 mil bolsas integrais e parciais em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. Até 2010, o programa deverá oferecer quatrocentas mil novas bolsas de estudos. A implementação do ProUni, somada à criação de dez universidades federais e 49 novos *campi*, amplia significativamente o número de vagas na educação superior, interioriza a educação pública e gratuita e procura reduzir as desigualdades regionais. (BRASIL, 2008).

Essas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a presença, até 2010, de, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na

educação superior, hoje restrita a 12%. Para se ter uma ideia clara sobre o funcionamento do programa algumas questões abaixo possibilitam o entendimento do ProUni com base nos dados obtidos no endereço eletrônico do ProUni.

O primeiro critério de entrada no ProUni é o ingresso do estudante no programa de classificação por aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio e a obtenção da nota mínima de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais), estabelecida pelo Ministério da Educação. As bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas nesse exame, nos moldes de um vestibular. Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão. Além disso, é preciso que o estudante tenha renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos e satisfaça a uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola pública, ou
- ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral, ou
- ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição, ou
- ser portador de deficiência, ou
- ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.

Dessa forma, o candidato à bolsa do ProUni não precisa prestar o vestibular na instituição onde pretende cursar. Entretanto, é facultado às instituições submeterem os candidatos pré-selecionados a um processo seletivo específico e isento de cobrança de taxa.

O ProUni reserva, também, bolsas aos cidadãos portadores de deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos ou índios. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e índios, por unidades da federação, segundo o último censo do IBGE. Vale lembrar que o candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa. Os tipos de benefícios são os seguintes:

- a) Bolsa integral: para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio (R\$ 622,50);
- b) Bolsa parcial de 50%, para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos (R\$ 1.245,00);

- c) Bolsa parcial de 25%, para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos (R\$ 1.245,00), concedidas somente para cursos com mensalidade de até R\$ 200,00.⁶

No caso do estudante contemplado com uma bolsa de 50% que não puder pagar a outra metade da mensalidade, o MEC possibilita-lhe utilizar o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), desde que a instituição para a qual ele foi selecionado, ou à qual já esteja vinculado, tenha firmado Termo de Adesão ao Fies, conforme devidamente esclarecido no *site* da Caixa Federal.

É possível escolher qualquer curso em qualquer instituição, desde que a instituição escolhida seja participante do ProUni. Ao fazer a inscrição, o candidato poderá assinalar até cinco opções de acordo com suas prioridades, que podem ser em instituições ou cursos diferentes. No entanto, há cursos que exigem requisitos específicos para matrícula. Em alguns cursos de ciências aeronáuticas, por exemplo, o estudante deve ter, dentre outras exigências, licença de piloto privado e um determinado número de voos para poder se matricular.

5.2 FUNCIONAMENTO DO PROUNI

A inscrição é feita pela internet. Para os alunos que não dispõem dessa tecnologia, todas as instituições participantes do ProUni oferecem acesso gratuito à internet para se inscreverem. Além disso, o candidato conta com uma Rede de Parceiros, com endereços disponibilizados na página eletrônica do programa e por meio do telefone 0800.616161, como alternativa para facilitar o processo de inscrição.

A pré-seleção considera o aproveitamento nos exames do Enem e é feita em primeira, segunda ou terceira chamada. Como o candidato pode escolher até cinco opções de curso, em instituições diferentes ou na mesma instituição, o estudante pré-selecionado dirige sua opção de maior prioridade para onde ainda existam vagas disponíveis. Portanto, o estudante que tiver obtido o melhor resultado no Enem é o primeiro a ser pré-selecionado em sua primeira opção, e assim por diante. Dessa maneira, o ProUni reconhece e valoriza o mérito dos

⁶ O cálculo da renda familiar por pessoa é feito somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas que formam esse grupo familiar. Se o resultado for até um salário mínimo e meio (R\$ 622,50), o estudante poderá concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário mínimo e meio (R\$ 622,50) e menor ou igual a três salários mínimos (R\$ 1.245,00), o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50% ou 25%. Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia que o candidato que, cumulativamente, usufruam da renda bruta mensal familiar e sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), irmão(ã), avô(ó).

melhores estudantes. Todo o sistema de seleção do ProUni é informatizado e impessoal, o que confere transparência ao processo. Os resultados referentes ao processo seletivo ficam disponíveis no site do ProUni, ou pelo telefone 0800 616161 e nas próprias instituições participantes do ProUni.

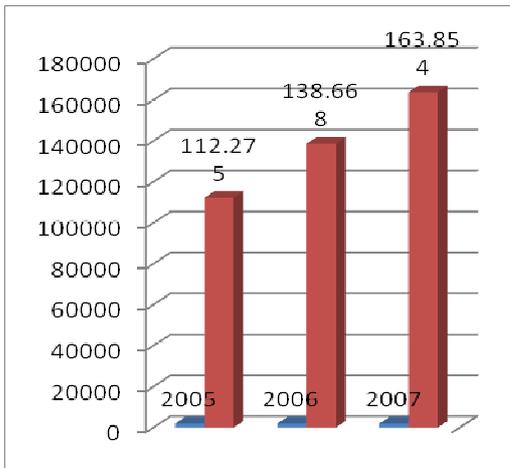
Algumas instituições submetem os candidatos pré-selecionados a um processo seletivo próprio, que pode ser diferente do vestibular. Essa informação está disponível ao candidato no momento da inscrição. Nesse caso, a instituição deverá comunicar o candidato pré-selecionado, observado o prazo mínimo de 48 horas após seu comparecimento à instituição, e informá-lo quanto à natureza e aos critérios de aprovação. Não poderá ser cobrada qualquer taxa por esse processo próprio de seleção.

Os candidatos que não foram pré-selecionados inicialmente ainda têm chances de concorrer a uma bolsa, uma vez que há três chamadas, que se formalizam pelo não preenchimento de vagas na primeira ou na segunda, oportunidade em que poderão ser convocados novos candidatos em razão da reprovação dos anteriormente pré-selecionados.

Uma questão que preocupa o estudante é a não formação de turma para o curso em que foi pré-selecionado. No entanto, de acordo com o artigo 22 da Portaria MEC nº 1109, de 22/11/2007, que regulamenta o processo seletivo do ProUni referente ao primeiro semestre de 2008, os candidatos pré-selecionados ou reclassificados para cursos nos quais não houver formação de turma no período letivo inicial não terão direito ao benefício, salvo se já estiverem matriculados em períodos letivos posteriores do respectivo curso. Contudo, os candidatos pré-selecionados em primeira ou segunda chamada participarão do processo de reclassificação com suas opções restantes.

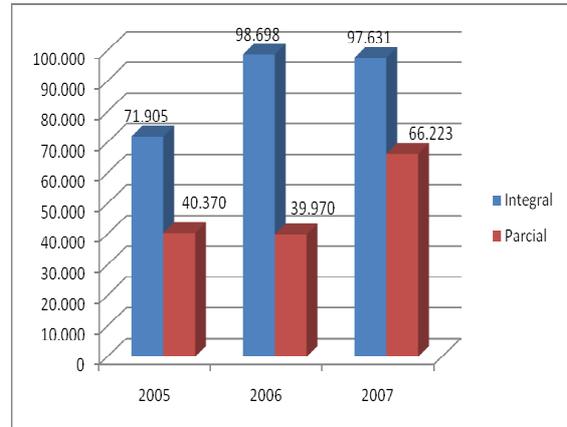
5.3 DISTRIBUIÇÃO GRÁFICA

Como todo programa novo, o impacto da criação do ProUni sofre críticas positivas e negativas, no entanto a sua implantação ocorreu apenas em 2005. Assim, dentro dos próximos semestres e com a conclusão dos cursos é que se poderá realmente fazer uma melhor avaliação. As figuras a seguir evidenciam alguns resultados obtidos até o ano de 2007.



Fonte: ProUni.

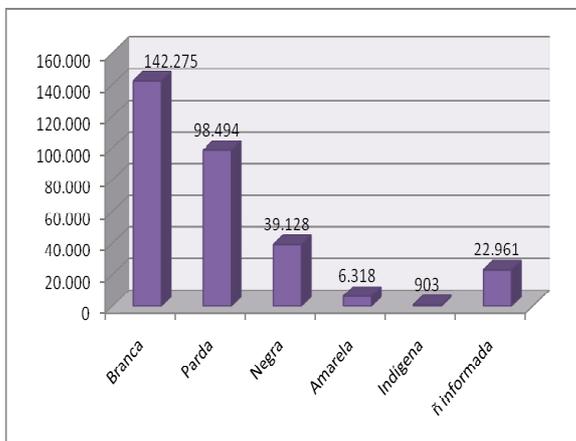
Figura 8: Bolsas ProUni ofertadas por ano



Fonte: ProUni.

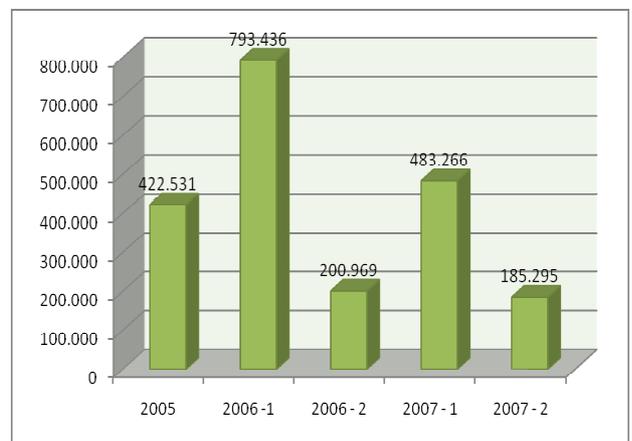
Figura 9: Tipos de bolsas ofertadas por ano

Observa-se na Figura 8 um significativo aumento do número de vagas oferecidas pelo programa, favorecendo sensivelmente o ingresso do jovem ao ensino superior. Na Figura 9 nota-se também que a maioria das bolsas é integral.



Fonte: ProUni.

Figura 10: Bolsistas por etnia

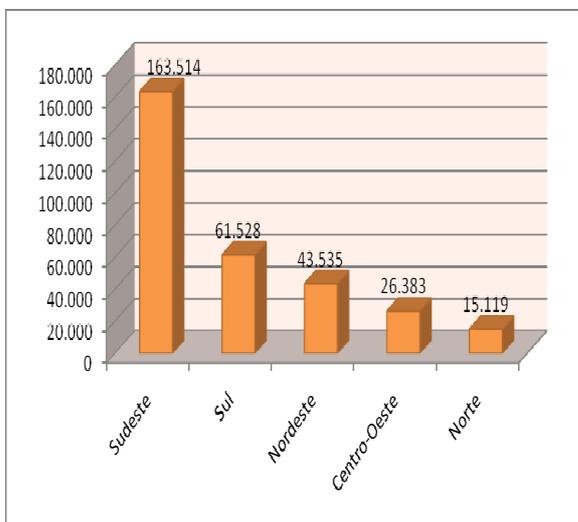


Fonte: ProUni.

Figura 11: Inscrições por processo seletivo

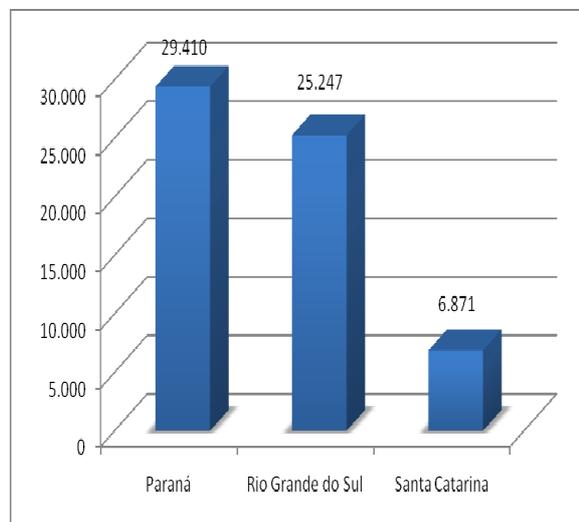
Na Figura 10 verifica-se que a maioria dos alunos que aderiram ao programa foi de brancos, entretanto, vale a pena salientar que se somados os bolsistas ingressantes pardos e negros, obtém-se um resultado de 137.622.000 alunos, resultado muito próximo ao total de brancos que é de 142.275.000. Conforme a Figura 11, no segundo ano em que foi oferecido o

programa houve uma expansão e, no terceiro ano, um decréscimo pela procura das vagas pelo ProUni.



Fonte: ProUni.

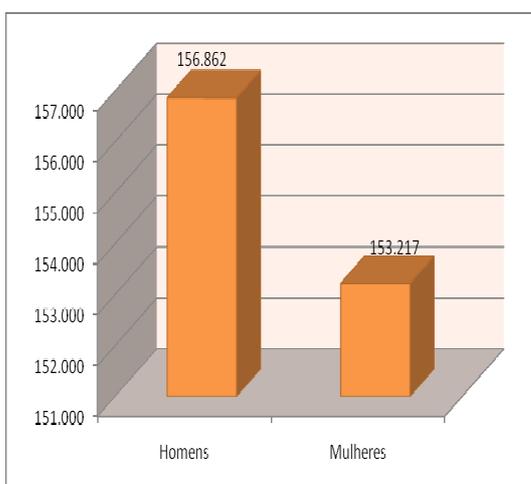
Figura 12: Distribuição de bolsas por região



Fonte: ProUni.

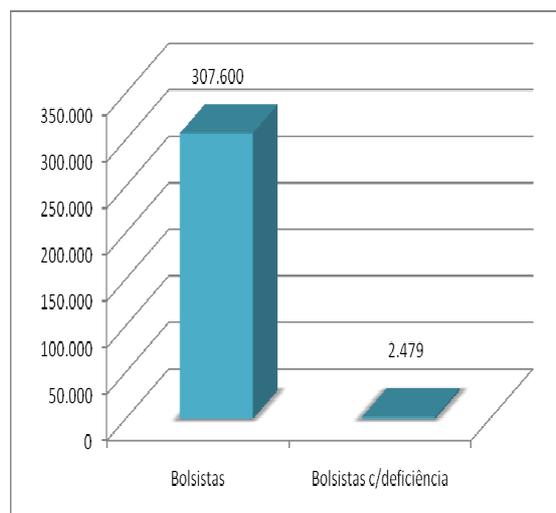
Figura 13: Distribuição de bolsas na região Sul

Na Figura 12 constata-se que a maior parte dos alunos bolsistas do programa pertence à região Sudeste e, em segundo lugar, a procura pelo programa foi por alunos da região Sul. Na região Sul, o estado do Paraná evidenciou a maior adesão de alunos ao programa, seguindo-se o Rio Grande do Sul e, após, Santa Catarina.



Fonte: ProUni.

Figura 14: Bolsistas por sexo



Fonte: ProUni.

Figura 15: Portadores de deficiência

A Figura 14 mostra que o gênero masculino é predominante, e a Figura 15 denota o baixo percentual de cotistas portadores de deficiência.

Na Tabela 5 são apresentados dados da universidade estudada, Universidade de Passo Fundo, enviados pelo MEC e referentes ao Relatório da IES/2008, do número de bolsistas integrais e parciais ingressantes em cada semestre do referido ano.

Tabela 5: Alunos bolsistas do ProUni – UPF – 2005/2008

UPF	Tipo de bolsa									
	Integral					Parcial 50%				
Ingresso no processo seletivo	I	U	S	E	P	I	U	S	E	P
2005 – 01	349	292	3	54	0	1	1	0	0	0
2005 – 02	34	30	2	2	0	0	0	0	0	0
2006 - 01	314	257	9	48	0	3	3	0	0	0
2006 – 02	169	143	6	20	0	3	2	1	0	0
2007 – 01	294	257	8	29	0	426	288	42	96	0
2007 – 02	132	116	7	9	0	188	138	18	32	0
2008 – 01	126	123	0	3	0	563	527	2	34	0
Total geral	1.418	1.218	3	16	0	1184	959	63	162	0
		18	5	5						

Legenda

Código	Bolsista
I	Bolsista ingressante
U	Bolsa em utilização
S	Bolsa suspensa
E	Bolsa encerrada
P	Bolsa pendente

Fonte: BRASIL - MEC - ProUni.

Como se pode observar pelas distribuições, o número de alunos universitários bolsistas do ProUni na UPF chega a 2.177 na presente data (10%), o que denota o cumprimento da filiação ao programa, uma vez que a universidade neste momento possui em torno de vinte mil alunos.

6 A UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

6.1 HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A instalação da UPF teve início na década de 1950, a partir de ideias desenvolvimentistas que se formaram com a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e do Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo. No ano de 1967 foi criada a Fundação UPF, que imediatamente encaminhou processo solicitando a criação da universidade ao Conselho Federal de Educação, e, em 1968, por meio do Decreto nº 62.835, publicado no *Diário Oficial da União*, foi oficialmente reconhecida a criação da UPF. O decreto de reconhecimento foi assinado no dia 2 de abril de 1968, em Porto Alegre, pelo presidente Arthur da Costa e Silva e pelo ministro Tarso Dutra. No dia 11 de maio do mesmo ano, foi realizado o ato de instalação da universidade. A referência mais concreta da criação da UPF, no entanto, é o dia 6 de junho de 1968, com a publicação no *Diário Oficial da União*. Antes disso, já estavam em funcionamento sete faculdades na cidade: Direito, Ciências Políticas e Econômicas, Odontologia, Agronomia, Filosofia e o Instituto de Artes, Letras Anglo-Germânicas.

Vê-se, então, que a UPF comemorou em 2008 quarenta anos de existência, cumprindo serviços para a comunidade regional e se transformando em uma das principais universidades do estado. A sua área de atuação é composta por cem municípios da região, atingindo uma população de aproximadamente novecentos mil habitantes. Atualmente, a UPF conta com mais de vinte mil estudantes, distribuídos no *campus* central de Passo Fundo e nos *campi* localizados nas cidades de Casca, Carazinho, Soledade, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha e Sarandi. São oferecidos à comunidade 53 cursos de graduação, 58 especializações em andamento, seis mestrados e um doutorado institucional.

Os números mostram o crescimento da instituição, que se distribui em 420 ha de extensão, aliando natureza e tecnologia numa moderna infraestrutura. São dez bibliotecas para pesquisas acadêmicas e 227.232 exemplares de livros. Tendo em 2008 335 projetos de pesquisa e 149 projetos de extensão, abre-se para a comunidade, comprovando, com isso, sua identidade comunitária, por meio de investimentos em pesquisa e extensão, e 70% dos seus professores possuem a titulação de mestres ou doutores. No mapa a seguir observa-se a localização dos *campi* da UPF.



Figura 16: Distribuição dos *campi* da UPF no Rio Grande do Sul (Palmeira da Missões, Casca, Passo Fundo, Carazinho, Soledade, Lagoa Vermelha e Sarandi)

Em vista do franco desenvolvimento da instituição, em 28 de junho de 1967 fundiram-se as duas entidades mantenedoras do ensino superior em Passo Fundo, instituindo a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), pessoa jurídica de direito privado, que se tornou, então, a mantenedora da Universidade de Passo Fundo. Com caráter comunitário e regional, a FUPF foi autorizada a funcionar pelo decreto nº 62.835/68; declarada de utilidade pública municipal pelo decreto nº 7/67; estadual, pelo decreto nº 18.679/67, e federal, pelo decreto nº 62.575/68.

Na década 1970, a Universidade de Passo Fundo iniciou a construção de um novo *campus*. No ano de 1975 os cursos começaram a ser transferidos do centro da cidade para uma área física de 370,08 ha, situada no bairro São José, em Passo Fundo, com ambiente adequado

ao ensino e à pesquisa. Na Figura 18 observa-se o *campus* central, localizado na cidade de Passo Fundo.



Fonte: Foto: Arquivo UPF.

Figura 17: Vista aérea do Campus Universitário UPF – Passo Fundo

Pelo caráter comunitário e regional, assumido e reconhecido pela aprovação do Conselho Federal de Educação, em 1993 a FUPF abrangia municípios da região com uma estimativa de 835.135 mil habitantes, segundo dados do IBGE de 01.07.2006. Em seu Estatuto, a FUPF tem como finalidade precípua a formação integral do homem, buscando seu bem-estar físico, social e espiritual, desenvolvendo suas potencialidades e atividades criadoras. Dessa forma, propicia a integração com a sociedade por meio do diagnóstico social e com a proposição de projetos e parcerias, na busca por soluções junto a esse contexto. Sem perder de vista a dimensão global, a integração no Mercosul e as políticas nacionais e internacionais, a FUPF tem como compromisso o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico da região.

A FUPF recebeu o Prêmio de Responsabilidade Social 2005, outorgado pela Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, pelas ações de caráter social realizadas. A Fundação Universidade de Passo Fundo tem sua sede na cidade de Passo Fundo, no norte do estado do Rio Grande do Sul, a 300 km da capital do estado, Porto Alegre. A

cidade é considerada um polo de desenvolvimento socioeconômico, destacando-se como prestadora de serviço, sobretudo nas áreas da saúde e educação, sendo conhecida como Capital do Planalto Médio. A partir 2006, Passo Fundo é reconhecida pelo título de Capital Nacional da Literatura, através da lei federal nº 1.162, por ser sede do maior debate literário da América Latina, a Jornada Nacional de Literatura, realizada há 25 anos e promovida pela Universidade de Passo Fundo, juntamente com a Prefeitura Municipal.

Possui hoje (2008) em torno de vinte mil alunos, 1050 professores, 1088 funcionários, 13 unidades de ensino, 53 cursos de graduação, 58 cursos de especializações, seis mestrados e um doutorado.

Tabela 6: Número de alunos matriculados nos cursos da UPF – 2007

Distribuição dos alunos da UPF 2007	
Campus Passo Fundo – Graduação	11.072
Campus Carazinho	1.132
Campus Casca	889
Campus Lagoa Vermelha	535
Campus Palmeira das Missões	469
Campus Sarandi	332
Campus Soledade	693
Pós-Graduação Lato Sensu (55 cursos)	1.200
Pós-Graduação Stricto Sensu (06 cursos)	420
Extensão: CREATI – (3ª. Idade)	1.430
Ensino de línguas estrangeiras	744
Ensino médio integrado	927
Total geral alunos da UPF em 2007	19.843

Total de alunos:
Graduação..... 15.122

Total de alunos:
Pós-Graduação.....1.620

Extensão
Línguas Estrang. 3.101
Ensino Médio

Total Geral.....19.843

Fonte: UPF- www.upf.br

6.2 OS CAMPI DA UPF E SUAS CARACTERÍSTICAS

Campus Carazinho



A UPF Carazinho iniciou as atividades em 24 de janeiro de 1990, como Centro de Extensão Universitária, oferecendo, inicialmente, o curso de Administração, nas dependências locadas junto ao Colégio La Salle. Possui uma estrutura física, com 43 mil metros quadrados de área, incluindo biblioteca, laboratórios de informática, livraria, auditório e salas de aula.

Em 1993, o Conselho Federal de Educação deu à instituição o caráter de Universidade Regional, sendo a unidade promovida a *campus* e oportunizando a abertura de novos cursos. O contínuo crescimento determinou a necessidade de construir instalações próprias, o que aconteceu em 1997, no bairro Oriental.

A UPF Carazinho disponibiliza, atualmente, 11 cursos de graduação:

- Administração;
- Ciências Biológicas;
- Ciências Contábeis;
- Direito;
- Engenharia de Produção Mecânica;
- Letras;
- Matemática;
- Pedagogia Anos Iniciais;
- Pedagogia Educação Especial (em regime de férias);

- Psicologia;
- Tecnologia em Sistemas de Informação

Além dos cursos de especialização em Direito Civil na Atualidade, em Supervisão Escolar e Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Campus Casca



O início das atividades ocorreu em maio de 1992 com o Curso de Aperfeiçoamento na área do Magistério e, em julho do mesmo ano, realizou-se o primeiro Concurso Vestibular para o Curso de Administração. Em 08 de dezembro de 1993, o Conselho Federal de Educação aprovou o projeto de Regionalização da Universidade de Passo Fundo e o Centro de Extensão passou a ser *campus*, o que significa a presença oficial da UPF nos municípios de Casca e da região.

A infraestrutura compreende atualmente o Prédio Histórico, com nove salas de aula (900m²); prédio São Carlos, com sete salas de aula (1.150m²), e o prédio novo, com 19 salas de aula (3.196m²). Laboratórios de informática auxiliam os estudantes no desenvolvimento de atividades práticas.

O *campus* oferta atualmente sete cursos de graduação:

- Administração;
- Ciências Contábeis;
- Direito;

- Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação (T);
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (T);
- Letras - LP, Matemática - LP;
- Pedagogia Anos Iniciais - LP.

Funcionam ainda no local o Centro de Ensino Médio Integrado UPF, com os cursos Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem e do Ensino Médio, e a UPF Idiomas, com curso de Língua e Cultura Italiana e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Campus Lagoa Vermelha



Na região Nordeste do Rio Grande do Sul, em Lagoa Vermelha, a Universidade de Passo Fundo, com seu *campus*, há 15 anos vem formando profissionais. Em 2005 inaugurou seu prédio próprio, com instalações adequadas, amplas e modernas, com uma estrutura física composta por salas de aula, laboratórios e biblioteca atualizada.

Cursos oferecidos:

- Administração;
- Ciências contábeis;
- História;
- Geografia;

- Ciências Físicas e Biológicas;
- Direito;
- Educação Física;
- Educação Artística;
- Artes Plásticas;
- Letras;
- Matemática;
- Secretariado Executivo Bilíngue
- Pedagogia;
- Técnico em Processamento de Dados;
- Técnico em Enfermagem.

As atividades de extensão na UPF - Lagoa Vermelha estão presentes nos seminários de Educação, nas semanas acadêmicas, nos encontros jurídicos e, em especial, de forma regular, nas várias Oficinas do Centro Regional de Estudos e Atividades da Terceira Idade (Creati), que oferece as oficinas de Artesanato, Ginástica, Ioga, Informática, Canto Coral e Literatura.

A pesquisa, no Campus Lagoa Vermelha, conta com um “Núcleo” do grupo alfa.analfa, com a participação de acadêmicos e professores dos diferentes cursos, reunindo-se em encontros quinzenais.

Campus Palmeira das Missões



A UPF foi instalada no município de Palmeira das Missões em 10 de janeiro de 1994 com a missão participar do desenvolvimento regional, seja por meio do ensino de qualidade, seja dos projetos de pesquisa ou de extensão.

Palmeira das Missões está localizada na região oeste do estado do Rio Grande do Sul, a 135 km de Passo Fundo, município-sede da UPF. O *campus* abrange aproximadamente 20 municípios.

Cursos oferecidos:

- Técnico de Enfermagem;
- Direito;
- Educação Física;
- Letras;
- Sistemas de Informação;
- Ciências Contábeis;
- Administração;
- Pedagogia - Anos Iniciais.

Campus Sarandi



O *Campus* Sarandi é o mais novo, instalado pela UPF em 30 de abril de 2003. A UPF Sarandi dispõe de ampla infraestrutura, em prédio com área construída de 5.500 m², terreno de 11.900 m e dez salas de aula.

Cursos oferecidos:

- Pedagogia;
- Administração;
- Direito;
- Letras;
- Tecnologia e Análise em Desenvolvimento de Sistemas;
- Tecnologia em Produção do Vestuário;
- Técnico em Enfermagem;
- curso de pós-graduação em Economia e Gestão Empresarial.

Campus Soledade



O Campus Soledade da Universidade de Passo Fundo foi inaugurado oficialmente no dia 10 de janeiro de 1984, sob a denominação de Centro de Extensão Universitária. O prédio que abriga os cursos em Soledade está localizado na avenida Marechal Floriano Peixoto, no bairro Botucaraí, na entrada do município de aproximadamente trinta mil habitantes.

Possui atualmente oito cursos de graduação em regime regular e três em regime especial de férias:

Cursos:

- Administração;
- Ciências Contábeis;
- Direito;
- Educação Física;
- Letras;
- Matemática;
- Pedagogia;
- Secretário Executivo Bilíngue.

7 METODOLOGIA

7.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Delinear uma concepção de método de investigação significa representar e projetar o caminho para estudar um problema delimitado. Utilizou-se, então, para melhor organizar o estudo um sistema metodológico que abrangeu o pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. O método (expressão teórica de uma abordagem temática) e a metodologia (expressão do plano de trabalho) caminham juntos. A metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Esclarece Minayo (2001) que é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino que a atualiza perante a realidade do mundo. Sendo teórico/prática, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Como o problema deste estudo procurou analisar as trajetórias e adaptações dos alunos do Programa Universidade para Todos da UPF/2005, a natureza da pesquisa é predominantemente qualitativa, refletindo-se na definição do problema: “Quais são as trajetórias, percepções/ sentimentos e aproveitamento acadêmico dos alunos do ProUni da UPF, que ingressaram em 2005?”. Foi factível que essa pergunta de pesquisa suscitou outros fatores como: Quem são esses alunos? Como esses alunos chegaram a esta universidade? Como estão acompanhando os cursos escolhidos? Como foram essas escolhas? Como se sentem como alunos do ProUni? Como veem suas perspectivas de futuro?

A opção por uma pesquisa qualitativa veio do fato de se poder responder a interrogações acerca das particularidades do problema, que levam, então, a procedimentos que requerem posições socioculturais e, até mesmo, a suas vivências com o real e o imaginário.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO 2001, p. 22).

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa apresenta como características básicas as seguintes:

- a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- b) a pesquisa qualitativa tem caráter descritivo;
- c) o significado que as pessoas dão às coisas, e a sua vida é a preocupação essencial do investigador;
- d) pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados; e
- e) os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

Portanto, nesta pesquisa qualitativa seguiu-se uma rota ao realizar a investigação, isto é, a definição do tema, a delimitação do problema e a coleta e análise dos dados, assim como ocorre na pesquisa quantitativa.

As trajetórias de vida e as biografias passam a ser conceitos importantes em uma pesquisa de caráter qualitativo a partir do momento em que se considera a afirmação de que a mudança social depende do entrelaçamento entre sujeitos e da estrutura da sociedade num determinado tempo. Born (2001) define trajetória de vida comparando-a com a chamada “biografia” normal, que se constitui a partir das realizações individuais e que se torna única, pois cada sujeito passa a construir a sua história de forma singular, com as suas experiências, vivências, diferenças, percepções e sentimentos. A partir da convivência em diversos grupos sociais, especificamente com o grupo familiar, a sua comunidade, o sistema escolar, o mercado de trabalho, o sujeito vai tecendo identificações e vai se constituindo como um ser social.

Este estudo analisou trajetórias dos alunos bolsistas ProUni, ou seja, ações individuais sobre acontecimentos sociais que envolveram grupos com oportunidades ou com diversas pressões. Trajetórias e biografias podem ser chamadas de realizações individuais únicas. A trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente, é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. (BORN, 2001).

O estudo das trajetórias escolares não constitui propriamente uma novidade na sociologia da educação, pois já a partir da década de 1960 os sociólogos passaram a se interessar pelas relações entre os percursos dos indivíduos no interior do sistema de ensino e

seu meio social de pertencimento. Consistindo basicamente numa análise de fluxos, esses estudos deixavam de considerar a dimensão individual das biografias escolares. (NOGUEIRA, 2004). Contudo, foi somente a partir da década de 1980 que se viu emergir um novo enfoque, que se afasta duplamente da generalidade do modelo anterior: primeiro, porque desenvolve um interesse sociológico pela diversidade (relativa) dos destinos e das práticas escolares no interior de um mesmo meio social; segundo, porque se interessa pelas histórias de vida escolar de indivíduos concretos e pelos processos subjetivamente vividos e interpretados por eles.

A partir da década de 1990, surge uma nova abordagem, inaugurada por pesquisadores que se interessam pelas trajetórias atípicas, excepcionais, inesperadas, em suma, aquelas que fogem às regularidades estatísticas que haviam sido descobertas nas décadas de 1950/1960. O “insignificante estatístico” passa a se tornar “sociologicamente significativo”. (NOGUEIRA, 2004). A autora afirma, sem receio, a existência nos dias atuais de uma “sociologia das trajetórias escolares”, existindo um consenso de que a trajetória escolar não é completamente determinada pelo pertencimento a uma classe social e, portanto, de que se encontra associada também a outros fatores, como as dinâmicas internas das famílias e as características “pessoais” dos sujeitos, ambas apresentando um certo grau de autonomia em relação ao meio social.

Os estudos sobre trajetórias atípicas são recentes. Talvez em nosso país a publicação, em 2002, da coletânea *A escolarização das elites* (NOGUEIRA; ALMEIDA, 2002) ofereça um panorama da pesquisa nacional sobre o tema. Outro estudo recente, e possivelmente o mais completo até hoje, sobre o ensino superior privado no Brasil (SAMPAIO, 2000) contraria o senso comum de que os estudantes universitários da rede privada apresentam um nível socioeconômico mais baixo do que aqueles que estudam em instituições públicas de ensino superior.

Nogueira (2004), em seu estudo sobre favorecimento econômico e excelência escolar, revela também resultados que parecem questionar a ideia corrente de que para se conseguir uma vaga nas grandes universidades públicas, de alto prestígio, basta possuir recursos financeiros, os quais supostamente condicionariam um passado escolar de excelência, que fatalmente levaria ao sucesso na seleção dessas instituições. É preciso também que os indivíduos estejam predispostos a ambicionar os destinos universitários mais favorecidos e a pôr em prática meios de conquistá-los.

Na sua pesquisa sobre “caminhada de jovens pobres para a universidade”, Souza e Silva (2003), no livro *Por que uns e não outros?*, contribui para uma compreensão mais

ampliada dos diversos fatores que influenciam na construção de trajetórias consideradas exitosas de jovens, moradores da maior favela do Rio de Janeiro, Favela da Maré, a respeito de suas caminhadas escolares até a universidade. Revela ainda a necessidade de uma interpretação minuciosa das práticas sociais dos grupos populares, visto que não formam um bloco monolítico, mas se caracterizam pela diversidade na homogeneidade e superam determinadas interpretações genéricas, que são dominadas por expressões e valores que tratam de forma preconceituosa, criminalizante ou paternalista os integrantes das comunidades populares.

Entende-se, com base nos estudos desses referidos autores, que é possível encontrar meios para esclarecer o complexo funcionamento dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas, particularmente no que diz respeito à sua contribuição para a construção das desigualdades sociais e educativas. Assim, na base metodológica deste estudo pode-se já antever a oportunidade de buscar compreender as atitudes, os valores, as motivações e os comportamentos que levaram esses sujeitos – estudantes de baixa renda – a participar de um programa educacional que oferece alternativas de construção de futuro, objetivando justamente reduzir os baixos índices de acesso ao ensino superior existente em nosso país.

7.2 A NATUREZA DA PESQUISA

Este estudo foi construído tendo como natureza a pesquisa de abordagem qualitativa, que ganhou espaço na área educacional por permitir a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Neste tipo de pesquisa é frequente que o pesquisador procure entender os acontecimentos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, com base nisso, situe sua interpretação sobre os fatos encontrados.

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativo supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Assim, este estudo focalizou alguns alunos da UPF bolsistas do ProUni que ingressaram em março de 2005 pelo programa na universidade. Este corte definiu o campo e a dimensão em que o trabalho se desenvolveu, isto é, o território que foi mapeado e posteriormente pesquisado. Entretanto, embora este estudo seja de natureza qualitativa, a abordagem quantitativa não foi excluída, pois pode contribuir, em alguns momentos, para a melhor compreensão dos resultados desta pesquisa,

uma vez que ambos os métodos podem se complementar para analisar uma realidade que interage de forma dinâmica. (MINAYO, 2001).

Para Trivínos (2006), entre os tipos de pesquisa qualitativa característicos talvez o estudo de caso seja um dos mais relevantes. É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente, com a utilização da técnica da entrevista semi-estruturada na coleta de dados. O modo de investigação do tipo estudo de caso tem, por si mesmo, segundo Bruyne et al. (1991), um caráter particularizador, já que seu poder de generalização é limitado, na medida em que a validade de suas conclusões permanece contingente.

Neste estudo foi adotada a abordagem qualitativa, tipo estudo de caso, que, continuando o pensamento de Trivínos (2006), pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o “como” e os seus porquês”, evidenciando a sua unidade e identidades próprias; é uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais característico.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto; não requer um modelo único de coleta de dados e possibilita uma maior flexibilidade na análise das respostas. O pesquisador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-lhe a conhecer tal como ela lhe surge. Para tanto, pode se valer de uma grande variedade de instrumentos e estratégias. Um estudo de caso não deve ser meramente descritivo, pois pode ter um profundo alcance analítico, devendo interrogar a situação; pode confrontar a situação com outras já conhecidas e com as teorias existentes; pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futura investigação.

Como trabalhos de investigação, os estudos de caso podem ser essencialmente **exploratórios**, servindo para obter informações preliminares acerca do respectivo objeto de interesse. Podem ser, fundamentalmente, **descritivos**, tendo como propósito essencial descrever como é o caso em estudo; também podem ser **analíticos**, procurando problematizar o seu objeto, construir ou desenvolver nova teoria ou confrontá-la com a teoria já existente. Um estudo descritivo pode ser necessário para preparar um programa de intervenção, mas são os estudos de cunho analítico os que podem proporcionar um avanço mais significativo do conhecimento. Considerando este fato, pretendeu-se com esta pesquisa consolidar todos os esforços para fazer uma análise dos achados e, dessa forma, contribuir para a produção dos conhecimentos científicos.

7.3 GRUPO DE SUJEITOS

Segundo Minayo, “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é: quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. (2001, p. 43).

A amostragem, na pesquisa de natureza qualitativa, não é estatística. O pesquisador procura, para incluir na amostra, pessoas, grupos de pessoas ou situações e eventos que possam ampliar e aprofundar a investigação em desenvolvimento. Este tipo de amostra também pode ser denominado “intencional”, pelo fato de os elementos que formam a amostra se relacionarem intencionalmente, de acordo com certas características estabelecidas no plano formulado pelo pesquisador. (RICHARDSON, 1985).

Este estudo se situou no contexto universitário, onde uma nova forma de ingresso acadêmico foi instituída no ano de 2005, alterando parcialmente os atuais métodos de seleção para ingresso nas universidades particulares. Os alunos sujeitos desta pesquisa foram escolhidos de forma intencional e representam os alunos que entraram na UPF pelo Programa Universidade para Todos no vestibular de verão do ano de 2005, quando foi implantada essa política de ingresso acadêmico em todo o território nacional. Entraram pelo programa 212 alunos no *campus* central (Passo Fundo) e 112 nos demais *campi* (Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Soledade), perfazendo um total geral de 324 bolsistas. Selecionaram-se para este estudo apenas os sujeitos do *campus* central em Passo Fundo pertencentes a dois cursos dos mais procurados no concurso vestibular de verão do ano referido, Medicina e Agronomia, e a dois cursos dos menos procurados, Filosofia e Geografia.

Na tabela a seguir observam-se o número de vagas oferecido em cada curso, o número de candidatos inscritos e o número de candidatos por vaga em cada curso. Foi esta primeira fonte de consulta para identificar os sujeitos do estudo.

Tabela 7: Concurso vestibular verão – UPF - 2005/I

Curso	Vagas	Nº Inscritos	Cand/Vaga
Administração – Manhã	50	57	1,14
Administração – Noite	100	174	1,74
*Agronomia	50	276	5,52
Arquitetura e Urbanismo	30	109	3,63
Ciência da Computação	50	97	1,94
Ciência Biológicas – B	40	99	2,48
Ciências Contábeis – Noite	50	67	1,34
Ciências Econômicas	50	34	0,68
Comunicação Social: Jornalismo	40	42	1,05
Comunicação Social: Jornalismo - N	40	63	1,58
Comunicação Social: Public.e Propag.	50	77	1,54
Curso Sup. Tec. Prod. Vestuário	30	54	1,80
Direito – Manhã	50	122	2,44
Direito – Noite	50	254	5,08
Direito – Tarde	50	22	0,44
Educação Artística – Hab. Artes Plás.	25	25	1,00
Educação Física – LP	50	131	2,62
Enfermagem – Bacharel	40	73	1,83
Engenharia- Hab. Eng. Mecânica	50	253	5,06
Engenharia Ambiental	50	45	0,90
Engenharia Civil – Noite	50	126	2,52
Engenharia de Alimentos	50	77	1,54
Engenharia Elétrica (Eletrônica)	50	78	1,56
Farmácia	40	95	2,38
**Filosofia – LP	40	13	0,33
Física – LP	30	34	1,13
Fisioterapia	50	146	2,92
**Geografia – LP	40	27	0,68
História – LP	50	62	1,24
Letras – LP	50	45	0,90
Matemática – LP	50	37	0,74
*Medicina	50	1077	21,54
Medicina Veterinária	40	166	4,15
Música – LP	25	34	1,36
Nutrição	40	77	1,93
Odontologia	40	254	6,35
Pedagogia - Hab. Educ. Infantil – LP	50	31	0,62
Pedagogia - Hab. Séries Iniciais – LP	50	46	0,92
Psicologia	50	83	1,66
Química	30	61	2,03
Secretariado Executivo Bilíngue - Bel	40	38	0,95
Serviço Social	50	61	1,22

Fonte: Universidade de Passo Fundo, Seção de Concursos Vestibular – Vestibular de Verão – 2005/2001.

* Cursos mais procurados ** Cursos menos procurados

Na Tabela 8 destacam-se dois cursos dos mais procurados e dois dos menos procurados no vestibular de verão do ano de 2005, com os respectivos números de vagas, candidatos inscritos e candidatos por vaga:

Tabela 8: Cursos dos mais e cursos dos menos procurados - UPF 2005/1

Cursos mais procurados				
Ano	Curso	Vagas	Nº inscritos	Candidato/vaga
2005	Medicina	50	1077	21,54
2005	Agronomia	50	276	5,52
Cursos menos procurados				
Ano	Curso	Vagas	Nº inscritos	Candidato/vaga
2005	Filosofia	40	13	0,33
2005	Geografia	40	27	0,68

Fonte: UPF - Seção de Concursos Vestibular – Vestibular de Verão, 2005/1

Na Tabela 9 são especificados os alunos bolsistas do programa ProUni pertencentes aos cursos que foram escolhidos para o estudo. No total 14 alunos bolsistas foram entrevistados, dos quais seis eram do sexo masculino e oito, do sexo feminino. No próximo capítulo serão mais detalhadamente descritos esses sujeitos.

Tabela 9: Alunos ProUni – UPF – 2005/1 dos cursos mais e dos menos procurados (sujeitos da pesquisa)

Cursos mais procurados			
Curso	Nº alunos ProUni	Nº homens	Nº mulheres
Medicina	07	04	03
Agronomia	02	01	01
Cursos menos procurados			
Curso	Nº alunos ProUni	Nº homens	Nº mulheres
Filosofia	03	zero	03
Geografia	02	01	01
Total alunos bolsistas	14	06	08

Fonte: UPF, Seção de Concursos Vestibular, Setor ProUni/FIES Vestibular de Verão, 2005/1.

Ainda foram entrevistados, constando no grupo de sujeitos, quatro alunos não bolsistas (dois do curso mais procurado e dois do curso menos procurado, respectivamente medicina e filosofia), constituindo um grupo aqui chamado de contraponto, como uma forma de possibilitar uma análise mais consistente e poder fazer uma escuta dos alunos que não pertencem ao programa, verificando também as suas trajetórias, percepções, sentimentos, sobre os alunos bolsistas. No capítulo 8 apresentam-se esses sujeitos de forma mais detalhada.

7.4 A ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Entre as várias técnicas de coleta de dados, entendeu-se que esta pesquisa necessitaria de aproximação com os sujeitos; portanto, a proposta incluiu a utilização de entrevistas semiestruturadas, que, baseadas num roteiro (Apêndice A), apresentaram questões com respostas abertas. Os alunos entrevistados tanto podiam discorrer livremente sobre o tema proposto na pergunta como poderiam apresentar indagações.

A coleta de dados ocorreu na própria universidade, nas unidades de ensino de cada aluno (Faculdade de Medicina: curso de Medicina; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: curso de Filosofia; Instituto de Ciências Exatas e Geografia: curso de Geografia; Faculdade de Agronomia: curso de Agronomia), que são as unidades de ensino mapeadas e selecionadas para este estudo. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, a partir da permissão e assinatura do Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido (Apêndice B) de cada sujeito selecionado para o grupo de pesquisa.

Entre as diversas formas de abordagem técnica do trabalho de campo, a entrevista é um importante componente da realização da pesquisa qualitativa, porque possibilita o contato pessoal com o entrevistado, com o que se espera obter dados de maior importância, colhidos nas falas, nas expressões e na informalidade. Este instrumento deixa o entrevistado mais à vontade para responder, inclusive com mais clareza e sinceridade.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Sua forma de realização pode ser individual e/ou coletiva. (MINAYO, 2001, p. 57).

O uso da técnica de entrevista já é comprovado por autores de renome na área metodológica. Triviños afirma:

[...] o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, talvez sejam a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta, o questionário aberto, a observação livre, [...] os instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo. (2006, p. 138).

As perguntas fundamentais constantes na entrevista que serviu como instrumento de pesquisa foram organizadas de modo semiestruturado (Anexos I e J) e foram resultado não só da teoria que alimenta a ação investigativa, mas de todas as informações que já tinham sido recolhidas sobre o fenômeno social que estava sendo investigado. O roteiro foi organizado antecipadamente, incluindo núcleos temáticos com várias questões. As primeiras questões referiam-se a informações sobre núcleo familiar e trajetórias até chegar a universidade; seguia-se questionando sobre a escolha do curso universitário e o conhecimento sobre o programa ProUni; após, verificavam-se sentimentos e percepções sobre esse novo momento de vida, ou seja, a vida universitária e o aproveitamento acadêmico e, para finalizar, algumas questões eram relativas a avaliações sobre o programa e perspectivas futuras.

Para organizar os dados, após a transcrição das entrevistas muitas análises e agrupamentos foram feitos para gerar os blocos temáticos com a finalidade de transformá-los em categorias, o que significou retornar às categorias teóricas e torná-las categorias empíricas, baseadas nas falas dos alunos entrevistados. As categorias foram subdivididas em itens que destacam conteúdos que surgiram das falas. A Figura 18 demonstra essas subdivisões.

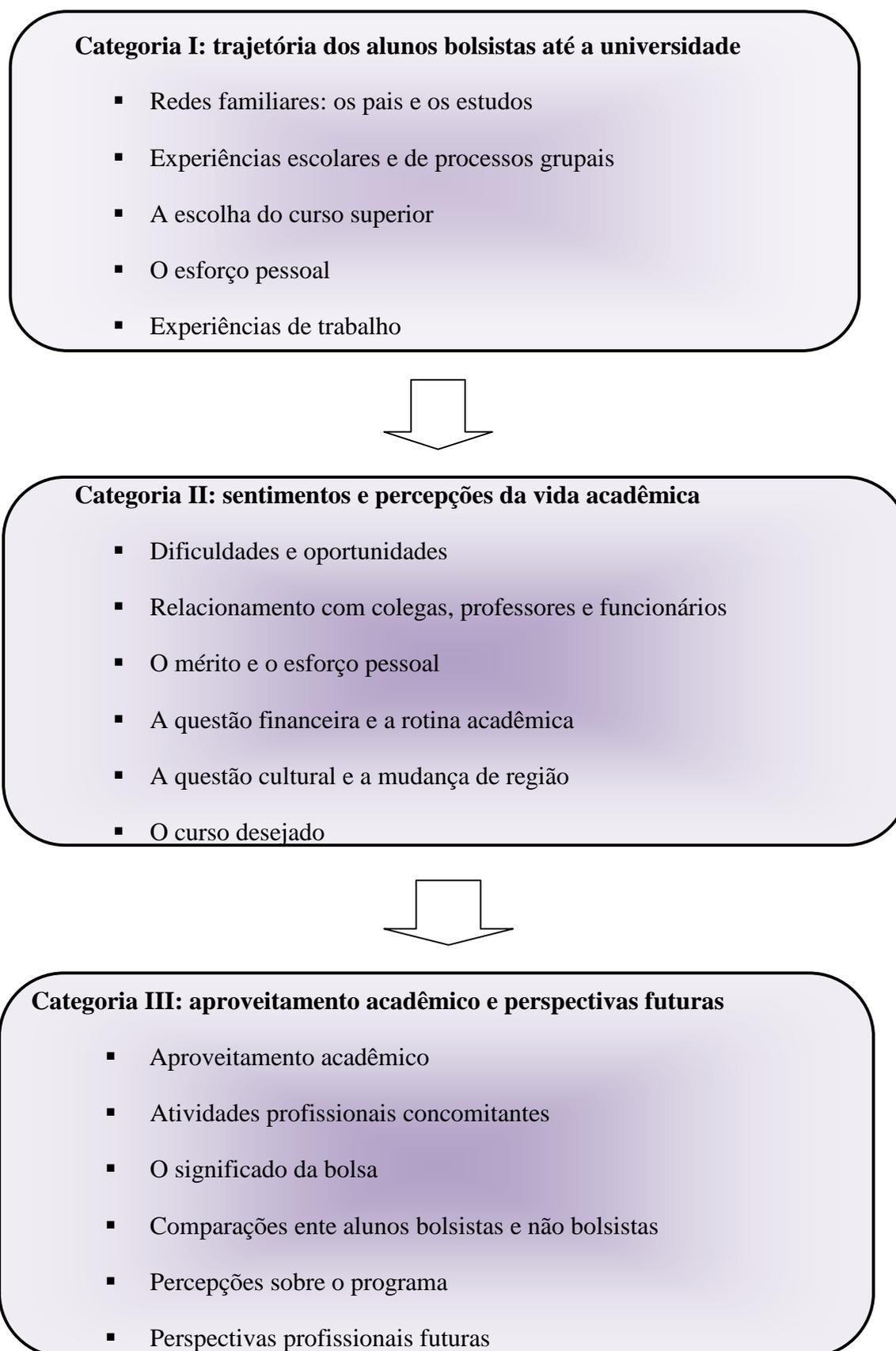


Figura 18: Núcleos temáticos da entrevista

7.5 A PESQUISA DOCUMENTAL

Segundo Marconi (1990) toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas; é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de “fontes primárias”. É constituída pela análise de materiais que podem ser examinados com vistas a uma interpretação complementar. Pode oferecer base útil para os estudos qualitativos e, além disso, os documentos são uma fonte não reativa e propícia para o estudo de períodos de tempos.

O processo de construção deste trabalho constituiu-se de momentos de investigação (delimitações, revisões de literatura, mapeamentos, análise de documentos e outros procedimentos) que vão articulando posteriormente outras etapas (coleta de dados, análise dos resultados encontrados). Assim, a realização da pesquisa documental ocorreu pela escolha dos documentos necessários, liberação do acesso a eles e sua análise, respeitando as normas e os critérios de confiabilidade e credibilidade. (GODOY, 1995).

A análise documental propiciou a esta pesquisa os dados necessários para a investigação a partir dos seguintes documentos: registros estatísticos, censos, mapas, tabelas, gráficos, documentos acadêmicos, fichas socioeconômicas, históricos escolares e boletins de desempenho dos universitários, obtidos na reitoria, vice-reitorias e demais departamentos administrativos da universidade pesquisada. Foram realizadas leituras seletivas com o objetivo de identificar informações e dados necessários à construção da pesquisa

As duas técnicas de coletas receberam atenção distinta: as entrevistas semiestruturadas foram o instrumento maior e as informações oriundas dos documentos e registros, não menos importantes, propiciaram a ligação entre as questões, os dados coletados e as conclusões a que se chegou.

7.6 QUESTÕES ÉTICAS

Um dos primeiros passos para a realização das entrevistas foi a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado a todos os sujeitos antes da entrevista (Apêndice B). As informações foram confidenciais e será mantido sigilo sobre os dados pessoais. Os resultados gerais obtidos por meio da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, cujos dados poderão ser apresentados em eventos científicos e publicados em periódicos. Considerando essas questões, o estudo foi realizado com a aprovação da Vice-Reitoria Acadêmica e da Vice-Reitoria Administrativa (Anexo G) da universidade pesquisada. A pesquisa, antes de ser iniciada, recebeu parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo, sob o protocolo de registro no CEP processo nº 122/08.

8 RESULTADOS DA PESQUISA

Visando responder à pergunta de pesquisa que orientou este estudo – “quem é o aluno ProUni da UPF, suas trajetórias, quais são suas percepções sobre esta nova etapa na sua vida, os sentimentos que estão acompanhando sua formação, seu aproveitamento acadêmico desde o seu ingresso em 2005” – serão descritas neste capítulo, por meio do caminho metodológico que orientou a organização dos dados gerados pelas entrevistas, as categorias eleitas (8.1); após apresentam-se as análises das entrevistas segundo as categorias previamente definidas (8.2) e, para finalizar, registram-se os resultados obtidos, direcionando-os com vistas à conclusão desta pesquisa (8.6).

8.1 MÉTODOS UTILIZADOS PARA A PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS GERADOS: AS CATEGORIAS

Após as devidas autorizações fornecidas pela Reitoria (anexas) foi realizada a localização das fichas de identificação, dos endereços dos alunos, bem como obtidos os boletins acadêmicos junto à Secretaria Geral dos Cursos da UPF. A partir da localização dos alunos bolsistas do ProUni, foram feitos os contatos com os diretores de cada unidade de ensino pesquisada, explicando-lhes os objetivos da pesquisa com seus alunos e solicitando a sua autorização para a realização das entrevistas, pois algumas foram efetuadas durante o período de aulas. O convite para os alunos foi feito por contato telefônico, quando era explicado o objetivo da tese e fazia-se o agendamento do horário para a entrevista de acordo com o tempo disponível de cada aluno. Quase todos os 14 sujeitos compareceram com pontualidade e prontidão e apenas dois faltaram; com estes foi novamente feito um contato e agendado outro horário. As entrevistas foram realizadas nas salas de aula ou em salas de reuniões e de pesquisa, que eram disponibilizadas pelas secretarias das unidades, e transcorreram em um clima agradável, espontâneo, cordial e com muito interesse de parte dos alunos bolsistas.

Os critérios para a seleção dos alunos entrevistados consideraram:

- ter entrado na UPF no ano de 2005 no vestibular de verão;
- ser aluno bolsista do ProUni (ano de 2005 início do programa em todo o Brasil);

- pertencer a um dos dois cursos que tiveram o maior número de candidatos por vaga (Medicina e Agronomia) e a um dos dois cursos que tiveram o menor número de candidatos por vagas (Filosofia e Geografia) no ano de 2005.

Dessa forma, foram entrevistados 14 alunos bolsistas, assim distribuídos: sete do curso de Medicina, dois do curso de Agronomia, três do curso de Filosofia e dois do curso de Geografia. Dos entrevistados oito eram mulheres e seis eram homens; suas idades variaram de 21 a 26 anos; todos possuem bolsa integral, estão em situação de ativos e todos são solteiros. Outros dados do perfil dos sujeitos constam na Figura 19:

Sujeitos do curso de Medicina

*Foram usadas siglas para identificar sujeitos e seus respectivos cursos.

Código sujeito	SM1*	SM2	SM3	SM4	SM5	SM6	SM7
Estado	PR	RS	RS	SP	SP	RS	RS
Idade	21	22	26	24	26	23	23
Sexo	M	M	M	F	M	F	F
Estado Civil	S	S	S	S	S	S	S
Escolaridade Pai	Superior	Superior	2º grau	Fund. Incompleto	Superior	Fund. Incompleto	Superior
Escolaridade Mãe	Supletivo	2º grau	Superior Incompleto	Superior	Superior	Fund. Incompleto	Superior
Nº irmãos	02	01	01	01	02	02	01
Trabalho paralelo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

*SM1: Sujeito da Medicina 1

Sujeitos do curso de Agronomia

Código sujeito	SA1*	SA2
Estado	RS	RS
Idade	20	22
Sexo	F	M
Estado Civil	S	S
Escolaridade Pai	4ª série	7ª série
Escolaridade Mãe	6ª série	4ª série
Nº irmãos	01	02
Trabalho paralelo	Não	Não

*SA1: Sujeito da Agronomia 1

*SG1:

Sujeitos do curso de Geografia

Código sujeito	SG1*	SG2
Estado	RS	SP
Idade	21	23
Sexo	M	M
Estado Civil	S	S
Escolaridade Pai	Superior Incompleto.	5ª série
Escolaridade Mãe	Superior	3ª série
Nº irmãos	01	02
Trabalho paralelo	Sim	Sim

Sujeito da

Sujeitos do curso de Filosofia

Código sujeito	SF1*	SF2	SF3
Estado	RS	RS	RS
Idade	22	21	22
Sexo	F	F	F
Estado Civil	S	S	S
Escolaridade Pai	7ª série	4ª série	4ª série
Escolaridade Mãe	2ª grau	6ª série	5ª série
Nº irmãos	01	01	02
Trabalho paralelo	Sim	Sim	Sim

*SM1: Sujeito da Filosofia 1

Figura 19: Sujeitos bolsistas entrevistados

As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e novembro de 2008 nas unidades de ensino da própria universidade. Todos concordaram que as falas fossem gravadas, tendo sido-lhes explicado que não seriam identificados, e assinaram o Termo de Livre Consentimento (Apêndice B).

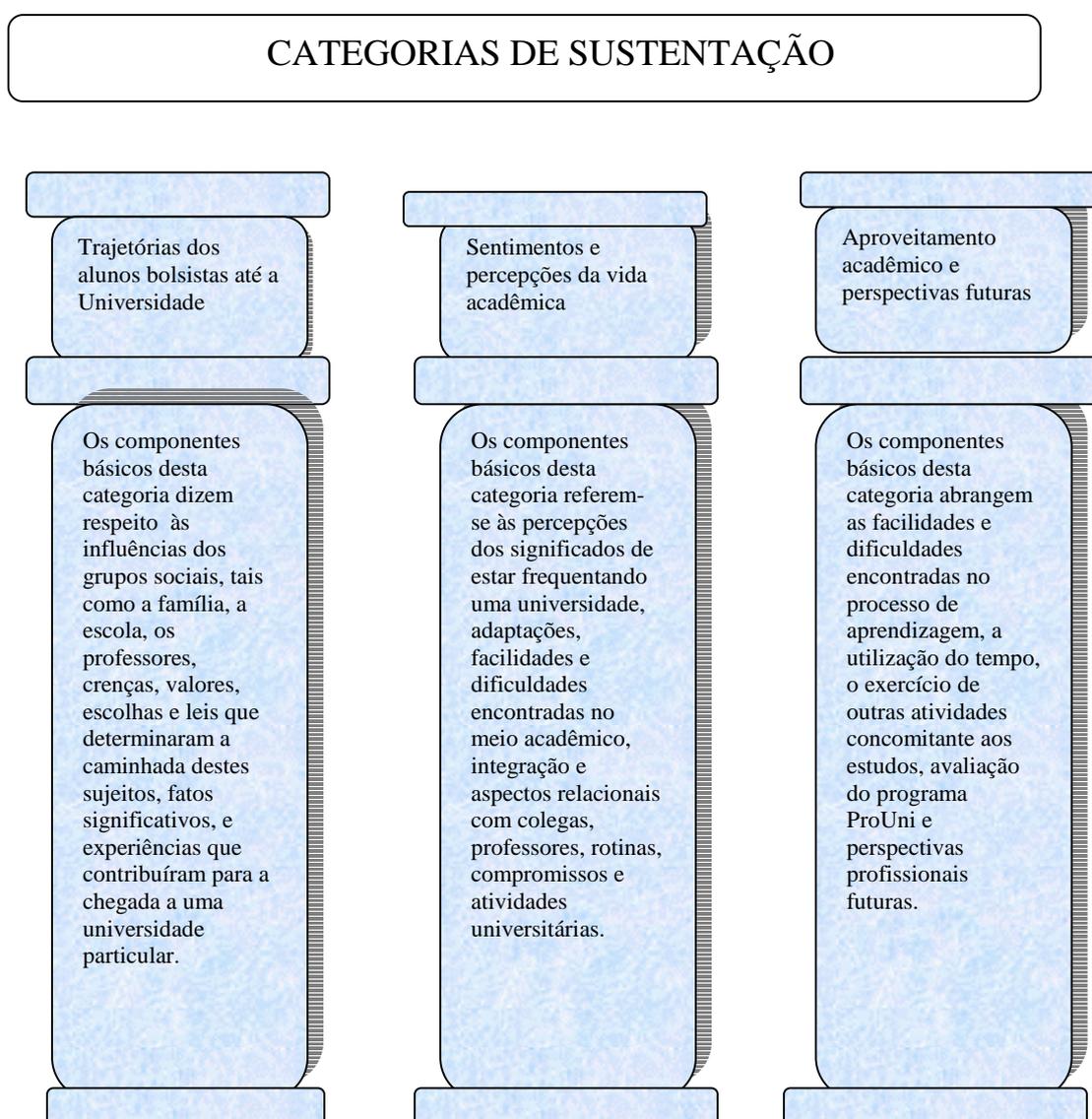
A entrevista semidirigida teve um roteiro que foi antecipadamente organizado, incluindo questões iniciais que diziam respeito à trajetória de vida, histórias familiares, hábitos, experiências significativas vividas na infância e adolescência; outro bloco de questões envolvia entrada no mundo acadêmico, sentimentos, percepções e experiências que ocorreram nesta nova etapa em suas vidas, ansiedades, medos, dificuldades encontradas, relacionamento com colegas e professores e expectativas. Por último, um grupo de questões dizia respeito ao aproveitamento acadêmico, aos sentimentos de ter sido um aluno bolsista do ProUni e às perspectivas futuras, tendências de escolhas profissionais e lançamento ao mundo do trabalho. As questões foram elaboradas tendo como base os objetivos teóricos, bem como os objetivos propostos nesta tese. Mesmo com a estruturação prévia das questões, algumas entrevistas surpreenderam pelas evocações que emergiam espontaneamente, o que levou a considerar e aprofundar outros aspectos não previstos anteriormente.

É importante registrar que alguns alunos entrevistados mostraram muito interesse; alguns já faziam parte de grupos de pesquisa, pois eram bolsistas do Pibic, da Fapergs e já conheciam os procedimentos metodológicos (assinatura do termo de consentimento) e a importância da cientificidade em todas as etapas. Observaram-se com muita frequência o crédito e a confiança que eram depositados no Programa Universidade para Todos, pois sem este jamais teriam ingressado em uma universidade. No início do curso referiam não possuir muita segurança quanto à continuidade e à fidedignidade do programa, mas muitos finalistas entrevistados já expressavam o sonho da conclusão dos cursos via o programa.

Quanto ao tratamento dos dados, as seguintes etapas foram observadas para gerar e organizar as categorias surgidas das falas: a) transcrição de todas as entrevistas gravadas; b) leitura e análise de cada uma das entrevistas, destacando falas e expressões significativas de acordo com os objetivos da tese; c) construção de um mapa geral com esses recortes significativos das falas por curso; d) elaboração de outro mapa com agrupamento das verbalizações por curso e categorias; e) agrupamento das frases em blocos por sujeitos, curso e categorias; f) revisão desses agrupamentos, retirando ideias que não possuíam grande afinidade; g) construção do texto utilizando as palavras-chave que haviam sido eleitas para cristalizar as categorias que tinham sido definidas antes das entrevistas. A partir desta etapa de

sucessivas análises, aproximações, comparações e integrações, as categorias foram mapeadas considerando a essência das exposições verbais feitas pelos sujeitos da pesquisa.

Vale salientar que a classificação e ordenação dos conteúdos das entrevistas foram feitas de forma focal, uma vez que o instrumento de coleta de dados – a entrevista – propicia elucidar muitos conteúdos, dados e informações. Assim, faz-se necessário um recorte específico para não perder o objetivo escolhido para esta pesquisa. Dessa forma, são apresentadas as três categorias estruturadas e construídas por meio do método escolhido e dos conteúdos trazidos e analisados.



Fonte: Elaborado por Estacia, M.A.T. (2009).

Figura 20: Categorias de sustentação

Esclarece Minayo (2001) que a palavra “categoria”, em geral, refere-se a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. A palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecerem classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. Para a autora, as categorias podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa e também a partir da coleta de dados.

O cenário social é construído por pessoas em suas vidas cotidianas. Compreender a vida, os caminhos seguidos, as trajetórias realizadas, as relações e os sentimentos que acompanham esses sujeitos é um processo complexo e desafiador, porque, às vezes, o lugar de origem ou a posição social assume um papel significativo para estabelecer posições futuras na vida de um sujeito; outras vezes, o rumo tomado torna-se um viés na trajetória do sujeito.

Com base no referencial de Bardin (2008), esta análise é uma estratégia de pesquisa utilizada no intuito de tornar objetivo o conteúdo dos dados coletados na investigação; pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos. Com essa técnica podem-se analisar as opiniões das pessoas, não se restringindo unicamente às palavras expressas diretamente, mas analisando também aquelas que estão subentendidas no discurso ou respostas dos sujeitos. Para Bardin (2008, p. 45), “[...] a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens”.

Chegar à fase de análise e interpretação de dados requer olhar atentamente para os dados coletados na pesquisa, estabelecer uma compreensão e responder às questões formuladas na pergunta de pesquisa. Com base no suporte teórico de Bardin (2008), verifica-se que, atualmente, a análise de conteúdo é um instrumento metodológico que se aplica para entender “discursos” extremamente diversificados; “é baseada na dedução e na inferência” (2008, p. 11); estimula o pesquisador a analisar e relacionar o latente e o não aparente.

A próxima etapa mostra a construção das respostas dos alunos que foram submetidos ao processo de categorização de acordo com as definições anteriores. As falas e trechos das entrevistas aparecem com a expressão “S” (sujeito-aluno), acompanhada pelas letras M (Medicina), A (Agronomia), F (Filosofia) e G (Geografia), com a finalidade de diferenciar e identificar os cursos dos alunos entrevistados.

8.2 CATEGORIA I: TRAJETÓRIA DOS ALUNOS BOLSISTAS ATÉ A UNIVERSIDADE

A trajetória é uma forma de conhecimento sobre determinados processos sociais desde a ótica daqueles que estão imersos nesses processos; permite que se conheça um pouco da experiência que os entrevistados relatam referindo-se a um passado recente. Quando um sujeito passa a verbalizar suas lembranças, transmite emoções e vivências que são ordenadas com a finalidade de dar um sentido a sua vida. Essas lembranças estão associadas a sua trajetória de vida e oferecem um testemunho das transformações ocorridas ao seu redor; ao mesmo tempo, produzem uma análise das mudanças por ele percebidas e pontuam o universo social do qual vieram e no qual se situam as pessoas entrevistadas, pois, ao evocar suas lembranças, tem-se contato com as práticas e relações sociais, permitindo conhecer sua mobilidade social, escolar e geográfica, os papéis assumidos e atitudes que estão relacionadas aos diferentes momentos da história de cada um. Estudar as trajetórias de alunos do ProUni passa a ter um sentido especial, uma vez que, dentro de um transcurso usual e costumeiro, esses dificilmente conseguiriam transitar em universidades particulares, em virtude de serem estudantes de baixa renda.

Esta categoria abrange as vivências e experiências cristalizadas no primeiro grupo de convivência: a família. O núcleo familiar é o primeiro compromisso coletivo e solidário, a partir do qual são construídos os projetos individuais e de futuro. Também nesta categoria buscou-se compreender as razões que levam as pessoas a construir trajetórias sociais distintas e observar nos relatos dos jovens universitários sua caminhada escolar até a universidade; estabelecer analogias abrangentes e compreender as variáveis que se fazem presentes na conquista desses alunos ao se tornarem bolsistas do ProUni, ou seja, estudantes universitários.

8.2.1 Redes familiares: os pais e os estudos

Observa-se na maioria dos sujeitos um significativo incentivo dos pais para os estudos. A maioria dos pais destes alunos não possui curso superior, o que nos faz perceber as suas tentativas e interesses em propiciar esta etapa da formação aos filhos, pelo fato de não terem tido oportunidade de cursar uma universidade, por questões econômicas, por residirem no meio rural e pela distância geográfica das escolas. Os entrevistados referem que a falta de

estudos impediu aos seus pais a construção de uma qualidade de vida melhor. Os relatos abaixo evidenciam estes conteúdos:

“[...] o pai sempre estimulava a leitura e não deixava eu faltar aulas...”
(SM)

“[...] fui alfabetizado pelo meu pai aos quatro anos, meu pai foi meu grande incentivador...” (SM)

“[...] mesmo no meio rural, o pai sempre comprava livros e revistas e agora ele até conseguiu o acesso à internet...” (SM)

“[...] a mãe sempre incentivou a leitura, meu pai lia até a Bíblia na família...” (SM)

“[...] meus pais batalharam muito, mas sempre privilegiaram a nossa educação...” (SM)

Observam-se nessas falas dos alunos do curso de Medicina o estímulo e o incentivo para as questões educacionais, bem como o grau de importância dado às aulas, pela compra de livros e revistas.

“[...] meus pais mandavam estudar. Meu pai, de origem alemã, sempre cobrava bons resultados no boletim...” (SA)

“[...] tive muita cobrança da mãe com relação aos estudos. Só ia para a lavoura com o pai após ter lavado a louça e feito os temas...” (SA)

Entre os alunos da Agronomia percebe-se a grau de cobrança e exigência pelos pais:

“[...] minha mãe sempre incentivou a leitura, ia na biblioteca e me trazia livros. Depois, mais tarde, eu ia junto na biblioteca municipal, era a única da cidade, e lá também tinha o museu...” (SF)

“[...] minha mãe falava muito da vontade que teve de estudar, mas, como morava muito no interior, não pôde...” (SF)

“[...] sou filho de pescador [...] nunca tive pressão familiar para estudar, sempre fui livre, aliás nem gostava de estudar...” (SG)

Nesse processo se observa que, com exceção do curso de Medicina, no qual a maioria dos pais tem curso superior, os demais pais frequentaram por pouco tempo a escola, mas nenhum foi classificado como analfabeto. Observa-se neste grupo que os pais, em geral, não tinham o hábito de leituras, mas incentivavam muito esta prática pelos filhos. A compra de comprar livros apareceu com pouca intensidade. No que concerne ao acesso a outras práticas culturais, como cinema, viagens, teatro, circo e similares, apenas um expressou ter ido a biblioteca e museu. Denota-se, portanto, uma vida cotidiana infantil localizada apenas no seu espaço local e restrita às ofertas da própria comunidade, com pouca exposição a atividades culturais.

A presença dos pais é observada como um grande fator de influência sobre o desempenho dos sujeitos da pesquisa. Assim, parece que estas figuras tiveram um papel significativo e marcante no rendimento escolar, uma vez que os pais estimularam, motivaram, alfabetizaram, cobraram bons resultados e disciplinaram os filhos para o estudo. Apenas um relatou a inexistência dessas cobranças familiares. Esse dado se mostra importante porque essas famílias foram classificadas pelo programa como de nível socioeconômico baixo, significando que, ricos ou pobres, o que importa é a forma como eles colaboraram com os filhos. Essa variável fica mais significativa num país com tantas desigualdades econômicas como o nosso.

Neste estudo pode-se ainda observar que a influência dos pais não se dá no nível intelectual, pois nos cursos de Filosofia, Agronomia e Geografia apenas uma mãe possuía curso superior; os demais possuíam ensino fundamental incompleto. Sabe-se que os pais com maior nível de escolaridade podem ajudar os filhos a fazer seus deveres escolares, com o que o desempenho destes melhora. A ajuda dos pais nestes casos foi decisiva no aspecto emocional, pelo interesse sincero, que foi evidenciado nas entrevistas pelo seu progresso escolar, pelo esforço que fizeram para garantir boas condições de estudo. Tudo isso parece ter contribuído para aumentar a autoestima desses jovens na sua trajetória escolar, para motivá-los a aprender mais e se interessar mais, atribuindo um grau de importância significativo ao processo educacional.

No plano profissional, entre alunos da Medicina nenhum pai ou mãe tinha a profissão de médico. Neste grupo as profissões dos pais foram engenheiro, professor do estado,

vendedor, aposentado, carcereiro, pequeno agricultor e contador; por sua vez, as mães tinham como profissão: secretária, professora do ensino médio, professora do estado, do lar, pequena agricultora e auxiliar administrativa. Neste curso os pais apresentaram o maior índice de curso superior. Entre os alunos da Agronomia os pais eram pequenos agricultores e as mães, do lar. Na Filosofia os pais eram marceneiro, pequeno agricultor e eletricista, e as mães: do lar e secretária. Na Geografia um dos pais era aposentado e o outro, pescador, e as mães, uma monitora de creche e a outra do lar. Não se encontraram evidências de figuras mais significativas paterna ou materna na trajetória escolar destes filhos, pois ambas apareceram valorizadas nos relatos.

No que se refere aos irmãos, no curso de Medicina apenas um não possuía curso superior; os demais ou eram formados ou estavam na universidade. Na Agronomia, dois eram formados em cursos superiores e um estava no ensino médio; na Filosofia, por serem os primogênitos, os demais irmãos são menores de idade; na Geografia, dois não frequentaram a universidade e outro cursava o ensino médio.

8.2.2 Experiências escolares e de processos grupais

Os grupos dos quais os jovens participam e a que pertencem constituem outra etapa altamente significativa na construção de uma trajetória de vida. Os processos grupais vivenciados são centrados nas variáveis psicológicas e sociais trazem uma nova amplitude ao conceito de vida do jovem; alargam os horizontes de conhecimento, saindo de uma visão puramente psicológica para uma visão psicossociológica. Destaca-se aqui a importância das inter-relações e das trocas constantes com o meio externo. É por meio dos grupos que o indivíduo constrói a sua identidade; é dentro deles que aprende suas primeiras lições de sobrevivência e de vivências, que consegue se dar forma e reconhecer a sua própria forma. É nesse espelho que ele passa a reconhecer a sua própria imagem. Observam-se nos relatos transcritos as significativas participações dos mais variados grupos pelos alunos bolsistas:

“[...] eu sempre fui bem na escola, participava do grêmio do colégio, o que me ajudou a perder a timidez...” (SM)

“[...] estudava pouco porque não tinha dificuldades. Minha irmã se matava de tanto estudar. Fui presidente de turma da escola e hoje participo do Diretório Acadêmico...” (SM)

“[...] fui presidente do Grêmio Estudantil por dois anos...” (SM)

Percebe-se abaixo que os relatos trazem bons resultados de desempenho tanto em notas quanto em posturas de comportamento, seguidos de afirmações positivas referentes a maior esforço nos estudos, podendo-se relacionar que o bom desempenho anterior aumenta a possibilidade de escolher um curso mais seletivo.

“[...] ia melhor nos estudos que a minha irmã, acertei 60 questões de 63 no Enem...” (SM)

“[...] sempre fui um bom aluno, tanto em comportamento como em notas, sempre fui o melhor da turma...” (SM)

“[...] sempre fui mais estudiosa que a minha irmã. Estudei em escola particular com bolsa por causa do esporte. Eu era jogadora de xadrez e representava o colégio nas competições, no estado e em outros estados. Neste colégio tinha a disciplina de xadrez...” (SM)

“[...] nunca fui reprovada...” (SA)

“[...] na 8ª série peguei uma recuperação e apanhei quando cheguei em casa. Depois disso me alinhei e nunca mais...” (SA)

Os alunos da Medicina, como apresentado, referem terem participado de grupos no ensino médio e também na universidade e, ainda, revelam bom desempenho quando comparados com a turma de aula ou com irmãos. Já os alunos da Filosofia e Geografia trazem apenas participações em grupos, não verbalizando bons resultados de desempenho escolar.

“[...] sempre participei de grupos de danças...” (SF)

“[...] participava de grupos na igreja, de folclore e do centro de tradições gaúchas – CTG...” (SF)

“[...] no ensino médio fui representante de turma e sempre estive envolvido com grupos na escola...” (SG)

A construção da identidade pessoal é considerada a tarefa mais importante da adolescência, é o passo crucial da transformação do adolescente produtivo e maduro. Construir uma identidade implica definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida. A identidade é uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido. A formação da identidade recebe a influência de fatores intrapessoais (as capacidades inatas do indivíduo e as características adquiridas da personalidade), interpessoais (identificações com outras pessoas) e culturais (valores sociais a que uma pessoa está exposta, tanto globais quanto comunitários). Quanto mais desenvolvido o sentimento de identidade, mais o indivíduo valoriza o modo como é parecido ou diferente dos demais e mais claramente reconhece suas limitações e habilidades; ao contrário, quanto menos desenvolvida está a identidade, mais o indivíduo necessita do apoio de opiniões externas para avaliar-se e menos compreende as pessoas como distintas.

Para Brandão (1986, p. 38), a identidade explica o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu, de uma realidade individual, que torna cada um de nós um sujeito único diante de outros eus e é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade: a consciência de minha continuidade em mim mesmo. O eu em oposição aos outros eu leva-nos a considerar algo bastante importante: é na relação a um outro – diferente de nós – que nos constituímos e nos reconhecemos como sujeito único.

Percebe-se, então, que a formação de grupos na adolescência tem funções primordiais para o desenvolvimento de seus membros, uma vez que o social está presente tanto no início quanto no fim desta fase, na qual o fator mais importante é a forma como são percebidos pelos pares. Um relacionamento positivo com pares tende a favorecer um ajustamento social positivo, evidenciando o companheirismo, a estimulação, a comparação social e a afeição. Os jovens pesquisados, na sua maioria, verbalizaram um bom desempenho na escola, a ausência de dificuldades escolares, as notas boas, sentimentos que contribuiriam para uma confirmação da sua autoestima nos grupos dos quais faziam parte.

Formar uma identidade e inscrevê-la num projeto de vida é a tarefa necessária nesta fase da vida, o que implica integrar as mudanças nas suas relações consigo mesmo e com os outros, isto é, aprender a reconhecer-se numa rede de dependências mais ampla do que a família. O papel do grupo no desenvolvimento dos jovens está relacionado com as identificações que os adolescentes estabelecem com os seus amigos e na filiação que o grupo fornece ao processo de independência em face dos pais. O grupo de amigos na adolescência é um suporte muito importante para o desenvolvimento, sendo a sua contribuição decisiva para

a consolidação de muitas questões em outras etapas de suas trajetórias. Castilho (1992, p. 27) diz que

é através dos grupos que o indivíduo pode atender à suas necessidades de associação, ao desejo de ser aceito, querido e respeitado. Além disso, as pessoas precisam dos grupos pela necessidade de conviver, trocar idéias, emoções, sentimentos, confirmar as suas crenças e valores [...] no grupo o indivíduo pode confirmar o seu sentimento de identidade e de auto-estima, através do status, do prestígio e do reconhecimento que obtém dentro do grupo ou pelo grupo ao qual pertence.

A identidade pessoal é um dos temas de maior importância na personalidade do adolescente por vincular-se à sua história pessoal, uma vez que é na adolescência que começamos a tecer nosso próprio relato de vida, o que caracterizará nossa individualidade. Nesta fase as interações sociais ampliam-se com a participação nos diferentes grupos aos quais pertence, como vimos nos relatos citados: grupos da escola, da igreja, de esportes, de danças, de passeios, de clubes e associações, etc. Essas novas referências possibilitam um confronto sadio com as adquiridas anteriormente na família, as quais serão utilizadas como autorreferência para dar significados pessoais a etapas futuras. Castilho (1992, p. 28) refere

que o sentimento de pertencimento a um grupo é um dos mais fortes elementos de mobilização, de motivação, para se manter no grupo e para mantê-lo intocado, o que provoca, nos participantes, uma responsabilidade pela preservação da sua imagem, [...] em grupo, emerge o sentimento de maior segurança, reduzindo-se a ansiedade e o sentimento de impotência ou incompetência.

8.2.3 A escolha do curso superior

O processo que ocorre no jovem quando da ocasião da escolha profissional é paradoxal: por um lado, brotam suas tendências, sua vocação, suas habilidades e seu perfil de personalidade; por outro, a força da mídia e do contexto social elege determinadas profissões como mais valorizadas socialmente e que adquirem um determinado *status*, seja pelo retorno financeiro, seja pela absorção no mercado de trabalho.

O indivíduo constrói suas significações pessoais, que são refletidas nas experiências passadas e presentes, bem como na variedade de papéis vivenciados ao longo da vida. Assim, não se podem ignorar as influências da cultura, da família, da religião e da escola no processo da escolha. A influência da família na escolha da profissão é fato inquestionável, bem como a

importância da presença das gerações anteriores e dos mecanismos psicológicos utilizados pelos jovens para se situarem em relação aos “sonhos” de sua família, realizando-os ou não.

O jovem, inserido numa família e com seu dinamismo próprio, escolhe uma profissão muitas vezes sem conhecer as influências recebidas do meio familiar. A genealogia – a rede de relações formada em cada família, que inclui os avós, bisavós, tios, primos – está presente de uma maneira ou de outra nas diferentes escolhas realizadas na vida, em especial na profissão a seguir. Os pais constroem projetos para o futuro de seus filhos; desejam que eles correspondam à imagem projetada sobre eles e, assim, propõem-lhes metas a alcançar na vida.

O aumento da oferta de vagas no ensino superior propiciado pelo ProUni tem favorecido muitos jovens que antes não tinham acesso a esse nível de ensino, o que foi também observado neste estudo. Esse fato pode significar que o jovem brasileiro tem hoje melhores chances de ingressar no mercado de trabalho em profissões que exijam um perfil diferente de aluno acadêmico, como se pode verificar nesta pesquisa com jovens vindos de outros estados (São Paulo e Santa Catarina) e com percursos sociais e educacionais distintos dos padrões costumeiros. Isso poderia significar também uma maior probabilidade de efetivação de sua escolha profissional, via seu ingresso no curso de nível superior desejado. Tal situação evidencia o que afirma Aristóteles, na obra *A política* (p. 236, 2004), refere que “a primeira espécie de democracia é aquela que tem a igualdade por fundamento. Nos termos da lei que regula essa democracia, a igualdade significa que ricos e pobres não tem privilégios políticos, que tanto uns como outros não são soberanos de um modo exclusivo e, sim que todos o são exatamente na mesma proporção”.

No entanto, entre a escolha profissional realizada e a efetivação desta, há um caminho repleto de fatores condicionantes que podem interferir na realização do curso ou da profissão almejada para os alunos bolsistas do ProUni. Dessa forma, a escolha profissional para esses alunos fica impregnada de viéses, visto que fatores como a necessidade de trabalhar, processos psicológicos internos, perfil de personalidade, a falta de recursos para pagar outros cursos paralelos e a impossibilidade de concorrer com igualdade com alunos oriundos de classes economicamente favorecidas aos cursos que realmente almejavam podem ter um peso decisivo na concretização de suas escolhas. Assim, podem optar por outros cursos que não eram os desejados, para não perder a oportunidade, ou acabam frequentando um primeiro curso com o propósito de, posteriormente, cursar o desejado. Observam-se também nesta amostra de sujeitos o processo de motivação intrínseca de alguns alunos, com escolhas concretas e definitivas de determinado curso e a sua obtenção mesmo sem recursos

fundamentais, como a questão econômica, e as estratégias individuais encontradas para realmente entrar no curso pretendido.

Nos sujeitos bolsistas pesquisados observam-se duas tendências bem significativas: nos alunos da Medicina e da Agronomia (os cursos mais concorridos), há uma vontade interna muito grande, objetiva e intensa de realizar tais cursos, com escolhas precoces e pensamento único por essas profissões, bem como esforços paralelos individuais e constantes para obter esta conquista, ao passo que nos outros cursos estudados (Filosofia e Geografia) os alunos não tinham feito a primeira escolha desses cursos, nem era a carreira pretendida, com exceção de um aluno da Geografia. Ainda estes últimos revelam que não veem tais cursos como uma profissão e sonham, após concluírem estes, fazerem os cursos realmente almejados. Verbalizam que não podiam perder a “chance” da bolsa do ProUni e relatam que é importante frequentar o ensino superior mesmo não sendo o curso desejado; aceitam o desafio como uma forma de edificação pessoal para, depois, realmente fazerem um curso que “dê uma profissão”.

Nas falas seguintes as expressões verbalizadas justificam as escolhas desde tenras idades pelo curso de Medicina, ou por identificação com pais ou familiares próximos.

“[...] nunca pensei em outro curso. Tenho um tio médico e acho que foi ele quem me influenciou. Ainda tive muito estímulo de um professor de biologia para fazer medicina. Gosto da relação pessoal que ocorre na profissão e também acho que é a melhor profissão em termos de colocação e retorno [...]” (SM)

“[...] desde criança queria medicina. Tenho uma tia enfermeira que sempre me motivou para o curso. Acho que este curso tem boa expectativa profissional e financeira [...]” (SM)

“[...] meu pai sempre apoiou a escolha por este curso [...]” (SM)

“[...] fiz curso técnico de contabilidade, depois fiz curso técnico de enfermagem, gostei muito. Juntei uma grana, parei de trabalhar e fui fazer cursinho para entrar na medicina. Fiz quatro anos de cursinho, estudava à noite e trabalhava de dia. Tinha passado no vestibular quando fui chamado para o ProUni [...]” (SM)⁷

⁷ Como foi o primeiro ano do programa (ProUni) no país e a lei foi aprovada em janeiro, alguns alunos já tinham prestado provas de vestibulares em novembro ou dezembro do ano anterior; como tinham feito o Enem e também a inscrição para o ProUni, foram chamados após as suas aprovações.

“[...] sempre quis medicina, fiz três anos de cursinho para entrar [...]”
(SM)

“[...] minha escolha foi porque, além de gostar muito, continua sendo uma área que tu consegue se encaixar dentro do mercado profissional. Não adianta fazer um curso e depois não ter trabalho. Fiz dois anos de cursinho, trabalhei como segurança e porteiro, não foi fácil, meus pais falavam para fazer outro curso mais barato que eles pudessem pagar e eu falava a eles: ou faço medicina ou não faço nada [...]” (SM)

“[...] desde pequeno quis medicina, gostava muito de assistir na televisão o plantão médico e também acho que é uma profissão segura no lado financeiro [...]” (SM)

Ficam evidentes nesses alunos o desejo interno e a vontade desde a infância de fazer o curso, a influência de figuras familiares próximas assumindo aspectos voltados a questões motivacionais ou a identificações profissionais (pais, professores e tios) e, também, as estratégias e alternativas encontradas para realizarem tal desejo. Fica claro também o conceito que trazem sobre “ser uma profissão boa”, com colocação no mercado e retorno financeiro, pois ao longo dos anos esta sempre foi bem considerada socialmente e com possibilidades de bons salários.

Os alunos do curso de Agronomia também atribuem a escolha ao fato de terem vindo deste meio – o meio rural. Os dois alunos entrevistado são filhos de pequenos agricultores e falam das suas vivências no meio rural, das suas experiências com atividades agrícolas; também referem ser uma boa profissão, pelas possibilidades de agregar mais informações e técnicas aos conhecimentos que já possuíam de forma prática. Ainda relatam a possibilidade de ascensão profissional.

“[...] vim do meio rural, sou do interior, meu sonho era agronomia, mas jamais almejei estar neste curso por questões financeiras, era impossível. Fiz vestibular para Biologia, era a mais próxima da agronomia. Estava matriculada no curso, não sabia como iria pagar, quando fui chamada pelo ProUni para o curso de Agronomia [...]” (SA)⁸

⁸ Esta aluna prestou vestibular em novembro de 2004 e foi aprovada para o curso de Biologia. Em janeiro de 2005 foi aprovado o programa ProUni e as inscrições foram abertas. Como tinha realizado a prova do Enem, pôde se inscrever para o programa, tendo sido chamada para sua primeira opção, ou seja, o curso de Agronomia.

“[...] sou filho de pequenos agricultores, moro no interior, no meio rural. Fiz técnico agrícola da Escola Federal de Sertão. Sempre quis agronomia por gostar disto e após a conclusão do meu curso técnico, vi que o meu pai fazia bastante coisa errada. Também por ter três tios agrônomos que tiveram uma ascensão profissional esplêndida [...]” (AS)

Nos cursos menos procurados os relatos revelam talvez algumas distorções do Programa Universidade para Todos, pois estes alunos expressam o sentimento de não estarem fazendo o curso desejado, mas que, ao mesmo tempo, não poderiam deixar passar a oportunidade surgida. Concomitantemente a isso, referem um certo sentimento de culpa por estarem tirando o lugar de alguém que poderia estar aproveitando mais a bolsa. Estes cursos – Filosofia e Geografia – foram os de menor procura no concurso vestibular, com um número de vagas superior ao número de inscritos. Mesmo não sendo o curso do interesse, percebe-se que o programa lhes serve como uma oportunidade de frequentarem uma instituição de educação superior.

“[...] meu interesse era Jornalismo, mas quando me inscrevi este curso não estava disponível para o programa. Então me inscrevi para Filosofia, já trabalhei em jornal e é o que quero fazer depois. Minha mãe é que soube do ProUni pela televisão e me incentivou a fazer a inscrição. Achemos que não ia dar em nada...” (SF)

“[...] sempre morei no campo, na verdade eu nunca tinha tido aula de filosofia no colégio, eu nem sabia como era a dita filosofia, sempre quis administração e essa era a minha primeira escolha no programa, gosto também de contábeis e educação física [...]” (SF)

“[...] minha mãe quis que eu me inscrevesse. Como não custava nada eu fiz. Foi uma amiga que fez a inscrição porque na minha cidade não tinha internet e, como ela fez todo o procedimento, ela colocou cursos que eu nem imaginava em fazer, tipo filosofia. Aí eu tinha o Enem e nem fiz vestibular, entrei direto [...]” (SF)

“[...] coloquei quatro opções de psicologia e uma de filosofia, me sinto meia ignorante no curso de filosofia. Quero fazer depois psicologia ou pedagogia [...]” (SF)

“[...] sempre gostei de matemática e não gostava de geografia, bem onde vim parar. Minhas escolhas no ProUni eram a primeira engenharia elétrica, a segunda computação, a terceira Administração e a quarta Geografia, Quando fui chamado pelo ProUni para Geografia eu estava cursando engenharia elétrica aqui na UPF mesmo. Eu já tinha pago duas mensalidades. De repente fui chamado com bolsa integral para a Geografia. Larguei tudo e fui. Meu pai achou que era melhor assim, pois com um curso superior eu posso fazer qualquer concurso público depois [...]” (SG)

Observa-se nesta última verbalização uma mudança significativa de trajetória. O que representou para este aluno a bolsa do ProUni: uma facilidade? uma comodidade econômica familiar? uma deformação do programa? Por outro lado, o outro sujeito revela a sua gratificação intensa por estar fazendo o curso de Geografia, com o que se pode questionar: Se não fosse o Programa ProUni, este aluno frequentaria uma universidade particular? Ainda se observa a tendência do aluno já existente para este curso, bem como o fato de estar fazendo exatamente o curso desejado.

“[...] sou filho de pescador. Acho que é por isso que sempre gostei de geografia, das discussões políticas, das questões dos países. Quando me inscrevi para o ProUni as quatro primeiras opções foram para geografia e a quinta foi para letras. Me inscrevi para o ProUni na casa de um colega, de bobeira, e não acreditava que seria contemplado. Não tinha contato nenhum aqui em Passo Fundo, não conhecia nada. Aí arrumei a minha malinha e vim para cá...fiz de tudo um pouco e, veja só, estou quase me formando [...]” (SG)

Vivendo numa sociedade capitalista, que não oferece emprego para todos, que incentiva a competição individual para o ingresso na universidade e no mercado de trabalho, as reais chances de realização das escolhas dos alunos egressos do ensino médio público

mostram-se reduzidas. Assim, cabe a pergunta: O que significa “escolher” numa sociedade onde as oportunidades não são iguais para todos? Torna-se importante entender o significado das reais possibilidades de escolha desses jovens e compreender que há algo muito maior que permeia e condiciona a efetivação das escolhas: a realidade socioeconômica. Essa realidade não determina definitivamente o destino do jovem economicamente desfavorecido, mas, certamente, reduz a probabilidade de ele atingir suas metas, ou, mesmo, força à modificação de suas escolhas, negando-as ou adaptando-as para obter maiores chances de se inserir no ensino universitário ou no mundo do trabalho.

8.2.4 O esforço pessoal

A construção de estratégias voltadas para o acesso à universidade se faz presente em parte dos sujeitos. A perspectiva de ingresso na universidade foi se colocando gradativamente principalmente pelos alunos da Medicina e Agronomia, que estão nos cursos desejados. Para os demais alunos observa-se o desejo de ir para a universidade, mas sem uma decisão profissional estabelecida e uma ausência de motivação interna pessoal mais consistente, pois alguns entraram no ProUni pelo empenho e interesse dos pais, que souberam do programa. Há, então, uma correlação entre as perspectivas delineadas pelos pais e o grau de conquista, pelos filhos, dos objetivos traçados.

Um elemento comum na trajetória escolar dos alunos entrevistados, com duas exceções, era a representação deles como bons alunos, tanto no meio familiar como no educacional. O elemento definidor era o fato de terem sido alunos com bom desempenho escolar. Alguns revelam o fato de estudarem há mais tempo, de terem obtido notas boas, de sempre terem bom desempenho na escola, nunca terem sido reprovados e considerarem-se inteligentes. Essas representações parecem reforçar as suas expectativas. Apenas dois sujeitos se identificaram como estudantes com dificuldades de aprendizagem. Outros fatos foram apresentados de forma a acentuar outras qualidades, tais como a dedicação, a disciplina e a motivação familiar na conquista da escolarização superior. Essas influências parecem ter sido significativas para esses jovens chegarem à universidade.

“[...] sempre procurei estudar por fora [...]” (SM)

“[...] o meu irmão mais velho fazia cursinho e eu estudava na apostila dele [...]” (SM)

“[...] eu tirei dez na redação do Enem e acertei 58 de 63 questões. Sabia que ia dar certo [...]” (SM)

“[...] pensava em medicina, mas sabia que não tinha como pagar, mas não desisti [...]” (SM)

“[...] pegava livros na biblioteca do colégio para ler no final de semana [...]” (SM)

“[...] quando soube do ProUni para mim foi uma coisa divina [...]” (SA)

Observam-se nessas falas a motivação interna, as buscas pessoais e as atividades realizadas de forma diferenciada, efetivando um verdadeiro esforço pessoal para conquistar seus projetos de vida.

“[...] minha mãe é que soube do ProUni [...]” (SF)

“[...] minha amiga é que quis me inscrever [...]” (SF)

“[...] meu pai é que soube do ProUni, eu nem sabia o que era isto [...]” (SG)

Nestas falas já se percebe que outras pessoas motivaram esses alunos para o programa.

“[...] sempre tive muita dificuldade, principalmente em português [...]” (SF)

“[...] me sinto meia ignorante neste curso [...]” (SF)

“[...] eu me inscrevi de bobeira na casa de um colega [...]” (SG)

Observa-se que o processo de chegada à universidade se definiu para alguns pelo encaminhamento de iniciativas pessoais, que contribuíram para a conquista dos objetivos almejados. A realização de cursinhos pré-vestibulares se faz presente em todos os alunos da Medicina e em um aluno da Agronomia; os demais, da Filosofia e da Geografia, não frequentaram cursinhos. A organização de estudos individuais, a leitura nos finais de semana

e a motivação interna (do próprio aluno) e externa (dos pais) foram outras estratégias expressas a fim de garantir o ingresso no ensino superior. No meio escolar muitos entrevistados atribuíram a professores algumas influências em suas definições pela continuidade dos estudos e pelas escolhas feitas, ou pelo perfil de personalidade, ou pela forma como desenvolvia o conteúdo, pela atenção personalizada dispensada ao aluno. Já a definição pelos cursos de Filosofia e de um aluno do curso de Geografia foi influenciada pela baixa relação candidato/vaga e pela nota baixa obtida no Enem, que não possibilitou a entrada na primeira opção por ocasião da inscrição no programa.

Outras razões pontuadas para a escolha de um determinado curso decorreram de um estereótipo social historicamente estabelecido, que formata a profissão de médico como rendosa financeiramente e que possibilita rápida colocação no mercado de trabalho, o que implica a validação de esforços pessoais de todo o tipo.

O que despontou com muito significado, na verdade, foi a perspectiva de realização de um curso superior, visto como uma etapa para a melhoria da posição social. Os jovens parecem acreditar que a realização de um curso universitário ampliará o acesso a novas referências culturais, ao mercado de trabalho, almejando atividades mais qualificadas e mais bem remuneradas, com oportunidade para uma ascensão profissional.

8.2.5 Experiências de trabalho

Dos sete alunos da Medicina, apenas três tinham experiências profissionais (segurança, porteiro, contabilista e enfermeiro); os outros quatro apenas haviam estudado. No curso de Agronomia os dois alunos apenas ajudavam os familiares nas atividades do meio rural. No curso de Filosofia, os três alunos entrevistados trabalhavam antes de entrar na universidade e continuaram a trabalhar (atividades administrativas em um jornal, atividades na linha de produção em uma fábrica de calçados e como secretária). No curso de Geografia, os dois alunos já trabalhavam e continuam trabalhando (loja de eletrônica e o outro “faz bicos”). Observa-se neste item a necessidade que os alunos dos cursos menos procurados têm de entrar cedo no mercado de trabalho, dispendo de menor tempo para os estudos. Disso se pode inferir que esta variável poderia canalizá-los a procurar cursos menos concorridos. Por outro lado, pode-se observar também que esse fato não é determinante, pois encontramos na mesma amostra sujeitos que, mesmo nessas condições, percorreram caminhos que os levaram

à obtenção de suas conquistas pessoais em cursos nos quais a concorrência é grande e são os mais procurados: Medicina e Agronomia.

8.3 CATEGORIA II: SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DA VIDA ACADÊMICA

Esta categoria objetiva compreender como os alunos bolsistas do ProUni estão sentindo e percebendo este novo momento em suas vidas, ou seja, a realidade acadêmica, identificando, com base em seus relatos, as principais proposições vivenciadas por eles.

Para Ferreira (1985) a definição de sentimento é o ato ou o efeito de sentir, capacidade para sentir, sensibilidade, conhecer, perceber, apreciar, noção ou senso, disposição afetiva em relação a coisas de ordem moral ou intelectual.

Os sentimentos são modalidades, ou modificadores dos estados de consciência, mas não conteúdos destes estados. Analisando com objetividade, o fenômeno é único, e os sentimentos de inspiração ou irritação em nada afetam os fatos. O termo “sentimento” é uma palavra comum na sociedade humana, originando-se da própria condição em que as pessoas se encontram. Assim, a expressão “sentimento” incorpora diversos conceitos, ou diversas caracterizações, ou diversos modos de se apresentar, pois algumas vezes indica algo bom e prazeroso, mas em muitos momentos aparece como algo desagradável. É nesse sentido que se procurou escutar as diversas definições de sentimentos elucidados pelos alunos, os quais os deixam transparecer a todos aqueles que os cercam no ambiente universitário.

O sentimento, de acordo com Merleau-Ponty (1994), é algo que está dentro de cada um, apresentando-se de forma que poucos entendem o seu real sentido, ao considerar que existe toda uma formação de sensações, ideias, objetos. Os sentimentos são estados afetivos produzidos por diversos fenômenos da vida intelectual e moral e podem resultar de percepções sensoriais ou representações mentais. “É o homem que infunde significados ao mundo.” (MERLEAU; PONTY, 1994, p. 25).

O homem no mundo desenvolve seus sentimentos pessoais de acordo com sua subjetividade, mas o seu sentir surge carregando consigo sua experiência de vida, sua autopercepção e sua perspectiva futura. O chamado “conhecimento sensível” é sinônimo de conhecimento empírico ou de experiência sensível e se manifesta em duas dimensões: a sensação e a percepção. A sensação fornece aos nossos sentidos as qualidades exteriores e interiores dos objetos e seus efeitos internos sobre o ser humano. Chauí (1997, p. 120) diz que “sentir é algo ambíguo, pois o sensível é, ao mesmo tempo, a qualidade que está no objeto e o

sentimento interno que nosso corpo possui das qualidades sentidas”. A representação dessas sensações é feita pelo vínculo com determinado objeto concreto, ou seja, a nossa sensação é feita mais com a integração a objetos complexos e amplos do que a simples sensação da qualidade pura e isolada. Daí vem o conceito de percepção, que pode ser definida como “a síntese das sensações”. (CHAUÍ, 1997, p. 120).

Para os empiristas, a sensação e a percepção dependem das coisas e estímulos externos que atuam nos nossos sentidos. A percepção é ligada ao objeto qualificado por essa sensação. Há inúmeras sensações, as quais são unidas intelectualmente pela percepção, e nesse conjunto formam o conhecimento. Mora (1996, p. 537) divide todas as percepções em impressões e ideias. Segundo ele, as impressões são as nossas percepções mais vividas, quando ouvimos ou vemos, ou sentimos, ou amamos, ou odiamos, ou desejamos, ou queremos. Ao entender o sentido filosófico de sensação e percepção, pode-se compreender sua influência na representação da informação e do conhecimento produzida. A partir de sua transmissão, a informação (dentro do seu ciclo clássico de registro, organização e recuperação) desenvolve um somatório de diversidades de representações para o ser humano, contidas no seu significado final.

Para Graças (2000), é por meio de percepção que as coisas acontecem no mundo e que se mostram para o sujeito, motivo pelo qual é o modo de acesso à essência das coisas. Esses conceitos ajudam a entender e classificar as expressões verbalizadas pelos alunos. As falas revelam um aluno-bolsista que, mesmo com certo grau de ansiedade pelo novo e desconhecido, foi gradativamente se ambientando e conhecendo os espaços geográficos da universidade, tais como prédios no *campus* e no centro, salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, bem como a nova rede de relações – colegas, professores, funcionários – e a nova configuração das moradias – morar sozinho, dividir apartamento com colegas ou morar com parentes. Os sentimentos não revelam nenhuma rejeição; apenas diferenças quanto a questões de ordem cultural, visto que todos os entrevistados demonstram satisfação de se sentirem alunos universitários.

Quanto à apreciação das principais expressões características das percepções apresentadas nas falas, observa-se, de forma geral, um bom relacionamento com colegas, professores e funcionários, sem discriminação; são alunos iguais aos outros. No curso de Medicina, as falas revelam resultados iguais entre bolsistas e não bolsistas quanto a aprendizagens; na Filosofia e na Geografia, expressam certas dificuldades em conteúdos e disciplinas, revelando um menor resultado, e, na Agronomia, referem que os alunos bolsistas têm notas melhores que os não bolsistas.

Na categoria sentimentos e percepções foi possível agrupar falas comuns com reais significados para a pesquisa, compreendendo seus sentidos, conteúdos e estabelecendo relações entre si, o que foi permitindo a construção desse conhecimento, o qual, pelo fato de ser algo subjetivo, às vezes se torna complexo, pois os sentimentos não podem ser caracterizados como certos ou errados e cada um tem o direito de expressá-los. Os sentimentos são modeladores dos estados de consciência e, analisando com objetividade, o fenômeno é único; ainda, do ponto de vista objetivo, os sentimentos não são nada, mas do prisma da subjetividade, são tudo.

Ainda no tocante ao sentimento, foi possível resgatar nos discursos dos alunos as expressões características de estar muito sozinho; o aumento de responsabilidades e do nível de exigência nas tarefas e atividades; a mudança de cidade, de cultura e, algumas vezes, de estado; a complexidade dos conteúdos das disciplinas; não conhecer ninguém e não possuir nenhum contato. Evidenciaram também nas suas falas sentimentos agradáveis, tais como a melhor coisa que aconteceu nas suas vidas; o fato de estar sendo um período muito bom; a grande chance de entrar na universidade; estar sendo muito gratificante; o orgulho de ter conseguido uma oportunidade ímpar, juntamente com sentimentos de terem sido muito bem recebidos. Vejamos agora os sentimentos e as percepções sobre a realidade acadêmica trazidos pelos alunos bolsistas.

8.3.1 Dificuldades e oportunidades

Quanto às dificuldades, relatam o fato de morarem sozinhos, de saírem de casa muito novos; falam que o nível de exigência é muito diferente daquele da escola de ensino médio; ainda, revelam sentimentos de desconhecimento por estarem numa cidade nova e não conhecerem ninguém. Alguns mencionam a grande dificuldade de sair do interior, da zona rural, e passar a morar na cidade, o que às vezes os torna diferentes. Para alguns alunos da amostra, o fato de agora trabalharem e estudarem lhes traz um cansaço físico maior (alunos de Filosofia e Geografia), pois moram em outras cidades e o deslocamento diário torna-se cansativo. Todos os alunos entrevistados referem dificuldades financeiras para se manter. Os alunos da Medicina por possuírem mais de seis horas diárias de aula e mais de seis semestres, recebem pelo programa a bolsa permanente de auxílio no valor de R\$ 300,00 por mês, para a manutenção de despesas acadêmicas ou pessoais, mas todos encontram várias estratégias para vencer esta etapa, como trabalhos diurnos, ajuda dos pais e parentes e estágios remunerados.

Alguns alunos relatam a sua dificuldade em morar sozinhos e ao mesmo tempo, falam dos sentimentos de ficar um tanto perdidos, longe dos familiares, em uma cidade desconhecida e diferente, com dificuldades de adaptação e fazendo parte de um novo cenário: a Universidade com todas as suas peculiaridades e diferenças que a caracterizam e a distanciam dos procedimentos e métodos do ensino médio. Os fragmentos das falas revelam esses sentimentos:

“[...] meu maior problema é morar sozinho, vim para cá muito novo [...]” (SM)

“[...] não conhecia nada aqui, estava totalmente perdida. O meu pai veio comigo para trazer os documentos. A UPF me ligou dizendo que tinha ganhado a bolsa. Em SP tinha passado em quatro faculdades de Medicina.... Depois meu pai veio me trazer para ficar. Vim com a minha mala, fiquei em um pensionato, totalmente perdida. Após seis meses, alugamos um apartamento, eu e mais duas colegas. Todas estranhavam o meu sotaque e perguntavam por que vim parar aqui. Aí falava da bolsa e dizia que com esta bolsa você vai a qualquer lugar do mundo [...]” (SM)

“[...] as minhas primeiras impressões da vida acadêmica foram de muita dificuldade: estava sozinha aqui, com pessoas diferentes. Tive que mudar comportamentos, me achava diferente, do interior. Minha maior dificuldade foi de adaptação [...]” (SA)

“[...] não estava acostumada a isto, não tinha nem ideia de como é que era a universidade. Eu cheguei aqui e não sabia para que lugar ir [...]” (SF)

“[...] não tinha contato nenhum aqui. Aí arrumei a minha malinha e vim para cá [...]” (SG)

“[...] quando cheguei a Passo Fundo, fiquei apavorada, vim bem do interior. Meu pai é pequeno agricultor e planta porongos para fazer cuias. Então a minha realidade era outra, era tudo muito estranho, e eu era uma criança, tinha 16 anos, mal sabia o que estava fazendo aqui [...]” (SA)

“[...] é muito diferente do colégio para a universidade, até a metodologia muda toda [...]” (SF)

“[...] foi tudo no susto, na correria, foi um monte de choque ao mesmo tempo, porque vim para um estado diferente, com pessoas diferentes e a universidade é também muito diferente da escola [...]” (SG)

Outra dificuldade bem acentuada é o nível de exigências e a grande quantidade de tempo destinada aos estudos, evidenciando como muito maior que nos tempos anteriores, durante o ensino médio. Entretanto, eles demonstram sentimentos de prazer e satisfação.

“[...] minha maior dificuldade é a grande responsabilidade e ter que estudar muito, mas muito mesmo [...]” (SM)

“[...] senti muito o nível de exigência, é muito alto [...]” (SM)

“[...] aqui a gente estuda muito, muito, muito mesmo, tem que gostar, senão não aguenta [...]” (SM)

“[...] é um misto de dificuldades, mas é um período da vida que está sendo bom [...]” (SM)

O fato de trabalhar e estudar ao mesmo tempo que muitos jovens enfrentam, bem como, em muitos casos, a necessidade de ir e vir de outras cidades, torna esse processo educacional ainda mais complexo, ocasionando, muitas vezes, um grande cansaço físico.

“[...] está muito corrido, porque eu antes só trabalhava e agora tenho que estudar também [...]” (SF)

“[...] minha grande dificuldade é ir e voltar todo dia, são 150 km para ir e 150 km para voltar [...]” (SF)

“[...] a vida acadêmica para mim é uma corrida de saltos com barreiras e tem que se achar. Eu não conhecia ninguém. Tive muitas dificuldades mas, aos poucos, eu me entrosei. A nossa turma começou com 20 alunos e hoje somos 5 [...]” (SG)

Quanto às oportunidades, falam sobre o fato de serem contemplados com a bolsa, o mérito existente nesse processo e a grande chance que tiveram de estar na universidade. As expressões abaixo revelam esses sentimentos:

“[...] gosto muito da faculdade, é bem diferente do ensino médio, tu já está fazendo o que quer, aí se esforça mais ainda [...]” (SM)

“[...] foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida [...]” (SM)

“[...] é muito gratificante, me orgulho por ter conseguido passar no vestibular e ganhar a bolsa [...]” (SM)

“[...] foi uma oportunidade ímpar, que tem de agarrar com as duas mãos e prestigiar [...]” (SM)

“[...] para mim está sendo uma experiência muito gratificante [...]” (SM)

“[...] acho maravilhosa essa oportunidade. Se não fosse o programa eu não estaria aqui [...]” (SA)

“[...] eu pensei que ia ser muito mais difícil fazer uma faculdade, pensava que ia ser mais exigente [...]” (SA)

“[...] eu passei no vestibular normal, entrei e estava muito difícil continuar por causa das mensalidades. Aí em julho abriram as vagas remanescentes do ProUni. Daí me inscrevi e entrei. Foi a grande chance da minha vida, fiquei em 25º lugar na classificação geral do vestibular [...]” (SM)

“[...] fui muito bem recebida na universidade, foi tranquila a minha adaptação [...]” (SF)

Fica evidente o esforço pessoal que alguns alunos fazem para realizar os seus cursos. Salienta-se o grande destaque dado a esse fato em suas vidas, pois é algo que parece estar marcando as suas histórias, ou seja, a oportunidade de fazer um curso superior.

8.3.2 Relacionamento com colegas, professores e funcionários

Na amostra estudada ficou evidente o bom relacionamento entre colegas, professores e funcionários com os alunos bolsistas. Em nenhuma entrevista foi mencionada qualquer dificuldade quanto a esse aspecto. As expressões abaixo confirmam essas afirmações:

“[...] tenho um bom relacionamento com colegas e professores [...]” (SM)

“... não sinto nenhuma diferença por parte dos colegas por ser bolsista do ProUni, me sinto igual aos outros, só que tenho o privilégio de ter essa ajuda educacional. Aqui na Medicina os alunos do ProUni são iguais aos outros. A única diferença são os boletos que a gente não tem [...]” (SM)

“[...] a nossa turma é muito boa, o pessoal da secretaria também é muito receptivo e o ambiente é muito bom [...]” (SM)

“[...] temos ótimos grupos de estudos [...]” (SM)

“[...] fui muito bem recepcionado por professores e colegas [...]” (SM)

Nota-se a inexistência de qualquer tipo de diferenciação, seja de parte de colegas, seja de professores, a estes bolsistas. Em suas falas os alunos relatam não observarem diferenças e se sentirem iguais, o que é muito significativo nesse contexto, até então designado a um outro perfil de acadêmico.

“[...] não vejo diferença nenhuma com relação aos outros colegas, não tem discriminação. Muita gente nem sabe quem é o aluno ProUni, nem os colegas nem os professores [...]” (SM)

“[...] acho que o aluno ProUni é igual a qualquer outro, não vejo nenhuma diferença, nenhum tipo de preconceito [...]” (SM)

“[...] não tenho nenhum problema com a turma, ela é ótima, me dou bem com todos. A minha única dificuldade é a financeira [...]” (SA)

Observam-se em todas as falas os sentimentos de aceitação, bom relacionamento, inclusão nos grupos de aula a que pertencem em todos os cursos entrevistados.

“[...] me relaciono bem com todos colegas e professores [...]” (SA)

“[...] não tem nenhuma diferença ser aluno do ProUni... eu falo para o pessoal que eu conheço para fazer o Enem e tentar porque, como eu, muita gente pensa que isso não existe, que é só propaganda, que é só política [...]” (SF)

“[...] participei de um debate na aula sobre cotas raciais e para mim foi bem difícil. Eu fiquei insegura para tomar uma decisão, porque os negros foram muito injustiçados no decorrer da história, só que isso não é respeitado com relação aos outros... Eu mesma entrei na ProUni porque sou descendente de índios, sou bugre [...]” (SF)

“[...] me dou bem com todos, professores e colegas. Quase não me encontro com os colegas fora da aula, porque sou do interior e vim morar aqui com uma tia e trabalho todo dia [...]” (SF)

“[...] fui muito bem recebida por todos os colegas [...]” (SF)

“[...] como sou meio quieto mesmo, agora é que me relaciono bem com professores e colegas, funcionários também [...]” (SG)

Fica evidenciado o adequado relacionamento com professores, aparecendo também certas condutas de integração dos professores com os alunos e os demais colegas; não aparecem sentimentos de revelar ser aluno bolsista.

“[...] eu até pensei que ia rolar algum preconceito, sabe, sei lá... pelo fato de eu ser muito diferente, sou do litoral, sou filho de pescador, sou assim meio largado mesmo [...]” (SG)

“[...] logo um professor me inventou um apelido, ele brincava comigo e toda a turma me chamava pelo apelido... Eu gostei e aí me enturmei mesmo, não tem um colega que eu possa dizer que não gosto [...]” (SG)

“[...] fiz muitas amizades aqui [...]” (SG)

“[...] acho legal ser aluno do ProUni, nunca senti nenhum preconceito por ser bolsista, ninguém nunca me falou nada. Nunca tive também vergonha de dizer que sou bolsista...” (SG)

8.3.3 O mérito e o esforço pessoal

A construção de uma sociedade baseada no mérito é etapa essencial para o desenvolvimento do país e que poderá convergir para a diminuição das diferenças sociais e de renda. Para atingir esse objetivo é necessário direcionar os esforços políticos e pessoais à criação de oportunidades para o aprimoramento da formação dos indivíduos. Dessa forma, políticas de ações sociais somadas serão capazes de mudar os destinos da atual sociedade. A Constituição brasileira apresenta entre seus princípios o direito à educação; o Estado, promovendo uma boa educação, proporciona à população um espaço de conquista para um futuro melhor.

Percebe-se nas falas que serão transcritas que os alunos da Medicina e da Agronomia, os cursos mais procurados, sentem-se merecedores dessa conquista pelo fato de terem investido muitos esforços em estudos para obter este espaço acadêmico e boas notas na prova do Enem, que é o primeiro critério para entrar no programa ProUni. Já alguns alunos dos cursos menos procurados (Geografia e Filosofia), por não terem obtido boas notas do Enem, não conseguem classificação para entrar nos cursos desejados, ou seja, nas primeiras opções das cinco que são registradas no momento da sua inscrição⁹, e são chamados para cursos que não eram o seu foco principal. Estes, então, expressam sentimentos de culpa por não serem tão dedicados ao curso e verbalizam a intenção de realizar outros cursos posteriormente. Também encontramos outros alunos muito satisfeitos nos cursos menos procurados, os quais, por seu mérito e esforço pessoal, estão frequentando o ensino superior.

O esforço político e da sociedade é importante, mas o esforço pessoal é essencial. A desigualdade social é o cerne da maioria dos problemas brasileiros, e uma das soluções para esse problema pode ser a criação de oportunidades, em especial, por meio da educação e pelo estabelecimento de uma verdadeira sociedade baseada no mérito, que possibilite aos indivíduos mudar a sua história e os seus destinos. Apreciam-se a seguir as proposições relatadas pelos entrevistados, que expressam sentimentos de terem conquistado esse oportunidade de bolsas de estudos pelos seus méritos pessoais, pelas boas notas obtidas nas provas, seja nos vestibulares anteriores, seja nas avaliações do Enem.

⁹ Ver modelo de ficha de inscrição no Anexo D.

“[...] é muito gratificante, eu me orgulho, pois antes de ganhar a bolsa eu passei no vestibular (ver modelo de ficha de inscrição no Anexo D,” (SM)

“[...] tirei 8,5 no Enem, no vestibular fiquei na classificação geral em 8º lugar e, no curso, em 6º lugar. Acho que mereço estar aqui [...]” (SM)

“[...] acertei 60 questões de 62 na prova do Enem. Acho que mereço estar aqui...” (SM)

“[...] consegui uma bolsa remanescente. Soube do programa na UPF por um professor, fui indicado pela nota do vestibular, tinha ficado em 6º lugar na classificação do curso de Agronomia [...]” (SA)

Esses alunos justificam a sua bolsa, referindo-se ao fato de terem obtido boas notas nos processos classificatórios, o que lhes permitiu o direito de usufruir dessa oportunidade, julgando-se merecedores de estarem frequentando os cursos mais concorridos e disputados (Medicina e Agronomia). Confirmando as bases teóricas que sustentaram esse estudo, os relatos acima evidenciam o artigo n. 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “todo homem tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito”.

Os relatos abaixo evidenciam claramente o seu investimento pessoal e muito estudo, mais que os de outros colegas; eles vão muito além, denotando esforço e disciplina, acompanhados de muita responsabilidade e abdicação de horas de sono e lazer nos finais de semana, evidenciando também muita garra e persistência.

“[...] me considero muito esforçada, e dá para dar conta direitinho. Sempre estudo após as aulas... As pessoas vêm se informar comigo sobre o ProUni...” (SM)

“[...] é só estudar que se consegue aprender... estudo todas as noites e nos finais de semana [...]” (SM)

“[...] fiz três anos de cursinho, todos os anos fazia o Enem... Minhas opções para o ProUni eram RJ, MG, Campinas, PR e RS e cá estou. Não conhecia Passo Fundo, nem sabia onde ficava [...]” (SM)

“[...] eu me esforço muito. No segundo ano do curso eu ganhei um prêmio na Semana Acadêmica, tirei o primeiro lugar pelo projeto apresentado...” (SM)

“[...] tinha feito o Enem em 2003 e fiquei com uma nota muito boa, aí usei esta nota [...]” (SA)

“[...] para ser bolsista ProUni tem muitos critérios de seleção, é uma forma de investir em gente. Acho que não tem nenhuma diferença em ser aluna do ProUni [...]” (SF)

“[...] lembro da primeira prova que eu tirei 6,0, fiquei apavorado. Depois nas outras fui melhorando, se você puxar hoje o meu boletim acadêmico eu tô bem pra caramba [...]” (SG)

“[...] como aluna do ProUni em certo ponto, eu me sinto bem e, em certo ponto, me sinto mal. Na verdade, eu deveria dar a minha bolsa para quem gostasse mais desse curso e se dedicasse mais, mas, de certo modo, eu conquistei a bolsa, é um direito que eu estou tendo, os impostos são para isso [...]” (SF)

Essa aluna relata outra forma de merecimento por ter conseguido a bolsa atribuindo a sua conquista como um direito de qualquer cidadão que paga seus impostos.

8.3.4 A questão financeira e a rotina acadêmica

Observa-se nos relatos abaixo que a rotina acadêmica dos alunos toma rumos diferentes de acordo com seus cursos. Todos os sujeitos evidenciam dificuldades financeiras e vão encontrando estratégias para dar conta das situações que vão surgindo; todos utilizam o transporte coletivo (ônibus) para ir à universidade, vão a pé ou pegam caronas com os colegas de aula. A maioria faz almoço em casa e usa intensamente os livros da biblioteca; alguns dividem apartamentos e outros moram com parentes. A maioria dos alunos da Medicina utiliza a bolsa auxílio para pagar o aluguel. Alguns alunos da Agronomia e da Geografia participam de grupos de pesquisa e fazem estágios voluntários para obter alguma renda e pagar as suas despesas, ao passo que todos os alunos da Filosofia e todos da Geografia trabalham durante o dia, pois seus cursos são noturnos. No curso de Medicina e no curso de

Agronomia nenhum aluno possui trabalho oficial paralelo. Vejam-se alguns recortes de falas que evidenciam essas questões:

“[...] está sendo uma experiência muito boa, meus pais jamais poderiam pagar este curso [...]” (SM)

“[...] a minha realidade acadêmica é esta: ando de ônibus e a pé, faço almoço em casa e com a bolsa pago aluguel. Ganhei três livros do meu padrinho e os meus jalecos é uma vizinha que faz para mim [...]” (SM)

“[...] a minha rotina acadêmica é boa. Vou ao campus de ônibus ou de carona com os colegas, com os \$ 300,00 que recebo da bolsa, que ajuda muito, pago aluguel da kitinete e com o resto vou me virando [...]” (SM)

“[...] vou a pé para a universidade e, quando tem aula no *campus* os colegas que têm carro dão carona. Com o dinheiro da bolsa compro jalecos, livros e pago xerox, usamos muito o xerox [...]” (SM)

“[...] moro perto do *campus*, vou a pé à faculdade e, quando chove, vou de ônibus. Pego todos os livros na biblioteca. Gasto 212,00 reais por mês com as despesas da casa. Moramos em quatro e, como bolsista da Fapergs, eu ganho 300,00. Ainda sobre uns trocos [...]” (SA)

“[...] é muito bom ser aluna do ProUni pela ajuda financeira. É muito bom poder vir para a faculdade. Eu tenho bolsa integral, é como se eu estivesse em uma escola pública, não custa nada [...]” (SF)

“[...] atualmente, sou secretária de um escritório de advocacia e meu salário é para pagar coisas básicas. Pago 120,00 para minha tia de aluguel e trago muitas coisas de casa quando vou no final de semana, tipo feijão, arroz, carne de porco, frutas e pinhão [...]” (SF)

“[...] procuro sempre voltar de carona para não gastar em passagens [...]” (SF)

“[...] esse semestre eu faltei muita aula por causa do trabalho. Eu preciso trabalhar para me manter. Só de transporte da minha cidade para cá eu gasto 200,00 por mês [...]” (SF)

“[...] como trabalho à tarde, com o dinheiro que ganho compro alguns materiais. Sou auxiliar técnico de uma loja de eletrônicos [...]” (SG)

“[...] acho que o ProUni beneficia quem não tem renda para pagar a faculdade. No começo achei que isto não ia funcionar, este tal de ProUni, que não ia dar certo, mas está dando [...]” (SG)

“[...] em todos estes anos aqui, estão acontecendo momentos muito significativos para mim, porque eu amadureci muito. Querendo ou não, eu estou me virando há quatro anos. Os meus pais não me ajudam com nenhum recurso. Eu saí de casa com a minha mala nas costas e me virei [...]” (SG)

“[...] fiz dois anos de estágio no laboratório da Geografia, fiz também estágio na Embrapa e pelo Propet fui monitor de um aluno especial. Com esses valores pago o aluguel, água e luz. No início fui garçom, trabalhei num mercado e numa marcenaria como auxiliar [...]” (SG)

Observa-se, portanto, que esses alunos vão aos poucos construindo redes de relações e de ajuda entre eles. As dificuldades nas questões financeiras aparecem em quase todos os sujeitos: nos cursos mais seletivos com realidades de alunos diferentes e nos outros cursos, onde se faz necessária a existência de um trabalho paralelo para dar conta de outras despesas geradas, como deslocamento das cidades vizinhas, materiais e alimentação.

8.3.5 A questão cultural e a mudança de região

Alguns fragmentos das falas que seguem evidenciam as percepções com relação a questões culturais. Entre os 14 sujeitos estudados, 11 são do Rio Grande do Sul e três são de outros estados (dois de São Paulo e um de Santa Catarina). Ainda, dos 14 sujeitos apenas cinco são de Passo Fundo. Estes alunos revelam sentimentos de desconhecimento da cidade, bem como o fato de não conhecerem ninguém, não possuírem nenhum vínculo aqui e se depararem com hábitos diferentes, como o uso do chimarrão, o hábito de comer feijão preto (“em São Paulo só se come o vermelho”) e o frio intenso (revelaram que não possuíam roupas tão pesadas), bem como palavras ou expressões com significados diferentes.

Ainda nesse contexto cultural, observou-se com certo destaque a questão de morar no campo e vir para a cidade (o rural e o urbano). Os cinco alunos oriundos do interior vêm de cidades muito pequenas ou da colônia (pequenas propriedades rurais) e são filhos de pequenos agricultores. Eles expressaram sentimentos de se acharem diferentes, mas em nenhum momento se referiram a essa situação como algo que os tivesse prejudicado; pelo contrário, estar na cidade, fazendo um curso superior, é algo que os edifica e engrandece; torna-se uma etapa diferente em suas trajetórias de vida, com características bem peculiares: ser um universitário, algo tão desejado e sonhado por estes alunos. Os relatos transcritos ilustram o exposto:

“[...] estranhei um pouco os costumes aqui, são muito diferentes, chimarrão, feijão preto e é muito frio mesmo [...]” (SM)

“[...] a chegada foi boa, tudo meio diferente, afinal é outro estado [...]” (SM)

“[...] vim bem do interior, era tudo muito estranho, tinha 16 anos, mal sabia o que eu estava fazendo aqui [...]” (SA)

“[...] a chegada à universidade foi muito diferente, não tinha nem ideia de como era, vim do interior [...]” (SF)

“[...] não tinha contato nenhum aqui, arrumei a mala e vim. Foi tudo no susto, na correria. Foi um monte de choque ao mesmo tempo, porque vim para um estudo diferente, com pessoas diferentes e a universidade é também muito diferente da escola [...]” (SG)

8.3.6 O curso desejado

Observou-se neste estudo que os sete alunos do curso de Medicina sempre almejavam esta profissão; cinco deles já haviam feito dois ou três anos de cursinho para o vestibular, os quais expressam nas entrevistas não terem dificuldades acadêmicas e verbalizam sentimentos de pertencer ao grupo desejado e muita dedicação aos estudos. O mesmo fato acontece com os dois alunos do curso de Agronomia, pois, filhos de pequenos agricultores, já tinham feito escolhas definitivas pelo curso, sem possuir dúvidas com relação à opção das suas profissões.

“[...] não tenho nenhuma dificuldade com a faculdade, sempre quis este curso [...]” (SM)

“[...] nunca tive problema com nenhuma disciplina, quando se faz o que se gosta fica mais fácil [...]” (SM)

“[...] estou achando tudo muito bom [...]” (SM)

“[...] a minha ideia inicial era biologia, era a mais próxima de mim, mais real. Sonhava com a faculdade de agronomia, mas “dessonhava” porque era impossível fazer este curso, não teria como pagar [...]” (SA)

Já no curso de Filosofia observou-se um certo descomprometimento por parte dos três sujeitos de forma mais intensa, quando expressaram o desejo de estarem em outros cursos (Administração, Jornalismo e Psicologia); dois deles não possuíam nenhum contato com esta área de estudos, chegando a verbalizar o desconhecimento dos estudos sobre filosofia antes de entrar na universidade. Também neste curso um aluno apresenta alto índice de faltas, estando na eminência de perder a bolsa, tendo sido reprovado em várias disciplinas em anos anteriores. Expressaram ainda o sentimento de se formar, mas não sair com uma profissão, percebendo-se o real desejo em todos de, após a conclusão do atual curso, poderem fazer o curso desejado.

“[...] sempre tive muita dificuldade nos estudos, não percebia esta interdisciplinariedade. Tenho colegas que falam mais, participam mais. Eu tenho colegas que desde o pré tiveram filosofia e gostam, eu não gosto muito [...]” (SF)

“[...] eu queria mesmo era jornalismo. Depois que terminar este curso, quero fazer cadeiras do jornalismo [...]” (SF)

“[...] eu nunca soube como era a dita filosofia, sempre quis administração, a minha primeira escolha era administração. Fiz o Enem e nem fiz o vestibular, entrei direto. Queria também contábeis ou educação física, mas caí neste [...]” (SF)

“[...] sempre tive muita dificuldade na disciplina de lógica [...]” (SF)

“[...] vou levar comigo uma bagagem cultural enorme, e o que me decepciona é de eu não conseguir levar isso como carreira profissional para mim. Mas isso é uma coisa minha, bem pessoal...”

Esse curso é um complemento, eu sou nova, eu tenho muito o que estudar, que aprender. Vou muito além, quero fazer psicologia, pensei várias vezes em desistir da filosofia [...]” (SF)

Um dos alunos do curso de Geografia evidencia o gosto e o desejo prévio de cursá-lo desde o ensino médio, mostando-se feliz e satisfeito. Já o outro expressa o sentimento de o estar cursando porque é de graça, pois sempre gostou de matemática. Estava fazendo Engenharia Elétrica quando foi chamado pelo programa para o curso de Geografia com bolsa integral. Como foi contemplado, refere estar cursando-o por não pagar nada; relata ainda ter pensado várias vezes em desistir, mas seus familiares não deixaram. Pretende apenas usá-lo como critério de escolaridade para fazer concursos públicos mais tarde e revela a vontade de fazer outro curso após a conclusão deste. Atualmente, trabalha como técnico em um loja de eletrônica. Percebem-se nesta situação os vieses que também o programa propicia, alterando os rumos de profissões e de vida dos sujeitos.

“[...] sempre gostei de matemática e não gostava de geografia, bem onde vim parar... Nas opções da inscrição do ProUni coloquei em 1º lugar Engenharia Elétrica, em 2º Computação, em 3º Administração e em 4º Geografia, e fui chamado para Geografia [...]” (SG)

“[...] eu estava fazendo Engenharia Elétrica, estava pagando há dois meses. De repente fui chamado com bolsa integral para a Geografia [...]” (SG)

“[...] tinha dificuldades quanto ao tipo de conteúdos, a parte mais filosófica. No começo do curso eu achei bastante complicado... Eu estudo para não pegar exame e para conseguir manter a bolsa. Quando me formar, pretendo fazer outra graduação, ou tentar um concurso público. Quero fazer um curso na área da informática [...]” (SG)

“[...] pensei em desistir várias vezes, mas a minha família não me deixou parar [...]” (SG)

“[...] sempre gostei de Geografia, das discussões políticas, das questões dos países... No ProUni as quatro opções foram Geografia e a quinta foi Letras... Quero fazer mestrado em Geografia, trabalhar como professor de Geografia e voltar para o meu estado [...]” (SG)

O processo de escolha do curso superior, na sua aparência imediata, pode ser definido pelos próprios indivíduos em função de seus valores, experiências de vida e interesses particulares. A escolha do curso superior, da profissão, também está associada a questões sociais e econômicas, levando o aluno a fazer outras opções, contrárias às preferências, ao gosto e à vocação individual.

Um indivíduo que busca conseguir um diploma de nível superior visando apenas obter um novo enquadramento dentro do mundo do trabalho e que, às vezes, escolhe o curso de acesso mais fácil, menos oneroso e menos exigente academicamente, guia-se também por um conjunto particular de representações sobre o sistema de ensino, o mercado de trabalho, sua capacidade intelectual e sua futura trajetória profissional.

Pode-se dizer que a política educacional do ProUni alterou o perfil dos estudantes nas universidades particulares de certa forma (com maior referência às questões econômicas, como sugerem as normas do programa: “oportunizar o ingresso de estudantes de baixa renda ao ensino superior”), pois os indivíduos parecem se distribuir aleatoriamente entre os diversos cursos, em função de suas preferências, esforços, méritos, comprometimento com os estudos ou interesses, observando-se mudanças de trajetórias propiciadas pelo programa. Nessa distribuição existe um importante processo de autoseleção, juntamente com a seleção pelo mérito na escolha do curso. Observou-se também que nem todos os indivíduos se candidatam aos cursos mais procurados, de maior prestígio, e que nem todos aqueles que possuem características desfavoráveis desistem de se candidatar aos cursos mais concorridos. Percebem-se diferenças ou variações de comportamento entre esses sujeitos com perfil socioeconômico semelhante: sujeitos de baixa renda.

Dessa forma, dos 14 sujeitos que compreendem o estudo, a maioria (dez sujeitos) revela sentimentos de satisfação e adequação com seus cursos e quatro expressam sentimentos e percepções parciais de satisfação, mas referem ter tido algum ganho com o programa. Tais sentimentos promovem uma ponte entre o que se conhece e o que se quer, o que se executa; personalizam o conhecer, revestem o conhecimento com uma roupagem pessoal e facilitam o querer (a execução), porque é a base dos processos motivacionais. É no âmbito afetivo que o personalismo se impõe como condição eficaz de aprendizado e assimilação de atitudes (gostar ou não gostar). Os sentimentos e os afetos modulam o conhecimento, como um prisma que focaliza, destaca ou, mesmo, deforma os conceitos e ideais planejados.

8.4 CATEGORIA III: APROVEITAMENTO ACADÊMICO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Os componentes básicos desta categoria abrangem as facilidades e dificuldades encontradas no aproveitamento acadêmico, o exercício de outras atividades concomitantes aos estudos, o significado da bolsa do ProUni, as comparações feitas entre alunos bolsistas e não bolsistas, as suas percepções sobre o programa e as perspectivas profissionais futuras.

8.4.1 O aproveitamento acadêmico

Observou-se nesta categoria que a maioria dos alunos da amostra está muito motivada e comprometida com a sua formação e que alguns se encontram parcialmente comprometidos, motivados e satisfeitos com seus cursos. Uma análise dos fatores motivacionais é uma alternativa para entendermos o aproveitamento acadêmico desse grupo de universitários. De acordo com Bergamini (1997), a motivação pode ser entendida como uma variedade de processos psicológicos que levam a uma escolha, instigam, fazem iniciar um comportamento direcionado a um objetivo e garantem a permanência no mesmo. A motivação intrínseca tem um efeito nos alunos quanto à própria capacidade para realizar as atividades acadêmicas (autoeficácia e autoconceito) e também nas razões desses para se engajarem em atividades acadêmicas (autocontrole, níveis de interesse, valores e metas de realização).

Observa-se na amostra que todos os alunos do curso de Medicina estão tendo um excelente desempenho acadêmico, gostam do seu curso, estão aproveitando-o bastante, obtêm boas notas, não encontram dificuldades e estudam muito. Constata-se ainda que eram o curso e a profissão que queriam, tanto que nenhum verbalizou qualquer sentimento de insatisfação, vontade de trocar de curso ou parar a faculdade. Fazem muitos estágios voluntários e se sentem preparados para o mercado de trabalho; desejam continuar estudando para completar a sua formação como médicos e revelam que sairão da universidade com uma profissão. Vejam-se recortes das suas falas:

“[...] estou aproveitando bastante o curso [...]” (SM)

“[...] estou aproveitando bastante. Depois que a gente entra aqui eu acho que consegue qualquer coisa [...]” (SM)

“[...] o meu desempenho é bom, tiro boas notas. Eu estudo de madrugada, da meia noite às 4 da manhã... Eu chego de tarde tomo banho e durmo. Depois eu estudo e durmo de novo... já fiz seis estágios voluntários...” (SM)

“[...] não tenho nenhuma dificuldade, estou bem em todas as áreas. Tem algumas que a gente gosta mais e tem mais facilidades, outras nem tanto [...]” (SM)

“[...] está ótimo, já fiz cinco estágios voluntários: na emergência, na gastrologia, na cirurgia ambulatorial, na pneumologia e agora estou fazendo na cardiologia [...]” (SM)

“[...] estou gostando e aproveitando muito a minha vida acadêmica; apesar de ser puxado, eu estou achando bom [...]” (SM)

“[...] acho que hoje, pelo conhecimento que eu tenho até agora, eu já conseguiria atender um paciente sozinho...” (SM)

“[...] meu aproveitamento é normal, igual aos outros, só que tem que ter muito mais responsabilidade de estudar mais, até porque você não pode tirar nota baixa, não pode faltar [...]” (SM)

“[...] estou adorando, é o que eu realmente queria [...]” (SM)

“[...] não esperava que fosse tão puxado, mas estou levando bem [...]” (SM)

“[...] já fiz quatro estágios voluntários [...]” (SM)

“[...] nunca tive dificuldade de compreensão dos conteúdos. O que a gente não consegue pegar nas aulas a gente tem que correr atrás, buscar nos livros [...]” (SM)

“[...] já fiz três estágios voluntários... Tanto a experiência universitária como o aproveitamento das aulas estão sendo ótimos [...]” (SM)

Os alunos do curso de Agronomia expressam os mesmos sentimentos positivos com relação ao aproveitamento acadêmico, estão obtendo boas notas e nunca pensaram em parar; ainda referem que o compromisso com a bolsa é grande e que não podem reprovar nem faltar. Vejamos os relatos a seguir:

“[...] me sinto preparado para o mercado de trabalho [...]” (SA)

“[...] quero aproveitar o máximo essa oportunidade... nunca pensei em desistir [...]” (SA)

“[...] passei em Fisiologia sem exame. Para mim foi o máximo, pois é uma matéria que 60% da turma reprova [...]” (SA)

“[...] já fiz três estágios voluntários, está sendo muito bom [...]” (SA)

“[...] estou muito bem, nunca pensei em desistir [...]” (SA)

Já os alunos do curso de Filosofia referem dificuldades em algumas disciplinas e na leitura de textos acadêmicos. Revelam que os estágios estão sendo um grande desafio e verbalizam dúvidas quanto à futura profissão: ser professor de filosofia.

“[...] no início eu sentia muita dificuldade na leitura de textos, eu lia e não entendia, aí vinha para a aula e os professores me ajudavam [...]” (SF)

“[...] estou fazendo estágio do curso e está sendo muito desafiador, porque muitas vezes eu me peguei me questionando se realmente ser professora era o que eu queria para mim, e já cheguei a me dizer: não isto não é para mim. Mas as crianças me deixam feliz. Mas eu também sei que eu não estou no ponto ainda, tenho muita coisa para melhorar, acho que vou ter muitas dificuldades ainda [...]” (SF)

“[...] no início eu não me sentia preparada, mas agora to encarando, tenho muito medo de apresentar a monografia [...]” (SF)

“[...] tive muita dificuldade na disciplina de Lógica [...]” (SF)

Todos revelam já terem tido vontade de parar, de desistir do curso; parecem não estar muito motivados e comprometidos com a sua formação; revelam certo sentimento de não saírem com uma boa profissão (as bolsas do ProUni são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no Enem, ou seja, quem tiver melhor resultado terá mais chance de escolher o curso e a instituição em que estudará):

“[...] já fiz um estágio voluntário dando aulas de filosofia em uma escola... É muito difícil, os alunos pensam que filosofia é religião [...]” (SF)

“[...] penso em ser professora de filosofia e às vezes não quero ser professora. Acho que não é uma boa profissão [...]” (SF)

“[...] já pensei em desistir várias vezes, mas agora vou até o final [...]” (SF)

“[...] sempre tive bastante dificuldade, não percebia essa interdisciplinaridade... ou outros colegas falam mais e participam mais. Eu tenho colegas que desde o pré tiveram filosofia, eles têm mais facilidade de falar [...]” (SF)

Um dos bolsistas do curso de Geografia revela motivação, prazer, adaptação e comprometimento com os estudos universitários, pois era o curso desejado; pensa em ser professor de geografia e continuar seus estudos nessa área; revela não possuir maiores dificuldades e que nunca pensou em desistir. Já o outro bolsista revela que teve vontade de trancar o curso, porém a família não o deixou por ter bolsa integral; veio transferido do curso de Engenharia quando foi contemplado com a bolsa.

“[...] nunca pensei em desistir [...]” (SG)

“[...] pensei em desistir da Geografia quando fui chamado para a bolsa integral. Não era o curso que eu queria, mas a minha família não me deixou parar [...]” (SG)

“[...] sou muito dedicado, porque ralei muito para chegar até aqui [...]” (SG)

Dentro dessa categoria percebe-se que alguns alunos se sentem motivados com seu curso, mas outros evidenciam uma certa desmotivação e insatisfação. O programa parece, em alguns casos, contribuir com os sonhos profissionais almejados, mas, em outros, torna-se um viés na vida desses sujeitos, pois altera muito a sua trajetória, pois almejavam outro curso. Sabe-se que a motivação é um movimento que leva a ações reais e concretas e é um fator decisivo para a realização de projetos pessoais. Para Bergamini (1997, p. 82), “a motivação é uma força que se encontra no interior de cada pessoa e que pode estar ligada a um desejo, uma

pessoa não consegue jamais motivar alguém, o que ela pode fazer é estimular outra pessoa. A probabilidade que uma pessoa siga uma orientação de ação desejável está diretamente ligada a força de um desejo”.

Observaram-se nos alunos da Medicina, da Agronomia e num da Geografia expressões de realização pessoal e um sentimento de autoestima elevado, o que parece facilitar as suas performances, podendo associá-las a bons resultados cognitivos, como revelaram nas entrevistas, ou seja, parecem motivados com o curso, a aprendizagem e a futura profissão.

Bergamini (1997) entende a motivação como um impulso que vem de dentro e que tem, portanto, suas fontes de energia no interior de cada um. Tais fontes internas ou intrínsecas deixam sempre subjacente a crença de que nada se pode fazer para conseguir motivar o outro, a não ser que a própria pessoa esteja predisposta para tanto. Entendem-se, ao mesmo tempo, a direção e a amplitude das condutas, os comportamentos que são escolhidos pelos sujeitos e o seu vigor e intensidade nas conquistas profissionais e pessoais.

Quanto aos alunos da Filosofia e um da Geografia que parecem não estar tão motivados nos seus cursos, verbalizam maiores dificuldades e um desempenho menor no engajamento cognitivo das tarefas. Eles parecem apresentar padrões motivacionais menos adaptados, o que pode gerar impactos nos comportamentos de desempenho ao revelarem não ser o curso desejado, terem dificuldades em algumas disciplinas e estágios, faltas e reprovações, além do desejo de algumas vezes desistir do curso e realizar outros cursos após a conclusão dos atuais.

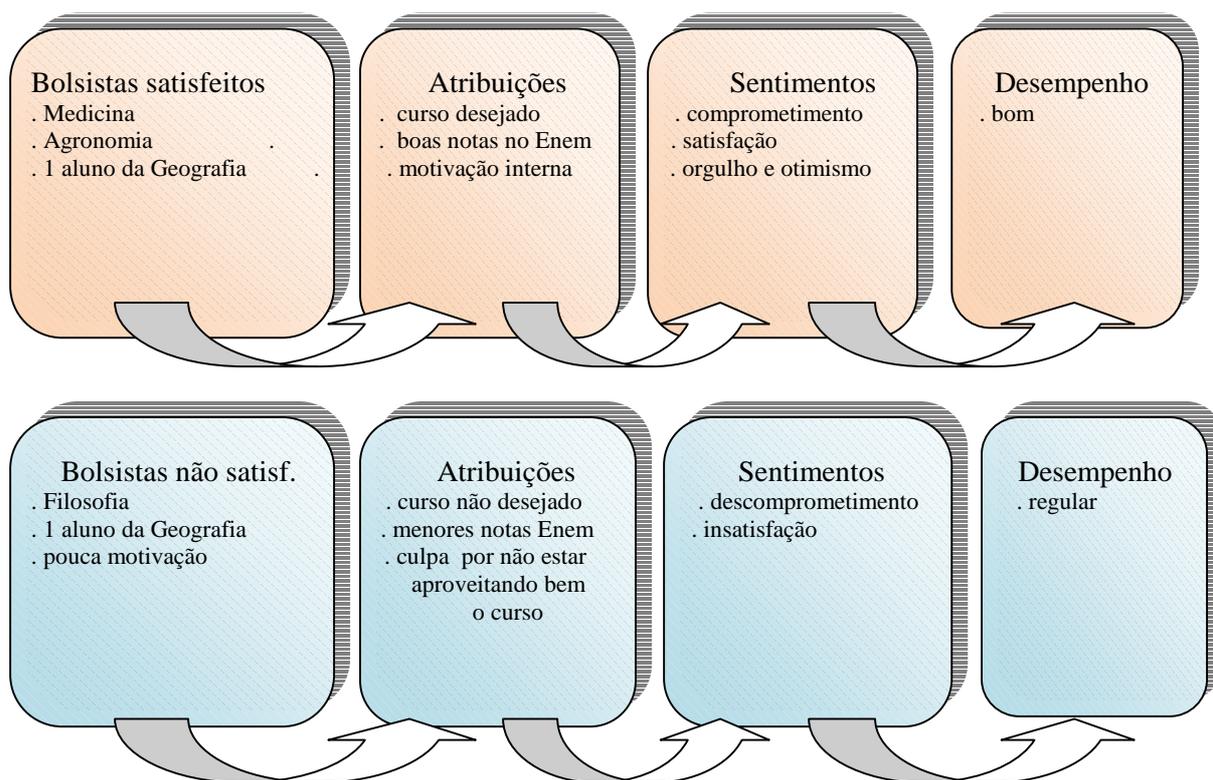


Figura 21: Entrevistas realizadas com os alunos bolsistas do ProUni

A Figura 21 pode contribuir de forma sintética para a percepção dos aspectos que são relevantes com relação ao aproveitamento acadêmico, principal tópico desta categoria.

8.4.2 Atividades profissionais concomitantes

Os alunos que trabalham e estudam ao mesmo tempo enfrentam um duplo desafio: a necessidade de cumprir as atividades profissionais e, simultaneamente, estudar e obter rendimento. Esse processo exige motivação e garra para ser levado adiante. Ter de trabalhar e estudar ao mesmo tempo pode ser muito cansativo, ainda mais para alunos que diariamente precisam se deslocar de suas cidades para outra. A responsabilidade aumenta, assim como a cobrança e a pressão, mas, por outro lado, existe esta necessidade. Observou-se que alguns alunos que trabalham e estudam de alguma forma acabam aprendendo a administrar melhor o seu tempo e desenvolvem o seu próprio sistema pessoal de realização de tarefas e compromissos.

“[...] só posso estudar no final de semana, durante a semana trabalho muito [...]” (SF)

“[...] esse semestre eu faltei muita aula por causa do trabalho [...]” (SF)

“[...] trabalhar e estudar não é fácil. Antes eu só trabalhava, agora está sendo complicado [...]” (SF)

“[...] como meu curso é só à noite, e eu trabalho só de tarde, dá para estudar de manhã, fica bom [...]” (SG)

“[...] sempre fiz meus bicos, desde que cheguei aqui, e agora tenho sempre os estágios remunerados, que me ajudam muito financeiramente. Vivo com esse dinheirinho [...]” (SG)

8.4.3 O significado da bolsa

Atribuir significados pessoais ao fato de ser bolsista do ProUni é algo bem pessoal e singular. Muitas expressões de gratificação, de prazer, de satisfação foram verbalizadas. Alguns referem que jamais poderiam frequentar uma universidade se não fosse o programa; outros dizem ter sido a melhor coisa que aconteceu na sua vida e outros, ainda, referem a questão financeira. Um aluno relata um certo sentimento de culpa quando diz que às vezes se sente mal por não estar aproveitando tanto o curso, a bolsa, por não estar se dedicando tanto, mas, por outro lado, compensa esse sentimento dizendo ser um direito seu, que foi adquirido. Esses sentimentos, muitas vezes não especificados, têm uma riqueza de significados por combinarem uma variedade de elementos de um fenômeno muito complexo. As falas abaixo o ilustram:

“[...] está sendo uma experiência muito gratificante [...]” (SM)

“[...] jamais estaria fazendo Medicina se não fosse a bolsa [...]” (SM)

“[...] ser aluno do ProUni é excelente, a melhor coisa que poderia ter me acontecido [...]” (SM)

“[...] ser aluno do ProUni é bom demais, eu não teria como pagar nunca esta faculdade [...]” (SA)

“[...] como aluna do ProUNi, em certo ponto, eu me sinto bem e, em certo ponto, me sinto mal. Na verdade, eu deveria dar a minha bolsa para quem gostasse mais e se dedicasse mais, mas, de certo modo, eu conquistei essa bolsa, é um direito que eu estou tendo [...]” (SF)

8.4.4 Comparações entre alunos bolsistas e não

Opiniões contrárias inicialmente a essa política de inclusão diziam que o programa poderia baixar o nível do ensino superior. Na pesquisa, essas perspectivas não foram constatadas; pelo contrário, a maioria dos alunos bolsistas revela acompanhar muito bem os estudos acadêmicos e, em alguns casos, atingir performances melhores que os não bolsistas. O programa ainda revela ser o grande marco de entrada na universidade para muitos alunos que não teriam acesso ao ensino superior. Nesta pesquisa constataram-se expressões ditas pelos alunos, tais como: “somos do mesmo nível dos outros”, “estamos entre os melhores da turma”, “somos todos batalhadores”, “não somos inferiores intelectualmente só não tínhamos dinheiro para entrar na universidade”, “somos alunos como os outros”, “temos vontade de aprender como os outros”, “somos inteligentes como os outros”, “somos superiores ao restante da turma”. Tais depoimentos confirmam o artigo 1 da DUDH (Anexo K): Artigo 1 “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade de direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

A maioria dos bolsistas do ProUni mostra desempenho igual ou superior ao de seus colegas não bolsistas, com poucas verbalizações referentes a desmotivação e descomprometimento. Os seguintes trechos das entrevistas revelam essa realidade:

“[...] olha, acredito que as pessoas que eu considero melhores da minha turma não estudaram em escolas particulares. Nós do ProUni talvez a gente não seja os melhores, mas a gente está no mesmo nível da maioria[...]” (SM)

“[...] com base em mim e nos meus colegas do ProUni, acho que são todos batalhadores, sempre estão buscando, geralmente estão entre as melhores notas. O que tenho percebido é que o pessoal tem dado muito valor a esta conquista [...]” (SM)

“[...] acho que o aluno ProUni não é um aluno inferior na questão intelectual. É só uma questão de não se incluir na parte financeira, que era a única coisa que limitava [...]” (SM)

“[...] olha, eu acho que eu sou uma aluna como as outras, mas com poucas condições financeiras, porque o resto, tipo a vontade de aprender, é tudo igual. Nós somos pessoas inteligentes como as outras [...]” (SM)

“[...] na minha turma os alunos do ProUni se empenham mais, são bem superiores ao restante da turma [...]” (SA)

“[...] a gente é igual, tudo é igual [...]” (SA)

“[...] como não podemos reprovar, estudamos muito. As médias são altas, os melhores alunos aqui são os bolsistas [...]” (SA)

“[...] não tem nenhuma diferença ser aluno do ProUni, é uma forma de investir em gente [...]” (SF)

“[...] não apresento nenhuma dificuldade nas disciplinas [...]” (SF)

“[...] acho que todos os alunos são iguais, não tem nenhuma diferença em ser bolsista; uns vão melhor, outros vão pior, como os demais [...]” (SG)

“[...] os alunos do ProUni são muito dedicados, porque ralaram muito para chegar até aqui, merecem [...]” (SG)

“[...] alguns colegas meus do ProUni não tinham comprometimento com o que estavam fazendo, com o que ganharam [...]” (SF)

8.4.5 Percepções sobre o programa

O programa parece ser resultado de muitos investimentos anteriores para garantir a ampliação de vagas no ensino superior, considerando o baixo percentual hoje de jovens matriculados em cursos superiores. Observou-se na pesquisa que alguns jovens teriam muitas dificuldades de ingressarem na universidade senão através do ProUni. O recorte social que o programa garante inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga na universidade pública (alto número de concorrentes e localização nas capitais), muito menos às mensalidades praticadas nas instituições privadas.

O primeiro grupo de formandos que estudaram com bolsas do ProUni concluiu o curso no final de 2008. O programa foi criado em 2004 e começou a operar em 2005. O Ministério da Educação estima que cerca de 56 mil bolsistas do ProUni já concluíram a faculdade. Dados da Secretaria de Educação Superior do MEC indicam que, do ingresso dos primeiros bolsistas em 2005 ao primeiro semestre de 2009, o ProUni beneficiou 541.085 estudantes. Atualmente, 384.882 alunos cursam uma graduação com bolsas integrais ou parciais. (BRASIL).

Observou-se pelas opiniões dos alunos a necessidade de ajustes no programa, como a unificação do auxílio financeiro a todos os bolsistas, acesso a um maior volume de informações nas universidades e aos cursos que não eram os desejados, o direito à educação superior e um processo de apoio aos estudantes durante a realização dos cursos.

“[...] tenho aproveitado bastante o curso. Acho o ProUni um bom projeto [...]” (SM)

“[...] eu acho que tem que continuar sempre esse projeto do ProUni... Eu vou me formar e ter uma boa profissão [...]”

“[...] eu acho que a bolsa deveria ser estendida a outros cursos também [...]” (SM)

“[...] penso que o programa é excelente. Apenas a minha sugestão seria de dar a todos os alunos do ProUni a bolsa permanente de R\$ 300,00 [...]” (SM)

“[...] acho que o programa é restrito a poucas pessoas e há mais pessoas dentro da faculdade que também teoricamente precisariam de ajuda [...]” (SM)

“[...] no começo tive muitas dificuldades de conseguir informações sobre a bolsa, a secretaria deveria ter mais informações sobre o programa [...]” (SF)

“[...] o ProUni possibilita o acesso à universidade para pessoas que não poderiam estar aqui, só que, ao mesmo tempo, ele delimita a escolha do curso [...]” (SF)

“[...] quanto ao ProUni, a gente ganha o que a gente não gosta de estudar. Eu tive que aprender a gostar. Acho que deveria ser feita alguma entrevista para ver se a pessoa quer isso mesmo, porque muita gente gostaria de estar no meu lugar [...]” (SF)

“[...] O ProUni, é um programa assistencialista que revolucionou muito, sem ele eu não entraria na faculdade... A única coisa que impede uma pessoa de vir para a universidade é o dinheiro [...]” (SF)

“[...] eu penso que o ProUni, na verdade, é assim: nós pagamos os impostos, a gente contribui. Essa é uma das maneiras visíveis que dá para ver onde está indo nosso dinheiro; é uma troca né. Então, acho que não é mais que a obrigação do governo, um direito nosso [...]” (SF)

“[...] eu daria como sugestão que a universidade desse mais apoio para o aluno que vem de longe. Nunca me procuraram para perguntar como é que você está? está morando onde? está comendo o quê? Acho que falta um pouco de atenção para quem é do ProUni [...]” (SG)

Entre as principais teorias usadas nesse estudo destaca-se o conceito de justiça proposto por Aristóteles, que diz que a justiça é o principal fundamento da ordem do mundo. Algumas falas acima revelam esse conceito. Segundo Aristóteles (p. 111, 2003) “A justiça é aquela disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, que as faz agir justamente e a desejar o que é justo”.

8.4.6 Perspectivas profissionais futuras

No contexto da modernidade contemporânea existem discussões sobre até que ponto os acontecimentos são escolhas dos indivíduos e até que ponto as estruturas moldam suas vidas. De qualquer maneira, pode-se dizer que os estilos e os projetos são formados numa situação de dupla influência: por um lado, as condições sociais e estruturais contribuem para a formação de diferenças e semelhanças entre jovens estudantes; por outro, as escolhas individuais trazem variações aos estilos e projetos, o que significa que os jovens têm de escolher entre as diferentes alternativas disponíveis. Para definir o conceito de projeto de futuro pode-se dizer, de maneira geral, que esses vão indicar qual seria, possivelmente, o caminho de futuro desses jovens segundo a sua percepção. Ser estudante é uma condição especial que pressupõe o preparo gradativo e dosado a uma atividade profissional futura, o que equivale dizer, a um modo definido de participar da sociedade do seu tempo.

Com relação aos alunos pesquisados do curso de Medicina, observa-se que todos já possuem uma área profissional delineada, demarcada e com objetivos claros de continuidade dos estudos e de especialidade profissional, o que parece fazer parte da cultura deste curso. Os alunos da Agronomia também evidenciam planos de futuro para a área profissional, bem como o desejo e motivação de continuar estudando e de realizar uma pós-graduação (mestrado ou doutorado); o mesmo foi evidenciado por um aluno do curso de Geografia. Os alunos da Filosofia verbalizaram algumas dúvidas sobre o que fazer após a conclusão do curso; um fala da possibilidade de ser professor de filosofia; outros expressam o desejo de realizar outros cursos para adquirir uma “profissão”. Contudo, todos apontam a importância de ter feito um curso superior, pois adquiriram uma boa bagagem cultural. Seguem-se as falas dos alunos.

“[...] eu quero fazer clínica, eu gosto bastante de clínica, eu gosto também de cardiologia. Vou tentar fazer isso porque é uma coisa boa e sempre vai ter serviço [...]” (SM)

“[...] na medicina ainda tem bastante oportunidade emprego, mas naquelas cidades que são menores... Futuramente eu pretendo voltar para a minha cidade, trabalhar lá, porque eu gosto de lá e estão precisando de médicos. Não é como aqui, que não tem fundamento ficar, já está saturado [...]” (SM)

“[...] pretendo após fazer cirurgia, que são dois anos de residência e, após, quero plástica, que são mais quatro anos... vou longe [...]” (SM)

“[...] eu pretendo fazer clínica médica e, depois, saúde pública [...]” (SM)

“[...] eu acho que tem que retribuir de alguma forma depois de formado. É o que eu pretendo fazer, trabalhar voluntariamente por um tempo [...]” (SM)

“[...] a minha expectativa é passar num bom lugar de residência e depois se especializar mais e, após, fazer uma especialização fora quem sabe [...]” (SM)

“[...] quero fazer cirurgia do trauma e vou tentar a prova de residência em todos os lugares do país: Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre [...]” (SM)

“[...] quero fazer a minha residência, depois mestrado e doutorado [...]” (SM)

“[...] não tenho nenhuma dificuldade nas disciplinas e quero fazer neurologia. Corro atrás, pego os livros, é a matéria que tenho mais facilidade [...]” (SM)

“[...] quero fazer oncologia ou talvez neurologia, é por uma dessas duas áreas que eu vou [...]” (SM)

“[...] quero fazer anestesia, mas antes tenho que estudar muito para passar na prova de residência [...]” (SM)

Observa-se nesses alunos o planejamento das suas atividades de forma bem definida, com objetivos claros e concretos para seus destinos profissionais.

“[...] já surgiu a oportunidade de fazer meu mestrado, mas preciso antes conseguir um emprego... Pretendo também ajudar o meu irmão a se formar, ele também quer fazer agronomia [...]” (SA)

“[...] quero conhecer o Mato Grosso, sonho com isso depois de formada... Quero também seguir a área de solos [...]” (SA)

“[...] eu não sei como prosseguir quando sair daqui. Eu imagino que o estágio é que vai abrir as portas para a gente poder trabalhar depois [...]” (SF)

“[...] eu pretendo dar aulas de filosofia... fazer algum concurso [...]” (SF)

“[...] quero fazer um pós e cadeiras do jornalismo, que era o curso que eu queria [...]” (SF)

“[...] quero voltar para a minha cidade e quero prestar o primeiro concurso que tiver. Lá a vida é mais tranquila [...]” (SF)

“[...] este curso está servindo para me alavancar para outras coisas [...]” (SF)

“[...] vou levar comigo uma bagagem cultural enorme, e o que me decepciona é de eu não conseguir levar isso como uma carreira profissional para mim. Mas isso é uma coisa minha, bem pessoal [...]” (SF)

A expressão evidenciada acima revela sentimentos de que, apesar de ter feito um curso superior, este não serviu para um processo de profissionalização, para obter um trabalho.

“[...] esse curso para mim é apenas um complemento. Eu sou nova, eu tenho muito o que estudar, que aprender ainda. Vou muito além, quero fazer psicologia, pensei várias vezes em desistir da Filosofia [...]” (SF)

“[...] quando me formar, pretendo fazer outra graduação, ou tentar um concurso público. Quero fazer um curso na área de informática, acho que tem mais campo de trabalho [...]” (SG)

“[...] quero continuar estudando, quero fazer o mestrado aqui ou voltar para o meu estado e tentar lá. Quero começar a trabalhar como professor de geografia e continuar a estudar [...]” (SG)

Outros conceitos sobre perspectivas futuras são trazidos por Zygmunt Bauman (2001), que chama esta era de “modernidade líquida”, em que o destino dos indivíduos não é predeterminado; ao contrário, é autodeterminado. Os indivíduos encontram-se sob condições sociais que mudam constantemente. Eles, ou nós, não são mais predestinados a identidades dadas; ao contrário, têm de elaborar projetos e identidades. O problema não é mais “como chegar lá”. Hoje, os jovens têm de indagar sobre aonde ir. O autor alega que na modernidade líquida não há mais espaço para projetos de médio ou longo prazo, não há futuro. Para os jovens, o futuro representa uma paisagem insólita, desregulada, imprevisível; eles não podem mais fazer planos de construção de uma carreira profissional. As inseguranças escorrem para relações de amor e amizade também. Bauman (2001) p. 150 diz que

a autoconfiança moderna deu um brilho inteiramente novo à eterna curiosidade humana sobre o futuro. As utopias modernas nunca foram meras profecias, e menos ainda sonhos inúteis: abertamente ou de modo encoberto, eram tanto declarações de intenções quanto expressões de fé em que o que se desejava podia e devia ser realizado. O futuro era visto como os demais produtos nessa sociedade de produtores: alguma coisa a ser pensada, projetada e acompanhada em seu processo de produção. O futuro era a criação do trabalho, e o trabalho era a fonte de toda criação.

8.5 GRUPO DE ALUNOS NÃO BOLSISTAS: CONTRAPONTO

Ainda dentro dos resultados da pesquisa de campo, foi realizada uma escuta dos alunos não bolsistas (dois do curso de Medicina e dois de Filosofia) para poder verificar quais eram seus sentimentos e percepções sobre os colegas bolsistas do ProUni, como uma forma de se obter um contraponto e fazer uma análise final mais consistente entre os dois grupos de estudantes universitários. Dessa forma, localizaram-se as listas de chamadas dos alunos do curso mais procurado no vestibular de verão de 2005 (Medicina) e do curso menos procurado neste mesmo ano (Filosofia) junto às secretarias das unidades de ensino da UPF. Após as devidas explicações e autorizações, as listas foram fornecidas, delas sendo retirados os alunos bolsistas e realizando-se um sorteio aleatório de dois sujeitos não bolsistas (ProUni) de cada curso. Os métodos científicos de autorizações (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), entrevistas, transcrições e análises foram os mesmos adotados para o outro grupo; somente alguns itens do roteiro de entrevistas foram alterados, adaptando-os para este outro grupo. (Anexo J).

Dessa forma, foram entrevistados quatro alunos não bolsistas, assim distribuídos: dois do curso de Medicina e dois do curso de Filosofia. Dos entrevistados dois eram homens e dois mulheres, com idades variando de 22 a 29 anos; todos pagam mensalmente a universidade, estão em situação de ativos e são solteiros. Ainda, estes alunos da Medicina não trabalham, nem nunca trabalharam, e dos da Filosofia, um já trabalhou e o outro não, mas atualmente estes dois são bolsistas de grupos de pesquisas na universidade. Foram usados códigos para os alunos não bolsistas para facilitar a sua identificação. Outros dados do perfil dos alunos constam na Figura 22.

Não bolsistas do curso de Medicina

Código sujeito	* SMÑB 1	SMÑB 2
Estado	AM	RS
Idade	22	23
Sexo	F	M
Estado Civil	S	S
Escolaridade Pai	MESTRADO	ENSINO MÉDIO
Escolaridade Mãe	DOUTORADO	SUPERIOR
Nº irmãos	NENHUM	01
Trabalho paralelo	NÃO	NÃO

*SMÑB 1: Sujeito Medicina não bolsista

Não bolsistas do curso de Filosofia

Código sujeito	* SFÑB 1	SFÑB 2
Estado	RS	RS
Idade	29	22
Sexo	M	F
Estado Civil	S	S
Escolaridade Pai	8ª SÉRIE	ENSINO MÉDIO
Escolaridade Mãe	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR INCOMPLETO
Nº irmãos	02	03
Trabalho paralelo	Bolsista PIBIC	Bolsista PIBIC e UPF

*SFÑB 1: Sujeito da Filosofia não bolsista

Figura 22: Sujeitos não bolsistas entrevistados

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2008 nas unidades de ensino da própria universidade. Todos concordaram que as falas fossem gravadas, tendo sido explicado que não seriam identificados, e assinaram o Termo de Livre Consentimento (Anexo J). Os dados foram tratados da mesma forma que o grupo de bolsistas e as mesmas categorias de sustentação serviram para as análises deste segundo grupo de sujeitos da pesquisa.

8.5.1 Categoria I: Trajetória dos alunos não bolsistas até a universidade

Quanto às redes familiares, constatou-se neste grupo também um grande incentivo dos pais aos estudos desde a infância. Os pais dos alunos da Medicina apresentam um nível educacional maior que os da Filosofia, sugerindo também possuírem boas condições socioeconômicas. Dos quatro alunos deste grupo, três revelaram possuir um bom capital cultural desde a infância, participando de grupos de danças, eventos científicos, e terem o hábito de constantes leituras; apenas um aluno da Filosofia relatou ter tido dificuldades na escola e ter começado a trabalhar bem cedo, em uma oficina mecânica com seu pai. Os relatos abaixo exemplificam o exposto:

“[...] na minha infância sempre participei de grupos folclóricos e de dança... jazz... fazia aula de canto e era do grupo de teatro [...]” (SM)

“[...] estudei música desde de pequeno, teclado e piano [...]” (SM)

“[...] a mãe sempre me incentivou muito nos estudos, temos muitos professores na família, por exemplo na Jornada de Literatura¹⁰, vinha todo mundo para a minha casa e eu ia junto [...]” (SM)

“[...] aprendi o hábito de ler com a minha mãe. Houveram épocas que ela lia muito mais que eu, isto influenciou bastante... Sempre foi muito curiosa, também gostava de literatura brasileira, tipo Jorge Amado[...]” (SF)

Percebe-se que foram jovens que tiveram acesso às artes, a leituras, ao lazer e influências educacionais muito positivas, adquirindo hábitos e tendo bons modelos culturais de figuras de identificação, tanto nos alunos da Medicina como em um aluno da Filosofia.

“[...] meu pai lê muito, eu sempre li muito também, viajamos bastante e nestas viagens, vamos ao cinema e ao teatro [...]” (SM)

Os relatos abaixo expressam que estes alunos possuíam facilidades de aprendizagens, não passaram por reprovações escolares e desde muito jovens já se saíam positivamente nas atividades e provas que enfrentavam. Os próximos relatos esclarecem:

“[...] quando vim de Manaus notei muito a diferença na escola, lá era muito mais forte que aqui,... nunca fui reprovada, sempre gostei de matemática, física, química e biologia... era sempre eu que ajudava o pessoal da turma que tinha dificuldade...” (SM)

“[...] eu sempre fui um bom aluno, mas eu sou mais esforçado do que talentoso. Nunca fui reprovado, meu irmão umas quantas vezes. Ele é uma piada, é muito diferente de mim... Sempre participei muito de feiras de ciências no segundo grau e procurava médicos para dar

¹⁰ Jornada Nacional de Literatura: evento que ocorre a cada dois anos na cidade de Passo Fundo, promovido pela UPF e Prefeitura Municipal e agrega em torno de vinte mil (?) participantes.

informações, materiais ou gravar algumas entrevistas... Com um trabalho sobre osteoporose fiquei em primeiro lugar na feira [...]” (SM)

Observa-se que neste grupo as escolhas foram bem pessoais em fazer Medicina e Filosofia, porque o gosto por determinadas áreas no ensino médio já indicava possíveis escolhas futuras dos cursos superiores. Eles parecem demonstrar satisfação e realização pessoal nas atividades acadêmicas. Observa-se que neste grupo não aparecem desejos de fazer outro curso e adquirir uma profissão, pois os alunos da Medicina em ambos os grupos se vêm se profissionalizando e com facilidades de se incluir no mercado de trabalho; por sua vez, os alunos da Filosofia verbalizam suas escolhas em razão de aspectos bem pessoais, de desejos internos, o que parece também ter conduzido à escolha do curso.

“[...] meus pais trabalham muito, nunca tive problemas na escola, sempre me virei sozinha. Gostava das áreas humanas. Desde os 13 anos gostava de escrever e ler, pegava livros na biblioteca pública [...]” (SF)

“[...] fiquei em dúvida entre Filosofia e Letras. Me inscrevi para Letras e no último dia troquei para Filosofia... Comecei Filosofia sem pensar em mercado de trabalho, por gostar. Como a mãe tem loja, se der errado alguma coisa, a gente vai para lá. Não tenho problemas com mercado de trabalho... Entrei com a perspectiva de encontrar na Filosofia uma realização pessoal [...]” (SF)

“[...] meu pai sempre sonhou que eu fizesse Medicina. Eu não tinha certeza do que ia fazer, mas hoje me encontrei mesmo nesta profissão [...]” (SM)

“[...] tive problemas de escolaridade, de desempenho bem acentuadas. Trabalhava numa oficina com o meu pai. Sempre tive dificuldades em matemática, mas gostava de português... O que me levou a buscar a filosofia foi uma coisa bem pessoal, não esperava que um dia fosse viver da filosofia. Achava que ela fosse me ajudar a responder as perguntas que eu me fazia [...]” (SF)

8.5.2 Categoria II: Sentimentos e percepções sobre os alunos do ProUni

Os alunos que formam o grupo aqui denominado de “contraponto” têm uma dimensão muito especial e significativa nesta pesquisa, pois vão nos mostrar algumas evidências de percepções e sentimentos vindos de sujeitos que não fazem parte da política do Programa ProUni e se caracterizam por serem realmente alunos universitários de uma universidade particular, que todo o mês pagam as mensalidades de seu curso superior e convivem diariamente em sua sala de aula com um bolsista ProUni, o qual não paga nada para fazer o mesmo curso.

Dessa forma, observamos que estes dois grupos, em ambos os cursos (Medicina e Filosofia), convivem harmonicamente, não apresentando nas entrevistas realizadas sentimentos de rivalidades, discriminações, competições, menos-valia; inclusive, até se observou o contrário, ou seja, apoio e concordância ao programa ProUni, elogios de desempenho e aproveitamento acadêmico dos bolsistas e relações de ajuda entre eles. Também foram relatadas por este grupo algumas percepções de falta de motivação e comprometimento daqueles alunos bolsistas que estavam fazendo cursos que não eram os desejados, tal como verificado no outro grupo estudado. Vejamos as falas:

“[...] conheço toda a política do ProUni, sou favorável. Acho uma boa oportunidade para aquelas pessoas que têm vontade, que têm capacidade, mas que não têm, infelizmente, condições de pagar [...]” (SM)

“[...] sobre as políticas do ProUni acho paliativas que não vão resolver todo o problema. Acho que deve ter esses programas, mas acho eles pequenos demais para o tamanho dos problemas educacionais deste país. Não é ele que vai resolver [...]” (SM)

“[...] sou favorável a este programa. Acredito que de 2005 para cá tivemos realmente um número elevado de alunos que conseguiram entrar na universidade por causa desse programa. Eu aprovo e acho muito importante... Ele dá uma possibilidade para as pessoas pela condição social, acho que ele deve continuar [...]” (SF)

“[...] conheço o ProUni do senso comum, não sei os requisitos nem os verdadeiros critérios para entrar... Eu acho um excelente programa, é

uma forma de desmistificar a ideia de que a universidade é restrita, de que a universidade é algo elitizado. Acho que hoje quem não entra na universidade é porque não quer mesmo entrar... Na minha turma quase 50% são do ProUni [...]” (SF)

As falas acima parecem aprovar dentro de um contexto político o processo de inclusão social. Feres Junior (2006, p. 10) diz que

do ponto de vista global, as políticas de inclusão social e multiculturais estão em alta. A noção de exclusão social refere-se a duas dimensões complementares do desenvolvimento. Em primeiro lugar ela identifica processos sociais que discriminam certos grupos e indivíduos, dificultando seu acesso aos frutos do desenvolvimento, tais como participação no processo decisório, acesso à educação, à saúde, ao emprego, aos bens materiais e as redes de proteção social ... e em segundo lugar refere-se à causalidade instrumental das diversas dimensões do desenvolvimento... uma maior renda facilita o acesso à educação ao serviço de saúde público e privado a também garante maior participação nas tomadas de decisão e no processo político.

Lenz Cesar (2007, p. 13) afirma que “a primeira dificuldade estava no fato de que a sociedade parecia ter sido excluída do debate sobre essa tendência do estado contemporâneo de adotar ações afirmativas baseadas na necessidade de redistribuir bens e direitos – como o acesso ao ensino superior – à parcela da população excluída”.

“[...] a gente convive com todos, mas eu acho que a maioria não sabe quem são os do ProUni. Aqui não tem essa: ele é do ProUni, ele não é do ProUni... No começo até se comentava, depois nunca mais falamos nisso [...]” (SM)

“[...] eu me dou bem com eles, fizemos trabalhos juntos, não tem nenhuma diferença... Eu acho que eles também são um pouco ‘Caxias’, porque eles não podem reprovar, tem que prestar contas, senão perdem a bolsa [...]” (SM)

O programa ProUni parece estar sendo uma política bem-sucedida de inclusão social e está contribuindo para resgatar inúmeros talentos que seriam perdidos; estabelece critérios meritocráticos que se refletem diretamente no desempenho acadêmico dos alunos bolsistas;

permite, ainda, uma avaliação por conhecimentos e possibilita o despertar de talentos, podendo estes dar continuidade a sua formação contando exclusivamente com os próprios méritos acadêmicos.

“[...] não vejo nenhuma diferença dos colegas. A turma é homogênea, todo mundo se dá bem com todo o mundo. Pelo que vejo são bons alunos, vão bem nas aulas, são interessados, não vejo diferença. A única coisa diferente é talvez a questão de não poder pagar a faculdade, tiram notas muito boas e a gente convive bem com todos [...]”
(SM)

“[...] meus colegas do ProUni são todos muito bons, muito dedicados. Eles estudam pra caramba... Tem dois que vão muito bem mesmo, eles são excelentes alunos, estão fazendo jus ao benefício que ganharam [...]” (SM)

Nessas falas se percebe o aproveitamento acadêmico da maioria do grupo estudado como sendo igual, ou, às vezes, superior ao dos alunos não bolsistas, contrariamente às previsões que se faziam do programa, como a possibilidade de baixar o nível de exigência e de resultados das instituições universitárias com a presença de jovens originários de escolas públicas, porque eles, supostamente, chegariam com defasagem de aprendizado em relação aos alunos das escolas privadas. O bom desempenho desses bolsistas é uma evidência desse equívoco. Também foi constatado não existirem diferenças de relacionamento ou intelectuais significativas entre bolsistas e não bolsistas, nem por parte dos colegas, de professores e funcionários em ambos os grupos estudados. Parece também estar sendo uma forma concreta de dar oportunidades a jovens que antes contavam apenas com a possibilidade de aprovação em universidades públicas.

“[...] quanto aos professores, não fazem nenhuma diferença, acho que eles nem sabem quem é ProUni, com os funcionários é a mesma coisa... Concordo com o programa e acho que deve continuar [...]”
(SM)

“[...] o relacionamento dos professores é igual, não fazem nenhuma diferença [...]” (SF)

“[...] meu relacionamento com eles é excelente. Tenho um colega que ajuda muito eles, vai até na casa para ajudar nos trabalhos [...]” (SF)

“[...] criamos laços bem significativos com eles, isso é bom... Acabamos participando bastante das preocupações dos alunos do ProUni, como, por exemplo, o fato deles não poderem reprovar. Como tem alguns que reprovam, ficamos angustiados juntos... Não vejo nenhuma diferença dos professores com eles, tratam todos da mesma forma..” (SF)

Quanto à satisfação, ao comprometimento e à realização com o curso, também nos dois grupos as percepções são semelhantes. Os não bolsistas percebem que, quando não é realmente o curso almejado e desejado, a desmotivação aparece; alguns falam que a passagem pela universidade está lhes servindo como um impulso a outras atividades, como meio de informação ou de poder passar por um processo de ascensão social, conquistando um diploma universitário, mesmo sendo de um curso não desejado.

“[...] percebo que os alunos que vêm para a Filosofia são da quarta ou quinta opção. Vejo, às vezes, desmotivação desses colegas, como se tivessem fazendo aquilo que não queriam. Ficam na indecisão entre aproveitar, mesmo que não seja a carreira que querem seguir, ou não fazer... Vejo isto meio geral... Mas tem uma colega que se desenvolveu muito, é notável, ela se destaca mesmo [...]” (SF)

“[...] eu acho que, por não ser a sua primeira opção, eles acabam relaxando um pouco, faltam às aulas, entregam trabalhos fora do prazo, não estudam tanto, afinal eles não escolheram este curso... Eu acho errado eles estarem no nosso curso... Acho que o ProUni deve continuar, mas com uma forma de a pessoa entrar no curso que ela quer, porque eu acho que deve ser muito sofrido estar fazendo uma coisa que tu não quer [...]” (SF)

“[...] tivemos um colega que desistiu, porque não era o que ele queria, só vinha porque ele tinha a bolsa... Eu vejo nos meus colegas do ProUni que não era exatamente o curso que eles queriam. Eu vejo que eles não tem vocação para isso, mas tem uma que gosta e ela é muito inteligente [...]” (SF)

As verbalizações transcritas refletem um desvio do programa, pois, assim como os próprios bolsistas revelaram não ser o curso desejado, esse sentimento é também percebido pelos colegas não bolsistas. Sempre se observou uma procura maior por alguns cursos e sempre existiram nas universidades vagas ociosas em outros; são escolhas pessoais e internas acompanhadas de outras variáveis externas, que contribuem para as escolhas e decisões dos jovens perante as suas decisões profissionais.

8.5.3 Categoria III: Aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras

Nesta categoria constataram-se bons índices de aproveitamento acadêmico e motivação, as mesmas evidências encontradas nos dois grupos. Entre os alunos da Medicina, o curso mais procurado, a perspectiva de profissionalização, de continuidade dos estudos e trabalho garantido é um dado real na realidade social; no curso de Filosofia aparece também o sentimento neste grupo de não bolsistas, mas de forma menos intensa, de não obter uma profissão, um trabalho, a partir do curso realizado. Contudo, também observaram tendências positivas pela valorização dos conteúdos filosóficos e o resgate desta disciplina no ensino fundamental, médio e superior, abrindo-se possíveis espaços de trabalho para estes alunos licenciados e apontando para uma perspectiva de trabalho.

“[...] eu nunca tive dificuldades no curso. A nossa turma bem unida, sólida. Todo mundo faz tudo junto e é sempre a mesma turma, entramos e saímos juntos [...]” (SM)

“[...] já fiz vários estágios voluntários durante o curso [...]” (SM)

“[...] acho que a medicina é uma profissão que tem bastante retorno, embora é ilusão tu querer entrar na medicina para enriquecer, mas

somos os poucos ainda que conseguimos emprego mais fácil e com uma boa remuneração [...]” (SM)

“[...] quero seguir a área de clínica e cirurgia, tenho tendências também para a área de cardiologia [...]” (SM)

“[...] quero fazer anesthesiologia, tem muito espaço no mercado e condições de trabalho. É uma especialidade de profissionais muito unidos [...]” (SM)

Nos dois grupos estudados aparece o sentimento de sair do curso de Medicina com uma profissão, com espaços no mercado de trabalho e com um bom retorno financeiro, o que não é confirmado nos dois grupos da Filosofia, pois, enquanto os alunos bolsistas referem não gostar do curso e sair sem uma profissão, o grupo dos não bolsistas verbaliza estar gostando do curso, com perspectivas profissionais voltadas para a pesquisa, a continuidade dos estudos com mestrados e doutorados e visões positivas para o mercado de trabalho, o que se pode associar a motivações pessoais internas para a realização deste curso.

“[...] tenho aproveitado meu curso... Gostei muito de dar aula no meu estágio, foi uma experiência excelente [...]” (SF)

“[...] gosto da sala de aula, mas o que me encanta mesmo é a pesquisa [...]” (SF)

“[...] pretendo fazer mestrado, acho que a filosofia está num bom momento aqui no Brasil. tanto para ser professor, como para ser pesquisador... Quero trabalhar em escolas... Eu algumas vezes pensei em desistir do curso, pensava em ir para a pedagogia, por ter mais campo de trabalho [...]” (SF)

“[...] estou gostando bastante do meu curso, gosto de interpretar textos clássicos, não tenho dificuldades para isto... Quero fazer mestrado e doutorado, me sinto preparada para continuar e seguir a carreira acadêmica... nunca pensei em desistir [...]” (SF)

8.6 SÍNTESE DOS DADOS DIRECIONADOS PARA A CONCLUSÃO DO ESTUDO

Este tópico tem por objetivo sintetizar e integrar os dados, bem como iniciar tendências de respostas para a pergunta de pesquisa que orientou este estudo – “Quem é o aluno ProUni da UPF, suas trajetórias, quais são suas percepções sobre esta nova etapa na sua vida, os sentimentos que estão acompanhando sua formação, seu aproveitamento acadêmico, desde o seu ingresso em 2005”. Visa também pontuar elementos para a análise final, a fim de sinalizar os caminhos que levarão à conclusão.

Com a finalidade de concentrar os dados, as categorias de sustentação do trabalho serviram para orientar e agrupar as ideias e expressões que revelaram informações sobre o grupo estudado. Os quadros a seguir evidenciam as tendências básicas em cada uma das categorias do grupo de alunos bolsistas ProUni, comparando os resultados dos cursos mais e menos procurados em cada uma das unidades categoriais:

- Categoria I: trajetória dos alunos bolsistas até a universidade
- Categoria II: sentimentos e percepções da vida acadêmica
- Categoria III: aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras

Quadro 7

Categoria I Trajetórias dos alunos bolsistas até a Universidade	
Os componentes básicos desta categoria dizem respeito às influências dos grupos sociais, tais como a família, a escola, os professores, crenças, valores, escolhas, leis que determinaram a caminhada destes sujeitos, fatos significativos e experiências que contribuíram para a chegada a uma universidade particular.	
Cursos mais procurados UPF – 2005 Medicina: 07 alunos bolsistas Agronomia: 02 alunos bolsistas	Cursos menos procurados UPF - 2005 Filosofia: 03 alunos bolsistas Geografia: 02 alunos bolsistas
Nos dois grupos observa-se uma grande influência do grupo familiar, incentivo a leituras, participação de grupos culturais (danças, folclore, igrejas, grêmios estudantis e centro de tradições). No curso de Medicina constatou-se uma incidência maior de formação superior dos pais, enquanto nos demais cursos ela quase não aparece. Nos cursos mais procurados observou-se uma procura pelo programa ProUni feita pelos próprios alunos, ao passo que nos menos procurados observam-se na maioria a presença dos pais no conhecimento do programa e o incentivo para que os filhos fizessem as inscrições. Nos dois cursos mais procurados parece haver uma tendência bem consistente na trajetória individual pela escolha do curso, enquanto nos menos procurados verificou-se que o curso que ora realizam não corresponde à sua trajetória de escolha profissional, pois referem estar fazendo cursos que não eram as suas escolhas preferenciais, à exceção de um aluno da Geografia.	

Quadro 8

Categoria II Sentimentos e percepções da vida acadêmica	
Os componentes básicos desta categoria referem-se às percepções e significados de estar freqüentando uma universidade, adaptações, facilidades e dificuldades encontradas no meio acadêmico, integração a este novo meio, aspectos relacionais com colegas, professores e funcionários, rotinas, compromissos e atividades acadêmicas.	
Cursos mais procurados UPF – 2005 Medicina: 07 alunos bolsistas Agronomia: 02 alunos bolsistas	Cursos menos procurados UPF - 2005 Filosofia: 03 alunos bolsistas Geografia: 02 alunos bolsistas
<p>No grupo de alunos dos dois cursos foram observados praticamente os mesmos sentimentos: sentirem-se muito sozinhos; o aumento das responsabilidades nesta nova fase de suas vidas; a diferença do nível de exigência das tarefas acadêmicas; a mudança de cidade, de estado, bem como da zona rural para a urbana; o fato de não conhecerem ninguém e não possuírem nenhum contato, são fatores que foram citados como dificuldades para esta nova adaptação. Nos cursos mais procurados observa-se um nível de satisfação mais intenso de terem conquistado uma vaga em cursos difíceis e concorridos; eles referem as boas notas obtidas do Enem como méritos e direitos seus de participarem do programa.</p> <p>Nos cursos menos procurados este sentimento aparece mais como um direito legal adquirido de poder estudar com a utilização de políticas públicas de educação (evidência em todos os alunos do curso de Filosofia e em um da Geografia). Encontrou-se num aluno pertencente a um dos cursos menos procurados (Geografia) um alto grau de satisfação e sentimentos de conquista também.</p> <p>Em ambos os grupos de bolsistas as questões que se referem a relacionamento com professores, colegas e funcionários são semelhantes, surgindo sentimentos de aceitação, integração com todos, ausência de qualquer situação de diferenciação; eles referem se sentirem incluídos e participantes; sentem-se iguais aos outros e verbalizam que muitos professores e colegas nem sabem quem é aluno bolsista e quem não é. Relatam realizar trabalhos acadêmicos grupais em aula e fora do período de aulas com não bolsistas; ajudas mútuas nas atividades são lembradas, caronas constantes para outras unidades da universidade, bem como festas e churrascos que esporadicamente ocorrem nos finais de semestre.</p>	

Quadro 9

Categoria III	
Categoria III: aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras	
Os componentes básicos desta categoria abrangem as facilidades e dificuldades encontradas no processo de aprendizagem, a utilização do tempo, o exercício de outras atividades concomitantemente aos estudos, avaliação do programa ProUni e perspectivas profissionais futuras destes bolsistas.	
Cursos mais procurados UPF – 2005 Medicina: 07 alunos bolsistas Agronomia: 02 alunos bolsistas	Cursos menos procurados UPF – 2005 Filosofia: 03 alunos bolsistas Geografia: 02 alunos bolsistas
<p>Nos cursos mais procurados não foram evidenciadas verbalizações de reprovações em disciplinas e o hábito de estudar é intenso (características próprias do curso que possui horário integral e uma cultura de muito estudo individual), ao passo que nos menos procurados esta variável de reprovações se faz presente, principalmente no de Filosofia, bem como algumas expressões de dificuldades de entendimento em certas disciplinas, tanto na Geografia como na Filosofia.</p> <p>Os alunos dos cursos mais procurados apenas estudam e desenvolvem muitas atividades de pesquisas e estágios voluntários; os dos cursos menos procurados trabalham paralelamente aos estudos, que são noturnos, e alguns também se deslocam diariamente de suas cidades para a universidade.</p> <p>Nos cursos mais procurados os alunos referem sentimentos de estar estudando para obter uma profissão (reconhecida pelo mercado) ao passo que nos menos procurados este sentimento não aparece, tanto que dizem que, quando saírem destes cursos, farão outros que os tornem “profissionais de alguma coisa”. Neste grupo um aluno da Geografia não expressa esses sentimentos e sente estar estudando para ser realmente um professor de geografia.</p> <p>As suas percepções sobre o programa em ambos os tipos cursos são positivas. Constatou-se que esses alunos não estariam em uma universidade se não fosse o programa, por isso revelam muita gratidão; um bolsista chegou a expressar a necessidade de realizar alguma atividade social/comunitária após a formatura, como forma de agradecer esta oportunidade que teve. Nos cursos mais procurados alguns alunos sugerem a expansão da bolsa permanente de auxílio a todos os bolsistas; sugerem, ainda, a continuidade do programa e também um maior apoio ao aluno bolsista da universidade, ou seja, mais atenção a este aluno que possui necessidades diferentes e dificuldades, ou seja: está-se diante de um novo perfil de aluno acadêmico. Um aluno do curso de Filosofia refere-se ao ProUni como um programa que revolucionou a universidade brasileira, sem o qual muitos jovens não estariam no ensino superior, e outro do mesmo curso refere ser uma obrigação do governo, pois os impostos são pagos para isso mesmo, sentindo pleno direito de ser um aluno bolsista do ProUni.</p>	

Esta pesquisa, ao analisar um tema relevante e tão atual, reveste-se de um anseio social e humano na tentativa de ver concretizadas as medidas de políticas afirmativas que visam auxiliar os menos favorecidos social e economicamente a superarem as barreiras que os impedem de avançar profissionalmente, principalmente ao que diz respeito ao ensino universitário. Na interpretação dos depoimentos colhidos nesse estudo, é oportuno salientar que de acordo com Bobbio (2003), o termo “política” normalmente é empregado para designar a esfera das ações que tem relação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder último sobre uma comunidade de indivíduos em um território [...]. Desde a antiguidade, o tema da política esteve vinculado com o tema das diversas formas de poder do homem. O mesmo autor afirma que a finalidade da política é o bem comum entendido como bem da comunidade [...]. Compreende a ideia democrática como progressivo e continuado alargamento do repertório de direitos individuais e coletivos. O acesso à educação é um dos caminhos para se reduzirem as desigualdades de todo o gênero. Algumas conclusões foram constatadas com os resultados encontrados na pesquisa de bibliográfica e de campo.

Com base na observação geral, essa política, que num primeiro momento foi vista como responsável pelo enfraquecimento das universidades, revelou questões que não condizem com essas previsões. Revelaram-se tendências de um perfil de aluno bolsista do ProUni que possui trajetórias de vida que revelam persistência e dificuldades de ordem financeira e um capital cultural familiar restrito, mas não ausente, utilizando recursos criativos em seus núcleos familiares e apostando no desejo de chegar à universidade, fato muitas vezes quase impossível aos seus pais, tendo em vista a realidade vivida. Muitos desses alunos são oriundos de cidades do interior e zonas rurais e, para eles, frequentar uma universidade parecia algo quase inacessível; revelam muita persistência, mesmo participando de cursos universitários menos concorridos e não tão desejados por eles.

Como foi destacado nas falas e entrevistas realizadas com os bolsistas, é possível verificar que eles percebem esta nova etapa na sua vida como algo que vai torná-los profissionais para poderem entrar no mercado de trabalho ou contribuir para uma ascensão de vida, mesmo em alguns casos expressando sentimentos de não saírem com uma profissão (cursos menos procurados).

Ainda foi possível verificar que esta política, às vezes, altera o percurso de alguns alunos quando são chamados para cursos que não eram as primeiras opções e realmente desejados, mas mesmo assim observou-se que eles acabam concluindo-os, pois veem-nos como uma oportunidade que lhes foi concedida e está associada aos anseios, capacidades, motivações e buscas pessoais presentes em cada indivíduo, que o levam a aceitar ou rejeitar situações nas vidas pessoais de cada um. Que consequências essas oportunidades trarão para o futuro desses jovens?

A escolha de um grupo para contraponto constituiu-se como um apoio para a análise final. Este polo oposto foi visto como um fator positivo, que veio consolidar essa realidade complexa, que não se manifestou como tão contraditória; ao contrário, veio confirmar as respostas, sentimentos e percepções expressos pelos bolsistas, ou seja, sentimentos de inclusão, de igualdade, de bom desempenho acadêmico e ausência de grandes dificuldades nos cursos mais procurados, bem como a presença de alguns sentimentos de pouco comprometimento e satisfação nos cursos menos desejados.

Para finalizar, pelas observações amplas realizadas percebe-se que o aluno bolsista ProUni não apresenta diferenças em relação a um aluno não bolsista em uma universidade particular no que tange à inclusão nos grupos, aceitação pelos colegas, aproveitamento acadêmico, conforme as expressões e sentimentos verbalizados nesta pesquisa. Pôde-se perceber que este aluno enfrenta barreiras de ordem econômica para cumprir as etapas

acadêmicas e um certo desgaste físico pelo cansaço de viajar constantemente ou ter de trabalhar paralelamente aos estudos. Nesse sentido é oportuno trazer novamente o pensamento de Bobbio, analisado por Oliveira (2007), que diz que a dignidade do ser humano como membro vivente de uma sociedade está situada num contexto político atualmente marcado por grandes injustiças sociais, profundas diferenças econômicas e pelas não menos trágicas disparidades de distribuição de renda. Para que um ser humano tenha direitos e possa exercê-los é indispensável que seja reconhecido e tratado como pessoa, o que vale para todos os seres humanos. Reconhecer e tratar alguém como pessoa é respeitar sua vida, mas exige que também seja respeitada a dignidade, própria de todos os seres humanos.

Os fatos estudados nesta pesquisa demonstram que, às vezes, estamos deixando de aproveitar talentos, jovens estudantes com muito potencial para se tornarem bons profissionais e ajudar no desenvolvimento de nosso país, os quais ficam excluídos do processo não pelas suas capacidades e méritos, mas pelo filtro socioeconômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi organizado apresentando, de início, o foco central da pesquisa, a caracterização da tese, que envolveu os objetivos, limitações e originalidade e a justificativa para a escolha do tema. Consta, ainda, do primeiro capítulo um resgate histórico e é apresentada a base teórica da tese, constituindo-se essa da teoria da igualdade de Aristóteles, a teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio, dos princípios elencados na Constituição Federal de 1988 (princípio da igualdade artigo 5 e princípio da dignidade da pessoa humana, artigo 1º, inciso III) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. No capítulo II tratou-se sobre a desigualdade social no Brasil; no III, definiram-se ações afirmativas; no IV, a educação superior no Brasil; no V, o Programa ProUni; no VI, a descrição da Universidade de Passo Fundo; no VII, a metodologia adotada e, no VIII, os resultados da pesquisa de campo.

O ProUni, desde a sua implantação, tem sido um programa de muita importância social. Desde o seu funcionamento as IES, a sociedade e, especialmente os jovens brasileiros estão experimentando uma nova modalidade de acesso à educação: as bolsas de estudo, com muitos resultados positivos, como foi observado nesse estudo. Observa-se uma nova realidade significativa no sentido do acesso à educação superior a partir desse programa, no entanto, percebe-se também a necessidade de adaptações e ajustes no sentido de se fazer cumprir o ideal de justiça social que norteia a democracia em nosso país. Ao falar em justiça social, deve-se lembrar que a mesma deve propiciar igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, buscando os princípios de forma a minimizar as exclusões motivadas por discriminações de qualquer espécie. A justiça social tem como alvo fundamental a população menos favorecida e excluída das oportunidades que a sociedade contemporânea oferece justamente por não ter acesso a educação. O ProUni parece ser então uma medida favorável de inclusão que está contribuindo com as questões vinculadas aos ideais de justiça social.

Ressalta-se que o acesso à educação é um direito do cidadão em dever do estado (Artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988). Em um país com desigualdades consideráveis a necessidade de algumas medidas a curto prazo se tornam imprescindíveis, pois colocam em prática fundamentos teóricos e legais importantes, tais como: “tratamento desigual as pessoas desiguais”.

A problemática levantada na introdução refere-se, portanto, às trajetórias, percepções/sentimentos, aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras dos alunos

bolsistas do ProUni que entraram na UPF do ano de 2005. Diante disso, analisaram-se essas variáveis procurando delinear esse novo perfil de aluno universitário.

Os objetivos deste estudo foram, então, os de examinar, sobretudo, essas três etapas do processo, o que se obteve com o material documental e pela constatação *in loco*, com a realização das entrevistas e a coleta de informações diretamente junto aos alunos bolsistas. Com esses dados, conseguiu-se definir esse novo perfil, identificar novas variáveis e comportamentos deste “novo aluno” que habita hoje os espaços universitários. Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa chegou-se às seguintes constatações sobre o aluno bolsista do ProUni da UPF.

Quanto às trajetórias de vida e sua caminhada até a universidade

- Constatou-se que a maioria dos alunos do grupo estudado recebeu um significativo incentivo dos pais aos estudos, em todos os cursos; inclusive, alguns pais é que ficaram sabendo do programa e inscreveram os seus filhos.

- No grupo estudado eram poucos os pais que possuíam curso superior.

- Quase todos verbalizaram dificuldades econômicas na infância e adolescência nas redes familiares.

- Um grande número de alunos entrevistados pertence ao meio rural ou vem de cidades do interior muito pequenas.

- Evidenciou-se a grande participação desses jovens em grupos sociais diversos (participação do grêmio das escolas, presidente de turma, presidente de diretório acadêmico, grupo de xadrez, grupo de danças, grupos de igreja, grupos de danças folclóricas e participação de centros de tradições gaúchas).

- Nos dois cursos mais procurados (Medicina e Agronomia) denotou-se a vontade interna e intensa, com as escolhas profissionais bem decididas e cristalizadas ao longo do tempo (infância e adolescência) pelo curso pretendido, ao passo que nos cursos menos procurados (Filosofia e Geografia) observou-se que não eram os cursos pretendidos e almeçados, com exceção de um aluno da Geografia.

- Um elemento comum na trajetória escolar da quase totalidade da amostra foi o fato de terem sido bons alunos, com bom desempenho escolar, de terem estudado mais tempo, terem tido boas notas, a ausência de reprovações e considerarem-se inteligentes; ainda, a dedicação, a disciplina e a motivação familiar na conquista da escolarização superior parecem ter influenciado positivamente a caminhada desses jovens até à universidade.

Tais constatações podem ser apoiadas nos autores que fundamentaram esse estudo, desse modo, elucidando o conceito de justiça de Aristóteles: “Faz parte da essência do direito tratar iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, de acordo com o grau e a intensidade de suas diferenças”, com base nesse conceito, as políticas sociais visam promover a igualdade de oportunidades e diminuir as desigualdades que as políticas universais não resolveram.

Quanto aos sentimentos/percepções da vida acadêmica

- Todos os alunos do grupo estudado verbalizam um bom relacionamento com colegas, professores e funcionários; sentem-se alunos iguais aos outros. Em nenhuma entrevista apareceu qualquer dificuldade quanto a este aspecto.

Associa-se a essa percepção dos sujeitos entrevistados o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 quando diz que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

- Um grande número do grupo de alunos expressou sentimentos de solidão por estar longe da família, dos seus amigos, do seu meio, de seu estado, dos seus hábitos regionais, da sua cultura; não conhecer ninguém, não possuir nenhum vínculo ou contato com alguém, bem como o frio intenso na cidade no inverno.

- Expressaram sentimentos de aumento das responsabilidades, do nível de exigência nas atividades universitárias e da complexidade de alguns conteúdos das disciplinas.

- Sentimentos agradáveis também foram encontrados, verbalizando ser a bolsa do ProUni a melhor coisa que lhes tinha acontecido na vida; estarem passando por um período muito bom com os colegas da turma, os encontros, as aulas, as festas, a grande chance de terem entrado na universidade; estar sendo um período muito gratificante; o orgulho de ter conseguido a bolsa; o sentimento de ter sido uma oportunidade ímpar, juntamente com a boa receptividade por toda a comunidade acadêmica.

- Para alguns alunos do grupo o fato de estudar à noite e trabalhar de dia, juntamente com os deslocamentos diários de cidade, aumenta o cansaço e reduz os momentos para o estudo.

- Todos referem muitas dificuldades financeiras para se manter, contam com o apoio de familiares ou de seu próprio trabalho em turnos inversos aos estudos.

Frente a tais expressões, conforme Oliveira (2007), traduzindo a teoria de Bobbio diz que para que o ser humano tenha direitos e possa exercê-los, é indispensável que seja reconhecido e tratado como pessoa, o que vale para todos os seres humanos.

- No curso de Medicina as falas revelam desempenho acadêmico e capacidade de aprendizagem igual entre bolsistas e não bolsistas; nos menos procurados (Filosofia e Geografia) alguns alunos revelam um menor rendimento e empenho nas atividades acadêmicas e, no curso de Agronomia, referem que os bolsistas têm rendimento e notas melhores que os não bolsistas.

- Os bolsistas dos cursos mais procurados expressaram sentimentos de serem merecedores desta conquista pelo fato de terem investido muitos esforços em estudos para obter este espaço e boas notas na prova do Enem. Por sua vez, alguns alunos dos cursos menos procurados expressam um certo sentimento de culpa por não estarem fazendo realmente o curso pretendido e estarem ocupando o espaço de alguém que poderia estar aproveitando melhor o curso. Também foram encontrados alunos muito satisfeitos nos cursos menos procurados.

- Os sete alunos da Medicina e os dois da Agronomia sempre desejaram esses cursos e não expressam dúvidas com as suas escolhas profissionais, ao passo que os três da Filosofia expressaram um certo descomprometimento pelo desejo de estarem em outros cursos (Administração, Jornalismo e Psicologia). No curso de Geografia encontrou-se um aluno muito gratificado e satisfeito por ter sido sua primeira opção; ao contrário, outro revelou-se muito desmotivado por não ser a sua primeira opção. Assim, entre os 14 alunos bolsistas do ProUni estudados, constatou-se que a maioria (dez sujeitos) revela sentimentos de satisfação e adequação com seus cursos e quatro expressam sentimentos parciais de satisfação.

Quanto ao aproveitamento acadêmico e perspectivas futuras

- Os alunos da Medicina e Agronomia verbalizam um bom aproveitamento acadêmico; os da Filosofia referem dificuldades em algumas disciplinas e estágios; um da Geografia não revela dificuldades e o outro expressa desmotivação com o curso.

- Os alunos dos cursos diurnos apenas estudam e os do noturno trabalham e estudam, fato tido como uma variável que compromete o seu rendimento.

- Os alunos da Medicina, Agronomia e um da Geografia já possuem uma trajetória profissional delineada e com objetivos claros de continuidade de estudos e trabalho, ao passo que os da Filosofia e um da Geografia verbalizam dúvidas sobre o que fazer após a conclusão dos cursos e expressam o desejo de fazer outro curso superior para adquirir uma “profissão”.

A fundamentação teórica deste estudo foi composta pelas referências de vários e importantes autores, dos quais se fez uma seleção de leitura e interpretaram-se seus escritos. Percorreram-se legislações e normas, focalizando relações, direitos humanos e suas formas de interação em tempos passados até os dias atuais, verificando que o homem quase sempre teve, e tem, um papel menos relevante do que a sua importância enquanto sujeito e que deveria figurar como principal personagem de qualquer fato histórico, econômico e social.

Por outro lado, políticas governamentais têm buscado a inclusão e a integração de certos grupos menos representados nos espaços sociais importantes como as universidades, almejando a melhores condições de vida ao ser humano trabalhador e suas famílias e, por conseguinte, a melhores oportunidades de crescimento individual e coletivo. Bauman (2001, p. 15), nesse sentido diz que a modernidade significa muitas coisas e, sua chegada e avanço podem ser aferidos utilizando-se muitos marcadores diferentes. Uma característica da vida moderna e de seu moderno entorno se impõem, no entanto, talvez como “diferença que faz a diferença”, como o atributo crucial que todas as demais características seguem. Este estudo, ao pesquisar sobre uma temática relevante e atual, aborda um anseio social e humano na tentativa de ver concretizadas as medidas afirmativas, entre elas o Programa Universidade para Todos, do governo federal, cujo objetivo principal é ampliar o acesso à educação superior para estudantes de baixa renda na universidade por meio de bolsas de estudo (parciais e integrais) em instituições privadas de ensino superior (que recebem isenção de impostos).

Em 2008, 56 mil bolsistas se formaram pelo programa, que desde a sua criação já beneficiou mais de 540 mil pessoas (BRASIL). A ascensão educacional é um dos caminhos para se reduzir as desigualdades de todo o gênero. O ProUni destacou-se no âmbito da política afirmativa como uma medida especial e temporária com o objetivo de reduzir desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento.

Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 22) afirma que “o desenvolvimento do ensino universitário nos países centrais, nos trinta ou quarenta anos depois na segunda guerra mundial, assentou, por um lado, nos êxitos da luta social pelo direito à educação, traduzida na exigência da democratização do acesso à universidade, e, por outro lado, nos imperativos da economia que exigia uma maior qualificação da mão-de-obra nos setores-chave da indústria.” Rosemberg (2006) alerta que a perspectiva da ação afirmativa na educação não significa apenas ampliar o acesso de egressos da escola pública aos níveis educacionais superiores, mas também sua permanência e sucesso. Para tanto, são necessárias ações complementares, as

quais envolvem um projeto político-educacional e recursos materiais e humanos. Essa é uma questão séria que devemos enfrentar.

Na universidade pesquisada, uma instituição particular, aparece entre os sujeitos do estudo apenas um índio (bolsista) e um negro (não bolsista). Uma das causas para o fato pode ser a predominância de pessoas brancas (de origem italiana e alemã). Não foi encontrado nenhuma informação estatística na universidade que apresentasse esse tipo de dado, pois não existem registros a respeito em nenhum setor quanto à entrada no ProUni pelas cotas – este dado é apenas um critério de seleção; após, não se faz diferenciação nenhuma entre os alunos. Também esse dado não aparece mais nos relatórios, o mesmo acontecendo para a questão de gênero. No próprio relatório de alunos bolsistas ProUni oriundo do MEC nada consta sobre etnia ou gênero, apenas aparecendo números de bolsistas integrais e parciais. (Figura 1).

Consultando autores da metodologia científica, este estudo qualitativo buscou na palavra dos alunos bolsistas efeitos e perspectivas sobre as mudanças que estão ocorrendo no perfil deste novo aluno universitário de instituições de ensino superior particulares, extraindo das suas falas importantes informações acerca da construção das suas trajetórias, suas formas de adaptação e seu aproveitamento acadêmico. A predisposição para os estudos, os conhecimentos adquiridos nas suas trajetórias de vida, a sensibilidade, a percepção e os sonhos por melhor qualidade de vida, por certo, encaminharam-nos aos lugares que ocupam: alunos universitários!

Desse modo, como foi apresentado nos (Quadros 7, 8 e 9), o aluno bolsista ProUni se acercou de um ingrediente salutar para ser bem-sucedido, que foi revestir-se de coragem para conviver, frequentar e obter êxito e sucesso, convivendo com um grupo de alunos com características e diferenças bem significativas. Observa-se que o perfil do aluno de uma universidade particular até então compartilha lugar com outro, que possui caminhadas diferentes, mas potencialidades e competências semelhantes. Mudou o cenário, mudaram os procedimentos, mudou o processo de entrada e estão mudando as pessoas. Talvez haja ainda mudanças necessárias e adaptações nessa fase de transitoriedade, não mais nas relações interpessoais (colegas, professores e funcionários), como foi observado na pesquisa, mas nas percepções e preconceitos externos por parte de outros segmentos sociais e políticos.

Dessa forma, Bobbio (2003), compreende a ideia democrática como progressivo e continuado alargamento do repertório de direitos individuais e coletivos. Assim, democracia é método. O autor defende que historicamente os direitos nascem e se desenvolvem não por nossa disponibilidade pedagógica, mas essencialmente, por conjunturas históricas de formações sociais concretamente dadas.

Ao papel do aluno bolsista foi agregada a missão de vencer o desafio, saindo de espaços convencionais e rótulos anteriormente definidos, ou seja, a crença de que a presença de jovens originários de escolas públicas pudesse contribuir para diminuir a qualidade do ensino, pela suposta defasagem de aprendizado em relação aos alunos de escolas privadas. O bom desempenho da maioria deste grupo estudado é uma evidência desta pesquisa. Ainda coube a esses primeiros bolsistas do ProUni a responsabilidade pelo bom desempenho para poder dar continuidade ao programa e, ao mesmo tempo, serem fontes de informação e divulgação desta nova modalidade de entrada nas universidades particulares a outros jovens candidatos as bolsas do ProUni.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta uma contribuição significativa, pois foi observado que o programa, como uma ferramenta de ação afirmativa, atingiu os objetivos propostos na busca de reduzir desigualdades sociais em prol de alunos desfavorecidos economicamente. Ainda se percebe que este novo aluno bolsista do ProUni, em algumas situações, pode despertar a consciência de seu grupo, simplesmente pela sua real presença, e, embora de forma indireta e discreta, tais percepções e comparações existiam em sala de aula, como foi constatado. Parece que as universidades particulares são as mais propícias a receber estes alunos, pois a maior parte de seus cursos é oferecida no turno da noite, o que favorece exercer atividades profissionais durante o dia. Ainda, observa-se que a maioria destes alunos vem do interior e as universidades particulares estão localizadas mais no interior do estado, ao passo que as federais estão principalmente nas capitais, o que é um fator de impedimento também para este perfil de aluno.

O último capítulo deste trabalho analisou os alunos bolsistas em suas próprias manifestações, delas extraindo os pontos mais significativos quanto aos aspectos formadores do novo perfil de alunos universitários. Esses pontos foram organizados em três segmentos ou categorias. A primeira revela que a trajetória desses alunos bolsistas teve um grande incentivo do meio familiar. Nos cursos mais procurados há a evidência de estarem fazendo o curso desejado e, nos menos procurados, foi revelado o sentimento de quase todos os bolsistas de estarem fazendo um curso que não consolida suas aspirações profissionais. Contudo, ao mesmo tempo, todos revelam ser um processo de ascensão social, ou seja, estarem fazendo um curso superior favorece sua entrada no mercado de trabalho, mesmo sendo um curso não almejado.

Uma das maiores atribuições da universidade é a transformação social. Lembrando Neves (1995), a universidade brasileira exerceu importante papel na construção do país, pelo ensino de assuntos políticos, econômicos e técnicos, buscando gerar desenvolvimento e

possibilitando o acesso ao conhecimento. Espera-se que as próximas etapas sejam capazes de compreender as necessidades sociais do século XXI. Os desafios da universidade brasileira são diversos e numerosos, mas o seu papel central no desenvolvimento deve ser sempre ressaltado para que o país possa superar a sua fase atual e passar para um novo patamar de justiça social e prosperidade.

A segunda categoria retrata sentimentos de solidão e exigências acadêmicas em todos os cursos e a conquista da bolsa para os alunos dos cursos mais procurados é atribuída ao mérito e dos menos procurados, como um direito social. A questão de relacionamentos interpessoais em ambos os cursos é positiva, pois referem boas relações com colegas, professores e funcionários, bem como não apareceu nenhum sentimento de diferenciação por ser bolsista do ProUni.

A terceira categoria evidencia o bom aproveitamento acadêmico nos cursos mais procurados e algumas dificuldades nos cursos menos procurados, o que se associa a aspectos motivacionais por estarem frequentando cursos não almejados. Da mesma forma, há a conquista de uma profissão nos mais procurados e o sentimento de não sair com uma profissão nos menos procurados. Quanto às percepções sobre o programa, em ambos os grupos são positivas, pois sugerem a sua continuidade e referem que jamais estariam numa universidade se não fosse o ProUni.

Como perpassa em todo o texto desta tese, a pesquisa apresentada não tem configuração definitiva, mas buscou mostrar um panorama, como numa fotografia do momento. Quer-se dizer com isso que, na ocasião do estudo, foram as condições encontradas que serviram para a interpretação da história atual. Por outro lado, delineou-se uma síntese do passado desses alunos e um esboço da prospectiva do futuro, fundamentada no material documental disponível nas falas dos entrevistados.

Vale também considerar o significado da realização deste trabalho. Realizá-lo foi como começar a viver o futuro com a crença de que as mudanças, se voltadas à realização da vida humana, trarão benefícios à qualidade de vida. A evolução gradual da vivência do homem com novas políticas e programas de inclusão há de se transformar na real obtenção de resultados para o crescimento do ser humano, para a sua satisfação, para a retomada da humanização e de novas oportunidades no mercado de trabalho, por meio de maior formação educacional e, como consequência, de uma melhor qualidade de vida; como fator de criação de novas possibilidades, de integração e de conscientização para o equilíbrio do desenvolvimento pessoal, coletivo e social. Os espaços de trabalho exigirão cada vez mais

profissionais preparados para atuar em situações diferentes e diversificadas. Que seja esse novo perfil de estudantes desses profissionais.

Como ensina Bauman (2001, p. 15) “Seria imprudente negar, ou mesmo subestimar, a profunda mudança que o advento da ‘modernidade fluida’ produziu na condição humana. O fato de que a estrutura sistêmica seja remota e incansável, aliado ao estado fluido e não estruturado do cenário imediato da política-vida, muda aquela condição de um modo radical e requer que pensemos os velhos conceitos que costumavam cercar suas narrativas”.

ALGUMAS CONSTATAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

- O programa foi articulado com a ampliação de vagas para cumprir as metas de ter 30% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior (contra os atuais 12%, segundo o MEC).

- Como ação de caráter temporário, o ProUni parece fechar uma lacuna e introduzir mais jovens na educação superior, mas, ao mesmo tempo, por ser uma ação imediatista, fica o questionamento se não seria mais lógico ampliar as vagas nas universidades públicas federais do que estar fazendo essas parcerias com as universidades privadas.

- É uma política que auxilia de forma provisória um grupo de cidadãos em situação de dificuldade econômica; é de cunho social e busca dar apoio temporário, possibilitando o acesso ao ensino superior para uma qualificação e uma colocação no mercado de trabalho; pode ser muitas vezes confundida como uma prática política populista.

- O programa parece ser de uma dimensão muito pequena diante da atual complexidade das dificuldades do ensino superior no país.

- Hoje o setor privado de educação superior conta com uma inadimplência significativamente alta e não tem como ampliar o número de estudantes, pois os jovens das classes mais baixas não têm poder aquisitivo para pagar um curso em instituição privada.

- Segundo o Inep, o número de vagas oferecido pelas instituições privadas já é mais ou menos semelhante ao número de concluintes do segundo grau. Assim, talvez o programa tenha vindo para ajudar o setor privado.

- Alguns apontam o ProUni como uma política que viabiliza o acesso ao ensino superior, ressaltando, contudo, seu caráter paliativo, pois seria necessária uma reforma estrutural de educação básica pública.

- O programa foi uma política de impacto sobre as esferas acadêmicas, administrativas, financeiras e psicossociais das instituições de ensino superior particulares, que provocou mudanças significativas em todos estes segmentos.

- Como ficam aqueles alunos também desfavorecidos economicamente que fizeram o EJA (educação de jovens e adultos) ou um curso supletivo para participar das bolsas do ProUni?

- Os bolsistas com menores médias no Enem relatam algumas dificuldades em certas tarefas acadêmicas, recorrendo a estratégias de superação, como o apoio dos colegas, grupos, monitorias e os próprios professores. Observa-se, então, a necessidade de acompanhamento destes alunos.

- O programa Universidade para Todos poderá ter um efeito diferente do esperado pelo Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que proporciona a inclusão social, permitindo o acesso de alunos carentes à universidade, pode reduzir o número de estudantes beneficiados pelas universidades filantrópicas (fornecimento de outros tipos de auxílios e bolsas), que já são obrigadas a destinar 20% de sua receita para a concessão de bolsas e outros projetos na área social.

- As universidades com o título de filantrópica são obrigadas a aderir ao programa, reservando 20% do total de vagas para as bolsas, pelo menos 10% delas integrais. Como geralmente essas instituições não concedem hoje apenas bolsas integrais – e sim descontos parciais, que variam de acordo com as necessidades econômicas de cada aluno –, poderá haver uma queda expressiva no total de estudantes beneficiados.

- A seleção dos candidatos é feita pelo MEC (prova do Enem), o que fere a autonomia universitária.

- O programa deveria dar mais atenção para a manutenção deste aluno carente, prevendo auxílio transporte, moradia e alimentação, compra de livros.

- O programa deveria ser ampliado à classe média, que hoje também tem muita dificuldade para pagar os estudos dos filhos.

- Há a necessidade de mudança nos projetos político-pedagógicos de alguns cursos, atualizando-os de acordo com a atual realidade social.

- Há a necessidade de ampliação das vagas no ProUni, pois atualmente apenas 12% (de 18 a 24 anos) chegam às universidades.

- Até que ponto o programa não foi um estímulo para um setor que vive uma profunda crise? Todavia, parece ser razoável que o governo ajude as instituições privadas em detrimento do direito do jovem brasileiro ter acesso à educação pública e gratuita.

- O governo vai deixar de arrecadar verbas significativas das instituições privadas, recebendo, em contrapartida, uma quantidade de bolsas não compatíveis com a troca de isenção fiscal.

É VÁLIDO CONSIDERAR PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

- Os estudos desenvolvidos tiveram como proposta identificar categorias, correlacioná-las e propor um perfil. Há, portanto, necessidade de se realizarem pesquisas mais abrangentes e complementares à tese para obter mais evidências e informações que possam decorrer do aprofundamento da correlação entre as categorias e perfil delineado.

- O propósito da tese restringe-se ao espaço acadêmico da Universidade de Passo Fundo; seria interessante, pois, pesquisar a aplicabilidade das categorias em outras realidades.

- Os resultados da pesquisa empírica com os alunos bolsistas referem-se a um período e apresentam um propósito específico: primeiros alunos do programa ProUni no país (2005) da UPF (possivelmente já tenha sofrido ajustes, lapidações e modificações).

A APRENDIZAGEM QUE O ESTUDO PROPORCIONOU

Neste momento, passa-se a apresentar a pesquisa desenvolvida como um processo de aprendizagem para a construção da tese. Assim, descrevem-se as principais experiências que ocorreram, já sedimentadas neste final de análise:

- o tema estudado – ações afirmativas, caracteriza-se por ser extremamente atual. As políticas que envolvem o ProUni e seus resultados se constituem em discussões contemporâneas no mundo acadêmico e no dia a dia das questões educacionais. Também a contribuição que a pesquisa pode oferecer para a redução de problemas associados às questões educacionais foi amadurecida pelas reflexões realizadas durante todo o processo;

- outro fator de enriquecimento foi ir à prática, falar com os alunos sobre a temática, ouvi-los, sentir as suas realidades, perceber os seus sentimentos, as suas angústias e despertar para a necessidade de dar respostas aos paradoxos com que eles se defrontam;

- uma questão importante foi a aproximação da pesquisa qualitativa. É evidente que, num mundo em transformação contínua, o pesquisador precisa perceber o quanto é necessário o ir-e-vir entre a busca de informações e sua análise. Olhar os antigos problemas de outro prisma, rever os conceitos e conhecer as novidades da área foi um empreendimento inquietante e desafiador. Houve momentos que geraram tensões e ansiedades diante da complexidade da diversidade e da grandeza do estudo que parcialmente estava por vir, apesar de estar durante os últimos anos acompanhando as transformações por que passa a instituição pesquisada como objeto de tese;

- a leitura de alguns autores clássicos permitiu que se compreendesse que cada um dos conceitos está permeado pelo significado da própria vida em associação a um determinado

espaço e tempo. Foi importante aprender como o programa surgiu, o que se revelou de uma riqueza enorme. Durante a revisão da base teórica foi possível a compreensão do significado subjacente à teoria e a relação que ela mantém com os modelos de homem e os sistemas de produção;

- estudaram-se e questionaram-se os paradigmas que dominaram a cultura por vários anos, durante os quais se modelou a moderna sociedade e que influenciaram e influenciam significativamente a educação no mundo atual;

- uma das formas que temos para recuperar o atraso na educação e garantir a inclusão dos mais desfavorecidos economicamente é investir nos jovens e tornar a escola e a universidade acessíveis a todos. Isso é uma forma de dar oportunidades e possibilitar que todos tenham os mesmos direitos;

- no processo de pesquisa foi importante aprender com a prática e a vivência dos outros; às vezes, é sempre um pálido retrato da realidade aquilo que se registra de sua rica e complexa dinâmica;

- foi necessária muita paciência para decodificar e classificar o volume de informações, resultado das entrevistas transcritas, da leitura de muitos artigos e documentos que tratam da matéria. Analisar toda essa documentação constituiu-se em estudo que levou a inúmeras reflexões e questionamentos;

- a construção das categorias de análise que alicerçaram a pesquisa começou a ser pensada e construída ainda quando da realização das disciplinas e seminários sobre ações afirmativas e a participação em grupos de debate ou práticas vividas que eram discutidas em aula. Nesses momentos já surgiam indagações sobre quem era esse aluno bolsista do ProUni, de onde vinha, o que sentia, o que pensava, quais eram as suas dificuldades e facilidades. O surgimento e a concepção da ideia, no entanto, foram fruto de muitas experiências profissionais, que ao longo de 24 anos de atividades universitárias junto com alunos foram se consolidando e provocando indagações sobre as atuais dificuldades de entrar e concluir um curso superior. Assim, foram construindo essa minha trajetória até conduzir a uma pergunta de pesquisa em uma tese de doutorado na área de educação;

- toda aprendizagem nesta etapa deve levar o registro de uma categoria muito especial, que se trata do autodesenvolvimento do pesquisador. Para um professor universitário, doutorando, sempre é extraordinário estudar com as pessoas e viver ao mesmo tempo este aprendizado;

- é importante registrar nesta etapa final o quanto um estudo nesta natureza muda concepções, paradigmas já internalizados como únicos modelos mentais, proporcionando

uma verdadeira revolução interna na forma de pensar e agir. Assim, um aluno de pós-graduação (mestrado ou doutorado) que não conseguiu fazer essa reversão interior na sua forma de pensar e agir não foi um verdadeiro aluno de pós-graduação;

- os resultados finais fluíram como complexas experiências vividas nesses meses de elaboração do estudo, além de poder escutar e participar dos relatos por meio das entrevistas com os alunos bolsistas, ouvir as suas histórias. Resta comentar o quanto foi prazeroso ir em busca de bibliografia; encontrar informações, dados, estatísticas, documentos; fazer contatos com colegas da universidade; buscar dados em repartições públicas; explicar para outros o que estava sendo pesquisado; aceitar críticas; escutar elogios... enfim, encontrar informações para o estudo que estava sendo realizado foi muito gratificante;

- ao finalizar esta pesquisa já se tem a sensação de ter apenas iniciado o conhecimento sobre o tema e fica o sentimento de querer dar continuidade ao estudo, de saber como este programa vai continuar: se será ampliado; se será transformado; se será adaptado. Como esses alunos finalizarão seus cursos? Que trajetórias futuras seguirão na vida profissional? Qual foi a contribuição da participação deste programa nos seus destinos? Fica a certeza de que valerá a pena continuar investigando e pesquisando este tema.

Um estudo não pode ter o objetivo de chegar ao fim. Este reflete apenas uma pequena parte da educação universitária, mas uma lição fica nesta trajetória: a certeza de que há muito o que aprender, o que requer muita paciência e humildade dos que se aventuram pelo apaixonante mundo das ideias e do saber sobre o tema desta tese.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Política social e combate à pobreza*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*: livro I e livro II; *Ética a Nicômaco*; *Poética*. Seleção de textos de José Américo Motta Peçanha. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Série Os Pensadores).
- _____. *Ética a Nicômanos*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Edunb, 1992.
- _____. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003. 247p.
- _____. *A política*. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- ARROSA, Susana. *A educação superior no Brasil*. Maria Susana Arrosa Soares (Org.). Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.
- BARBOSA, Joaquim B. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, 2008.
- BERGMAN, B. *In defense of affirmative action*. New York: Basic Books, 1996.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Motivação nas organizações*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Trad. de Maria Celeste C. J. Santos. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- _____. *O filósofo e a política*: antologia, organização e apresentação. Trad. de César Benjamin (Palavras preliminares e partes I a V) e Vera Ribeiro (partes VI a IX). Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- _____. *O futuro da democracia*. 8. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- _____. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. BOVERO, Michelangelo (Org.). Trad. de Daniela Beccaccia Versiani. 11. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- _____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORN, Cláudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, a. 3, n. 5, p. 240-265, jan./jun. 2001.

BORTOLINI, Maria Cátiera; PENA, Sérgio D. J. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, São Paulo. jan./abr., 2004.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 777-798, Especial - Out. 2005
Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

BRANDÃO, André Augusto (Org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia*. São Paulo: Brasilienses, 1986.

BRASIL. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/prouni>

_____. Disponível em: <http://www3.caixa.gov.br/fies/> ou ligue 0800.576.0101

_____. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/vestibular.htm>

BRUYNE, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUARQUE, Cristovam. A Universidade na encruzilhada. In: *Educação superior: reforma, mudança e internacionalização*. Anais da Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior. UNESCO. Paris, jun. 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999. 1414p.

CAPLAN, Luciana. *O direito humano à igualdade, o direito do trabalho e o princípio da igualdade*. Disponível em: <http://aulavirtual.upo.es:8900/webct/urw/lc102116011.tp0/cobaltMainFrame.dowebct>.

CASTILHO, Áurea. *Liderando grupos*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial no mundo acadêmico brasileiro, *Revista USP*, dez./jan./fev. 2005/2006.

CHAUÍ, Marilene. *Sociedade, universidade e estado: autonomia, dependência e compromisso social*. Palestra no Seminário: Universidade: Por que e como reformar? MEC/SESu: 6 e 7 de agosto 2003.

_____. *Convite a filosofia*. São Paulo: Martins Fontes: 1997.

CLARK, Burton. Em busca da universidade empreendedora. In: AUDY, Jorge Luís Nicolas Audy; MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Inovação e empreendedorismo na universidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. p. 28.

COSTA, Messias. *O Brasil e seu futuro: um estudo das fragilidades nacionais*. São Paulo: Alfa Omega, 1997.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiência*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. Sobre reformas e transformações da educação superior. *Quaestio - Revista de Estudo de Educação*, Sorocaba, v. 7, n.1, p. 9-21, maio 2005.

DURHAM, Eunice. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades. *Novos estudos CEBRAP*, n. 66, julho de 2003.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERES JUNIOR, João; ZONINSEIN, J. *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

FERREIRA, José Luiz. Os iguais são diferentes na educação popular. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, V, Recife, 19 a 22 set. 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FUENTES, Ricardo. *Países ricos precisam ampliar ajuda*. Brasília: PNUD, 2005.

GRAÇAS, E.M. Pesquisa qualitativa e a perspectiva fenomenológica: fundamentos que norteiam a sua trajetória. *Rev. Min. Enf.*, v. 4, n. 12, p. 28-33, jan./dez. 2000.

GALUPPO, Marcelo Campos. *Igualdade e diferença: estado democrático de direito a partir do pensamento de Habermas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. 232p.

GASPERIN, Antonio Augusto Tams. Síntese comentada à teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 737, 12 jul. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6953>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

GIMENES, Décio João Gallego. Princípio da igualdade e o sistema de cotas para negros no ensino superior. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 311, 14 maio 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5158>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr./maio 1995.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. *O debate constitucional sobre as ações afirmativas*. Disponível em: <http://www.mundojuridico.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. E-mail: j.barbosagomes@openlink.com.br

GOSS, Karine Pereira. O desenvolvimento da retórica conservadora no debate acadêmico sobre a implementação de cotas para estudantes negros no ensino superior brasileiro.

MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMONCRACIA. SEMINÁRIO NACIONAL, II. Anais... 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis – Brasil.

GOULART, Linda Taranto; SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; NESPOLI, Vanessa. *O desafio de universalização do ensino médio*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/2006/universalizacao.htm>. Acesso em: 18 abr. 2008.

HARDY, Cyntia. *Gestão estratégica na universidade brasileira: teoria e casos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2004.

INEP. Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/formas_acesso.stm

_____. <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>

JBONLINE. *Brasil é a sexta economia do mundo*. Acesso em: 19 dez. 2007. In: <http://www.jbonline.com.br>

KAUFMANN, Roberta Fragozo Menezes. *Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?* In: <HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10070>. Acesso em: 7 jul. 2008.

LONGHI, Solange Maria. *A face comunitária da universidade*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MACHADO DA SILVA, Juremir. O paradoxo das cotas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 jan. 2008.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. *Direito constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000. 414p. Tomo I.

MAGGIE, Yvone; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.

MAIO, Marcos Chor. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da Antropologia: o caso do vestibular da UNB. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MENEZES, Paulo Lucena de. *A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. E. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARQUES, Fabrício. *Estudos sobre ações afirmativas*. Pesquisa Fapesp. Edição 146, Abril 2008. Humanidades, Política Acadêmica. Limites desafiados. Acesso em: 26 mar. 2009.

MELLO, Celso A. Bandeira. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*, 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MORAIS, João Luiz de (Org.). *Perfil das universidades comunitárias*. São Paulo: Loyola, 1989.

MOSES, Michele S. Ideais contestados: entendendo as divergências morais sobre política educacional. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, fev. 1976.

NEVES, C. E. B. Ensino superior privado no Rio Grande do Sul. A experiência das Universidades Comunitárias. In: Documento de Trabalho 6/95, *NUPES* - Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1995, 43 p. (mimeo.).

_____. *A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil*. Disponível em: http://www.cfa.org.br/html/c_gestor/A%20estrutura%20e%20o%20funcionamento%20do%20Ensino%20Superior%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 10 jul. 2008.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. *RBCS*, v. 20, n. 59, out. 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; ALMEIDA, Ana Maria. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência em questão. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 26, p. 133-144, maio/ago. 2004.

_____. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira de Educação*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 26, maio/ago. 2004.

_____. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 49-65.

OLIVEN, Arabela Campos. *A paroquialização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

_____. Multiculturalismo e a política de ingresso nos Estados Unidos. *Educação & Realidade*, v. 21, n. 2, p. 74-87, jul./dez. 1996.

_____. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: ARROSA, Susana (Org.). *A educação superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, 2002.

_____. Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, Porto Alegre: PUCRS, v. 29. n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, Samuel Antônio Merbach. Norberto Bobbio: teoria política e direitos humanos. *Rev. Filos.*, v. 19, n. 25, p. 361-372, jul./dez. 2007. Acesso em: 8 abr. 2009.

PANIZZI, Wrana Maria. *Universidade para quê?* Porto Alegre: Libretos, 2006.

PASTORE, José. A origem das desigualdades. *Jornal da Tarde*, São Paulo, mar. 2004.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina; ALMEIDA, Leonardo Porto de. Brasil: 1º e 3º mundo: o que empurra para a civilização e o que atrasa. In: BARROS, Octavio de. (Org.). *Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José C. *A universidade em debate*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

PIMENTA, Selma Garrido. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2006.

_____. *Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas*. Disponível em: <http://aulavirtual.upo.es:8900/webct/urw/lc102116011.tp0/cobaltMainFrame.dowebct>. Acesso em: 21 jan. 2009.

PRAZERES, Gustavo Cunha. *O sistema de cotas na universidade, a inserção social do negro e o direito*. Disponível em: <http://www.justicavirtual.com.br/artigos/art100.htm>. Acesso em: 10 ago. 2008.

REALE, Miguel. *Brasil: sociedade plural*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J.A. de Souza. *Pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUES, Eder Bomfim. Da igualdade na Antiguidade clássica à igualdade e as ações afirmativas no Estado Democrático de Direito. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 870, 20 nov. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7610>. Acesso em: 2 abr. 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão*. Programa de ação afirmativa em debate. São Carlos, UFSCAR, set. 2006. Disponível em: www.acoesafirmativas.ufscar.br. Acesso em: jul. 2009.

ROSSATO, Ricardo. *Universidades gaúchas: impasses e alternativas*. Santa Maria: Pallotti, 1995.

_____. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2000.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj-Ucam, 1999.

SANTANA, Olívia. *Ações afirmativas: limites e possibilidades*. Salvador: UFBA. Faced. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/destaques/olivia_santana/olivia_santana_acoes_afirmativas.htm>. Acesso em: 11dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005

SEGATO, Rita. Raça é signo. In: AMARAL Jr. Aécio; BURITY, Joanildo (Org.). *Inclusão social, identidade e diferença*. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, Alessandro de et al. *Direitos humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: LTR, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado: introdução*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SOUZA E SILVA, Jailson de. *Por que uns e não outros? caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

SOWELL, Thomas. *Ação afirmativa ao redor do mundo: estudo empírico*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004.

SGUISSARDI, Waldemar. *Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação, 2005.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

VALLADARES, Lícia; COELHO, Magda Prates et al. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VILANI, Maria Cristina Seixas. *Origens medievais da democracia moderna*. Belo Horizonte: Inédita, 2000. 91p.

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto nº 2.026 , de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Brasília, *Diário Oficial*, 1996.

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial*, 10/07/2001.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, *Diário Oficial*, 23/12/1996.

BRASIL. *Leis e Decretos*. Lei nº 9.678, de 3 de julho e 1998. Institui a gratificação de estímulo à docência no Magistério Superior e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial*, 1998.

BRASIL. MEC. *Educação no Brasil 1995-2001*. Brasília, setembro 2001.

BRASIL. MEC. CNE.CES. Resolução nº 10, de 28 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutença, estatutos e regimentos de IES, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do sistema Federal de Educação Superior. Brasília, DF, *Diário Oficial*, 2002.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. *Educação Superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

MANIFESTO 1. *Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais*. Acesso em: 21 abr. 2008.

MANIFESTO 2. *120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil*. Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas: a efervescência das cotas no Brasil do século XXI. Brasil, 13 maio 2008.

ANEXOS

ANEXO A MEDIDA PROVISÓRIA 213/SETEMBRO 2004



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 213, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004.

Convertida na Lei nº 11.096, de 2005
Regulamento

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio.

§ 2º A bolsa de estudo parcial de cinquenta por cento será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos.

§ 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Medida Provisória, a bolsa de estudo parcial de cinquenta por cento (meia-bolsa) deverá ser concedida, considerando-se todos os descontos regulares oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de necessidades especiais, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se refere os §§ 1º e 2º do art. 1º.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo do Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, às quais competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do PROUNI responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do PROUNI, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Parágrafo único. O estudante beneficiário do PROUNI poderá prestar serviços comunitários, nos termos de normas expedidas pelo Ministério da Educação, aplicando-se à atividade o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não-beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Medida Provisória, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

§ 2º O termo de adesão terá prazo de vigência de dez anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Medida Provisória.

§ 3º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 4º O termo de adesão poderá prever que até metade das bolsas integrais oferecidas pela instituição poderá ser convertido em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral, observado o disposto nos §§ 1º e 3º.

§ 5º A desvinculação do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo PROUNI, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º.

§ 6º A instituição privada de ensino superior sem fins lucrativos não-beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito do caput e ao disposto no § 4º, oferecer uma bolsa integral para cada dezenove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de cinquenta por cento na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Medida Provisória atinja o equivalente a dez por cento da sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica, considerados, neste cálculo, os descontos de que trata o § 4º do art. 1º e as proporções estabelecidas nos §§ 1º e 3º do mesmo artigo.

Art. 6º Verificado o desequilíbrio na proporção originalmente ajustada no termo de adesão, a instituição deverá restabelecer a referida proporção, oferecendo novas bolsas a cada processo seletivo, respeitando-se o disposto no art. 5º.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao PROUNI, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de autodeclarados negros e indígenas.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados pretos, pardos e indígenas na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios do art. 2º.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do PROUNI o curso considerado insuficiente, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por três avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º.

Art. 8º A instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput recairá sobre o valor da receita auferida, em decorrência da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de um quinto sobre a diferença apurada;

II - desvinculação do PROUNI, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do PROUNI, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se derem em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput, as bolsas parciais de cinquenta por cento e a assistência social em programas extracurriculares.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Medida Provisória.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integral na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão junto ao Ministério da Educação, adotar as regras do PROUNI para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de cinquenta por cento, em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II e §§ 1º e 2º do art. 7º, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a dez anos renovável por iguais períodos e respeitado o disposto no art. 10, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer vinte por cento, em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 1999, ficando dispensada do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10;

b) poderá destinar até dois por cento da receita, auferida nos termos da Lei nº 9.870, de 1999, à concessão de bolsas de estudo integral ou parcial em decorrência de acordo coletivo de trabalho;

c) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de cinquenta por cento e o montante direcionado para a assistência social em programas extracurriculares;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º.

§ 1º Durante o prazo de vigência do termo de adesão, fica a instituição sujeita exclusivamente à fiscalização do Ministério da Educação para efeito da verificação das exigências, bem como da manutenção da isenção, de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, ouvido, quando for o caso, o Ministério da Saúde.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que adotarem as regras do PROUNI, nos termos do caput, poderão, mediante pedido expresso, solicitar ao Ministro de Estado da Previdência Social o reexame de seus processos, com a eventual restauração do certificado de entidade beneficente de assistência social e restabelecimento da isenção de contribuições sociais, desde que o indeferimento ou o cancelamento da isenção, ocorridos nos últimos dois triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º Aplica-se ao termo de adesão de que trata o caput o disposto nos incisos I e II e §§ 1º e 3º do art. 9º.

Art. 12. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Medida Provisória, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7º-A da Lei nº 9.131, de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de cinco anos, na razão de vinte por cento do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Art. 13. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, as instituições que aderirem ao PROUNI na forma do art. 5º ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11.

Art. 14. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos dois subsequentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º, bem assim com demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por um representante do Ministério da Educação, um do Ministério da Fazenda e um do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de setembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 13.9.2004 e retificado no D.O.U. de 27.9.2004

ANEXO B
LEI 11096/JANEIRO/2006



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.

Mensagem de veto	Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.
Regulamento	
Conversão da MPv nº 213, de 2004	

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo ProUni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do ProUni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do ProUni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo ProUni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao ProUni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do ProUni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do ProUni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007)

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do ProUni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º A instituição que aderir ao ProUni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos seqüenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do ProUni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do ProUni, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do ProUni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do ProUni, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do ProUni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao ProUni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas ProUni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7º-A da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembléia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a graduação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao ProUni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de ensino superior aderentes ao ProUni, inclusive na vigência da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subseqüentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4º e no caput do art. 5º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O Anexo I da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.1.2005

ANEXO C**Bolsa-Atleta – Categoria Atleta Estudantil**

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Mensal
Atletas a partir de 12 (doze) anos, participantes dos jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. (NR).	R\$ 300,00 (trezentos reais)

ANEXO D FICHA DE INSCRIÇÃO NO PROUNI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC	Data:	8/14/2008
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI	Hora:	4:24:22 PM

Etapa 1 - Identificação do Candidado

Número de Inscrição ENEM

Nome

Número do CPF

Data de Nascimento

E-mail (Endereço Eletrônico)

Telefone DDD / Número

Etapa 2 - Questionário

1	O candidato cursou todo o ensino médio em escola da rede pública de ensino?	Sim
2	O candidato cursou todo o ensino médio em instituição privada na condição de bolsista integral?	Não
3	O candidato cursou todo ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição?	Não
4	O Candidato é deficiente?	Não
5	O candidato é professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de instituição?	Não
6	Qual a raça/cor do Candidato?	BRANCO(A)
7	O candidato deseja inscrever-se pela cota de bolsas destinadas a deficientes físicos, negros, pardos e indígenas?	Não
8	O candidato já concluiu algum curso de nível superior?	Não
9	O Candidato é Brasileiro Nato ou Naturalizado?	Sim
10	Ao efetuar sua inscrição no ProUni, o candidato autoriza o MEC a divulgar suas notas no ENEM e todas as informações constantes de sua ficha de inscrição, bem como compromete-se a apresentar toda a documentação exigida pelo Coordenador do ProUni/Representante por ocasião da comprovação de informações, em concordância com o disposto na Portaria que regulamenta este processo seletivo?	Sim
11	O candidato possui vínculo acadêmico (matrícula ativa ou trancada) com alguma instituição de ensino superior privada?	Sim
12	O candidato, se for selecionado para bolsa parcial de 50% em curso de graduação, deseja financiar 25% da mensalidade por intermédio do Programa de Financiamento Estudantil - FIES?	Não

Etapa 3 - Grupo Familiar

Nome	Parentesco	R.Mensal
	CANDIDATO	370,00
	MÃE	300,00
	IRMÃO/IRMÃ	0,00
	PAI	800,00

Etapa 4 - Cursos Selecionados

Op	UF	Instituição de Ensino	Unid.Adm/Campus	Curso	Habilitação	B	T
1	RS	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UNIDADE SEDE ADMINISTRATIVA	Ciências Biológicas		I	N
2	RS	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UNIDADE SEDE ADMINISTRATIVA	Agronomia		I	I
3	RS	Universidade Luterana do Brasil	Carazinho	Biomedicina		I	N
4	SC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC - Campus Joaçaba	Medicina		I	I

Legendã:

 = Curso à distância

Informações aos Candidatos:

1. Calendário Prouni.

Etapa	Divulgação do Resultado	Período para Comprovação de Informações e registro no SISPROUNI pela Instituição de Ensino
Pré-Selecionados em Primeira Chamada	18 de junho de 2008	até dia 9 de Julho de 2008
Pré-Selecionados em Segunda Chamada	14 de julho de 2008	14 de Julho até 22 de Julho de 2008
Pré-Selecionados em Terceira Chamada	24 de julho de 2008	24 de julho de 2008 a 1º de Agosto de 2008

2. O candidato pré-selecionado deverá comparecer à instituição de ensino em que foi pré-selecionado pelo MEC no período acima especificado para comprovar as informações prestadas na ficha de inscrição. O não comparecimento causará reprovação do candidato.

3. Os candidatos não pré-selecionados poderão ser pré-selecionados em segunda ou terceira chamadas para a ocupação de bolsas provenientes da reprovação de candidatos na comprovação de informações.

4. O candidato Ingressante (Calouro) só poderá ser contemplado com a bolsa do ProUni caso o curso para o qual foi pré-selecionado tenha tido formação de turma inicial no vestibular referente ao 2º semestre de 2008.

5. Os Cursos na modalidade de Ensino à Distância exigem encontros presenciais na unidade/pólo de ensino com periodicidade definida pela Instituição de Ensino.

6. O candidato pré-selecionado que esteja matriculado em instituição de ensino superior pública e gratuita não poderá ocupar bolsa do ProUni, a não ser que o mesmo apresente documento de encerramento de matrícula do referido curso.

7. O candidato participante do Programa de Financiamento Estudantil – FIES somente poderá ser contemplado com uma bolsa do ProUni no mesmo curso/habilitação/turno em que ele firmou contrato com o FIES.

8. O candidato pré-selecionado já contemplado com uma bolsa do ProUni somente ocupará uma nova bolsa após o encerramento da anterior.

Documentação que deve ser apresentada pelo candidato e membros do grupo familiar, quando for o caso, na Fase de Comprovação de Informações

- Documento de identificação próprio e dos demais membros do grupo familiar. (consulte os documentos que podem ser apresentados no endereço eletrônico: http://prouni-inscricao.gov.br/prouni_ialu_2008/inscricao/ajuda/documentacao.asp)
- Comprovante de residência dos membros do grupo familiar. (consulte os documentos que podem ser apresentados no endereço eletrônico: http://prouni-inscricao.gov.br/prouni_ialu_2008/inscricao/ajuda/documentacao.asp)
- Comprovante de rendimentos do candidato e dos integrantes de seu grupo familiar. (consulte os documentos que podem ser apresentados no endereço eletrônico: http://prouni-inscricao.gov.br/prouni_ialu_2008/inscricao/ajuda/documentacao.asp)
- Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar do grupo familiar do candidato. Caso a ausência dos pais do candidato ocorra em função de motivos diferentes dos já citados, o candidato deverá apresentar elemento comprobatório da situação fática específica, a critério do Coordenador do Prouni na instituição de ensino superior;
- Cópia de decisão judicial determinando o pagamento de pensão alimentícia, caso esta tenha sido abatida da renda bruta informada de membro de grupo familiar;
- Comprovante dos períodos letivos cursados em escola pública, quando for o caso;
- Comprovante de percepção de bolsa de estudos integral durante os períodos letivos cursados em instituição privada, quando for o caso, emitido pela respectiva instituição;
- Comprovante de efetivo exercício do magistério da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública, emitido por esta, quando for o caso;
- Laudo médico atestando a espécie e o grau da deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, quando for o caso, e;
- Quaisquer outros documentos que o coordenador ou representante(s) do ProUni eventualmente julgar(em) necessários à comprovação das informações prestadas pelo candidato, referentes a este ou aos membros de seu grupo familiar, inclusive contas de gás, condomínio, comprovantes de pagamento de aluguel ou prestação de imóvel próprio, carnês do IPTU, faturas de cartão de crédito e quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas a qualquer membro do grupo familiar.

ANEXO E

TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSA PROUNI

Programa Universidade para Todos - PROUNI
Processo Seletivo 1º Semestre de 2008
Termo de Concessão de Bolsa

1. Aprovação do Candidato

Por este instrumento, o(a) Senhor(a) _____ Representante do Coordenador do Programa Universidade para Todos - PROUNI, na(o) UNIDADE SEDE ADMINISTRATIVA da(o) UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, declara que o candidato _____, CPF nº _____, está apto ao benefício da bolsa de estudos **BOLSA INTEGRAL**, de que trata a Lei nº 11.096/2005, para o curso de **Medicina**, turno **Integral**.

Fica declarado, ainda, que o candidato acima referido foi aprovado no processo seletivo do 1º semestre de 2008, conforme as seguintes informações, pertinentes à Inscrição, à fase de Comprovação de Informações e à Seleção Própria da Instituição (quando for o caso).

2. Informações do Candidato

O candidato cursou todo o ensino médio em escola da rede pública de ensino?	Sim
O candidato cursou todo o ensino médio em instituição privada na condição de bolsista integral?	Não
O candidato cursou todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição?	Não
O candidato é deficiente?	Não
O candidato é professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de instituição?	Não
Qual a raça/cor do candidato?	Pardo(a) / Mulato(a)
O candidato deseja inscrever-se pela cota de bolsas destinadas a deficientes, negros, pardos e indígenas?	Não
O candidato já concluiu algum curso de nível superior?	Não
O candidato é Brasileiro Nato ou Naturalizado?	Sim
O candidato possui vínculo acadêmico (matrícula ativa ou trancada) com alguma instituição de ensino superior privada?	Não
O candidato possui vínculo acadêmico (matrícula ativa ou trancada) com alguma instituição de ensino superior pública e gratuita?	Não

Informações Comprovadas? Sim

Detalhamento da Comprovação: Não Informado pelo Coordenador do ProUni/Representante.

3. Informações do Grupo Familiar do Candidato

Nome	Parentesco	Dt.Nascimento	R. Sal.Mensal
	CANDIDATO		0,00
	MÃE		700,00
	IRMÃO/IRMÃ		0,00
	IRMÃO/IRMÃ		0,00

| IRMÃO/IRMÃ |

| 0,00 |

Informações Comprovadas? Sim

Detalhamento da Comprovação: Não Informado pelo Coordenador do ProUni/Representante

4 . Prazo de Utilização da Bolsa

A Bolsa ora concedida poderá ser utilizada pelo prazo máximo (em semestres) do curso, registrado pela instituição no último Termo de Adesão/Aditivo, subtraído pelo(s) semestre (s) já cursado(s) pelo candidato. Esgotado este prazo, o benefício concedido deverá ser encerrado pela instituição de ensino.

5 . Atualização da Bolsa

A Bolsa deverá ser atualizada semestralmente (a partir do 2º semestre de 2008) independentemente do regime letivo do curso/habilitação. Essa atualização será precedida de confirmação da regularidade de matrícula e do rendimento acadêmico do candidato, sob responsabilidade do Coordenador do ProUni da respectiva Unidade Administrativa / Campus.

6 . Encerramento da Bolsa Concedida – Motivos Relacionados ao Processo Seletivo

A constatação, a qualquer tempo, da inidoneidade dos documentos apresentados, bem como da falsidade das informações prestadas pelo candidato, inclusive das declarações registradas no item Impedimentos à concessão de Bolsa do ProUni e no item específico para candidatos cotistas, implicará o imediato encerramento da Bolsa concedida, além de sujeitar o candidato às penalidades previstas no Código Penal.

A bolsa concedida a candidatos ingressantes (calouros) deverá ser encerrada na hipótese de não formação de turma no período letivo inicial do curso/habilitação em que houve a pré-seleção, ainda que a não formação de turma inicial seja constatada após a emissão deste Termo.

O benefício deverá ser encerrado, ainda, na ocorrência dos motivos previstos na Portaria Normativa nº 34/2007.

7 . Matrícula Acadêmica

A aprovação do candidato no processo seletivo do ProUni, que em sua etapa final facultou à instituição de ensino a realização de um processo de seleção próprio, garante a matrícula acadêmica do candidato neste semestre, para o curso/turno no qual foi concedida a Bolsa a que se refere este Termo.

No caso dos cursos de graduação, o candidato aprovado deve ter concluído o ensino médio ou equivalente para a garantia da matrícula acadêmica, consoante o inciso II, art 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

8 . Impedimentos à concessão de Bolsa do ProUni

Conforme previsões da Lei nº 11.096/2005, do Decreto nº 5.493/2005 e da Portaria Normativa nº 34/2007, é vedada a concessão de bolsa do ProUni a estudantes que já tenham concluído algum curso de nível superior, que estejam matriculados em instituição de ensino superior pública e gratuita ou que sejam beneficiários de financiamento do Programa de Financiamento Estudantil - FIES em curso e/ou instituição distintos daquele em que houve a concessão de bolsa no ProUni.

Por meio deste instrumento, o candidato
CPF _____, declara não ter concluído algum curso de nível superior, não estar matriculado em algum curso de nível superior oferecido por instituição de ensino superior pública e gratuita, bem como não ser beneficiado por contrato do FIES em curso e/ou instituição distintos daquele em que foi aprovado neste processo seletivo do ProUni.

9 . Assinatura do(a) Bolsista e Responsável Legal (quando for o caso)

Este Termo de Concessão de Bolsa só tem validade para os fins de utilização do benefício quando assinado pelo candidato e por seu responsável legal, quando for o caso.

Cumpra ao Coordenador do ProUni signatário deste termo (ou a seu representante), com o eventual apoio da instituição de ensino, tomar as ações necessárias ao registro da(s) assinatura(s) imprescindível(eis) à eficácia deste instrumento.

10 . Assinaturas

E, por estarem de perfeito acordo com os termos dispostos, aceitam e assinam este instrumento, ficando cada parte com uma única via assinada de igual teor e forma.

PASSO FUNDO-RS, 18 de Março de 2008.

Assinatura do(a) Candidato(a) Beneficiado(a)

Representante do Coordenador do ProUni
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
UNIDADE SEDE ADMINISTRATIVA

(Assinatura Digital Registrada - Sistema do PROUNI)
Chave de Segurança:
Serial do Certificado:

ANEXO F
PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DE PROJETO DE PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa – UPF, em reunião no dia 28/05/08, analisou o projeto de pesquisa **“Trajetória dos alunos do PROUNI na Universidade de Passo Fundo: Percepções, sentimentos e aproveitamento pedagógico”**, registro no CEP 122/2008 de responsabilidade da pesquisadora **Maria Aparecida Tagliari Estacia**.

O projeto tem como objetivo conhecer a trajetória, as experiências acadêmicas e pedagógicas de estudantes universitários do Programa Universidade para Todos - PROUNI. Para isto, a pesquisadora fará um estudo de abordagem qualitativa envolvendo 33 alunos que ingressaram na Universidade de Passo Fundo no ano de 2005. Os alunos participantes voluntários serão convidados a responder a uma entrevista sobre o seu núcleo familiar, vida escolar e na universidade.

Os direitos fundamentais do participante foram garantidos no projeto e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos do pesquisador e das instituições envolvidas estavam presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos éticos e metodológicos.

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

A pesquisadora deverá apresentar relatório ao CEP ao final do estudo.

Situação: PROTOCOLO APROVADO

Passo Fundo, 13 de junho de 2008.


Prof. Sérgio Machado Porto
Coordenador Comitê de Ética em Pesquisa
VRPPG - UPF

ANEXO G

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA PELA UPF

Passo Fundo, 17 de setembro de 2007.

Ilmo Sr.

Vice-reitor Administrativo Financeiro

Prof^a Nelson Germano Beck

Solicito autorização para a coleta de dados para a elaboração do meu projeto de tese – Doutorado em Educação na UFRGS – que agora se inicia.

Minha linha de pesquisa é educação superior e dentro desta vou ter como sujeitos alunos universitários. Um tema original dentro deste assunto, segundo a minha orientadora Prof^a Dra. Arabela Campos Oliven, que tem me conduzido, é estudar as “Ações Afirmativas” nas universidades particulares - ProUni (criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa)

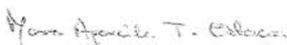
Portanto pretendo fazer um mapeamento bem como um estudo qualitativo sobre como estão os alunos do PROUNI que entraram em 2005 na UPF (só do ano de 2005) quando iniciou esta política, e verificar quem são estes alunos, em que cursos estão, como estão acompanhando, número de homens e mulheres, sentimentos dos outros alunos em relação a eles, como estes estão acompanhando os cursos, boletim de notas, quais as suas facilidades, dificuldades....

Neste sentido a nossa universidade seria pioneira, pois os estudos dizem que não há quase nada neste sentido com relação a estas novas políticas de educação.

Como estou apenas iniciando, posso aceitar sugestões de vocês, ou seja, fazer uma pesquisa que atenda as necessidades da nossa instituição também e se for possível poderia discutir este tema com os responsáveis, como uma forma de deixar o meu trabalho mais consistente.

Desde já agradeço a sua atenção e me coloco a disposição para qualquer contato.


Prof. Ms. Nelson Germano Beck
Vice-Reitor Administrativo
UPF


Prof^a Maria Aparecida Tagliari Estacia

Doutouranda em Educação - UFRGS

IFCH – Curso de Psicologia

ANEXO H ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS - ALUNOS BOLSISTAS

I- DADOS DO ENTREVISTADO

Nome:	Curso:
Data nascimento: / /	Idade: Local nascimento (cidade/estado):
Número de irmãos: Escolaridade dos mesmos:	
Estado civil:	
Com quem mora hoje?	
Telefone:	
Email:	

II – NÚCLEO FAMILIAR

Dados do pai					
Profissão	Trabalha em	Onde nasceu	Onde estudou	Origem Étnica	Hábitos Culturais
Descrição escolaridade do pai:					
Dados da mãe					
Profissão	Trabalha em	Onde nasceu	Onde estudou	Origem Étnica	Hábitos Culturais
Descrição e escolaridade da mãe: (Identificação profissional com a mãe ou na escolha da profissão)					
Descrição do relacionamento com os irmãos: (Para ver se existe algo que o diferenciava dos irmãos)					
Lembranças da infância: (brinquedos e brincadeiras preferidas, alguma história pitoresca que se lembre da infância, atividades culturais, dança, instrumentos musicais, participação de grupos, outras atividades realizadas)					
(Isso também implica na trajetória da escolha profissional (brincadeiras preferidas), ver alguma correlação com a escolha do curso ou um distanciamento desses fatos com o curso escolhido)					
Família: Investimento familiar no estudo dos filhos, Capital cultural do núcleo familiar (ver se tem o hábito de leituras, que tipo? jornal? quais? , livros, apenas técnicos ou de literatura? Se já foi a algum museu ou teatro, se fez viagens), lazer da família, relacionamento com a comunidade onde reside.					

III – TRAJETÓRIA ATÉ CHEGAR A UNIVERSIDADE

<p>Lembranças da(s) escola(s) onde estudou, Como foi a sua história como aluno até a 4ª série ou 8ª série? E no ensino médio? Disciplinas favoritas e disciplinas que não gostava, dificuldades encontradas: Professor que mais gostava (por que), professor que menos gostava (por que)? Como foi a sua vida escolar com relação aos irmãos? Qual era o seu lazer nessa fase? Onde foi o ensino médio ? (foi em escola pública ou privada, se o curso foi diurno ou noturno?, foi alguma vez reprovado? Como foi a escolha profissional, o que influenciou a sua escolha por este curso, Quais expectativas existiam?</p>

IV – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

Por que o ProUni?
 Como soube do programa?
 Como foi o processo de participação?
 Como foi a opção por esta universidade?
 Motivos pessoais, motivos familiares?
 Como se preparou para o programa?
 Tentou conseguir vaga em outra universidade?
 Como foi a escolha do Curso?
 Tinha interesse em outros cursos?

V – O INGRESSO NA UNIVERSIDADE: PERCEPÇÕES/SENTIMENTOS

Como foi a chegada a esta universidade?
 Quais foram as primeiras impressões da vida acadêmica?
 Como foi o processo de adaptação na sala de aula?
 Principais dificuldades encontradas:
 Momentos significativos:
 Como é ser um aluno do programa ProUni?
 Como vive a rotina acadêmica, relacionamento com colegas, professores, administrativos?
 Quais são momentos de lazer na universidade?
 Como são as férias, diversões?
 Vida acadêmica, alegrias, decepções, facilidades, (meio transporte utilizado, alimentação, vestuário, uniformes, moradia, compra de livros, xerox, outros materiais necessários).

VI – O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Facilidades e dificuldades encontradas:
 Compreensão dos conteúdos:
 Aulas práticas, uso de materiais específicos:
 Trabalhos acadêmicos, acesso a livros:
 Tempo disponível para estudar, leituras, horários de aulas, visitas a biblioteca, uso de laboratórios,
 Estágios curriculares, estágios voluntários:
 Avaliações:

VII – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Já teve alguma experiência profissional? Já trabalhou? Em que:
 Está trabalhando hoje? Em que:
 Como se mantém atualmente?

VIII – O PROCESSO DE SAÍDA

Como avalia o programa ProUni?
 Como foi esta experiência?
 Como foi esta “vida acadêmica”?
 Como definiria o aluno ProUni?
 Se sente preparado para uma nova etapa deste processo de formação?
 O que pretende fazer, que área pretende seguir?
 Expectativas para o futuro, pretende continuar estudando?
 Que sugestões de melhoria deixaria a esta universidade para os próximos alunos (forças e fraquezas observadas):
 *Pensou alguma vez em desistir do curso? Se sim porque? Qual a razão que o fez continuar?

IX – LOCAL DA ENTREVISTA: _____
 X – DATA: _____

ANEXO I

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – ALUNOS NÃO BOLSISTAS DO PROUNI

I - DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____
 Curso: _____
 Data nascimento: _____ Idade: _____
 Local nascimento (cidade/estado): _____
 Número de irmãos: _____
 Escolaridade dos mesmos: _____
 Estado civil: _____
 Com quem mora atualmente: _____
 Telefone: _____
 Email: _____

QUESTÕES SUGERIDAS PARA A ENTREVISTA

II – NÚCLEO FAMILIAR

2.1 – **Os pais**: profissão do pai; onde trabalha; onde nasceu; onde estudou; origem étnica; hábitos culturais; descrição da escolaridade; profissão da mãe; onde trabalha; onde nasceu; origem étnica; hábitos culturais; descrição da escolaridade da mãe (verificar possíveis identificações profissionais com o pai ou com a mãe).

2.2 – **Os irmãos**: descrever o relacionamento com os irmãos; posição na família; verificar alguma diferenciação dos irmãos; o que fazem os irmão hoje; estudam, trabalham; em que; onde.

2.3 – **A família**: descrever o funcionamento da família; investimento familiar no estudo dos filhos; capital cultural do núcleo familiar (ver se tem o hábito de leituras, que tipo; jornal ; livros; quais; apenas técnicos ou de literatura; participação de grupos folclóricos; visita a museus; bibliotecas, viagens; lazer da família, relacionamento com a comunidade onde reside.

2.4 – **Lembranças da infância**: brinquedos e brincadeiras preferidas; alguma história pitoresca que se lembre da infância; atividades culturais; dança; instrumentos musicais; participação de grupos; outras atividades realizadas; (isso também implica na trajetória da escolha profissional - brincadeiras preferidas -, ver alguma correlação com a escolha do curso ou um distanciamento desses fatos com o curso escolhido).

III – TRAJETÓRIA ATÉ CHEGAR A UNIVERSIDADE

Lembranças da(s) escola(s) onde estudou; como foi a sua história como aluno nas séries iniciais; no ensino fundamental; no ensino médio; estudou em escolas públicas ou privadas; as aulas diurnas ou noturnas; foi alguma vez reprovado; como era visto nas escolas onde estudou; por que estudou naquelas escolas; disciplinas favoritas e disciplinas que não gostava; dificuldades encontradas; professor que admirava (por que); professor que menos gostava (por que); como foi a sua vida escolar com relação aos irmãos; qual era o seu lazer nessa fase; como era a socialização com os outros colegas; como foi a escolha profissional; o que influenciou a sua escolha por este curso; quais expectativas existiam.

IV – O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

Conhece o PROUNI; como soube do programa; o que sabe do programa; como percebe o programa; é favorável porque ; não é favorável porque ; como são os seus colegas do programa; apresentam facilidades de aprendizagem; apresentam dificuldades de aprendizagem; como é o seu relacionamento com eles; como é o relacionamento dos seus colegas com eles; como você percebe o relacionamento dos professores com eles; e o relacionamento dos demais funcionários da universidade com eles; você concorda ou não com este programa e porque; o que você teria a dizer sobre estes alunos do PROUNI; você acha que deve continuar este programa; como você avalia este novo processo de entrada.

V- O INGRESSO NA UNIVERSIDADE: PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS

Como foi a chegada a esta universidade; quais foram as primeiras impressões da vida acadêmica; como foi o seu processo de adaptação na sala de aula; quais foram as principais dificuldades encontradas; momentos significativos; como é ser colega de um bolsista do ProUni;

(**reforço**) como vive a rotina acadêmica; como é o relacionamento com colegas, professores, funcionários; quais e como são os momentos de lazer na universidade; como são as férias; descrever a vida acadêmica: alegrias, decepções, facilidades, dificuldades; qual é o meio de transporte utilizado, alimentação, uniformes, moradia, compra de livros, Xerox, outros materiais.

VI - O APROVEITAMENTO ACADÊMICO

Disciplinas com mais facilidades e com mais dificuldades; outras dificuldades encontradas; compreensão dos conteúdos; aulas práticas, uso de materiais específicos, trabalhos acadêmicos como são; acesso a livros; tempo disponível para estudar, leituras, visitas a biblioteca; uso de laboratórios, estágios curriculares; estágios voluntários; avaliações, reprovações.

VII – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Já teve alguma experiência profissional; já trabalhou; em que; está trabalhando hoje; onde; como se mantém atualmente.

VIII – O PROCESSO DE SAÍDA

Como avalia esta experiência acadêmica; pensou alguma vez em desistir do curso; porque; qual a razão que o fez continuar; se sente preparado para uma nova etapa que se inicia; o que pretende fazer; que área pretende seguir; quais são as expectativas para o futuro; pretende continuar estudando; que sugestões deixaria a esta universidade para os próximos alunos (forças e fraquezas observadas).

IX – Local da entrevista: _____

X – Data: _____

ANEXO J

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevistado/a: _____

A professora/pesquisadora Maria Aparecia T. Estacia, sob orientação da Doutora Arabela Campos Oliven, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolve, atualmente a pesquisa denominada *Trajatória dos alunos do PROUNI na Universidade de Passo Fundo: percepções, sentimentos e aproveitamento pedagógico*. A pesquisa tem por objetivo conhecer melhor as trajetórias, as experiências acadêmicas e pedagógicas dos estudantes universitários do Programa Universidade para Todos - PROUNI - que ingressaram na UPF no ano de 2005.

A professora/pesquisadora mantém o compromisso de:

- a) Compatibilizar as necessidades da pesquisa com o respeito ao cotidiano do funcionamento da instituição e à rotina acadêmica e pessoal dos entrevistados;
- b) respeitar a liberdade dos sujeitos se recusarem a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhuma penalização e sem prejuízo ao seu cuidado;
- c) garantir o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

A professora/pesquisadora se compromete a esclarecer, devida e adequadamente, qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a possuir no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone: (54) 9982 9242 ou por e-mail: cida@estacia.trix.net.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas eu, _____:

- 1) Concordo em participar desta pesquisa: () sim () não.
- 2) Em caso positivo, concordo com a gravação da entrevista: () sim () não.
- 3) A professora pesquisadora se compromete a preservar o anonimato dos participantes. Isso inclui a não utilização de iniciais, números de registros em instituições ou outras formas de cadastro.

Passo Fundo, _____ de _____ de 2008.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do entrevistador

ANEXO K

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)
da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade,

Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, Considerando que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Artigo 1

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

I) Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3

Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos estão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5

Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6

Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8

Todo o homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

I) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.

II) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13

I) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

II) Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo 14

I) Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

II) Este direito não pode ser invocado em casos de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

I) Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

I) Todo o homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo 19

Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Artigo 20

- I) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
- II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

- I) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- II) Todo o homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
- III) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22

Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo 23

- I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
- IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo 24

Todo o homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo 25

- I) Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
- II) A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

- I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
- II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
- III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

- I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de usufruir as artes e de participar do progresso científico e de usufruir de seus benefícios.
- II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo 28

Todo o homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e

liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29

I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANEXO L



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

1.4.1 Princípio da dignidade: artigo 1º

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

1.4.2 Princípio da igualdade: caput do artigo 5º

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

1.4.3 Direito social a educação: artigo 6º

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)

5.4.4 A educação é direito de todos e dever do Estado: artigo 205

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.